

AGRADECIMENTOS

No âmbito desta dissertação, será fundamental agradecer de um modo especial a colaboração de todos os que ajudaram a tornar este trabalho possível, contribuindo para um progressivo apuramento científico:

À Prof. Doutora Belinda Maia pela abertura de novos horizontes no decurso deste mestrado;

Ao Prof. Doutor Sérgio Matos pela preciosa orientação ao longo de dois anos;

À minha colega e amiga, Dr.^a Cecília Falcão, pelas intermináveis tertúlias académicas e pela clareza do seu pensamento.

À minha colega e amiga, Dr.^a Cláudia Ferreira, pelo apoio mútuo na prossecução deste trabalho.

À minha amiga, Dr.^a Raquel Sá Couto, pela revisão técnica no domínio das Ciências do Ambiente.

À minha amiga, Dr.^a Sónia Cunha, pela revisão técnica na área do Direito.

Ao meu colega, Dr. Vitor Barrigão, pelo auxílio imprescindível na construção da base de dados terminológica.

Finalmente, ao meu amigo, Dr. Sérgio Ferreira, pela revisão textual de toda a tese e pela sua eterna paciência.

RESUMO

A dissertação intitulada “A metáfora na Terminologia: análise de metáforas terminológicas em textos jurídicos do ambiente” pretende abordar a problemática das metáforas, ultrapassando a perspectiva tradicional que encara a metáfora como um mero ornamento retórico, para a estudar à luz das teorias que atribuem uma função conceptual a este mecanismo linguístico, nomeadamente as teorias cognitivas.

Deste modo, estruturou-se um trabalho de investigação centrado na exploração das metáforas nos textos técnico-científicos, especificamente nos textos jurídicos do ambiente, no sentido de se provar que as metáforas assumem o estatuto de unidade terminológica, unidade mínima da Terminologia.

Para este efeito, exploraram-se as áreas da Terminologia, nomeadamente os seus pressupostos teóricos e a sua aplicação terminográfica, da Linguística, especificamente os estudos sobre a metáfora, e das Ciências do Ambiente e do Direito do Ambiente, para se obter uma clara visão das implicações patentes no *corpus* de trabalho.

Consequentemente, desenvolveu-se uma base de dados direccionada para o tratamento de metáforas terminológicas, que convoca, assim, os pressupostos teóricos dos domínios da Terminologia, da Linguística, das Ciências do Ambiente e do Direito Internacional do Ambiente.

Palavras-chave: metáfora; terminologia; ambiente; direito.

ABSTRACT

The dissertation entitled “The metaphor within Terminology: analysis of terminological metaphors in texts on environmental law” intends to approach the problem of metaphors at the light of new theories, namely cognitive theories, that provide this linguistic device with a conceptual role. This perspective goes beyond the traditional view, which considered metaphor as a mere rhetorical tool.

Therefore, this research project was organised in order to exploit metaphors in technical and scientific texts, especially texts on environmental law. This research sought to prove that metaphors could possess the status of a term, the basic unit of the science of Terminology.

So as to prove this assumption, it was required to discuss the questions related to Terminology, its theoretical basis and terminographic application, Linguistics and specifically the studies on metaphor, and Environmental Science and Environmental Law, which offered a clear idea of the background of the investigation’s corpus.

Consequently, it was necessary to develop a database concerned with terminological metaphors, within the framework supplied by the central concepts of Terminology, Linguistics, Environmental Science and Environmental Law.

Keywords: metaphor; terminology; environment; law.

RÉSUMÉ

La dissertation “La métaphore en Terminologie: analyse des métaphores terminologiques dans des textes juridiques de l’environnement” se propose d’aborder le problème des métaphores, au-delà d’une perspective traditionnelle qui les perçoit comme simple décoration rhétorique, pour l’étudier dans le cadre des théories qui accordent à cet instrument linguistique une fonction conceptuelle, notamment les approches cognitives.

Nous avons donc organisé un projet de recherche qui cherche à explorer les métaphores dans des textes techniques et scientifiques, plus précisément dans les textes juridiques relatifs à l’environnement, dans le but de démontrer que les métaphores peuvent détenir le statut d’unité terminologique, l’unité minimale de la science terminologique.

Pour y parvenir, il a fallu mobiliser des questions des domaines de la Terminologie, ses fondements théoriques et son application terminographique, de la Linguistique, en particulier les études sur la métaphore, et des domaines des Sciences de l’Environnement et du Droit de l’Environnement, ce qui permet d’avoir une idée assez nette des implications présentes dans le *corpus* de la recherche.

Par conséquent, une base de données a été créée pour analyser des métaphores terminologiques, conformément aux concepts de la Terminologie, de la Linguistique, des Sciences de l’Environnement et du Droit Internationale de l’Environnement.

Mots-clés: métaphore; terminologie; environnement; droit.

LISTA DE ABREVIATURAS

AIA - Avaliação de Impactos Ambientais

CDU - Classificação Decimal Universal

CFCs – Clorofluorcarbonetos

CT 37 – Comité Técnico 37

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

IPQ – Instituto Português de Qualidade

ISO – *International Organization for Standardization*

L1 – Língua Um ou Primeira Língua

L2 – Língua Dois ou Segunda Língua

LP – Língua de Partida

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUA – Programa das Nações Unidas para o Ambiente

UE – União Europeia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Os símbolos lógicos e ontológicos utilizados na terminologia.	p. 15
Figura 2: Lexicografia <i>versus</i> Terminografia.	p. 21
Figura 3: As relações estabelecidas pela unidade terminológica.	p. 28
Figura 4: Diagrama em árvore.	p. 36
Figura 5: Exemplo de diagrama em rede.	p. 36
Figura 6: Exemplo de diagrama rectangular.	p. 36
Figura 7: Exemplo de diagrama circular.	p. 37
Figura 8: Exemplo de um quadro de características aplicado às características dos veículos.	p. 37
Figura 9: Exemplo de um quadro exemplificativo das características de um avião.	p. 38
Figura 10: Exemplo de uma grelha.	p. 38
Figura 11: Exemplo da organização dos veículos em índices.	p. 38
Figura 12: Representação conceptual através de um diagrama chaveta dos países da Europa em 1984.	p. 39
Figura 13: Exemplo de um diagrama combinatório.	p. 39
Figura 14: Exemplo de um esquema multidimensional.	p. 40
Figura 15: Exemplificação das fases do processo de investigação baseado em <i>corpora</i> .	p. 45
Figura 16: O significado frásico <i>versus</i> o significado do acto de fala.	p. 64
Figura 17: Equação da relevância.	p. 83
Figura 18: O processo de interpretação.	p. 84
Figura 19: Teste “é como” de Gibbs.	p. 91
Figura 20: A relação metafórica.	p. 91
Figura 21: A relação metonímica.	p. 92

Figura 22: <i>Continua</i> metafóricos segundo Goalty.	p. 98
Figura 23: A constituição metafórica do átomo em núcleo e electrões.	p. 141
Figura 24: Exemplo de uma ficha terminológica em Microsoft Access™.	p. 170
Figura 25: Exemplo da ficha para colocação metafórica em Microsoft Access™.	p. 171
Figura A1: As interrelações entre o homem e o meio ambiente.	p. 184
Figura A2: Aspectos a considerar no diagnóstico de um impacto ambiental.	p. 196
Figura A3: Fases da avaliação de impactos ambientais.	p. 197
Figura A4: Esquema exemplificativo do processo de integração ambiental dos projectos	p. 200
Figura A5: Modelo de gestão ambiental de acordo com o modelo da norma internacional da ISO.	p. 204
Figura A6: Relações entre as normalizações internacionais sobre o ambiente e o Direito do Ambiente em cada Estado.	p. 222

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Elementos interpretativos da Frase 1).	p. 67
Quadro 2: Leituras literal e não-literal da Frase 2).	p. 68
Quadro 3a: A motivação conceptual da maioria dos idiomatismos.	p. 93
Quadro 3b: A motivação conceptual da maioria dos idiomatismos.	p. 94
Quadro 4a: Graus de convencionalidade segundo Goalty.	p. 95
Quadro 4b: Graus de convencionalidade segundo Goalty.	p. 96
Quadro 5: As metáforas mortas, inactivas e activas.	p. 97
Quadro 6: Exemplificação dos modos de expressão congruente e metafórico.	p. 104
Quadro 7: Proposta de classificação de metáforas segundo Brabant.	p. 109
Quadro 8: Análise de metáforas segundo Steen.	p. 110
Quadro 9: Exemplos de metáforas conceptuais e respectivos mapeamentos.	p. 114
Quadro 10: Sistematização das metáforas orientacionais em função do espaço.	p. 115
Quadro 11a: Sistematização da apresentação do <i>corpus</i> de trabalho.	p. 162
Quadro 11b: Sistematização da apresentação do <i>corpus</i> de trabalho.	p. 163
Quadro A1: O Reino da Ecologia.	p. 183
Quadro A2: Fases do desenvolvimento das preocupações ambientais segundo Buchholz.	p. 189
Quadro A3: Confronto das perspectivas tradicional e ecocêntrica da gestão ambiental.	p. 192
Quadro A4a: Especialistas envolvidos no processo de um EIA.	p.200
Quadro A4b: Especialistas envolvidos no processo de um EIA.	p. 201

0. INTRODUÇÃO

A presente dissertação de Mestrado em Terminologia e Tradução da Faculdade de Letras da Universidade do Porto surge na sequência do trabalho terminográfico iniciado aquando do Seminário de Geografia (segundo semestre do ano curricular), que se ocupou da elaboração de um glossário em Geografia da População.

No sentido de explorar as potencialidades levantadas no decurso deste primeiro trabalho terminográfico, definiu-se a estrutura de um projecto de investigação assente na hipótese da existência de expressões metafóricas em textos de carácter mais técnico e científico, especificamente nos textos de natureza jurídica que abordassem problemáticas relacionadas com o Ambiente. No entanto, é necessário clarificar que a nossa perspectiva não se confunde com a abordagem tradicionalista da metáfora que a entende como um ornamento, uma forma de embelezamento do discurso, um mecanismo retórico, isto é, a metáfora apenas como uma figura do discurso, um tropo. Pelo contrário, a nossa pretensão consiste em ultrapassar a perspectiva tradicional e inserir o estudo da metáfora no âmbito das novas teorias da Psicologia, da Antropologia, da Sociologia e da Linguística, explorando-se essencialmente as teorias cognitivas, como é o caso da teoria de Lakoff & Johnson (1980) e as teorias pragmáticas e semânticas, da teoria dos protótipos (Rosch, 1978) ou da teoria da relevância (Sperber & Wilson, 1986).

Assim, no decurso desta pesquisa, deparamo-nos com um conjunto de problemas suscitados pela abordagem da metáfora, que tentamos ir solucionando ao longo de uma reflexão teórica: o que é uma metáfora?; como pode uma metáfora ser identificada?; como pode a sua percepção diferir do discurso literal e não-literal?-questões estas que se encontram relacionadas com a noção de desvio sintáctico e de violação das regras de restrição semântica. Outras problemáticas são, por exemplo: como funciona uma metáfora? (funcionamento que exige a discussão dos mecanismos e da natureza do significado das metáforas, através das teorias da substituição, da comparação e da interacção, entre outras) ou qual é o seu estatuto cognitivo? (o papel da metáfora nas disciplinas cognitivas e a possibilidade de redução ou não de uma metáfora ao seu significado literal) (Johnson *in* Hoffman & Honeck, 1980: 52-64).

É interessante verificar que Gibbs (*in* Cameron & Low, 1999: 29) afirma que o facto de podermos contar com um número considerável de teorias sobre a metáfora,

como a teoria do não-significado (Davidson, 1979), a teoria da saliência/desequilíbrio (Ortony, 1979, 1985), a teoria dos actos de fala (Searle, 1979), a teoria da metáfora conceptual (Lakoff & Johnson, 1980; Lakoff, 1987; Gibbs, 1994), a teoria da interacção entre domínios (Tourangeau & Sternberg, 1981, 1982), a teoria da relevância (Sperber & Wilson, 1985/86), a teoria do campo semântico (Kittay, 1987), a teoria do mapeamento de estruturas (Gentner, 1989), a teoria da inclusão de classe (Glucksberg & Keysar, 1990), a teoria da criação de similaridade (Indurkhaya, 1992), entre muitas outras que poderiam ser referidas, dificulta a concretização de estudos por parte dos investigadores em geral, em vez de facilitar e incentivar a sua proliferação.

Por esta razão, este autor (Gibbs *in* Cameron & Low, 1999: 30) menciona um conjunto de directivas que está relacionado com a distinção entre diferentes tipos de metáforas na linguagem, entre metáfora e metonímia, entre processos e produtos metafóricos (ou seja, a forma como as metáforas são processadas, são criadas e os significados produzidos a partir do momento em que o seu significado é compreendido) e entre o processamento metafórico (um entendimento que é passível de ser aplicado a qualquer tipo de situação linguística, segundo o qual este processamento é considerado como uma estratégia de leitura intencionalmente seleccionada) e o processamento da linguagem metafórica (a identificação do modo como pensamento e linguagem interagem na metáfora e da motivação da metáfora nestes dois domínios).

Como consequência, esta hipótese de trabalho não só se enquadra no domínio da Linguística, especificamente nas teorias que se debruçam sobre as metáforas, mas também e sobretudo no âmbito da Terminologia, uma vez que se afigura essencial explorar a importância dos recursos da linguagem figurativa, nomeadamente da metáfora, nas linguagens de especialidade. A problemática das chamadas *metáforas terminológicas*, ou seja, das metáforas com estatuto e valor de termo numa dada linguagem de especialidade, foi já aflorada por Kocourek (1991: 166), segundo o qual o emprego da metáfora e da metonímia constitui um recurso essencial para a formação de termos e para o enriquecimento da língua.

Efectivamente, a linguagem figurativa envolve diferentes fenómenos como a alteração semântica, a motivação e a transferência terminológica ou conceptual, não sendo a linguagem técnico-científica nem os sistemas semióticos usados na ciência desprovidos de elementos figurados. Kocourek (1991: 166-167) menciona neste sentido Quemada que defende que a metaforização se encontra ao serviço do vocabulário das áreas técnicas e se apresenta como altamente produtiva. Contudo, ainda de acordo com

Kocourek (1991: 168-169), somente as metáforas ou as metonímias lexicalizadas interessam à Terminologia, dado que o processo de figuração já foi alvo de integração no sistema lexical da linguagem de especialidade.

Convém ainda salientar que dedicamos alguma atenção ao modo como a ciência encara a metáfora, destacando-se as perspectivas favoráveis e desfavoráveis à sua aceitação e integração na linguagem científica. A par deste levantamento, apresentam-se igualmente alguns tipos de metáforas científicas, como as exegéticas ou didácticas e as constitutivas de teorias.

Desta forma, este trabalho de investigação estrutura-se em duas partes: uma Primeira Parte que efectua o enquadramento teórico da dissertação e se reparte no Capítulo 1 referente ao enquadramento teórico da Terminologia e à sua aplicação, a Terminografia, e no Capítulo 2 onde se expõem as numerosas abordagens da metáfora à luz de diferentes disciplinas; e, por último, uma Segunda Parte que aborda o trabalho prático e a forma como os pressupostos teóricos foram aplicados na criação de uma base de dados terminológica, que tem por objectivo um tipo particular de termos, as metáforas terminológicas.

Em suma, a vertente prática da dissertação tem por objectivo central provar a presença intencional e motivada de metáforas com valor de termo, metáforas terminológicas, nos textos jurídicos do ambiente, através de pesquisas efectuadas com base num *corpus* de trabalho representativo. Uma vez conseguido o enquadramento nos âmbitos da Terminologia e da Linguística, mediante os vários estudos sobre a metáfora, e constituído o *corpus* de trabalho, procura-se operacionalizar os pressupostos teóricos na construção de uma base de dados terminológica.

Capítulo 1 – Pressupostos Teóricos da Terminologia

1.0 - Introdução

O primeiro capítulo pretende fundamentalmente efectuar uma exposição dos pressupostos teóricos que norteiam a teoria da Terminologia e se reflectem na sua aplicação, no campo da Terminografia. Desta forma, aborda-se a evolução da Terminologia desde o Renascimento, período em que se identificou a necessidade de nomear novas realidades resultante da descoberta de novos povos e das suas culturas, até à actualidade, passando pelo nascimento das escolas de Terminologia e destacando-se a sua pertinência na autonomização da Terminologia como ciência.

Seguidamente, exploram-se as relações que a Terminologia estabelece com outras ciências, nomeadamente com a Lógica, a Ontologia, a Conceptologia, a Linguística, as Línguas de Especialidade, as Ciências de Documentação e Informação, a Ciência Taxonómica e a Ciência Computacional, salientando-se os contributos recíprocos advindos destas relações. Neste âmbito, atribui-se uma maior atenção às ligações entre Terminologia e Lexicologia, Terminografia e Lexicografia e Terminologia e Tradução e aos produtos terminográficos.

Finalmente, explicitam-se os conceitos básicos desta ciência, a saber: os termos e os tipos de termos (sendo um termo a unidade mínima da Terminologia); a unidade terminológica; a definição (juntamente com as tipologias de definições e critérios para a sua formulação); o conceito e as suas implicações epistemológicas; as relações estabelecidas entre conceitos e as suas representações, isto é, os sistemas conceptuais; a neónimia (neologia e neologismos); a normalização e o papel da *International Organization for Standardization* (ISO); e, por último, os *corpora*.

1.1 - Breves noções sobre a evolução da Terminologia

Embora como ciência autónoma a Terminologia seja consideravelmente recente, as preocupações inerentes a esta podem encontrar-se já na obra “Cratylus” de Platão, considerada por alguns estudiosos como a primeira obra que aborda a

Terminologia¹. Estas mesmas preocupações prosseguiram desde o Mundo Clássico, passando pela Idade Média, entre os quais se contam as abordagens de Santo Agostinho ou Santo Anselmo, continuando até aos nossos dias (Rey, 1995: 11).

Os séculos XV-XVI, período coincidente com o Renascimento e os Descobrimentos Portugueses, são entendidos como os que viram nascer a ideia de uma disciplina independente dedicada aos problemas da denominação e da metodologia da sua resolução, isto é, a Terminologia. É neste período que surgem as palavras ‘glossário’ e ‘lista de palavras’, perfeitamente indistintas de ‘dicionário’, tanto em inglês como em francês. Paralelamente, aparecem ainda as expressões ‘technology’ e ‘technologie’ com o sentido de discurso ou tratado sobre as artes, visto que ‘langue des arts’ designava o discurso especializado das ciências tradicionais e o vocabulário necessário para este discurso (Rey, 1995: 12-14). Assim, verifica-se a primeira referência à ligação entre Terminologia e Linguagens de Especialidade.

Mais tardiamente, durante o século XVIII, a ideia de terminologia evidencia-se na “Encyclopédie” de D’Alembert e Diderot em França e nos dicionários de Chamber e Samuel Johnson em Inglaterra, “Dictionary of English Language” e “Universal Dictionary of Art and Technology”, respectivamente. Estas obras relacionam-se com o problema entre os conceitos e as palavras, agravado pela diversidade linguística resultante da multiplicação de ofícios e a emergência da sua uniformização (Rey, 1995: 17-18). Consequentemente, a distinção entre a “ciência dos termos” e a “ciência da linguagem” começa a surgir na segunda metade do séc. XVIII.

No mundo industrial, que segundo Cabré (1999: 2-3) se prolonga desde finais do século XIX até à segunda metade do século XX, a emergência da consciência de classe, a massificação da educação, aliadas ao crescimento da importância da comunicação escrita e à democratização das relações interpessoais e mesmo dos regimes políticos, conduziram à codificação das línguas, à uniformização de registos ou níveis de língua, à criação de regras hierarquizadas de “bom uso” e à consolidação do conceito da norma padrão e das línguas dominantes, situação esta que reuniu as condições necessárias para a fundamentação da Terminologia como ciência e como prática.

¹ No entanto, esta visão não é partilhada por todos os estudiosos ligados a esta área, nomeadamente Sager (1990: 1-3), que afirma que a terminologia nunca será uma disciplina autónoma, mas uma actividade interdisciplinar, situada numa encruzilhada de outras disciplinas.

Consequentemente, no mundo pós-industrial (Cabré, 1999: 3), período que compreende a segunda metade do século XX e os inícios do século XXI, verifica-se a oscilação entre a tendência para o monolinguismo crescente, resultante da globalização que exige o estabelecimento de uma comunicação directa e eficiente, e a afirmação da identidade cultural e linguística das nações, segundo a qual todas as línguas nacionais constituem ferramentas de comunicação geral e especializada. É neste contexto paradoxal que a Terminologia se afirma como ciência que permitirá, na sequência da tecnologização da sociedade e da atribuição de um valor especial à informação, criar novos produtos linguísticos, formar novas profissões ligadas à língua e novos modos de organização da comunicação.

No que diz respeito à evolução moderna da Terminologia, Cabré (1999: 5-6) identifica quatro momentos distintos:

- as origens, entre 1930 e 1960;
- a fundamentação da ciência, de 1960 a 1975;
- a explosão da ciência, entre 1975 e 1985;
- e o seu desenvolvimento, a partir de 1985.

Relativamente às origens da Terminologia, há que salientar a influência de Wüster, encarado como o “pai” da Terminologia, e a sua preocupação com a metodologia e as normas desta disciplina, uma vez que este considerava a Terminologia fundamentalmente como uma ferramenta para eliminar a ambiguidade na comunicação técnica e científica. Wüster e Lotte, outros estudiosos de relevância, esboçaram os métodos para a formação sistemática dos termos, apresentando os argumentos teóricos para a fundamentação das metodologias da Terminologia.

No segundo momento, surgiram algumas inovações que permitiram à Terminologia afirmar-se como ciência, nomeadamente o desenvolvimento da Ciência Computacional e das técnicas de documentação, o aparecimento das primeiras bases de dados e o início da cooperação internacional ao nível do processo terminológico, a par dos primeiros esforços de uniformização da terminologia no contexto de uma mesma língua.

Entre 1975 e 1985, verifica-se a crescente afirmação e importância da Terminologia como ciência, em função da proliferação de projectos de planeamento linguístico e terminológico e da importância da terminologia na modernização da língua.

Finalmente, no período posterior a 1985 deu-se o desenvolvimento da Terminologia juntamente com a expansão da ciência ligada aos computadores, já que esta coloca à sua disposição um número cada vez mais elevado e mais eficiente de ferramentas e recursos adaptados às exigências dos terminólogos.

Na sua evolução, a Terminologia acompanhou a própria dinâmica das sociedades, materializada num conjunto de mudanças sociais, a saber: o desenvolvimento exponencial da ciência e da tecnologia que conduziu ao aparecimento de um elevado número de novos conceitos e campos conceptuais sem denominação; os progressos nas áreas da informação e da comunicação que criam a necessidade de novas formas de comunicação e de constante actualização vocabular; a produção em massa que exige a uniformização de produtos; o intercâmbio de conhecimentos e produtos que levam ao aparecimento de novos mercados para a troca científica, técnica, cultural e comercial; o já mencionado multilinguismo, inserido em novos intercâmbios, que origina a necessidade de harmonizar os elementos constitutivos dessas trocas; o forte crescimento da importância da informação e, em consequência, dos sistemas de armazenamento e recuperação de informação e dos sistemas uniformizados de transferência de conteúdos para bases de dados sofisticadas; o desenvolvimento da comunicação de massas que leva à disseminação da Terminologia com a interacção entre os léxicos geral e especializado; e, finalmente, a intervenção governamental nos processos de uniformização linguística que, em determinados países, conduziu à criação de organismos oficiais de uniformização, nomeadamente em Espanha e em França (Cabré, 1999: 4-5).

1.2 - As Escolas de Terminologia

Na evolução moderna da Terminologia, afigura-se relevante abordar as Escolas de Terminologia e os contributos que estas possibilitaram para a sua fundamentação teórica como ciência e o desenvolvimento da sua vertente prática.

A Escola de Viena deu sequência aos esforços iniciados na Alemanha para criar os fundamentos científicos da tecnologia. A publicação da obra de Wüster em 1931, intitulada “International standardization of language in technology”, contribuiu para o desenvolvimento da investigação da Terminologia como uma ferramenta essencial para a comunicação entre especialistas, que incide sobre a natureza dos conceitos, das relações dos conceitos entre si, as suas características, a sua descrição e

definição e a formação de termos, permitindo assim a constituição da Teoria Geral da Terminologia (Felber, 1984: 32-35).

Numa outra abordagem, a Escola de Praga desenvolveu-se a partir da linguística funcionalista de Praga e das teorias baseadas no trabalho de Saussure, possibilitando uma fundamentação mais sólida da teoria da Terminologia na perspectiva funcional da linguagem. Para além disso, o estudo da norma padrão a partir da perspectiva funcional proporcionou uma ferramenta de comunicação para todas as áreas da vida social.

Como consequência formaram-se duas teorias: a teoria da linguagem literária e a teoria da linguagem cultural, que englobam a relação entre a língua, o pensamento e a realidade, isto é, a linguagem da ciência, uma língua especial, para fins específicos ou uma língua funcional. Um outro contributo de relevância desta escola consistiu na identificação da unidade mínima de uma língua funcional como sendo o termo, distinguindo-o de palavra.

Paralelamente, clarificou-se a noção de sistema terminológico como sistema de designação representativo do sistema conceptual, a partir do qual se identificaram quatro estilos funcionais de sistemas conceptuais: o profissional, o estético, o jornalístico e o conversacional. Assim, a codificação da norma linguística permitiu alcançar a estabilidade da língua e a codificação terminológica exigiu o registo de termos e definições representativos dos conceitos, os quais conduziram à publicação de normas terminológicas por uma organização normalizadora ou um instituto profissional (Felber, 1984: 35-36).

A terceira escola de terminologia foi fundada por dois engenheiros, Čaplygin e Lotte, tendo estes contribuído para a criação do Comité para a Terminologia Científica e Técnica na antiga União Soviética. As funções deste comité centravam-se na elaboração da teoria da Terminologia técnica e científica e no estabelecimento dos princípios de formação de termos e de sistemas conceptuais; no desenvolvimento da regulamentação e no estabelecimento de sistemas de termos russos e símbolos para as principais disciplinas tecnológicas; na preparação de projectos de normas, listagens de termos e símbolos e compilação de colecções de termos recomendados; na apresentação dos métodos a utilizar na regulamentação da terminologia técnica russa pelos cientistas e engenheiros; e no esboço de orientações para a aplicação da terminologia e para a construção de novos termos (Felber, 1984: 37-39).

1.3 - Terminologia Descritiva e Prescritiva

A realização de um projecto de terminologia descritiva implica o seguimento de um conjunto de procedimentos: a identificação do domínio conceptual; a separação de campos conceptuais próximos; e a criação de glossários conceptuais.

No que diz respeito ao momento de identificação do domínio conceptual, este inclui a identificação das palavras-chave de um determinado domínio e dos conceitos expressos por essas palavras-chave, assim como a sua respectiva descrição e definição, a determinação de quais são as palavras, expressões e símbolos que constituem termos e a selecção de contextos ilustrativos. O resultado deste trabalho será a criação de um *corpus* terminológico (Wright & Budin, 1997: 185-186).

Quanto ao segundo momento, afigura-se fulcral a separação dos campos conceptuais contíguos, uma vez que as fronteiras entre os diferentes campos conceptuais são difusas, os conceitos interdisciplinares abundam devido à transversalidade de temas abordados e a sobreposição de conceitos verifica-se como resultado da divisão dos campos conceptuais em subcampos próximos. Assim, um campo conceptual não pode ser encarado como uma categoria intelectual rigidamente fechada, mas antes estabelecendo relações de proximidade com outros campos conceptuais e mesmo dentro do mesmo campo conceptual, razão pela qual se torna necessária a intervenção do terminólogo para auxiliar os especialistas a identificar e designar os conceitos em falta, a clarificar as suas relações e a organizá-los (Wright & Budin, 1997: 186).

No terceiro e último momento de um projecto desta natureza, urge efectuar a organização dos conceitos, das suas características e dos termos, que os exprimem, num glossário conceptual, baseado numa estrutura onomasiológica, ou seja, que parta do conceito para o termo. Desta forma, os termos que expressam os conceitos de uma dada área são listados e eventualmente definidos num glossário, cujo formato assenta em registos ou entradas que obedecem às seguintes categorias: uma notação para localizar um conceito numa relação sistemática com outros conceitos; a descrição do conceito; a apresentação do conjunto de termos que designam o conceito em questão² e

² Apesar de a terminologia ter como objectivo desambiguar a comunicação técnica e científica, procurando um só termo para um determinado conceito, Wright & Budin (1997: 188) mencionam um conjunto de termos passíveis de corresponder a um só conceito. Neste conjunto, contam-se os termos inequívocos, os termos equívocos e os termos sugeridos.

os contextos ilustrativos retirados de literatura técnica ou científica (Wright & Budin, 1997: 186-187).

Wright & Budin (1997: 193-195) sugerem a implementação do glossário conceptual num hipertexto que estabeleça entre os conceitos relações substantivas ou informativas, isto é, relações que descrevam o conceito em causa e forneçam outras informações relevantes, e relações de controlo ou de direccionamento, ou seja, relações que permitam o acesso às relações substantivas por meio de índices alfabéticos, esquemas de classificação e referências bibliográficas.

Por outro lado, o grande objectivo de um projecto de terminologia prescritiva consiste na avaliação dos termos existentes numa determinada área conceptual e a sua aprovação ou reprovação, conducentes à harmonização e uniformização dos termos. Um projecto de terminologia prescritiva deve ser conduzido por especialistas em determinados campos de saber, de modo a que dominem os conceitos que os definem, por terminólogos, ou seja, especialistas na preparação de normas terminológicas, por escritores técnicos e editores (Wright & Budin, 1997: 197-200).

No entanto, esta vertente da Terminologia apresenta algumas limitações, nomeadamente a existência de terminologias prematuras e inadequadas em áreas recentes do conhecimento; a inexistência ou a reduzida ineficácia de organismos para a validação e validade das normas terminológicas (como é o caso da do IPQ em Portugal) e o facto de as normas prescritivas serem encaradas como meramente descritivas quando usadas ao nível dos consumidores. Paralelamente, a grande utopia ligada à terminologia prescritiva reside na possibilidade de criação de uma base de recursos terminológica universal (Wright & Budin, 1997: 201-202).

1.4 - As relações disciplinares da Terminologia

Segundo Felber (1984: 31), a Terminologia pode assumir três direcções distintas: a orientação conceptual, segundo a qual a Terminologia se apresenta como uma ciência com um campo de estudo próprio, mas interdisciplinar; a orientação filosófica, que implica a categorização hierárquica dos conceitos; e a orientação linguística, que aplica os métodos da Linguística e da Lexicografia.

Apesar de constituir uma ciência independente, a Terminologia encontra-se ao serviço da ciência, da tecnologia e da comunicação, funcionando nos limites de outras disciplinas. Parafraseando Wüster (*apud* Cabré, 1995: 25), a Terminologia encontra-se

na intersecção da Linguística, a Lógica, a Ontologia, a Ciência da Informação, a Ciência Computacional e outras ciências individuais.

A Ontologia, como ciência que estuda o ser, relaciona-se com a Terminologia por partilhar o interesse pela natureza das coisas no mundo real e pelas relações estabelecidas nesse mundo. Esta ciência aborda as relações que não se encontram baseadas na Lógica, já que estas não começam na similaridade entre conceitos, mas na sua situação no mundo real. Enquanto as relações lógicas são relações de similaridade ou abstractas, as relações ontológicas são relações de contiguidade (Felber, 1984: 102).

A Conceptologia, ciência base da Lógica, assenta no conceito, que existe independentemente do termo, atribuído de forma deliberada ao conceito, estudando a natureza dos conceitos, a sua representação e as relações entre si (Cabré, 1999: 42).

Os conceitos não existem na realidade material e concreta, mas constituem elementos do pensamento, são constructos mentais representativos de um objecto individual material ou imaterial e um agregado de características que são alvo da cognição, sendo ainda um meio de ordenação e de comunicação. Paralelamente, os objectos são indivíduos não-recorrentes e materiais, designados por nomes próprios (Felber, 1984: 102-103).

De acordo com Cabré (1999: 42), os conceitos expressam, não o mundo real, mas antes o modo como uma determinada comunidade linguística o assimila e o interpreta. Não obstante, a problemática dos conceitos e da sua relação com outros conceitos é de importância central na Terminologia.

Assim, a Ontologia e a Terminologia interessam-se pela forma como os objectos se organizam no mundo concreto e se relacionam entre si, ao passo que a Lógica e a Terminologia comungam a ênfase colocado nas relações entre os conceitos, sendo o sistema de símbolos usado na Terminologia originário da Lógica e da Ontologia (Felber 1984: 102).

<u>Símbolos para as relações lógicas e ontológicas:</u>	
=	→ equivalente
≠	→ significado diferente
≈	→ significado similar
X	→ intersecção
>-<	→ objecto parcialmente coincidente com outro
>	→ menos que (intensão reduzida)
<	→ mais que (intensão abrangente)
>-	→ parte de
-<	→ todo
	→ conceito coordenado (relação lógica)
—	→ objecto individual coordenado (relação todo- parte)

Figura 1: Os símbolos lógicos e ontológicos utilizados na Terminologia.³

O modo como a mente humana usa a sua capacidade de cognição e constrói os conceitos por meio da abstracção constitui o objecto da Epistemologia. Toda a cognição resulta de um processo físico que conduz ao conhecimento, que não é um estado, mas uma actividade, encontrando-se ligada ao indivíduo. O pensamento deve ser distinguido da cognição, uma vez que o pensamento é um movimento mental de um objecto para outro e tem por objectivo criar conhecimento (Felber, 1984: 104-105).

Para comunicar os conceitos e facilitar a comunicação com outros, usam-se signos linguísticos, já que a linguagem não representa directamente a realidade, mas antes representa conceitos e proposições (Felber, 1984: 105). Desta forma, a Linguística como ciência da linguagem encontra-se intimamente relacionada com a Terminologia, de tal modo que alguns autores a consideram mesmo um ramo da Linguística, como é o caso de Dubuc (1992: 15) e Sager (1990: 1-3).

A Terminologia centra-se na unidade terminológica, ou seja, na representação de um conceito por meio de um termo, que segundo a perspectiva da Linguística consiste num símbolo linguístico formado por palavras. Assim, o termo é um símbolo linguístico atribuído a um conceito que lhe confere um sentido e pode assumir a forma de uma palavra, um grupo de palavras, uma letra ou um símbolo gráfico, uma abreviatura, um acrónimo, uma notação, entre outros. No entanto, o conceito é

³ Felber (1984: 121), nossa tradução.

independente do termo, enquanto o termo é dependente do sistema conceptual e logo do conceito.

A Linguística Aplicada e as Linguagens para Fins Específicos abrangem a totalidade dos meios linguísticos usados num campo definido por um domínio ou profissão, centrando-se a Linguagem de Especialidade em coerências comunicativas mais latas, base da constituição dos textos. A informação presente nas diversas Linguagens de Especialidade, isto é, a totalidade dos lexemas especializados e o seu sistema conceptual, é abrangida pela Terminologia, devendo especialistas e terminólogos trabalhar em conjunto para organizarem e normalizarem os conceitos e os respectivos termos para uma determinada área de especialidade (Felber, 1984: 106-107).

Adicionalmente, os esquemas de classificação usados para a ordenação dos conceitos científicos, a ordenação de publicações e a ordenação de termos em dicionários por temas provêm da Taxonomia ou Ciência Taxonómica. Nos sistemas conceptuais característicos de um projecto terminológico, as relações estabelecidas entre os conceitos ou entre os indivíduos representativos destes conceitos são de intensão, constituindo relações conceptuais indirectas, enquanto na classificação temática as relações existentes entre os seus membros relacionam-se com a ocorrência de temas. (Felber, 1984: 109).

As unidades mínimas das Ciências da Informação e Documentação são designadas por dados e descrevem a forma ou o conteúdo de um documento. A forma de um documento é descrito por elementos bibliográficos, mas já o conteúdo de um documento é descrito por termos indexadores, tais como palavras-chave, ou descritores (Cabré, 1999: 50). Os descritores utilizados nos *thesauri*, em repertórios ou listas de autoridade constituídos por unidades pertencentes a um domínio particular (Assunção, 1992: 4), são termos e características e as relações estabelecidas entre estes são de natureza lógica.

As Ciências da Documentação assumem-se como um campo do saber relativamente recente que compreende a colecção, análise, fixação, classificação e armazenamento de documentos para que a extracção de informação seja possível. Tal como a Terminologia, a documentação surge como transdisciplinar, visto que pode ser aplicada a qualquer área do saber ou actividade humana. A divulgação de informação é efectuada sob a forma de publicações secundárias (bibliografias e directórios) ou terciárias (bibliografias de bibliografias) (Cabré, 1999: 50). Consequentemente, estas

ciências fornecem à Terminologia as metodologias e técnicas para ordenar os campos conceptuais e aceder à informação patente nos documentos e, na fase final do trabalho terminológico, a constituição de uma base de dados constitui em si um documento.

No conjunto das disciplinas mencionadas, a Ciência Computacional é aquela com a qual a Terminologia estabelece uma relação de maior dependência no que diz respeito à estruturação dos sistemas de conceitos, ou seja, ao mapeamento conceptual da realidade, à constituição de *corpora* e à respectiva extracção de informação e criação de bases de dados terminológicas.

Já Wüster (*apud* Cabré, 1999: 53) em 1974 referia que os computadores se apresentavam como um instrumento valioso, não só para a resolução de problemas matemáticos, mas também para o trabalho das Ciências da Documentação e Informação e, por extensão, para a Terminologia.

Na evolução da relação da Terminologia com a Ciência Computacional, podem identificar-se diferentes fases: na primeira fase, os computadores serviam somente para o armazenamento de informação e criação de bases de documentos e bibliografias; numa segunda, desenvolveram-se processos para facilitar a comunicação homem-máquina, com a criação de interfaces, e sistemas de classificação mais sofisticados para a obtenção de informação, com a criação de dicionários e terminologias electrónicos; na terceira, o trabalho prosseguiu no âmbito da inteligência artificial, sendo possível ao computador escolher documentos, efectuar pesquisas nestes, preparar registos, redigir definições, criar termos, preparar ficheiros de uniformização ou a detecção de novos termos; finalmente, na última fase, alcançou-se a fase da engenharia do conhecimento, em que se tenta codificar o conhecimento de modo que este seja introduzido nos computadores, permitindo-lhe tomar decisões (Cabré, 1999: 53-55).

Esta ciência é uma das soluções para a Terminologia por lhe oferecer extensas possibilidades para armazenar e recuperar informação e ordenar os sistemas conceptuais. Assim, desenvolveu-se a disciplina designada por «terminótica», originária do francês ‘terminotique’, que estuda as relações progressivamente complexas entre a Terminologia e a Ciência Computacional (Auger, 1989: 485).

A criação de aplicações e ferramentas informáticas diversificadas conduziu ao desenvolvimento de programas de análise e tratamento de texto (frequências, ocorrências e «parsers»), etiquetadores, correctores ortográficos, ou mesmo tentativas

de automatização de processos cognitivos, como a tradução automática, as memórias de tradução e os programas de reconhecimento de voz (Cabré, 1999: 54).

Desta forma, os especialistas das ciências mencionadas encaram a Terminologia de forma diversificada: para os linguistas, a Terminologia é parte do léxico definido pela área de especialidade; para os planeadores linguísticos, a Terminologia é uma área da Linguística que exige intervenção de modo a reafirmar a sua utilidade e continuidade como meio de expressão moderna; para os especialistas de uma área conceptual, a Terminologia é uma reflexão formal sobre a organização conceptual desse domínio e um meio de comunicação e expressão profissional; para os utilizadores finais, a Terminologia é um conjunto de unidades comunicativas que são avaliadas segundo critérios de economia, precisão e adequação (Cabré, 1999: 11).

A seguinte citação de Cabré (1999: 25) ilustra de forma clara as relações que a Terminologia como ciência estabelece com as restantes ciências:

«This interdisciplinarity of terminology is determined by the characteristics of terminological units, which are simultaneously language units (linguistics), cognitive elements (logic and ontology, i.e. part of cognitive science), and vehicles of communication (communication theory). Terms appear in specialized communication (information science) and computers are always applied in terminographic activities (computer science)».

1.5 - A Terminologia e a Lexicologia

«One of the basic components of any language is the lexicon, which consists of the words of the language and the rules accounting for a speaker's creativity. Words are also units of reference to reality and connect us tot the real world.»
(Cabré, 1999: 29)

1.5.1. Terminologia *versus* Lexicologia

A Terminologia constitui uma disciplina com uma relação privilegiada com a Linguística Aplicada e com a Lexicologia, cuja prática se orienta segundo princípios científicos que desembocam em glossários ou léxicos. Desta forma, a Terminologia abrange três aspectos essenciais: os princípios e fundamentos conceptuais que orientam o estudo dos termos, as linhas de orientação para o trabalho terminográfico e o conjunto de termos de uma área de saber específica (Cabré, 1999: 32). Estes aspectos

têm como objectivo a construção de vocabulários, glossários e dicionários⁴ e a uniformização de designações.

No que concerne à Lexicologia, esta baseia-se no pressuposto de que o léxico é um dos componentes básicos de uma língua, sendo as palavras, os lexemas, unidades que estabelecem uma relação de referência com a realidade e expressam as regras de criatividade dos falantes de uma comunidade linguística. O léxico de um falante apresenta-se como um conjunto de unidades lexicais com informação fonológica, morfológica, sintáctica e semântica, um conjunto de processos de formação de palavras, de possíveis projecções nas estruturas sintácticas e de regras de restrição na sua aplicação. Assim, o objectivo da Lexicologia consiste na construção de um modelo a partir dos componentes lexicais de uma língua, incluindo o conhecimento implícito do falante face aos lexemas, o uso e os mecanismos sistemáticos para relacionar os componentes lexicais com outros elementos gramaticais (Cabré, 1999: 29).

A Lexicologia descreve as palavras de uma língua e explica como estas funcionam lexicalmente, não concebendo o significado sem que este esteja relacionado com a palavra, ou seja, ligado à gramática, à descrição das palavras em função do seu uso em contexto, como elementos do discurso. Para além disto, valoriza a diversidade linguística, encarando a polissemia e a sinonímia como pertencentes à riqueza linguística de uma comunidade (Cabré, 1999: 30).

Por outro lado, a Terminologia considera o conceito anterior ao nome, sendo compreendido independentemente do nome ou do termo que o representa. Os termos interessam à Terminologia por si mesmos, sem que informações de natureza linguística, tais como a flexão ou a sintaxe, sejam de relevância, permitindo a intervenção conducente à uniformização.

Enquanto a Lexicologia se centra na análise e descrição da competência lexical dos falantes, a Terminologia aborda as palavras pertencentes a um campo conceptual específico ou uma determinada profissão. A unidade mínima da Lexicologia é a palavra, a unidade descrita por um conjunto de características linguísticas sistemáticas que se referem a elementos da realidade, ao passo que a unidade mínima da Terminologia corresponde ao termo, à unidade com características linguísticas similares às da palavra, mas usadas num domínio específico.

⁴ Ver capítulo 1.5.4.

Adicionalmente, a Lexicologia aborda as palavras de modo a apresentar o componente lexical de um falante e identificar as unidades lexicais de uma dada língua. Por outro lado, a Terminologia estuda os termos de forma a estabelecer uma ligação com os conceitos do mundo real, não explicando, no entanto, os termos de acordo com uma orientação teórica específica da Linguística, nem descrevendo o comportamento terminológico dos especialistas. Antes a Terminologia tenta fornecer os princípios teóricos para a escolha e a organização dos termos de uma área determinada e uniformizar a sua forma e conteúdo, isto é, tentando identificar os conceitos e auxiliar na sua denominação e organização (Cabré, 1999: 34-37).

No que se refere à metodologia, a Lexicologia trabalha a partir de hipóteses teóricas, que são refutadas ou confirmadas através da análise de amostras discursivas, e a Terminologia observa os termos de forma a preencher uma grelha conceptual previamente estabelecida.

1.5.2 - Terminografia versus Lexicografia

A vertente prática da Lexicologia, a Lexicografia, relaciona-se com os princípios e métodos de produzir dicionários, sendo um dicionário um produto linguístico que agrupa um conjunto de palavras previamente seleccionado e fornece informação sobre este. Os dicionários lexicográficos de língua geral podem ser distinguidos consoante certos critérios, entre os quais se contam as fontes de informação, a natureza das entradas, a forma das entradas, a informação patente em cada entrada, o propósito principal, o tipo de destinatário, o objectivo do dicionário, entre outros (Cabré, 1999: 37).

Desta forma, a Lexicografia constitui um ramo da Lexicologia que se centra na descrição do léxico de uma língua, das unidades lexicais, enquanto a Terminografia aborda a designação, descrição e uniformização de unidades terminológicas, que ultrapassam a própria unidade lexical. Na Terminografia, as fontes utilizadas restringem-se a documentos especializados, as entradas para as unidades terminológicas são seleccionadas em função do domínio conceptual a que pertencem e a informação pertinente a manter é de natureza científica e técnica. Assim, o objectivo da Terminografia centra-se na uniformização dos termos de uma área conceptual especializada, não só através do agrupamento desses termos para fins informativos e descritivos, mas também através do estabelecimento de determinadas unidades

terminológicas como formas uniformizadas, possibilitando uma comunicação precisa e não-ambígua entre especialistas (Cabré, 1999: 37-38).

Concluindo, a metodologia usada pela Lexicografia conduz à produção inicial de uma lista de palavras, um inventário de entradas para um dicionário, cujo significado é descrito partindo da forma dos lexemas; o processo metodológico da Lexicografia é essencialmente semasiológico. Paralelamente, a metodologia da Terminografia pretende estabelecer uma lista de conceitos que constituem um campo conceptual, com as suas relações lógicas e ontológicas e a organização do seu sistema conceptual; baseia-se numa abordagem onomasiológica, visto que parte de um conceito para a sua designação ou nome e culmina no termo ou termos possíveis.

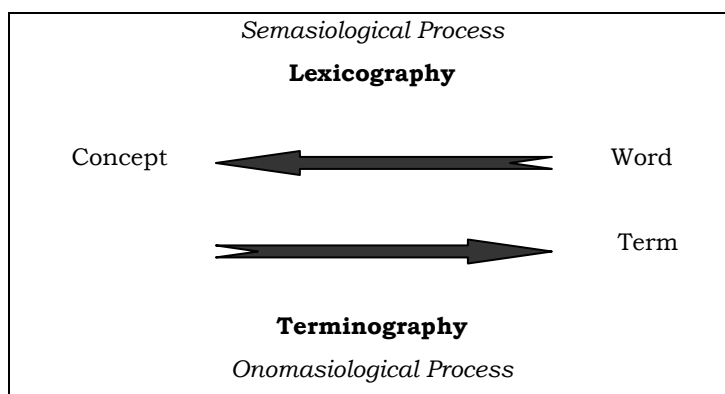


Figura 2: Lexicografia *versus* Terminografia (Cabré, 1999: 38).

1.5.3 - Terminologia *versus* Terminografia

Depreende-se do acima exposto que a Terminografia corresponde à vertente aplicada da Terminologia, com uma actividade análoga à da Lexicografia, já que se concentra na compilação e organização de dados, termos para a Terminografia e lexemas para a Lexicografia, e na sua análise semântica. No entanto, apesar desta proximidade, a Terminografia tem por função reunir, descrever um objecto, seja um conjunto de termos, uma nomenclatura ou uma estrutura complexa de sistemas e subsistemas de termos de uma área conceptual, controlá-lo e efectuar uma compilação coerente de entradas organizadas de forma a ser facilmente consultada e a fornecer informação sistemática em função de requisitos variáveis, sem que esta estrutura negligencie a utilização de um *corpus* previamente estabelecido (Rey, 1995: 135-136).

Relativamente aos procedimentos seguidos pela Terminografia, estes obedecem a dois níveis: a identificação do campo conceptual, isto é, a identificação de estruturas conceptuais e terminológicas encontradas e extraídas dos *corpora* reunidos para uma dada actividade técnica ou científica; e a atribuição de um termo a um conceito, preferencialmente estabelecendo-se uma relação unívoca, a par da sua descrição e articulação com todo o campo conceptual.

A recolha sistemática, base de toda a actividade terminográfica, abrange um conjunto de momentos fundamentais para a concretização de um projecto terminográfico, a saber: a análise do campo terminológico; a análise conceptual; a análise linguística do *corpus*; a extracção de termos; a definição das unidades terminológicas; a escolha das unidades descritivas; a criação de ficheiros aos níveis linguístico, conceptual, semântico e referencial, no sentido de preparar a base de dados; a organização da descrição terminológica; e os produtos finais (Rey, 1995: 138-140).

Paralelamente, Pavel & Nolet (2001: 33) apresentam um outro esquema metodológico, segundo o qual o trabalho terminológico em geral se processa a partir da identificação e avaliação de documentação especializada; da delimitação do campo conceptual a ser alvo da análise terminológica através de um sistema de classificação; do estabelecimento de um sistema de conceitos a ser definido; da extracção de termos de fontes textuais da LP; da preparação de uma listagem terminológica monolíngue inicial baseada no sistema conceptual; da inserção dos termos retirados da listagem terminológica e dos contextos textuais em registos; da revisão dos registos assegurando a correcta pesquisa, complementação, citação e outras questões pertinentes; do carregamento dos registos numa base de dados e revisão para verificar a sua conformidade; da gestão da base de dados para que esta reflecta a evolução da linguagem de especialidade, o seu uso e os seus requisitos; finalmente, da extracção de dados para fornecimento a potenciais clientes.

1.5.4 - A Terminologia e os seus produtos

No que diz respeito aos produtos terminográficos, verifica-se nos diversos manuais de terminologia e outros documentos pertinentes uma certa incoerência na denominação destes produtos, identificando-se claramente uma relação de polissemia entre o conceito e os diversos termos que os designam.

Consequentemente, efectuou-se um breve levantamento do entendimento que diversos autores fazem das denominações possíveis para estas obras, nomeadamente Wright & Budin, Pavel & Nolet, a ISO, Barros e Hartmann, este último já na área da Lexicografia.

Segundo Wright & Budin (1997: 325-326), uma terminologia afigura-se como um conjunto estruturado de conceitos e a sua representação num campo conceptual específico, que se confunde e sobrepõe a outros termos, como é o caso do vocabulário, cujo sentido é mais lato do que o de terminologia, pois pode abranger tanto a língua geral como linguagens específicas; do glossário, que é definido como uma lista alfabética de termos e palavras encontradas ou relacionadas com um tópico determinado, por vezes, encarado como um produto menos científico; e da nomenclatura, termo entendido como ambíguo. Estes autores sugerem o termo ‘norma terminológica’, uma vez que designa um documento composto por termos, definições e informação terminológica pertinente aprovado por um órgão uniformizador.

No entanto, Wright & Budin criticam a perspectiva da ISO no que se refere a estas definições, acusando-a de ser igualmente equívoca, sem tomar posição face às diversas designações.

Esta posição ambígua e pouco harmonizada da ISO pode ser confirmada na *ISO/DIS 1087-1.2 (E)* (1990: 10), onde outros termos são sugeridos para identificar os produtos terminográficos possíveis:

- «Dictionary: wordlist which exists only for reference purposes.»;
- «Glossary: terminological dictionary which contains a list of designations from a subject field, together with equivalents in one or more languages.»;
- «Terminological Database: database containing terminological data.»;
- «Terminological dictionary: technical dictionary of terminological entries, terminological data, presenting information related to concepts or designations from one or more specific subject fields.»;
- «Vocabulary: terminological dictionary which contains designations and definitions from one or more specific subject fields.».

Desta forma, o dicionário é o termo genérico que designa as diversas obras terminográficas, enquanto o dicionário terminológico surge como uma obra que reúne as unidades terminológicas de um ou vários domínios especializados e o vocabulário consiste num tipo de dicionário terminológico que abrange as unidades linguísticas pertencentes às Linguagens de Especialidade (Barros, 2002: 223).

Num outro manual de terminologia, Pavel & Nolet (2001: 109; 110; 121) apresentam as definições de glossário, dicionário de língua e vocabulário, como os produtos por excelência da Terminologia, descrevendo-os da seguinte forma:

- «Glossary: a list of terms that pertains to a specific subject field, together with equivalents (but no definitions) in one or more languages; sometimes it also consists of a list of difficult or specialised terms with their definitions at the back of a book.»;
- «Language dictionary: a reference book containing an alphabetical list of the lexical items of a language, together with their meanings, descriptions of their use or other linguistic information.»;
- «Vocabulary: a list of terms relating to a specific subject field, together with equivalents and definitions (or explanations) in two or more languages.».

Hartmann (1983: 222-228), em conformidade com a abordagem da Lexicografia, assume uma outra perspectiva, definindo dicionário, glossário, léxico e vocabulário, já mencionados anteriormente:

- «Dictionary: lexicographer's description of the vocabulary of a language or a language variety, that is a reference book or list of words usually in alphabetical order together with a guide of their meanings, pronunciation, spelling or equivalents in other languages.»;
- «Glossary: wordlist with explanation of meanings.»;
- «Lexicon: specialised dictionary.»;
- «Vocabulary: the word stock of a language or language variety.».

De acordo com o *Office de la Langue Française* do Québec, as obras lexicográficas e terminográficas entendidas globalmente classificam-se, por um lado, em dicionários, ao nível do sistema, por outro lado, em vocabulários e léxicos, ao nível da norma, compreendendo estes últimos as obras técnicas, científicas e especializadas. Assim, os dicionários subdividem-se em dicionários de língua (dicionários gerais, *thesauri* ou dicionários especiais), dicionários enciclopédicos, ilustrados, monolíngues, multilíngues, de tradução e terminológicos, ao passo que os vocabulários se dividem em vocabulários alfabéticos, sistemáticos, monolíngues, multilíngues e os léxicos em léxicos alfabéticos e sistemáticos (*apud* Barros, 2002: 224-225).

Finalmente, Barros (2002: 217) refere que a variedade de obras lexicográficas e terminográficas se deve à multiplicidade de discursos sociais, que conduzem à criação de diferentes esquemas de classificação tipológica das mesmas.

Segundo esta autora (Barros, 2002: 218), citando Rey-Debove, as propostas tipológicas distinguem-se consoante a apresentação de um dicionário como objecto nomeado ou como objecto definido e em função da sua denominação. Paralelamente, a natureza de uma obra e a sua identificação no âmbito de uma tipologia dependem das

relações estabelecidas entre os diversos tipos de obras e os níveis de abstracção da linguagem verbal a que as unidades linguísticas pertencem. Assim, de acordo com a estratificação de Dominguez (1998) (*apud* Barros, 2002: 219), os dicionários de língua ou os léxicos situam-se ao nível do sistema por abordarem o universo lexical, os lexemas; os vocabulários fundamentais, técnico-científicos ou especializados enquadram-se no nível da norma, abrangendo os conjuntos terminológicos ou de termos; por fim, os glossários encontram-se ao nível da fala, porque estudam as ocorrências de palavras.

Adicionalmente, estas obras podem ainda variar em função do público-alvo ou do número de unidades linguísticas que compõem a sua macroestrutura, podendo esta ser extensiva, se ambicionar efectuar o levantamento do maior número de unidades lexicais ou terminológicas, ou intensiva, se pretender oferecer um elevado número de informações (Barros, 2002: 221).

Desta forma, Barros apresenta a sua própria classificação tipológica de obras lexicográficas ou terminográficas em função do nível de actualização da unidade lexical/terminológica e da presença ou ausência de definições e/ou dados enciclopédicos. Assim, a tipologia desta autora é constituída pelos seguintes tipos de obras: dicionário, como obra com definições inserida no nível do sistema; vocabulário técnico, científico ou especializado, como obra também com definições, situada ao nível da norma; léxico, como obra sem definições nem dados enciclopédicos, compreendida ou no nível do sistema ou no da norma; enciclopédia, como obra sem definições mas com dados enciclopédicos, que se integra no nível do sistema ou da norma (Barros, 2002: 226-227).

Em suma, revela-se extremamente difícil seleccionar um termo que ilustre o produto terminográfico por excelência, visto que o leque de definições acima apresentadas demonstram que estas variam consoante a disciplina em causa, seja a Lexicologia, seja a Terminologia, e consoante a visão dos autores dentro destas mesmas disciplinas. Efectivamente, mesmo a ISO, organização responsável pela uniformização a nível internacional, demonstra igualmente falta de rigor e precisão no que se refere a esta questão. Assim, existe uma falta de homogeneidade ao nível internacional no que diz respeito às tipologias destes produtos, devendo estabelecer-se um número reduzido de tipos básicos que possam permitir combinatórias.

Para além da designação atribuída aos produtos terminográficos, importa igualmente referir a organização que as colecções terminológicas podem assumir: a

ordem alfabética (contínua, letra a letra; ou descontínua, palavra a palavra), a sistemática (de acordo com a localização das entradas no sistema conceptual) ou a mesclada (alfabética e sistemática) (Wright & Budin, 1997: 326). A classificação das obras pela ordem sistemática oferece a vantagem de evidenciar as relações semântico-conceptuais estabelecidas entre os termos que compõem a obra em causa, apesar de apresentar a desvantagem de dificultar a procura de informação, já que o utilizador tem de estudar e compreender a organização interna da obra terminológica antes de a poder usar com eficiência. É por esta razão que a ordem sistemática é frequentemente combinada com a ordem alfabética, por meio de um índice alfabético (Barros, 2002: 222).

1.6 - Terminologia e Tradução

Tanto os tradutores como os intérpretes são utilizadores preferenciais dos produtos finais da Terminologia quando exercem a sua função de mediadores na comunicação entre especialistas, já que a Tradução surge como um processo que pretende facilitar a comunicação entre especialistas de diferentes línguas (Cabré, 1998: 47).

A Tradução estabelece uma relação de considerável dependência face à Terminologia, uma vez que esta se apresenta como fundamental para o exercício da tradução técnica e científica, não se verificando, no entanto, a situação inversa. Desta forma, acompanhando o desenvolvimento exponencial da ciência e da tecnologia, e dos termos usados na comunicação entre especialistas de diferentes línguas, esta relação de dependência agudiza-se e relaciona-se com o crescimento da terminologia multilingue.

Consequentemente, o tradutor técnico revela-se como um dos principais utilizadores dos produtos terminológicos, sejam estes sob a forma de glossários, dicionários especializados ou bases de dados. Para além de ser um mero utilizador das terminologias e avaliar as fontes terminológicas disponíveis para a sua actividade, o tradutor pode ainda encontrar-se pontualmente envolvido em trabalho terminológico, no sentido de solucionar dificuldades, isto é, delimitando o campo conceptual em que exerce a tradução de forma a encontrar a designação equivalente para um dado conceito. No entanto, o tradutor pode possuir formação em Terminologia e encontrar-

se qualificado para o trabalho terminográfico e para a criação de novos termos (Milner, 2000: 20).

1.7 - Pressupostos teóricos da Terminologia

«The knowledge structure of a **subject field** results from **terminological analysis**, that is, the contextual analysis of texts in the specialized language with a view to understanding and describing the **concepts** designated by **terminological units**.» (Pavel & Nolet: 2001: 15)

1.7.1 - Termos e tipos de termos

O termo, unidade mínima da Terminologia, é um signo linguístico, podendo ser representado em três eixos: no sistema formal, no semântico e no referencial, ou seja, como qualquer signo tem a possibilidade de ser analisado em relação a outros termos da mesma natureza e estas relações serem alvo de estudo (Cabré, 1999: 80-81).

Enquanto as palavras, as unidades lexicais, se definem por um conjunto de características linguísticas, com valor comunicativo e pragmático, e se referem a elementos da realidade, tendo como destinatários os falantes de uma língua natural, os termos apresentam-se como unidades com características linguísticas comuns aos lexemas, mas também como representações linguísticas dos conceitos de uma dada área conceptual e expressões utilizadas em Linguagens de Especialidade que procuram sistematizar os princípios da designação e denominar os conceitos de acordo com regras pré-estabelecidas, cujos destinatários são os especialistas de um campo conceptual determinado (Cabré, 1999: 35).

Consequentemente, a abordagem semasiológica da Lexicologia, reflectida na dicionarização, indica um processo de lexicalização, do lexema para a sua definição, culminando no conceito inerente, ao passo que a abordagem onomasiológica da Terminologia origina um processo de terminologização que corresponde à designação dos conceitos.

Assim, um termo exprime um nome, o qual se refere a um elemento da realidade humana, a uma entidade individual ou colectiva que designa e denota, ou seja, a designação estabelece uma relação entre o nome e a entidade nomeada pelos indivíduos que a utilizam e a denotação estabelece a referência de um nome à realidade. O nome possibilita denominar objectos, estabelecer relações

onomasiológicas, sendo um termo um nome que pode ser definido dentro de um sistema coerentemente estruturado (Rey, 1995: 26-27).

Finalmente, os termos podem ser constituídos por um lexema único («single word»), por expressões compostas ou multilexémicas («multiwords» ou «compound words»), unidades fraseológicas ou fraseologias («phraseological units» ou «set phrases») ou colocações («collocations»)⁵ (Wright & Budin, 1997: 14-15).

1.7.2 - A Unidade Terminológica

As unidades terminológicas correspondem às unidades mínimas da Terminologia, isto é, aos termos, aos signos distintivos e significativos que ocorrem no discurso especializado e que possuem uma vertente sistemática, visto que são unidades de um código estabelecido, e uma vertente pragmática, porque se referem a objectos do mundo real. Esta ideia equivale a afirmar que uma unidade terminológica constitui um símbolo convencional que representa um conceito definido num determinado campo do saber (Lerat, 1998 *apud* Cabré, 1999: 81).

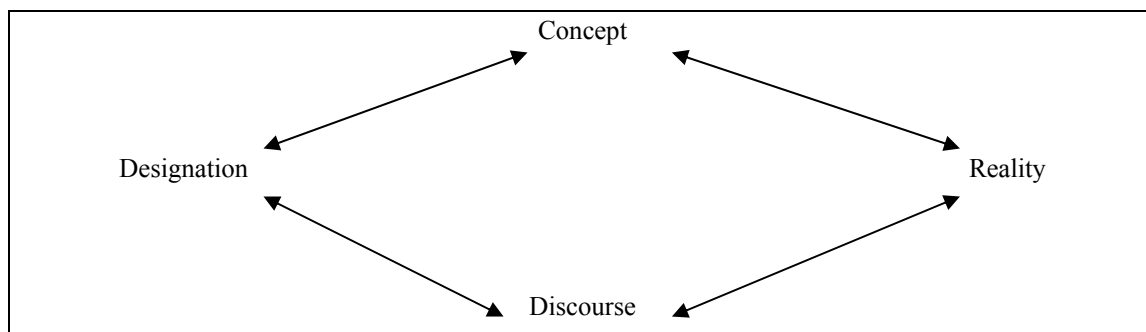


Figura 3: As relações estabelecidas pela unidade terminológica (Cabré, 1999: 81).

1.7.3 - A Definição

A actividade de definir e o modo como esta foi sendo descrita sofreram uma longa evolução, desde a Antiguidade Clássica até ao presente, através da Lexicologia, da Terminologia e das necessidades crescentes da linguagem. De um modo geral, uma

⁵ A abordagem necessariamente rápida da problemática das unidades multilexémicas deve-se ao facto de esta ser excessivamente complexa para ser explorada neste breve capítulo sobre termos e tipos de termos.

definição corresponde à atribuição de uma imagem mental a um conceito (Rey, 1995: 40-41).

A ISO 704 (1987) apresenta a definição como uma descrição completa, normalmente através da linguagem, de um conceito que utiliza outros conceitos já conhecidos, ideia complementada pela ISO 1087 (1990), segundo a qual a definição constitui um enunciado que descreve um conceito e que, dentro dum sistema de conceitos, permite diferenciá-lo de outros.

Quanto à caracterização da definição, convém mencionar um conjunto de traços delimitadores desta consoante as suas características intrínsecas, que se referem à natureza do conceito, ao seu material e ao seu tópico, e as suas características extrínsecas, que se relacionam com a função ou modo de operação. Por exemplo: «Intrapreneur: salaried manager [**natureza**] who applies to his work [**tópico**] the motivation and initiative [**modo**] of a company owner [**referente**]» (Pavel & Nolet, 2001: 24).

Alain Rey (1998: 1017), teórico que se debruçou sobre a questão da definição, descreve-a como a acção de determinar, de fixar, de dar limites às coisas, aos conceitos, com vários usos específicos na lógica, na teologia, nas ciências, na linguística e na técnica. Esta pode culminar numa definição descritiva, que se refere ao modo como as palavras são usadas pelos falantes, ou numa definição geradora de conceitos, cuja finalidade é construir uma linguagem “bem formada” segundo princípios científicos, constituindo uma metalinguagem da linguagem natural (Rey, 2000: 3).

Enquanto a definição lexicográfica se designa *definitio rei* (definição de coisas ou objectos), pois atribui às palavras o seu sentido comum e faz corresponder a coisa ou o objecto à sua formulação, isto é, é denotativa, extensional e semasiológica, a definição terminográfica denomina-se *definitio nominis* (definição do nome), já que explica significados a partir dos conceitos e de categorias de objectos. A definição terminográfica encontra-se expressamente formulada para um destinatário específico num contexto preciso, sendo onomasiológica e intensional de modo a adequar-se ao pensamento científico e a superar a ambiguidade, a polissemia e a conotação inerente ao lexema (Rey, 2000: 5-6).

No entanto, apesar de a definição terminográfica se encontrar intimamente ligada aos conceitos, a impossibilidade de conhecer um conceito na totalidade conduz à dificuldade em formular uma definição completa de qualquer conceito. Assim,

definir consiste em explicar alguns aspectos de uma visão humana da realidade designada pela linguagem, devendo o conceito ser distinguido da definição, daí existir uma certa liberdade na sua elaboração (Dubuc, 1992: 4-5).

Adicionalmente, convém diferenciar definição terminográfica de definição terminológica. Esta cria e gera os próprios conceitos, visando o trabalho dos terminólogos categorizar os objectos de um campo temático antes de lhes atribuir um nome, enquanto a definição terminográfica descreve os conceitos que já pertencem a um sistema preexistente, encontrando-se o trabalho do terminógrafo relacionado com a redacção propriamente dita das definições (Bessé *in* Wright & Budin, 1997: 66-67).

Consequentemente, a definição pode ajudar a entender o conjunto e as relações dos conceitos de uma área de saber e a utilização dos termos no discurso. A definição terminológica e terminográfica é precisa e exaustiva e abrange particularidades essenciais de um conceito, acabando por ser uma descrição funcional deste, que tem em conta as necessidades do seu utilizador num contexto determinado. O acto de definir significa descrever, delimitar e distinguir conceitos.

No que diz respeito à definição, Cabré (1999: 105-107) apresenta um importante conjunto de critérios para a sua elaboração:

1. a definição deve ser globalmente adequada, ou seja, deve ser verdadeira e descrever o conceito; permitir distinguir o conceito que define de outros conceitos semelhantes do mesmo campo de especialidade ou de campos diferentes; recolher as dimensões pertinentes de cada campo de especialidade; situar-se na perspectiva do campo conceptual a que pertence um conceito; e adequar-se às finalidades do trabalho terminológico de que faz parte;

2. a definição tem que ser especificamente adequada, isto é, deve juntar-se ao sistema de definições de um campo concreto, partindo da estruturação prévia deste campo; recolher todas as características essenciais de cada conceito, de acordo com a estrutura conceptual estabelecida; reflectir as relações sistemáticas que cada conceito mantém com os conceitos do mesmo campo; incluir todas as características, que não sendo essenciais, são importantes para uma descrição completa do conceito; e apresentar as características dos conceitos sucessivos de acordo com a selecção prévia das dimensões de cada campo, seguindo uma ordem sistemática, no caso dos conceitos que pertencem à mesma estrutura conceptual;

3. a definição deve corresponder a determinadas condições, do ponto de vista da sua expressão, por outras palavras, deve ser formulada correctamente; ser adequada

e respeitar as normas formais de construção das definições; utilizar a expressão adequada aos destinatários do trabalho terminográfico; constar de uma só oração; respeitar os princípios da Lexicografia na sua apresentação formal; utilizar descritores iniciais que possuam a mesma categoria que o termo descrito e se encontrem em relação de inclusão semântica face a este último; utilizar palavras conhecidas, devendo os vocábulos mais específicos usados figurarem como termos definidos no contexto do trabalho terminográfico; evitar a circularidade, o recurso à definição de um conceito pela sua negação, o recurso às paráfrases desnecessárias que não transmitam informações e que não possam deprender-se do próprio termo e as fórmulas metalinguísticas.

Uma vez cumpridos estes critérios para a elaboração das definições, há que ter em consideração que estas se podem agrupar em três tipos de acordo com a forma como foram redigidas; são definições intensionais ou por intensão se enumerarem o conjunto de características que constituem um conceito; são extensionais ou por extensão se mencionarem a totalidade de objectos, aos quais os conceitos se referem; são partitivas se listarem todas as partes que perfazem o todo compreendido num conceito (Wright & Budin, 1997: 339).

Em suma, a definição apresenta-se como um enunciado conciso das características de um conceito, atribuindo este conceito sentido ao termo que o exprime permitindo estabelecer uma correspondência unívoca. No entanto, a formulação das definições depende em grande medida do campo técnico ou científico em causa, mesmo que deva obedecer a algumas normas de redacção.

1.7.4 - O Conceito

A noção de ‘conceito’ de acordo com a ISO, Recomendação R740: 1986 (*apud* Rey, 1995: 33) coincide com a mesma estabilizada na tradição wüsteriana, a saber: «A mental construct for classifying the individual objects of the outer world by means of a more or less arbitrary level of abstraction». Desta forma, os conceitos pertencentes a uma área de especialidade são constructos mentais que possibilitam estruturar os objectos do mundo real, os quais podem ser entidades concretas ou abstractas, propriedades, relações, funções ou actividade (Pavel & Nolet, 2001: 21).

A função dos conceitos no âmbito da Terminologia é permitir a classificação de objectos ou conjuntos de objectos, ou seja, a sua ordenação mental (expressa

posteriormente em sistemas conceptuais), ou a sua comunicação, isto é, a sua associação a um símbolo linguístico. É neste momento que se processa a fase da denominação, através da atribuição de um termo ou termos a cada conceito, já que a relação unívoca a estabelecer entre conceito e termo pode nem sempre ser possível, mesmo que desejável. Se estas representações mentais versarem objectos ou seres serão expressas pela categoria gramatical dos nomes, se se centrarem nas características ou nas qualidades pelos adjectivos e eventualmente pelos nomes, se forem acções pelos verbos e nomes, se exprimirem locais, situações ou relações pelos advérbios, preposições, conjunções e nomes (Felber, 1984: 115).

Os conceitos podem ser classificados segundo a sua intensão, o conjunto de características de um conceito, a sua extensão, o agrupamento de todos os conceitos subordinados de um mesmo nível de abstracção (espécie) ou de todos os objectos individuais que pertencem ao conceito (classe), ou a sua composição, o conjunto de partes que constituem o todo, determinado pela contiguidade de objectos individuais no espaço (Felber, 1984: 115-117).

Assim, verifica-se que as características assumem um papel relevante no estudo dos conceitos, uma vez que constituem elementos de um conceito que possibilitam descrever e identificar qualidades de um objecto individual e, em última instância, constituem também parte dos conceitos. A função das características é diversificada, podendo estas ser utilizadas para a comparação e classificação de conceitos, a formulação de definições e a criação dos termos correspondentes aos conceitos em causa. Para além disto, as características afiguram-se fundamentais para a delimitação de um conceito face àqueles que lhe são contíguos numa série horizontal de conceitos, para a formação de espécies a partir do seu *genus* e para a construção de sistemas conceptuais, designadas como características classificatórias (Felber, 1984: 117).

À semelhança dos conceitos, as características também são passíveis de uma tipificação, podendo ser: intrínsecas, se forem características inerentes, como o tamanho, a forma, o material, a cor, ou extrínsecas, se forem características relativas à função (aplicação, funcionamento, desempenho, localização, posicionamento no conjunto) ou à origem (método de manufactura, descobridor, inventor, produtor, país de origem, fornecedor); simples, se se referirem somente a uma propriedade de um objecto individual, ou complexas, se resultarem da combinação de duas ou mais características; equivalentes, se constituírem características diferentes mas que possam substituir-se mutuamente em determinados contextos, ou não-equivalentes, se

permitirem a criação de sistemas conceptuais através de características independentes (podem seguir-se em diferentes níveis numa série vertical de conceitos e ser combinados arbitrariamente) ou de características dependentes (devem ser precedidas pelas características supra-ordenadas) (Felber: 1984: 117-120).

Paralelamente à estruturação acima apresentada, os conceitos podem ainda ser categorizados pela hiperonímia, sendo supra-ordenados os conceitos que podem ser subdivididos noutros de nível inferior, pela hiponímia, constituindo conceitos subordinados que podem ser agrupados juntamente com outros do mesmo nível para constituírem um nível conceptual superior, ou pela co-hiponímia, se forem coordenados ou conceitos que constituem um grupo do mesmo nível (Wright & Budin, 1997: 337-338).

Nesta última tipologia de conceitos, princípio-base para o trabalho onomasiológico da Terminologia (Sager, 1990: 56), aflora-se já a questão das relações entre conceitos, fundamento para a constituição de sistemas conceptuais, a explorar seguidamente.

1.7.5 - Os Sistemas Conceptuais

Os conceitos estabelecem relações directas com outros conceitos que detêm as mesmas características na sua intensão ou indirectas se os objectos individuais que representam são contíguos, revelando assim as relações que estabelecem com outros conceitos por meio do sistema conceptual em que se integra.

Esta tipologia de relações rege-se segundo a classificação de Wüster (*apud* Felber, 1984: 120) em relações lógicas, relações ontológicas e relações de efeito que será exposta de seguida.

No que diz respeito às relações lógicas, estas apresentam-se como relações de similaridade, genéricas ou abstractas, em que os conceitos partilham parte da sua intensão, algumas das suas características. No âmbito destas relações lógicas, distinguem-se quatro tipos de relações lógicas: as de subordinação, de intersecção, de coordenação e as diagonais (Felber, 1984: 121-123).

A relação lógica de subordinação cria uma relação vertical entre os conceitos e estabelece-se se um conceito possui todas as características de um outro e uma outra característica adicional. Se a relação for de supra-ordenação, o conceito em causa constituirá o *genus* dos restantes, se for de subordinação será uma espécie de outro ou

outros. Por exemplo, o veículo é o *genus* de avião (veículo > avião), enquanto a avioneta é uma espécie de veículo (avioneta < veículo)⁶.

Num outro sentido, a relação lógica de coordenação produz uma relação horizontal entre conceitos se dois conceitos tiverem a mesma intensão e pelo menos mais uma característica que pertença ao mesmo tipo de características, ou seja, estes encontram-se subordinados ao mesmo *genus* e são conceitos coordenados. Este é o caso da avioneta e avião que são conceitos coordenados.

Por sua vez, a relação lógica de intersecção estabelece-se quando dois conceitos em processo de comparação possuem intensões parcialmente idênticas, encontrando-se intersectados. Esta relação é exemplificada pela noção de ensino que se intersecta com a noção de instrução (ensino X instrução)⁷.

Finalmente, a relação lógica diagonal estabelece-se sempre que duas espécies de um *genus* comum não se encontrem relacionadas nem por subordinação nem por coordenação, estabelecendo uma relação diagonal (ex.: balão / veículo aéreo; avioneta \ avião)⁸.

Desta forma, as ligações lógicas ocorrem quando dois de três conceitos comparados são coordenados, enquanto um terceiro é subordinado ou supra-ordenado aos outros dois, ou seja, estes conceitos coordenados encontram-se ligados a esse terceiro conceito que ou é uma espécie ou um *genus*. Assim, é evidente que, dos quatro tipos de relações lógicas, as mais frequentes sejam as relações de subordinação e de coordenação. Os dois conceitos coordenados podem encontrar-se ligados por meio de determinação, se um segundo conceito é integrado na intensão do primeiro, sendo alargada por uma característica adicional (o conceito resultante é uma espécie do primeiro), de conjunção, quando se dá a integração das extensões dos dois conceitos, resultando numa espécie comum a estes, ou de disjunção, se integrar as extensões dos dois conceitos (Felber, 1984: 123-125).

Relativamente às relações ontológicas, estas são relações indirectas estabelecidas entre objectos individuais abrangidos por um conceito, caracterizando-se por relações de contiguidade ou justaposição de tempo e espaço ou por ligação de causa-efeito. A relação mais comum é a partitiva, que se encontra subdividida em: relação partitiva por subordinação ou relação partitiva vertical, quando um objecto

⁶ Entenda-se > e < como símbolos das relações de hiperonímia e de hiponímia entre conceitos, respectivamente.

⁷ Entenda-se X como símbolo de intersecção entre conceitos.

⁸ Entenda-se / como símbolo de uma relação diagonal entre conceitos.

individual partilha as mesmas partes de um outro objecto individual, possuindo adicionalmente uma outra parte, funcionando este primeiro conceito como o todo que abrange o outro como parte; relação partitiva por intersecção, se dois objectos individuais são comparados relativamente às suas partes e somente algumas são comuns, intersectando-se os conceitos destes objectos; relação partitiva por coordenação ou relação partitiva horizontal, que ocorre entre dois objectos individuais que representam partes de um todo comum; e relação partitiva diagonal, se duas partes de um todo comum não se relacionam nem por subordinação nem por coordenação, estabelecendo-se uma relação diagonal entre eles (Felber, 1984: 125-129).

Consequentemente, a ligação entre dois ou mais objectos individuais cria um novo objecto, visto que as ligações ontológicas não combinam dois ou mais conceitos, mas dois ou mais objectos individuais que pertencem a esses conceitos, ao passo que as relações lógicas se produzem somente entre conceitos e as suas características.

No que concerne as relações de efeito, estas assumem a forma de uma relação por sucessão, como é o caso das relações de contiguidade temporal (ex.: «predecessor» e «sucessor»), ou de uma relação material/produto, se revelar diferentes fases na produção de bens do estado bruto ao produto final (ex.: «wood» e «cabinet») (Felber, 1984: 129-130).

No estabelecimento das relações entre conceitos e a criação dos sistemas conceptuais, as características têm um papel fundamental, determinando o espaço que o objecto individual ocupa no sistema. As características agrupam-se em tipos de características e estes são os elementos estruturantes e os critérios de divisão dos sistemas em questão. Enquanto os sistemas conceptuais de tipo divisório são monohierárquicos, os de tipo combinatório são possíveis através da combinação de características (Felber, 1984: 135).

Relativamente à representação de relações lógicas (Felber, 1984: 135-145), os elementos de um sistema conceptual relacionam-se com base na similaridade, ou seja, no número de características partilhadas pelos conceitos. Entre as possibilidades de representação, contam-se as seguintes: os diagramas em árvore, que têm a forma de uma pirâmide;

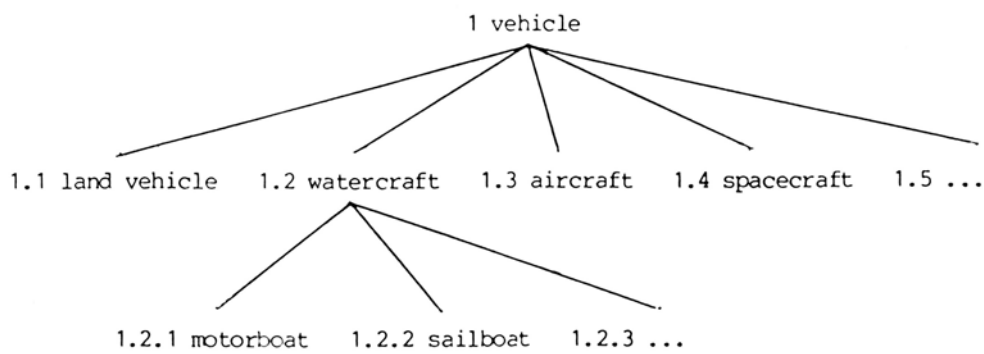


Figura 4: Diagrama em árvore (Felber, 1984: 136).

os diagramas em rede, formados por uma combinação de diagramas em árvore que abrangem diferentes tipos de características, mais adequados para expressar um elevado número de tipos de características abrangidos por um determinado conceito;

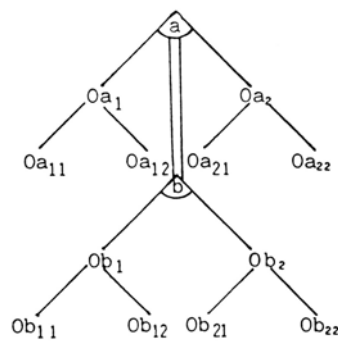


Figura 5: Exemplo de diagrama em rede (Felber, 1984: 140).

os diagramas rectangulares;

0	0.1	0.1.1
		0.1.2
	0.2	0.2.1
		0.2.2

Figura 6: Exemplo de diagrama rectangular (Felber, 1984: 140).

os diagramas circulares, que representam tipos de características e as características em si em segmentos do círculo

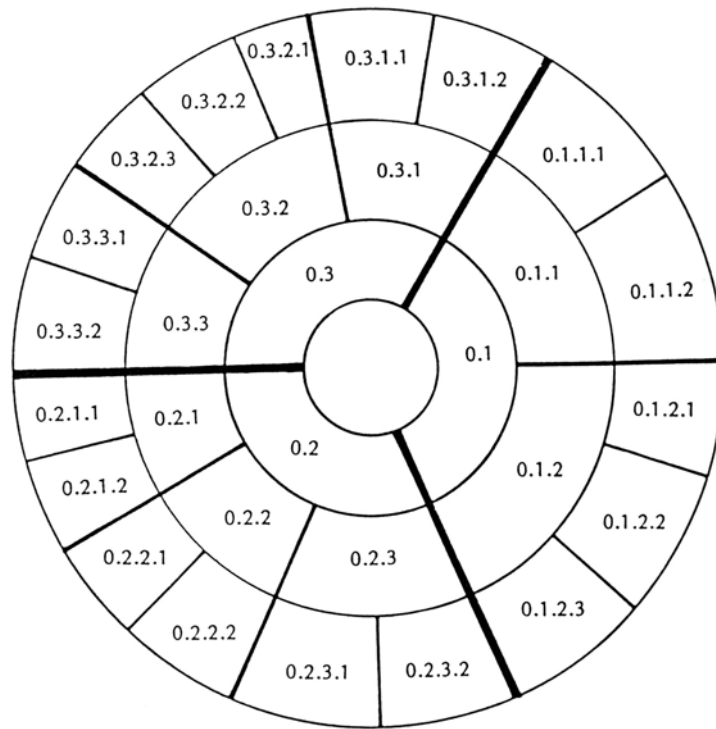


Figura 7: Exemplo de diagrama circular (Felber, 1984: 142).

os quadros de características, nos quais as características são representadas pelos termos;

a	b	c	d	e
Surface of take-off and landing (watering)	Range of velocity	Propulsion	Range	Use
a ₁ land	b ₁ subsonic	c ₁ propeller driven	d ₁ long range	e ₁ passenger
a ₂ sea	b ₂ supersonic	c ₂ turbopropeller driven	d ₂ medium range	e ₂ freight
a ₃ sea and land		c ₃ jet	d ₃ short range	e ₃ passenger and freight
				e ₄ convertible

Figura 8: Exemplo de um quadro de características aplicado às características dos veículos (Felber, 1984: 143).

os quadros exemplificativos de características;

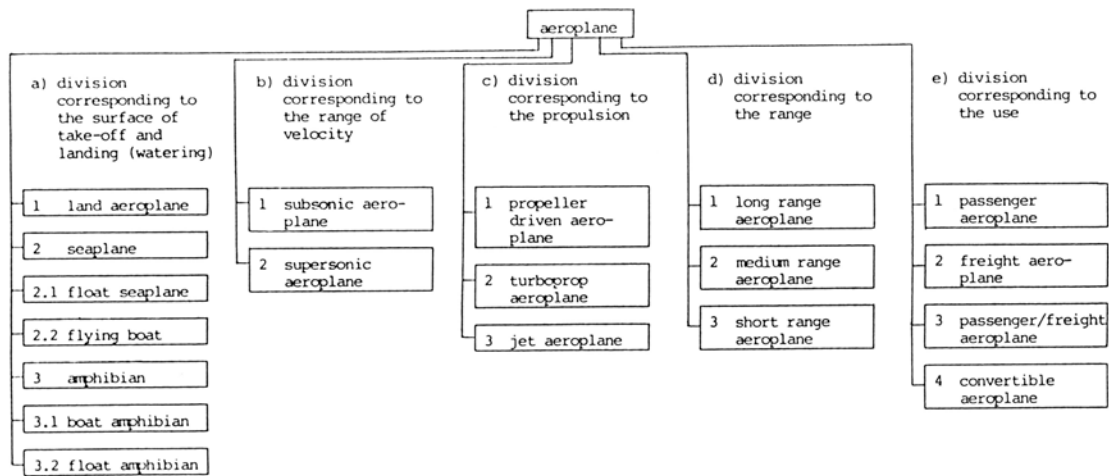


Figura 9: Exemplo de um quadro exemplificativo das características de um avião (Felber, 1984: 144).

as grelhas, que são usadas quando somente dois tipos de características se encontram envolvidos;

a	a_1	a_2	a_3
b	a_1b_1	a_2b_1	a_3b_1
b_2	a_1b_2	a_2b_2	a_3b_2

Figura 10: Exemplo de uma grelha. (Felber, 1984: 145).

e os índices, onde os termos de um sistema conceptual são listados.

1.	vehicle
1.1	land vehicle
1.2	water craft
1.2.1	motorboat
1.2.1.1	(...)
1.2.2	sailboat

Figura 11: Exemplo da organização dos veículos em índices (Felber, 1984: 145).

Quanto à representação de relações ontológicas partitivas (Felber, 1984: 146-147), as relações entre os elementos do sistema não se relacionam com os conceitos,

mas com os objectos individuais, já que são relações de contiguidade, devendo as relações ontológicas ser representadas por meio de diagramas chaveta.

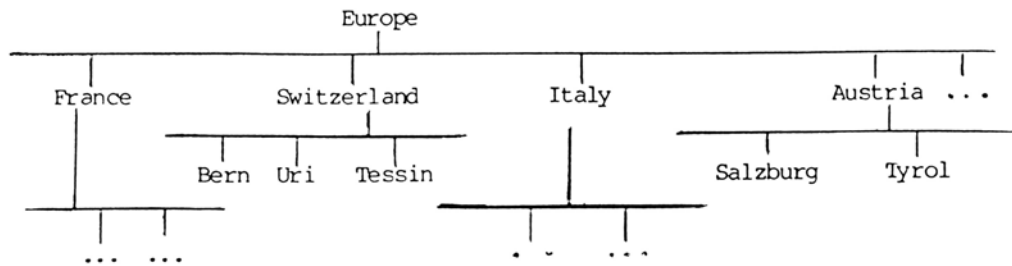


Figura 12: Representação conceptual através de um diagrama chaveta dos países da Europa em 1984 (Felber, 1984: 146).

Paralelamente a estes, evidenciam-se também os diagramas combinatórios de sistemas conceptuais lógicos e partitivos.

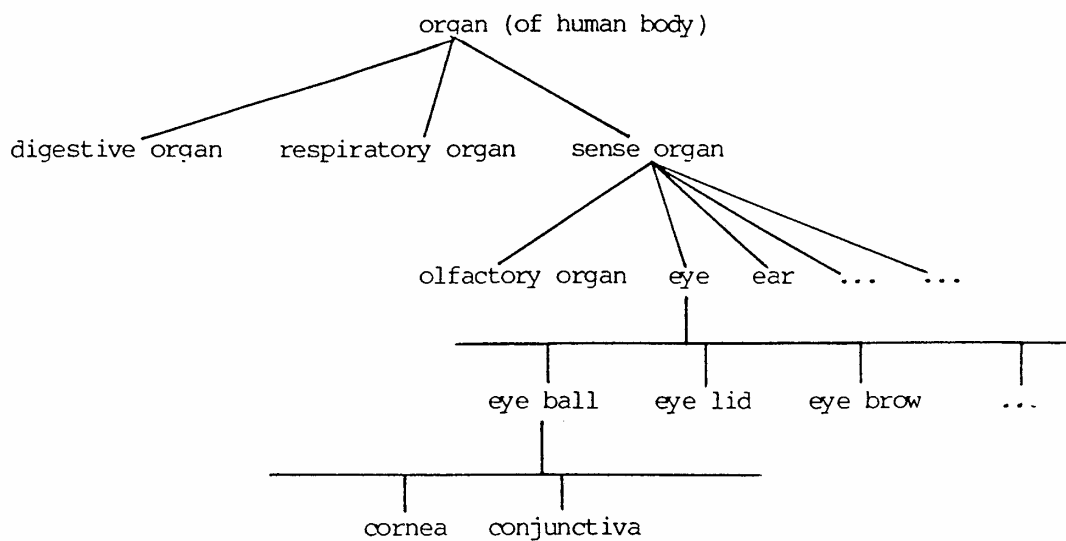


Figura 13: Exemplo de um diagrama combinatório (Felber, 1984: 147).

A representação da multidimensionalidade, isto é, de sistemas representativos de conceitos múltiplos, multidimensionais ou multifacetados, reflecte a permanente interligação entre os conceitos nos vários planos de referência do mundo real e permite visualizar estas relações simultaneamente ou numa sequência temporal reduzida. Assim, a multidimensionalidade pode ser representada através da implementação de diferentes estratégias: o aumento do tamanho do écran de um computador para acomodar a complexidade dos sistemas múltiplos; a representação de diferentes

subsistemas por meio de cores; o emprego da capacidade do hipertexto que permita carregar nos nós/nódulos dos vários sistemas conceptuais, de modo a visualizar material gráfico ou textual representativo de sistemas conceptuais adicionais que incluam o mesmo conceito; as listas formatadas com base em hierarquias (Wright & Budin, 1997: 90-91; 94-95).

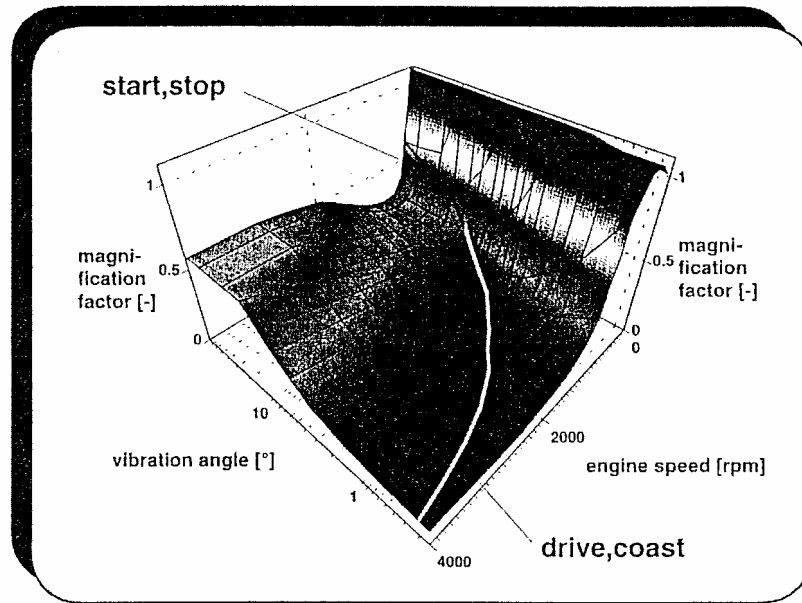


Figura 14: Exemplo de um esquema multidimensional (Wright & Budin, 1997: 95).

1.7.6 - A Neonímia

Aquando do processo de uniformização inerente ao trabalho terminológico, afigura-se essencial a formação de termos que expressem os conceitos de um dado campo conceptual, seja em terminologia monolíngue, seja em terminologia multilíngue.

De acordo com Dubuc (1992: 89), a neologia constitui uma inovação introduzida nos hábitos lexicais de uma língua, podendo resultar de uma associação arbitrária de sons ou letras, de uma mobilização de recursos morfológicos ou sintáticos existentes ou da introdução de elementos pertencentes a outras línguas.

Este autor identifica ainda um conjunto de tipologias de neologia: a neologia estilística, que pretende atenuar o uso dos termos ou produzir um efeito específico para a utilização de um termo novo, ou seja, não se relaciona com uma realidade nova, mas

com a necessidade premente de designar uma realidade já existente; a tecnológica, que se liga à necessidade de denominar uma nova realidade, especialmente resultante da existência de novas máquinas ou de novos produtos; a social, uma vez que a evolução das estruturas sociais pode conduzir à produção de termos, isto é, a criação de novos termos encontra-se intimamente ligada à transformação da sociedade; e a funcional, que se ocupa da abreviação/redução dos termos considerados demasiado longos e se exerce maioritariamente por analogia (Dubuc, 1992: 90-91).

Paralelamente, Guilbert (*apud* Correia, 1998: 64-65) apresenta uma estruturação da neologia segundo três tipologias: a denominativa, baseada na necessidade de nomear novas realidades; a artística, resultante da procura de uma maior expressividade no discurso no sentido de traduzir ideias não-originais de forma nova; e a linguística, através da qual as unidades são entendidas como sintagmas e não se encontram registadas nos discursos.

Segundo Correia (1998: 63; 71-72), a neologia é um fenómeno que afecta o léxico de uma língua através da introdução de novas unidades lexicais sentidas como novas pela comunidade linguística, apresentando-se o seu carácter de novidade como um critério psicológico. Neste sentido, convém clarificar a diferença entre neologia e neologismo, já que este constitui uma unidade lexical (palavra, lexia ou sintagma) cuja forma se caracteriza por um funcionamento efectivo num determinado modelo de comunicação. Os neologismos formais dão origem a unidades com um significante novo, como os derivados e os compostos novos e as palavras de origem estrangeira; os semânticos resultam numa nova associação significado-significante, isto é, um termo já existente adquire uma nova acepção; e os pragmáticos provêm da passagem de uma palavra usada num registo para outro da mesma língua, que implica a novidade semântica.

Adicionalmente, afigura-se fundamental distinguir neologia, como termo mais abrangente, de neónimia que inclui somente os neologismos de cariz terminológico. A neónimia ou neologismo terminológico exige o cumprimento de requisitos relacionados com a uniformização (Correia, 1998: 73), tais como ser fruto de efectiva necessidade denominativa; não apresentar conotações negativas nem provocar associações inconvenientes; pertencer ao registo formal da especialidade em questão; ser memorizado com facilidade; não contradizer as linhas básicas das políticas linguísticas previamente estabelecidas.

Dubuc (1992: 101) reúne igualmente um conjunto de critérios para a formação do que designa como “bons” neologismos: a brevidade e a economia; a flexibilidade (não deve colocar dificuldades na pronúncia e na ortografia, facilitando a sua utilização); a motivação (linguisticamente, o termo deve ser arbitrário); a adequação (a relação monossémica); a possibilidade de derivação (permitindo a formação de novos termos e contribuindo para uma maior produtividade); a aceitabilidade (a abertura dos indivíduos para a sua utilização).

1.7.7 - A Normalização

A problemática da normalização, criação de uma forma que funcione como modelo relaciona-se com a uniformização da terminologia em áreas técnicas e científicas, especificamente com a vertente prescritiva da Terminologia (Cabré, 1999: 195). Esta actividade é normalmente conduzida por organizações nacionais ou internacionais, tal como a ISO a nível internacional (criada em 1947) ou o IPQ (Instituto Português de Qualidade) no caso português.

Assim, a normalização depende de agências governamentais ou institutos privados, que visam constituir normas, ou seja, terminologias com força de lei, as quais são posteriormente transformadas em normas nacionais com validade de lei. Neste caso, os glossários podem ser necessários, se não fundamentais, para preparar normas efectivas, que conduzem a glossários, base de futuras normas.

A crescente relevância da prescrição terminológica resulta igualmente da necessidade de uniformizar o uso no seio de áreas de especialidade para elucidar a sua terminologia, ao nível dos conceitos, termos e definições. Esta uniformização provém da urgência de clarificar a comunicação entre especialistas da mesma ou de diferentes línguas, de modo a estabelecer uma comunicação monossémica e não-ambígua. No processo de uniformização, participam terminólogos profissionais em cooperação com os especialistas da área em questão, juntamente com o pessoal editorial (editores e escritores técnicos) (Wright & Budin, 1997: 197-198).

Para além da necessidade de harmonização em ambientes monolíngues, é essencial a gestão da terminologia multilíngue, para que se proceda à harmonização de conceitos e termos entre as várias línguas e se solucionem os problemas acarretados pelas fronteiras entre línguas diferentes.

No contexto da ISO destaca-se o Comité Técnico 37 (CT 37), que se ocupa dos princípios e da coordenação da Terminologia, produzindo normas em Terminologia para normalizadores internacionais, cuja motivação se baseia em fornecer métodos uniformes para a Terminologia: dando assistência a órgãos de uniformização na gestão da sua terminologia, permitindo a comunicação do conteúdo e da aplicação das normas técnicas, auxiliando os especialistas a alcançar uma gestão terminológica mais eficaz e permitindo um acesso mais facilitado aos campos conceptuais representados pelas normas internacionais. Especificamente, a ISO 10241 prepara os fundamentos para a uniformização ao fornecer ferramentas internacionais para a Terminologia e um modelo para projectos de terminologia ao nível nacional, nomeadamente as fases da produção de normas terminológicas, isto é, planear a abordagem, compor a norma e apresentar os dados (Wright & Budin, 1997: 203-204).

No entanto, a terminologia prescritiva apresenta algumas limitações, a saber (Wright & Budin, 1997: 201): a uniformização de terminologias em áreas de especialidade jovens; as terminologias uniformizadas fora do seu âmbito podem assumir outro valor e ser encaradas como meramente descritivas; a ausência de órgãos normalizadores em Portugal ou de agências governamentais, a par de alguma inércia e disfuncionalidade do IPQ.⁹

1.7.8 - Os Corpora

A noção de *corpus* é fundamental para o entendimento da sua importância no âmbito da Terminologia. Sinclair (*apud* Pearson, 1998: 42) descreve um *corpus* como sendo: «a collection of pieces of language that are selected and ordered according to explicit criteria in order to be used as a sample of the language». Por outro lado, Atkins *et al.* (*apud* Pearson, 1998: 42) entendem-no como: «a subset of an electronic text library built according to explicit design criteria for a specific purpose», enquanto Francis (*apud* Pearson, 1998: 43) o define como: «a collection of texts assumed to be representative of a given language, dialect or other subset of language, to be used for linguistic analysis». Finalmente, Taylor (1998: 44) afirma que um *corpus* constitui na perspectiva de um tradutor:

⁹ Cf. Capítulo 1.3.

«a large body of recorded text material, written and/or spoken, stored on computer and available to the user at the push of a button, available not only in the form of a mechanised dictionary, but also manipulable in the sense that information such as a term's frequency of use or collocational range can be extracted».

Desta forma, a definição de *corpus* encontra-se intimamente relacionada com a sua função, ou seja, com o objectivo que o *corpus* em causa pretende concretizar numa determinada área de pesquisa. Pearson (1998: 43-48), ao mencionar que a linguística de texto se apresenta como uma área relativamente recente, afirma que alguns termos foram cunhados para representar o seu desenvolvimento. Assim, enuncia os seguintes tipos de *corpus*: *corpus* geral ou de referência geral, colecção de textos homogénea que fornece informação intensional sobre uma língua; *corpus* de monitorização, com o objectivo de extrair dados e observar as alterações linguísticas de uma dada língua; *sub-corpus*, que possui todas as características de um *corpus*, mas é parte representativa deste; componentes de *corpus*, que ilustram um tipo de linguagem específica, sendo seleccionados de acordo com critérios linguísticos que asseguram a sua homogeneidade linguística, mas não sendo representativo; *corpus* especial ou especializado de áreas de comunicação especializada; *corpus* de amostra, um grande número de pequenos extractos; *corpus* total, sem qualquer tipo de alteração à totalidade do *corpus*; *corpus* para fins específicos, seja para o ensino de uma língua, seja com propósitos linguísticos variados; *corpus* comparável; e, por último, *corpus* paralelo.

Estes dois últimos tipos de *corpora* são entendidos como fundamentais para o trabalho terminológico. Assim, um *corpus* comparável consiste num conjunto de textos em duas ou mais línguas relativo à mesma área de saber ou a uma área similar, ou ainda um grupo de textos de pares de línguas que podem ser contrastadas e comparadas em função das suas características específicas, enquanto um *corpus* paralelo pode assumir uma das três hipóteses: alinhamento de textos originais numa L1 e as respectivas traduções; alinhamento de textos originais nas L1 e L2 e as suas respectivas traduções; ou alinhamento de traduções em diversas línguas de um texto originalmente escrito numa dada língua.

Segundo Tognini-Bonelli (*apud* Pearson, 1998: 48-49), as possíveis abordagens a efectuar sobre os *corpora* podem ser de natureza linguística, se o objectivo for validar uma hipótese e descobrir excepções, não sendo o *corpus* um mero repositório de exemplos de teorias pré-definidas, podem ter em vista os próprios

corpora, no sentido de exemplificar e/ou validar teorias existentes, ou os dados a retirar destes, como é o caso do ensino de uma língua.

Para além da clarificação dos objectivos a alcançar a partir do trabalho efectuado sobre os *corpora*, convém igualmente classificar os textos que os constituem em função de critérios externos, o género ou tipologia¹⁰, o modo ou forma, a origem e os objectivos (o público alvo, o resultado), e de critérios internos, o tópico e o estilo.

No que se refere à configuração de um *corpus*, afigura-se um conjunto de critérios a ter em consideração: o tamanho, o suporte dos textos, a origem dos textos, a sua constituição, o autor, o carácter técnico, o público-alvo, o resultado pretendido, o contexto e a factualidade.

As características da análise baseada em *corpora* são as seguintes: ser empírica porque analisa os verdadeiros padrões de uso dos textos em questão, utilizar uma extensa colecção de textos naturais, designados como *corpus*, que funciona como o núcleo da análise, utilizar extensivamente os computadores através de técnicas automáticas e interactivas para levar a cabo esta pesquisa e depender de técnicas analíticas quantitativas e qualitativas. No entanto, esta análise baseada em *corpora* deve ir além da mera contagem de especificidades linguísticas, deve incluir igualmente a interpretação funcional de padrões quantitativos (Biber *et al.*, 1983: 4-6).

De acordo com Biber *et al.* (1983: 5-6), os dois tipos de pesquisa efectuada a partir de *corpora* centram-se no uso de particularidades linguísticas, seja um item lexical, seja uma construção gramatical, ou nas características de textos. No âmbito da pesquisa do uso de uma característica linguística, contam-se as associações linguísticas da característica (associações lexicais ou associações gramaticais) e as associações não-linguísticas da característica (a sua distribuição em níveis de língua, em dialectos e distribuição diacrónica). No que diz respeito à pesquisa de textos, os padrões de associação linguística abrangem características linguísticas individuais ou classes de características e padrões de co-ocorrência de características linguísticas.

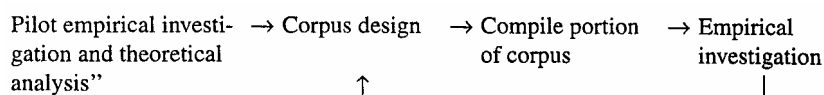


Figura 15: Exemplificação das fases do processo de investigação baseado em *corpora* (Pearson, 1998: 51).

¹⁰ Ver capítulo 3.3.4.

1.8 - Conclusões

Tendo em consideração que o crescimento exponencial das ciências e das tecnologias conduziu à criação de uma multiplicidade de novos campos de saber ou à expansão e divisão de áreas conceptuais já existentes, com a consequente criação de esferas de autonomia, impôs a necessidade de designar novos conceitos no âmbito de cada uma das línguas naturais (Taylor, 1998: 33).

É neste contexto que a Terminologia alcança a sua verdadeira função e se ocupa não só da designação de novos conceitos, como já foi referido, como também da organização e representação das relações estabelecidas entre conceitos, da formação de novos termos, da definição dos respectivos conceitos, da uniformização das Linguagens de Especialidade, entre outros aspectos.

No sentido de reflectir a crescente relevância da Terminologia no panorama actual, apresentou-se a evolução da Terminologia a partir do momento em que esta se fez sentir como mera necessidade de denominação até à sua afirmação como ciência autónoma. No entanto, como ciência autónoma que é, a Terminologia não é totalmente independente, antes surge como uma disciplina interdisciplinar, porque partilha um campo de acção comum a várias ciências, e como uma disciplina transdisciplinar, uma vez que a sua aplicação se manifesta numa exigência por parte de inúmeras ciências. Entre várias disciplinas, realçam-se a Linguística, a Lexicologia, particularmente a Lexicografia, e a Tradução.

Finalmente, expuseram-se os conceitos sobre os quais a teoria terminológica assenta e a sua aplicação terminográfica, especificamente o termo e a unidade terminológica, a definição, o conceito, as relações entre conceitos, os sistemas conceptuais, a normalização e os *corpora*.

Em suma, este capítulo teve por principal objectivo não só proporcionar um enquadramento no âmbito da Terminologia, que forneceu os seus pressupostos teóricos, os seus procedimentos e os seus produtos, mas também fundamentar a aplicação desta ciência a ser efectuada na Parte 2, com a elaboração de uma base de dados terminológica para as metáforas com estatuto de termo.

Capítulo 2 - A Metáfora

2.0 - Introdução

O capítulo que se segue tem por objectivo expor a evolução da metáfora nas suas dimensões literária e retórica desde a Antiguidade Clássica até ao século XIX e as alterações que o seu estudo sofreu a partir deste século. No âmbito do século XX e da abordagem da linguagem figurativa, salientam-se os contributos de um conjunto de disciplinas, nomeadamente da Linguística, da Antropologia e da Psicologia, que permitiram que a metáfora deixasse de ser encarada como um mero ornamento literário e retórico dos textos para assumir importância cognitiva, na organização e conceptualização da realidade. Paralelamente, considerou-se ainda pertinente apresentar diversas teorias sobre a metáfora, tal como a teoria da substituição, da comparação, da interacção, da relevância e dos protótipos, e a perspectiva de diferentes teóricos relativamente aos tipos de metáforas existentes.

Neste sentido, Scheffler (*in* Dormael *et al.*, 1986: 117-122) expõe os dez mitos criados à volta da metáfora: o mito da falsidade (só as afirmações literais são verdadeiras e só os cientistas dizem a verdade); o mito do embelezamento (as metáforas são meros ornamentos retóricos, que podem ser dispensados, e cognitivamente vazios); o mito da emotividade (são altamente emocionais e sem conteúdo cognitivo); o mito da sugestividade (estimulam associações de ideias que podem culminar em verdades); o mito da comunicação (a comunicação de um pensamento puramente literal requer o uso de metáforas, ou é facilitada deste modo); o mito da autoria (somente o autor das metáforas tem direitos sobre estas, estando sob total controlo do seu criador); o mito da verdade metafórica (*versus* verdade literal, reflectindo a diferença entre enunciados poéticos e científicos); o mito da constância (todo o discurso é metafórico, pertencendo qualquer termo a uma linhagem metafórica e sendo o literal esvaziado de conteúdo); o mito da fórmula (a existência de uma fórmula para descodificar as expressões metafóricas); e o mito do objecto (só a comparação de objectos se encontra envolvida na descrição metafórica). Este capítulo referente à metáfora pretende também refutar alguns destes mitos desenvolvidos em torno da metáfora.

2.1 - A (Onto)gênese da metáfora¹¹

2.1.1 - Noções introdutórias

«(...) 'Metaphor' only exists because metaphors do.
And metaphors only exist when they actually occur
in language, in society, and in time.»
(Hawkes, 1972: 5)

Ao longo de vários séculos que a questão da metáfora tem vindo a ser encarada sob diferentes perspectivas e interesses distintos, que originaram teorias de índole diversificado. Entre estas teorias destacam-se as teorias linguísticas, as estéticas (que pretendem estudar a composição e a recomposição voluntária e artística das palavras e outros materiais simbólicos), as cognitivas (que visam focar o funcionamento da mente), as ontológicas (que enfatizam a importância da transfiguração ou criação conceptual na constituição do homem), as desconstrucionistas (que aspiram revelar decisões arbitrárias ou infundadas da concepção dos pensamentos ou dos conceitos) (Miguens, 2002: 73-74).

O termo 'metáfora' provém do vocábulo grego *metaphora* que significa 'transferir, transportar ou deslocar para', implicando um conjunto de processos linguísticos segundo o qual elementos ou características de um determinado objecto são transferidos para um outro, de modo a que esse segundo objecto funcione como se fosse o primeiro. A própria palavra *metaphora* é uma metáfora, «um pedido de empréstimo de movimento», podendo condenar todos aqueles que procuram definir a metáfora a um percurso circular e uma ausência de fundamentação, já que *phora* significa 'mudança de lugar' e uma metáfora apresenta-se literalmente como uma palavra fora do lugar (Miguens, 2002: 76).

Este meta-problema da metáfora é identificado, por outros autores, nomeadamente Nietzsche (*apud* Miguens, 2002: 76) como o facto de a linguagem ser irreduzivelmente e por natureza metafórica, ou seja, toda a linguagem se encontra natural ou potencialmente 'fora do lugar'.

¹¹ O termo 'ontogênese' utilizado no título deste sub-capítulo resulta de uma adaptação do título do artigo de Winner, McCarthy & Gradner *in* Hoffman & Honeck (1980: 341-361), tendo sido aplicado à evolução da metáfora ao longo da história humana.

Tradicionalmente, a metáfora encontra-se inserida no âmbito da linguagem figurativa *versus* a linguagem literal, sendo esta a linguagem que significa exactamente o que expressa ao fazer uso de palavras da língua geral, presentes no discurso quotidiano dos falantes, e aquela a linguagem que interfere deliberadamente no sistema de uso literal, interferência esta que assume a forma de uma transferência, com o objectivo de alcançar um sentido novo, simultaneamente mais abrangente e mais preciso. Esta noção de transferência e as várias formas que assume designam-se por figuras de estilo ou tropos, de acordo com a tradição, segundo as quais a linguagem se afasta do sentido literal e se aproxima de sentidos figurativos.

Retendo com especial atenção o conceito de *tropos*, Terence Hawkes (1972: 5) distingue a metáfora de três tropos relativamente próximos: o *símile*, a *sinédoque* e a *metonímia*. Quanto ao **símile**, a transferência patente na metáfora é possível ou já foi operada, isto é, a deslocação de sentido é proposta e explicada por meio de ‘como’ ou ‘como se’. Neste caso, a relação entre os termos envolvidos torna-se mais visual, sendo, por vezes, encarada como o parente pobre da metáfora, uma vez que acaba por se limitar a exprimir uma analogia ou uma comparação. No que diz respeito à **sinédoque**, a transferência concretiza-se na tomada da parte pelo todo ou vice-versa, enquanto relativamente à **metonímia** se dá a transferência do nome de um objecto para tomar o lugar de algo que se lhe encontra associado.

Assim, segundo Martin (*apud* Silva, 1992: 314), a relação metafórica consiste na identidade de pelo menos um dos semas específicos de dois sememas, resultando no facto de o semema derivado ser comparável, análogo e semelhante ao semema derivado, enquanto a relação metonímica corresponde ao reaparecimento do semema básico no semema derivado.

Em contrapartida, M. A. K. Halliday (1991: 319-320) considera a metáfora como detendo dois sentidos, a metáfora como o termo geral que abrange qualquer tipo de transferência verbal e a metáfora como o termo específico que se refere a um só tipo de transferência, podendo compreender a transferência do concreto para o abstracto ou do material para o mental. Quando a proximidade entre um termo e a coisa a que se refere for assinalada explicitamente, através de ‘como’, temos o caso já não de uma metáfora, mas de um *símile*, à semelhança do que Terence Hawkes afirma.

No que concerne à **metonímia**, Halliday (1991: 319) refere que as partes do corpo são frequentemente utilizadas com uma função metonímica, sendo as relações estabelecidas de natureza variada, como causa, fonte ou instrumento.

Relativamente à **sinédoque**, esta é geralmente encarada como um processo lexical ou léxico-semântico, uma vez que se baseia na meronímia¹², enquanto a **metáfora** e a **metonímia** assentam em diferentes tipos de relações sinonímicas¹³. A metáfora resulta de um tipo de processo relacional intensivo (‘é’ equivale ao estabelecimento de identidade), ao passo que a metonímia deriva de um processo circunstancial (estabelecimento de igualdade) e a sinédoque assenta num tipo de processo possessivo (tem / possui).

Assim, a metáfora é normalmente descrita como uma variação no uso das palavras, ou seja, uma palavra é utilizada com um sentido transferido, podendo um significado ser realizado através de uma selecção de palavras diferente da selecção típica; por outras palavras, a metáfora consiste na variação da expressão de sentidos. A selecção lexical constitui apenas um dos tipos de selecção léxico-gramatical, sendo a selecção metafórica léxico-gramatical e não meramente lexical (Halliday, 1991: 320).

2.1.2 - A visão clássica

O interesse pela metáfora, o seu modo de funcionamento no sistema linguístico e as suas interligações com outros tropos não é recente e remonta à Antiguidade Clássica, especialmente a Aristóteles, no qual se encontram as definições mais simples e claras no que concerne a metáfora.

É também de referir Platão que através da sua “Alegoria da Caverna” defendeu que a verdade era absoluta e que a arte nada mais era que uma mera ilusão, produzida por meio de instrumentos retóricos poderosos, tendo as metáforas platónicas dominado a filosofia ocidental quase até aos nossos dias (Lakoff & Johnson, 1980: 190).

Consequentemente, Aristóteles (*apud* Hawkes, 1972: 6) na sua “Poética” e na sua “Retórica” encara a linguagem como encontrando-se dividida em três categorias: a lógica, a retórica e a poesia, três categorias representando diferentes objectivos e critérios que seleccionam aspectos distintos do todo da linguagem a estudar. Esta

¹² A meronímia ou holonímia estabelecem uma relação assente numa hierarquia, ou seja, numa relação parte-todo (Miller & Fellbaum *in* Levin & Pinker, 1995: 203-204).

¹³ A relação semântica de similaridade de sentido afigura-se a mais importante das relações semânticas. Uma das definições de sinonímia afirma que duas expressões são sinónimas se a substituição de uma por outra nunca alterar os valores de verdade numa proposição, isto é, os sinónimos verdadeiros são raros. Outra definição identifica a sinonímia local ou contextual com a situação em que duas expressões são sinónimas num contexto *x* se os valores de verdade nesse contexto não se alterarem. No entanto, mesmo os lexemas que expressam conceitos similares podem não ser substituíveis num dado contexto, sem que a proposição não se torne agramatical (Miller & Fellbaum *in* Levin & Pinker, 1995: 202).

diferença baseava-se essencialmente na metáfora, pois enquanto a poesia dependia fortemente desta figura no processo de imitação que desenvolve e na procura de uma expressão de excelência, tanto a lógica como a retórica se preocupavam maioritariamente com a clareza e a persuasão, respectivamente, podendo recorrer à metáfora em situações esporádicas.

Aristóteles (*apud* Mosca, 1998: 97), abordando a *lexis* ou a *elocutio*, referiu-se à *lexis* poética, que exprime o campo da subjectividade, e à *lexis* retórica, que trata os modos de elocução abrangendo as noções de ‘ordem’, ‘asserção’, ‘súplica’, ‘ameaça’ e ‘interrogação’ e o conceito de ‘persuasão’. A metáfora, por ser um dos recursos da *lexis*, encontra-se presente nestas duas dimensões com funções distintas. A diferença não está no procedimento metafórico em si, mas na estratégia em que se integra: na vertente poética, a metáfora surge como altamente eficaz na observação do mundo e no seu efeito estético, e na vertente retórica apresenta-se com um valor argumentativo por excelência.

Assim, a teorização da metáfora insere-se no âmbito mais extenso da sistematização da *lexis* e é entendida como uma espécie da categoria genérica do nome, isto é, a metáfora consiste na aplicação a uma coisa do nome de uma outra coisa, subsistindo este vínculo da metáfora ao nome pelos séculos vindouros (Santos, 1998: 187).

A metáfora como desvio origina a noção de ‘substituição’, posteriormente desenvolvida por Richards e Black, visto que a metáfora vem tomar o lugar de uma palavra não-metafórica, que poderia ser empregue no seu lugar, e conduz a uma reacção de duplo estranhamento, por empréstimo de uma palavra presente e por substituição de uma palavra ausente, efectuando-se o preenchimento de uma lacuna semântica. Este processo metafórico surge com duas funções: uma função poética, como ornamento de um discurso, e uma função retórica, como tropo que se relaciona com a denominação (Contenças, 1999: 42-43).

Este tropo continua a ser objecto de interesse por parte de Aristóteles (*apud* Hawkes, 1972: 79), quando este distingue quatro tipos de metáforas em função da transferência ocorrida: transferência do género para a espécie; da espécie para género; de uma espécie para outra (originando metáforas simples); ou a transferência por analogia (conduzindo a metáforas complexas).

O primeiro tipo de metáfora, a transferência do género para a espécie, pode ser actualmente entendida como uma manifestação da sinédoque, porque atribui à espécie o

nome do género. O exemplo “Os mortais caminham” mostra que ‘mortais’ ocupa o lugar de ‘homens’, uma das espécies consideradas dentro do género dos mortais (Miguens, 2002: 77).

Quanto ao segundo, este nomeia o género por meio do nome da espécie, exemplificado por Aristóteles através de “Milhares e milhares de gloriosos feitos Ulisses levou a cabo”, em que ‘milhares e milhares’ substitui ‘muitos. Estas duas primeiras formas de metáfora assentam na mesma estrutura lógico-semântica que organiza as palavras no seu uso comum, alcançando a inclusão de classe, seja esta hierarquicamente ascendente ou descendente (Miguens, 2002: 77-78).

No que respeita ao terceiro tipo de metáfora, este envolve um jogo de semelhanças e dissemelhanças, uma fusão de significados e não somente a identificação de percursos de espécie para género ou vice-versa, isto é, para se compreender a metáfora exige-se um termo intermédio, um género de referência que desambigue a expressão metafórica, «uma metáfora com três termos», «um vai-vem de propriedades» (segundo o entendimento de Umberto Eco). Estas semelhanças e oposições provocam a imaginação ou a figuração no sentido de construir algo de novo, ainda não concebido (Miguens, 2002: 78-80).

Finalmente, Aristóteles afirmou que existe uma metáfora por analogia ou por proporção ou a metáfora de quatro termos quando o segundo termo está para o primeiro na igual relação em que o quarto está para o terceiro, exemplificado pela seguinte frase: “Os jovens que morreram na guerra deixaram um vazio tão sensível na cidade como se do ano se arrancasse a primavera”. A transgressão categorial implícita neste mecanismo metafórico representa mais do que um desvio-substituição, apresenta-se como uma recategorização, uma desordenação das categorias estáveis, um ensinamento pelo género (Miguens, 2002: 80-81).

Neste sentido, visto que nas metáforas do terceiro e quarto tipos se dá uma figuração, um “pôr em cena”, estas metáforas assemelham-se à imagem onírica, em que a alma não pensa sem fantasma, não é possível não ver, questionando-se hábitos cognitivos e originando sobreposições semânticas quase visíveis (Miguens, 2002: 83).

Desta forma, a metáfora surge como uma superfigura, unificada pela transferência do nome, capaz de atravessar as categorias do geral e do particular de forma livre. Ricoeur (*apud* Santos, 1998: 188) sistematiza esta ideia, defendendo que: a metáfora é algo que acontece ao nome; é definida em termos de movimento, como uma epífora do nome, uma deslocação de *x* para *y*; é a transposição de um nome estrangeiro

(*allogrios*), um nome que designa outra coisa; as quatro espécies aristotélicas de metáfora tendem a reduzir-se à quarta espécie, isto é, à analogia.

Umberto Eco (*apud* Miguens 2002: 83- 84) distingue estes quatro tipos de metáfora como sendo ou de tipo dicionarial ou de tipo enciclopédico: os dois primeiros tipos de metáforas são dicionariais, já que estas dão a conhecer aquilo que existe virtualmente no léxico, enquanto os dois últimos tipos de metáforas são enciclopédicos, porque permitem conhecer relações desconhecidas entre as coisas e ensinar simultaneamente com clareza e enigma. O poder cognitivo destes tipos de metáforas era já mencionado por Aristóteles e seria milénios mais tarde desenvolvido pela Linguística Cognitiva, nomeadamente por Lakoff & Johnson.

Aristóteles (*apud* Hawkes, 1972: 79) referiu ainda que a metáfora assume a forma de um complemento decorativo da linguagem a ser usado em situações específicas, em locais e tempos específicos, um modo de dignificar e elevar a linguagem acima da linguagem comum ou literal, da clareza que é necessariamente não-metafórica.

Para além desta função decorativa, este autor identificou igualmente virtudes cognitivas, ou seja, as metáforas têm efeitos sobre o espírito de quem as ouve ou produz. As metáforas constituem fenómenos através dos quais as palavras se encontram deslocadas do seu âmbito de ocorrência habitual, levando a alma a ver mais e mais longe, iluminando-a e conduzindo-a a uma inteligibilidade inesperada. Esta ‘iluminação’ é acompanhada de sentimentos de prazer e de estranheza, conduzindo à aprendizagem de algo desconhecido (Miguens, 2002: 74-75).

Outros autores clássicos abordaram a temática da metáfora, reforçando a tendência esboçada por Aristóteles, sublinhando o princípio do *decorum* na sua utilização e insistindo na necessidade da congruência e da harmonia entre os elementos da metáfora. Entre estes autores destacam-se Cícero, para quem a metáfora não passava de uma forma abreviada de símile, condensada numa palavra; Horácio, segundo o qual o papel da metáfora residia em apresentar as relações harmoniosas e verdadeiras existentes na realidade; e Longino, que defendia um uso da metáfora estritamente controlado, devendo esta ser somente utilizada em ocasiões apropriadas (Hawkes, 1972: 11-12).

No entanto, Quintiliano considerou que, apesar de a correcção linguística se encontrar presente no discurso quotidiano, aquela correcção não se limita a este discurso, já que ele é inadequado em si mesmo e deve ser elevado para cumprir os desígnios da arte. Neste sentido, as figuras de estilo cumprem este efeito de elevação ao

efectuar a alteração artística das palavras de um significado para outro; assim também Quintiliano distingue quatro tipos de transferência metafórica, à semelhança de Aristóteles: a transferência do inanimado para o animado, do animado para o inanimado, do inanimado para o inanimado e do animado para o animado (Hawkes, 1972: 12-13).

A partir de Quintiliano, o paralelismo estabelecido entre metáfora e comparação conduziria ao entendimento da metáfora como uma comparação abreviada, perspectiva que seria a interpretação dominante até meados do século XX.

Assim, conclui-se que a visão clássica predominante percepciona o uso da metáfora fora dos limites estritamente literários, ou seja, do âmbito da linguagem figurada, como altamente pejorativa e subversiva da linguagem literal, devendo esta reservar-se ao mundo da poesia. A metáfora surge como dispensável à linguagem literal, sendo um mero instrumento que pode ser importado de uma língua para outra de modo a alcançar efeitos específicos. Esta tendência de perspectivar a metáfora com um mero tropo persistiria ao longo de séculos até meados do século XX, como se comprovará de seguida.

2.1.3 - Da Idade Média ao século XVIII

A Idade Média não alterou de forma considerável a visão clássica da metáfora apresentada anteriormente, interessando-se antes em formalizar e prescrever a referida abordagem dos clássicos. A sociedade cristã deste período encarava o mundo como resultado de um processo de construção divina, na qual se encontravam inúmeras metáforas com um sentido comunicativo se estas fossem alvo da interpretação adequada. Todas as palavras se referiam a objectos, mas estes objectos em si também assumiam uma significação a um nível superior, falando-se de um sentido literal e três sentidos superiores, o alegórico, constituído pelos significados simbólicos apropriados ao mundo físico; o analógico, baseado nos significados adequados ao mundo espiritual; e o tropológico, assente nos significados indicados para o mundo pessoal ou moral. Cada um destes três níveis superiores exigia uma forma de metáfora, em nada capaz de transmitir uma imagem verdadeira do mundo físico (Hawkes, 1972: 17).

Os poetas do século XVI basearam-se nestes princípios medievais e não se preocuparam em comunicar a verdadeira experiência sensorial, mas antes em reforçar o que era entendido como a ordem global sob as diferenças na natureza e no mundo. Para

além disto, interessavam-se igualmente pelos valores e pelos significados não do privado e do pessoal, mas do comumente aceite (Hawkes, 1972: 18-19).

A metáfora no século XVI representava um acto de ordenação da própria natureza, cujo principal objectivo residia no *decorum*, na consistência e na coerência, e cuja forma era artificial, entendido o artificial como o oposto daquilo que é desprovido de arte. Assim, a metáfora adquiria um papel didáctico, com a preocupação de transmitir verdades, ideias e valores que eram comumente aceites, reforçando uma visão estabelecida do mundo que não colocava em causa uma visão local ou singular (Hawkes, 1972: 20).

Neste período, Peter Ramus simplificou a divisão tradicional de retórica em cinco elementos, invenção, disposição, elocução, memória e produção/discurso, para passar a ser constituída por dois grupos: a dialéctica (invenção, disposição e memória) e a retórica (elocução e produção/discurso). Desta forma, a metáfora tornou-se mais lógica, ao considerar que se *A* e *B* são tratados da mesma forma, então o resultado *C* era comum a ambos. Com esta simplificação a poesia passou a assentar na lógica e consequentemente incidiu na organização do pensamento de modo ordenado, deixando de ser necessário separar a poesia da lógica. As metáforas que tratam do sentimento e os conceitos que abordam o pensamento não diferem, visto que as metáforas podem também ser argumentos (Hawkes, 1972: 22-23).

Ao separar o conteúdo da forma, o Ramismo afastava igualmente a lógica de um argumento da possibilidade de embelezamento estilístico que lhe podia ser aplicado para o tornar persuasivo. A metáfora apresentava-se então como um instrumento que introduzia beleza numa mensagem, mas que não contribuía em nada para o seu conteúdo, isto é, a metáfora continuava a funcionar somente como um complemento à forma (Hawkes, 1972: 25-26).

Com o início do século XVII, a influência do Puritanismo pretendeu eliminar os excessos decorativos que impregnavam todas as esferas da sociedade e depurar a linguagem de qualquer marca metafórica. Este movimento, designado por *Estilo Simples*, apesar de permitir a presença da metáfora com a função de embelezar a linguagem, considerava-a perfeitamente dispensável ao argumento, ignorando a possibilidade de esta exercer uma função semântica importante. Esta tendência persistiu ao longo do século XVIII, sendo a metáfora encarada como um abuso da linguagem, permitida apenas para exprimir aquilo que era universalmente aceite, acabando por ser um produto acabado e fechado, reproduzido quando necessário (Hawkes, 1972: 27).

2.1.4 - A época Romântica

A partir do século XIX, a noção aristotélica de metáfora como um instrumento, que possibilitava à linguagem concretizar de forma mais adequada a sua função, é rejeitada, proclamando-se em contrapartida a relação orgânica da metáfora face à linguagem, as quais passam a constituir um todo, enfatizando-se o seu papel vital como expressão da faculdade da Imaginação, conceito fundamental do movimento ideológico do Romantismo. Esta visão de uma unidade orgânica assente na ideia de que nenhum discurso pode ser dividido de forma proveitosa nas suas partes constituintes provém de Platão, para quem a linguagem era regida por princípios orgânicos oriundos do interior de si mesma ou do exterior, de leis abstractas (Hawkes, 1972: 34-35).

O conceito romântico de Imaginação enfatizou o poder conectivo desta faculdade e afastou-a radicalmente da Razão, a faculdade da análise discursiva. Para Wordsworth, poeta e teórico do Romantismo inglês, a Imaginação constituía uma força activa detentora de um poder tremendo, capaz de produzir mudanças mesmo no mundo físico através da criação de interrelações entre os objectos e do estabelecimento de similitudes. Desta forma, se a metáfora emanava organicamente da linguagem efectivamente falada pelo homem, não existia uma linguagem típica dos poetas, nem uma diferença substancial entre a linguagem da prosa e a linguagem do verso, ou seja, esboçava-se já a ideia de que a metáfora fazia parte integrante de toda a linguagem humana (Hawkes, 1972: 36-41).

Segundo um outro pensador do Romantismo inglês, Coleridge, a concretização da Imaginação assumia uma forma linguística que se manifestava por meio de uma série de associações que criavam a própria metáfora. Ao instituir a ligação orgânica entre todas as coisas, o Romantismo aboliu as barreiras artificiais entre a linguagem e a realidade erigidas pela análise aristotélica, ou seja, defendeu o Organicismo, a relação íntima entre a linguagem e realidade (Hawkes, 1972: 42-56).

Na continuidade destas novas ideias, o alemão Herder, ao discutir a origem da linguagem, relacionou a metáfora com o pensamento do homem primitivo, expresso maioritariamente através de símbolos. A linguagem deste homem primitivo seria constituída por símbolos e metáforas que se combinavam no sentido de criar a mitologia. Retira-se daqui uma outra noção fundamental: a de que o mundo se exprime através da linguagem e de que essa linguagem se encontra dependente da mente

daqueles que a falam, ou seja, esboça-se o princípio da relatividade cultural, segundo o qual a cultura deve ser entendida em função do modelo abstracto que orienta os homens. A própria distinção entre linguagem literal e metafórica encontra-se presente somente em sociedades que possuem a capacidade de abstracção, uma vez que as metáforas fossilizadas no discurso quotidiano constituiriam percepções de um mundo não-racional (Hawkes, 1972: 38).

Num outro sentido, Fontanier (*apud* Santos, 1998: 190; *apud* Contenças, 1999: 44-45) apresentava uma perspectiva distinta destes autores, centrando-se no estudo da tropologia, “Les Figures du Discours” de 1830. De acordo com este estudo, a metáfora é classificada como um tropo propriamente dito ou um tropo de uma só palavra, oposto aos tropos impropriamente ditos ou de várias palavras. Como tropo propriamente dito, a metáfora possuía um sentido próprio, com uma das suas significações habituais, primitivas ou não. Assim, a metáfora deixava de ser compreendida como género e passava a corresponder ao modelo dos tropos, ou seja, uma só palavra que parte de duas ideias e o transporte de uma ideia para outra. A distinção entre as relações de correspondência, de conexão e de semelhança correspondem à metonímia, à sinédoque e à metáfora, respectivamente.

Fontanier (*apud* Contenças, 1999: 45-46) identificava cinco espécies de metáforas: a metáfora que efectua a transferência de uma coisa animada para uma coisa inanimada; ou de uma coisa inanimada, mas física, para uma coisa inanimada, por vezes puramente moral ou abstracta; ou de uma coisa inanimada para uma coisa animada; a metáfora física que transporta algo de uma coisa animada para uma coisa inanimada; e a metáfora moral de uma coisa animada para uma inanimada.

Consequentemente, a metáfora surge como um modo de experienciar factos, uma maneira de pensar e viver, uma projecção imaginativa da verdade. Este período encara a metáfora como inseparável da linguagem, que é virtualmente metafórica, e a própria realidade consiste no resultado de uma interacção essencialmente metafórica entre as palavras e o quotidiano.

2.2 – A revolução do século XX

2.2.1 - Alguns contributos da Linguística

Os estudos relativos à metáfora vão surgindo ao longo do século XX em número considerável, destacando-se entre estes uma obra de Christine Brooke-Rose, “A Grammar of Metaphor” de 1958, na qual a autora sublinha a noção de que a metáfora se expressa por meio de palavras e que a palavra metafórica interage com outras sintática e gramaticalmente relacionadas. A ênfase do seu estudo incidiu sobre a estrutura gramatical da metáfora, podendo, por exemplo, encontrar-se uma diferença entre o uso de verbos transitivos e intransitivos na construção da metáfora (Hawkes, 1972: 68-69).

No âmbito da Linguística, inúmeras teorias centraram a sua atenção na metáfora, como é o caso da teoria da informação que compreende a questão do **desvio**, não em termos de frequência, mas em termos de probabilidade de ocorrência, e se baseia na noção de léxico, isto é, um nível no qual as palavras são passíveis de ocorrer, seja a estrutura de superfície, seja a estrutura profunda das estruturas sintáticas em que aparecem (Hawkes, 1972: 75).

Nesta linha de pensamento, J. R. Firth (*apud* Hawkes, 1972: 74) sugeriu o conceito de **colocação** para expressar a probabilidade normal de co-ocorrência das palavras. Por exemplo, na metáfora ‘a perna da mesa’, a colocação de ‘perna’ e ‘mesa’ possui um elevado grau de probabilidade de ocorrência, vista por outros autores como exemplo de uma metáfora morta. Quando mais elevado for o grau de potencial colocação, mais provável se afigura a possibilidade de a metáfora fazer parte do conhecimento enciclopédico dos indivíduos, ou, no caso inverso, quanto mais reduzido for este grau, mais desviante será a metáfora, ou seja, mais viva.

A Gramática Generativa centrou-se na procura do conjunto de regras que permitissem gerar todas as frases possíveis de ocorrer numa língua e contribuiu igualmente para o estudo da metáfora, isto é, permitiu que as relações estabelecidas entre metáforas pudessem ser identificadas e categorizadas em função das regularidades e similitudes encontradas na estrutura de superfície (Hawkes, 1972: 75-76).

A Linguística passou então a considerar a metáfora como um fenómeno linguístico, cujas potencialidades podiam ser exploradas pelos poetas, ou seja, a linguagem dos poetas nada mais era do que uma extensão da linguagem quotidiana. A

metáfora apresentava-se como um meio de expandir a linguagem para fora do âmbito literal ou enciclopédico, estabelecendo uma relação entre dois objectos através do uso das palavras de forma figurada, com um sentido diferente daquele encontrado num dicionário. Como consequência, a diferença entre linguagem figurada e linguagem literal não assentava numa diferença de tipo de linguagem, mas antes de grau (Hawkes, 1972: 71-72).

Desta forma, o processo metafórico constrói uma ligação imaginativa entre palavras usadas de modo semelhante, que mostram o tema presente nessa ligação. Neste processo, o leitor/ouvinte desempenha um papel importante, já que se espera uma resposta deste à própria metáfora, uma acção que a irá completar. No caso de a metáfora perder o seu carácter desviante, tornando-se parte integrante da linguagem quotidiana, a metáfora designa-se por *morta*; enquanto se mantiver esta propriedade de desvio, ela é entendida como *viva*¹⁴ (Hawkes, 1972: 73-74). Assim, a linguagem polissémica tem a sua origem no uso metafórico, a par da origem metafórica do nosso conhecimento e da nossa cultura (Vilela, 2001: 174).

Segundo William Empson (*apud* Hawkes, 1972: 63-64), a ambiguidade apresenta-se como um aspecto necessariamente implicado no modo como a metáfora opera, acabando por ser aquela que na sua forma ampliada torna a metáfora possível. Se cada palavra possuísse apenas um significado, então não se afiguraria possível transferir o significado dessa palavra para outra, nem poderiam novos significados ser gerados, ou seja, a ambiguidade implica uma qualidade dinâmica da linguagem que permite que o significado seja aprofundado e enriquecido a vários níveis.

Por sua vez, Rodney Kennedy (*apud* Castillo, 1997: 41) defende o poder criativo da metáfora, de acordo com o qual a metáfora é capaz de redescobrir a realidade, de produzir um novo mundo e de criar credibilidade, comunidade e novos conceitos. Este poder da metáfora caracteriza-se pelas suas principais consequências: a metáfora cria carácter e autoridade, a metáfora cria comunidade e a metáfora cria conceitos pelos quais vivemos.

Neste sentido, a metáfora encontra-se implicada numa tensão dinâmica entre Filosofia, Retórica e Linguística Cognitiva, visto que se apresenta como indispensável para todas as disciplinas; ocorre na relação do enunciado com a situação linguística; permeia todo o discurso; é um princípio fundamental do pensamento e da acção e surge

¹⁴ Cf. 2.5.

como irredutível a um suposto significado literal, ou seja, a metáfora cria autoridade e carácter (Castillo, 1997: 41).

Para além destes pressupostos, a metáfora é um modo de conhecer, podendo o predador recorrer a esta para construir uma realidade diferente da da sua audiência, constituindo um convite a participar neste novo mundo construído, isto é, cria comunidade. Finalmente, a metáfora possui um grande poder de persuasão na vida quotidiana, no pensamento e na acção, pois o sistema conceptual, segundo o qual pensamos e actuamos, é por natureza fundamentalmente metafórico; por outras palavras, a metáfora cria novos conceitos e como tal cria mundos alternativos e modos de ser no mundo (Castillo, 1997: 41).

2.2.2 - Formalismo Russo e a Nova Crítica Norte-Americana

O Formalismo Russo e a Nova Crítica Norte-Americana propuseram a substituição do conceito de ‘imagem’ e de ‘figura’ relativo à metáfora pelo conceito de ‘técnica de transferência’, sublinhando o valor e o dinamismo comunicativos do texto literário, sendo neste contexto que a metáfora alcançaria um peso acrescido. A integração da metáfora na poética e a sua redução ao meramente lexical levou ao nascimento dos conceitos de *metáforas vivas e mortas*. Daqui a metáfora passou para a semiótica e para a hermenêutica, conduzindo a análise das metáforas vivas para um âmbito mais aprofundado, isto é, para o conceito discursivo de metáfora (Vilela, 1996: 318).

Assim, a Nova Crítica Norte-Americana integrava a metáfora na semântica pragmática, enquanto o paradigma estruturalista a conduziu para a taxinomia semiológica e a hermenêutica para a pragmática histórica. A metáfora só se afigura válida no discurso e a sua base constitutiva tanto pode ser a similitude entre duas coisas como a disparidade entre estas. Deste modo, desenvolve-se a semântica da metáfora, segundo a qual a metáfora tem por base a palavra ou a frase, mas o seu enquadramento situa-se na semântica (Vilela, 1996: 318-319).

2.2.3 - A hermenêutica da metáfora

O estudo da metáfora integrou-se no paradigma hermenêutico através dos contributos de Blumenberg, uma vez que, segundo esta perspectiva, a metáfora permite

descobrir o pensamento, sendo esta transferida do campo imagético para o campo lexical, para o contexto e para outras metáforas. Assim, as metáforas permitem enriquecer o universo dos conceitos, porque encerram um potencial criativo e cognitivo, tornando-se a metáfora absoluta uma regra de reflexão e conceptualização (Vilela, 1996: 322).

A teoria da metáfora e a teoria do texto partilham uma base comum, já que não existe metáfora sem contexto; mesmo que a transferência incida na palavra, esse enfoque exige um enquadramento frásico. O discurso envolve um acontecimento enunciativo significativo e a metáfora afigura-se como uma alteração contextual do significado (Vilela, 1996: 323-324).

O estudo da metáfora efectuado por Paul Ricoeur integra-se na hermenêutica geral e convoca abordagens que atravessam a retórica clássica, a semântica, a semiótica, a linguística estruturalista, a estética, a desconstrução derridiana, a hermenêutica heideggeriana, entre outras. Ricoeur entende a metáfora como um processo pelo qual o discurso liberta o poder de redescrever a realidade, já que criando uma nova pertinência semântica acaba por se relacionar também com a realidade e o pensamento. Assim, a sua teoria insere-se na análise da metáfora-discurso no âmbito de uma concepção filosófica que desempenha a função de libertação de um poder de referência que suspende a referência literal (Miguens, 2002: 107-108).

2.2.6 - Breve abordagem das perspectivas semântica e pragmática

Umberto Eco (*apud* Miguens, 2002: 96) processa o seu entendimento da metáfora com base em três conceitos de Peirce, a saber: a semiose (acção que envolve a cooperação de um sinal, do seu objecto e do seu interpretante), o interpretante (que permite descrever o conteúdo de um outro signo) e a abdução (tipo de inferência sem regras prévias). O que possibilita a desambiguação da metáfora são os fenómenos de tipo dicionarial e enciclopédico, acima já mencionados, que reflectem uma diferença na análise semântica das expressões em causa.

Nas metáforas que envolvem processos enciclopédicos, a compreensão aparentemente imediata da metáfora surge como a superfície de um processo semiótico mais complexo, já que a sua compreensão envolve processos subdóxicos, inconscientes e involuntários que exploram a organização semântica das unidades semióticas no âmbito da semiose ilimitada e das inferências abduativas. Assim, as

metáforas resultam da conjugação da natureza do texto, do conjunto dos signos e da estrutura enciclopédica, ou seja, da totalidade dos conhecimentos de um indivíduo (Miguens, 2002: 97).

Eco (*apud* Miguens, 2002: 98-99) sugere que o mecanismo metafórico abrange diferentes aspectos: uma proposta de análise semântica, que diferencia os fenómenos dicionarial e enciclopédico; a definição semiótica de similaridade; o processo de inferência ou de abdução; e as considerações pragmáticas. Desta forma, este autor refere a necessidade de construir uma representação componencial do semema metaforizante, colocando em relevo as propriedades salientadas pelo contexto. Uma vez efectuada esta representação componencial do semema metaforizante ou do veículo, é essencial encontrar o semema metaforizado ou o tópico, e construir com estes sememas uma árvore de Porfírio, ou seja, uma classificação de géneros e espécies, de modo a que os sememas metaforizante e metaforizado se conjuguem num nó superior.

Para além destas considerações, Eco (*apud* Miguens, 2002: 101) menciona igualmente as *metáforas abertas*, que permitem ‘viajar’ ao longo da semiose e conhecer o fenómeno enciclopédico, e as *metáforas fechadas*, que não permitem este tipo de ‘viagens’. O sucesso de uma metáfora resulta da estrutura sócio-cultural subjacente ao conhecimento enciclopédico, isto é, das crenças de quem a produz e interpreta, não podendo existir um algoritmo que represente a metáfora, tal como se encontrava previsto pela perspectiva chomskyana.

Este sucesso metafórico é uma questão pragmática, perspectiva partilhada por Searle que defende que o significado da metáfora resulta do significado atribuído pelos falantes, a partir das suas intenções. A teoria da metáfora segundo Searle permite explicitar os princípios que relacionam o significado literal com o significado metafórico. Assim, o processo interpretativo do ouvinte de uma metáfora obedece às seguintes fases: a determinação da procura de uma interpretação literal para a metáfora, verificando se é necessário ou não mobilizar estratégias para gerar os significados possíveis do falante, e a utilização de outras estratégias para identificar o significado em causa, em função do sentido identificado na segunda fase (Miguens, 2002: 103-104).

Assim, Searle (*apud* Traugott, 1984:3-4) sugere que a distinção entre enunciado literal, enunciado metafórico e metáfora morta deve ser efectuada em função do significado da frase, ou significado literal, e o significado do acto de fala ou significado que se pretende transmitir, que no caso da metáfora não coincidem.

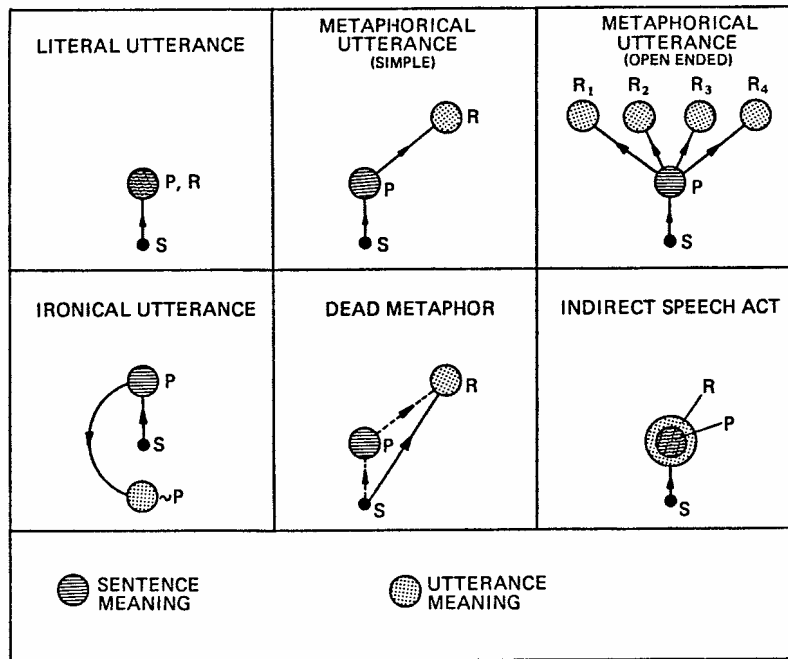


Figura 16: O significado frásico *versus* o significado do acto de fala (Searle *in* Ortony, 1993: 110).

A comparação gráfica patente na figura 16 representa as relações estabelecidas entre o significado da frase e o significado do acto de fala: na proposição literal, o enunciador diz *S é P* e significa exactamente isso; na proposição metafórica simples, o enunciador afirma que *S é P*, mas quer dizer *S é R*; na proposição metafórica aberta, o enunciador profere *S é P*, mas esta enunciação implica um conjunto indeterminado de possíveis significados, *S é R₁*, *S é R₂*, e assim sucessivamente; na proposição irónica, o enunciador quer dizer exactamente o contrário do que afirma; na metáfora morta, a frase original é evitada e passa a adquirir um novo sentido literal idêntico ao significado proposicional anteriormente metafórico; no acto de fala indirecto, o enunciador afirma o que quer dizer, mas simultaneamente deseja transmitir mais qualquer coisa (Searle *in* Ortony, 1993: 110).

De acordo com Searle (*apud* Lycan, 2000: 219-220), o processo interpretativo de uma expressão metafórica divide-se em três fases: o ouvinte deve determinar se procura ou não uma interpretação literal; se decidiu descobrir uma interpretação metafórica, deve mobilizar um conjunto de princípios e estratégias para gerar os significados possíveis do falante; deve utilizar uma série de princípios e estratégias para identificar qual o significado ou significados que se adequam melhor à presente

situação. O grande contraste entre a metáfora e os actos de fala indirectos reside no facto de nestes o falante pretender dizer aquilo que realmente pretende transmitir e naquela a segunda e terceira fases da interpretação assentarem na similaridade ou na comparação.

Contrariamente, Donald Davidson (*apud* Miguens, 2002: 105-106) considera que as metáforas provocam «insights»¹⁵, porque conduzem ao discernimento e ao conhecimento, e permitem ver semelhanças, sem que neste processo se encontrem necessariamente envolvidos significados metafóricos; estes significados podem não existir pelo simples facto de as expressões serem significativas, já que o que está em causa são os próprios significados literais. As metáforas dependem do significado literal das expressões, possuindo um efeito causal, apresentando semelhanças e causando efeitos psicológicos.

2.2.7 - A Antropologia

Os linguistas americanos B. L. Whorf e Edward Sapir (*apud* Hawkes, 1972: 78) demonstraram um grande interesse no que diz respeito à estreita relação existente entre modo de falar e modo de pensar, entre linguagem e cultura, uma vez que para estes autores a linguagem é uma orientação para a realidade social. No entanto, cada modo de falar e de pensar de um grupo difere do de outros pelo facto de a experiência de vida de cada indivíduo ser condicionada pela natureza da língua em causa. Cada língua formula a sua experiência em função da cultura que a enforma, sendo um instrumento para moldar as ideias e a estrutura da actividade mental dos indivíduos dessa cultura. Desta forma, a língua e o conjunto de conceitos que esta traduz constituem um produto do colectivo.

Durkheim (*apud* Hawkes, 1972: 80-81) sublinha esta noção ao afirmar que a linguagem não se limita somente a ser a forma exterior do pensamento, é simultaneamente a sua estrutura interna. Assim, ao aceitarmos a ideia de que a linguagem, concretizada numa língua específica, proporciona um reflexo fiel da estrutura conceptual da cultura em questão, deveremos aceitar também que a maioria das culturas encontra alguma forma de representação linguística nos níveis vocabular, sintáctico e metafórico. Enquanto algumas culturas, ao percepcionarem a realidade

¹⁵ A palavra é mantida na sua forma original.

através das suas estruturas linguísticas, podem não compreender esta percepção por meio de metáforas, outras podem utilizá-la abundantemente.

As implicações destas considerações antropológicas conduzem à ideia de que as expressões metafóricas só encontram validade no seio do modo de vida da cultura que as criou, ou seja, elas são culturalmente determinadas, limitadas àqueles grupos que partilham o mesmo modo de conceptualização da natureza. A realidade apresenta-se em última instância como a fonte principal das metáforas, que resultam do processo de transferência potencialmente estabelecido entre um conceito e outro (Hawkes, 1972: 82-87).

Os modos de vida de todas as culturas baseiam-se no seu sistema de diferenciações, de contrastes e de oposições e nas possíveis transferências analógicas entre estes que surgem na linguagem. Para alcançar o entendimento do processo metafórico, isto é, do processo pelo qual se refere a *A* como se fosse *B*, é necessário compreender o modo de vida que o criou e que permite converter as ideias metafóricas em diferentes níveis da realidade social (Hawkes, 1972: 88).

Assim, as metáforas e as suas características sócio-culturais são exploradas pela Antropologia e pela Sociologia, visto que constituem uma interpretação cultural do mundo dos indivíduos que as utilizam (Fernando, 1996: 121).

2.3 - A composicionalidade

Um dos fenómenos que possibilita a distinção entre o significado da linguagem literal e o da linguagem figurativa consiste no cânone da composicionalidade, segundo o qual as frases resultam do cálculo lógico de entradas de significado. O sentido global de uma expressão linguística deriva do somatório dos significados de cada uma das unidades que constituem essa expressão, sendo então o seu significado composicional. Contrariamente a esta característica típica da linguagem literal, a linguagem figurativa particulariza-se pela impossibilidade de efectuar um processo composicional a partir dos sentidos das palavras que constituem as suas expressões, integrando-se os provérbios e os idiomatismos neste tipo de estrutura não-composicional (Hoffman & Honeck, 1980: 8-9).

O filósofo e logicista alemão Gottlob Frege (*apud* Fromkin, 2000: 374-375) referiu que:

«It is astonishing what language can do. With a few syllables it can express an incalculable number of thoughts, so that even a thought grasped by a terrestrial being for the very first time can be put into a form of words which will be understood by someone to whom the thought is entirely new. This would be impossible, were we not able to distinguish parts in the thought corresponding to the parts of a sentence, so that the structure of the sentence serves as an image of the thought.».

De acordo com este autor, o entendimento de uma frase advém da compreensão das suas partes e da junção destas na estrutura de uma frase, permitindo-nos reconhecer o significado dos elementos familiares e das formas habituais de os combinar em frases que podem nunca ter sido lidas ou ouvidas.

Assim, fala-se do **princípio da composicionalidade semântica**, segundo o qual o sentido de uma frase é determinado pelo significado das suas partes e pela forma como as frases são combinadas, ou seja, o sentido da maioria das frases seria composicional, resultaria da soma ou da relação estabelecida pelos significados dos vários morfemas ou palavras dentro dos sintagmas. Desta forma, o significado da frase seria um processo de progressiva construção de significados desde o morfema até à própria frase (Fromkin, 2000: 375).

Desde Frege, diversos autores têm vindo a abordar o princípio da composicionalidade sob diferentes perspectivas, nomeadamente relacionando-o com as expressões da linguagem figurativa, já que estas constituiriam uma excepção a este princípio.

Uma das perspectivas que se apresenta é defendida por Liliane Haegeman e Jacqueline Guéron (1999: 489-497), para as quais o significado das frases, sintagmas ou locuções de uma língua são composicionais, isto é, esse significado é determinado pelos seus constituintes e pela relação entre estes. Para comprovar esta tendência composicional da maioria dos lexemas, apresentam-se alguns exemplos¹⁶:

1) A Maria convidou a Telma.

Elementos interpretativos de 1)	
Estrutura	Interpretação
Verbo: convidar	Acção de convidar
Agente	Maria
Paciente	Telma
Tempo	Acção situada no passado
Conteúdo Proposicional	A proposição é encarada como Verdadeira

Quadro 1: Elementos interpretativos da Frase 1).

¹⁶ Haegeman & Guéron (1999: 490), nossa tradução e adaptação.

Desta exposição conclui-se que o significado de 1) é determinado a partir do significado das suas partes, isto é, da combinação dos significados das palavras, sintagmas e frases contidas na proposição em causa. Diz-se então que o significado de 1) é *composicional*.

No entanto, nem sempre este princípio da composicionalidade é respeitado nas construções linguísticas efectuadas pelos falantes, como é o caso de frases que incluem expressões idiomáticas, visto que a interpretação da frase não está dependente do significado das suas partes.

2) A Joana entornou o caldo.

Interpretação Literal de 2)	
Estrutura	Interpretação
Verbo: entornar	Acção de entornar
Agente	Joana
Paciente	Caldo
Tempo	Acção passada
Conteúdo	Proposição considerada Verdadeira

Leitura Não-litera de 2)	
Estrutura	Interpretação
Verbo: entornar	Acção de 'entornar o caldo' = cometer indiscrições ¹⁷
Agente	Joana
Paciente	Alguém não conhecido
Tempo	Acção passada
Conteúdo	Proposição considerada Verdadeira

Quadro 2: Leituras literal e não-litera da Frase 2).¹⁸

Nesta última leitura da frase 2), o contexto de enunciação prescinde da presença física de um prato de caldo ou sopa, para que a proposição alcance o seu objectivo comunicativo, enquanto na leitura literal da frase 2) esta presença é essencial para que o conteúdo da proposição possa ser considerado verdadeiro.

Assim, as expressões idiomáticas são *não-composicionais* porque os seus constituintes não são verdadeiros constituintes semânticos ou não possuem relevância para o significado total da expressão ou o significado não pode ser inferido por meio de um processo composicional (Curse, 2000: 74).

Grover Hudson (1999: 273-276) aprofunda a questão do princípio da composicionalidade, subdividindo-o em significado composicional linear, significado composicional não-linear e significado não-composicional.

¹⁷ Cf. frase 1).

¹⁸ Haegeman & Guéron (1999: 491), nossa tradução e adaptação.

A *composicionalidade linear* surge quando o significado das frases resulta da soma das partes e quando cada sintagma se combina com o que o precede e com o que lhe está posposto para formar o seu constituinte superior até à frase, em conformidade com o exposto.

No entanto, nem todo o significado é composicional e nem toda a composicionalidade é linear, por vezes, a composicionalidade de um sintagma pode ser *não-linear*, uma vez que os seus constituintes são descontínuos, ou seja, os elementos constitutivos dos sintagmas são separados entre si por outras palavras ou sintagmas. De forma a clarificar esta noção de composicionalidade não-linear, G. Hudson (1999: 275) apresenta o seguinte exemplo: «A guy, who is at the door, wants to speak to you.», isto é, os pronomes relativos violam o significado composicional por se interporem entre as partes que transmitem a informação central contida numa frase e dificultarem o seu entendimento.

No que concerne ao *significado não-composicional*, este é tipicamente representado pelas expressões figuradas, cujo significado não pode ser alcançado pela soma das suas partes. Hudson (1999: 259-260) refere ainda o exemplo das expressões idiomáticas que constituem sintagmas resultantes de metáforas linguísticas, ou de outro tipo de extensão semântica.¹⁹

Em suma, o significado de uma forma gramaticalmente complexa corresponde à função composicional dos significados dos seus constituintes gramaticais. Esta noção de composicionalidade engloba os seguintes pressupostos: o significado de uma expressão complexa é totalmente determinada pelo significado dos seus constituintes e pode ser previsto a partir das regras gerais relacionadas com o significado dos seus elementos constitutivos, e cada constituinte gramatical possui um significado que contribui para o significado do todo (Curse, 2000: 67).

Importa averiguar se as expressões metafóricas se enquadram, tal como as expressões idiomáticas, no significado não-composicional, tendo em consideração que também fazem parte da linguagem figurativa. Moran (1998: 250-251, 256) entende que as metáforas se distinguem das expressões idiomáticas, porque aquelas são apresentadas como conjuntos que não implicam uma interpretação individual específica. As metáforas surgem com um significado aberto e indeterminado e um carácter sugestivo²⁰,

¹⁹ Entenda-se por extensão semântica o alargamento do significado de uma palavra.

²⁰ Esta capacidade de sugestão metafórica relaciona-se com que muitos teóricos designam de criação de «insight».

associado à representação imagética, tendo a possibilidade de conduzir a uma elaboração criativa, não sujeita a regras. Por isso, as metáforas não são reduzidas a paráfrases, não podendo também, no entender de este autor, ser traduzidas para outras línguas, ao contrário dos idiomas.

Curse (2000: 75) considera as metáforas fossilizadas ou mortas como um caso em que o significado não-literal das expressões ainda pode ser recuperado, uma vez que a relação entre os significados que resulta do processo composicional e das leituras não-composicionais não é arbitrária, ou seja, o processo metafórico original é reactivado, mostrando uma leitura não muito afastada da leitura convencional.

Em suma, sustenta-se que as expressões metafóricas não são **não-composicionais** como as expressões idiomáticas, e simultaneamente não são **composicionais**, como as expressões da linguagem literal. Assim, sugere-se que o significado da maioria das expressões metafóricas resulta não tanto da soma dos significados dos seus constituintes, mas antes da sugestividade provocada por estes mesmos constituintes, que conduzem a uma compreensão aproximada das expressões metafóricas.

2.4 - A linguagem figurativa

«The history of figurative language (...) [is] more a
conglomeration of discontinuities than a coherent
progression toward resolution of common
problems.»
(Honeck *in* Hoffman & Honeck, 1980: 37)

2.4.1 - A abordagem da linguagem figurativa e algumas teorias sobre a metáfora

O fenómeno da **linguagem figurativa** fornece uma importante perspectiva sobre as questões ligadas à compreensão linguística, sem que, no entanto, se possa identificar um conjunto de critérios que distingam claramente linguagem figurativa de linguagem literal. As fronteiras entre estes dois tipos de linguagem são pouco nítidas e definidas, apesar de se identificarem algumas formas figurativas prototípicas, tais como as metáforas, os símiles e as expressões idiomáticas, por um lado, os provérbios, a metonímia, a sinédoque e o oxímoro, por outro, estes últimos pouco estudados (Honeck *in* Hoffman & Honeck, 1980: 25).

Este tipo de linguagem tem sido alvo de análise por parte de diferentes disciplinas, nomeadamente a Psicologia, a Filosofia e a Retórica, a Linguística ou a Psicolinguística, dando origem a um conjunto diversificado de teorias relacionadas essencialmente com as metáforas ou com as metonímias.

Por exemplo, segundo Johnson & Malgady (*in* Hoffman & Honeck, 1980: 262), existem dois tipos de teorias face ao estudo da metáfora. Por um lado, uma enfatiza as características dos estímulos metafóricos e o processo em função do qual estas características são transformadas em compreensão metafórica, envolvendo uma representação das características da metáfora; por outro, sublinham-se os aspectos criativos presentes na interpretação e na produção de metáforas e o papel da metáfora no pensamento produtivo. Estes autores consideram que, apesar de muitos teóricos entenderem estas duas correntes como sendo incompatíveis, estas não necessitam de o ser.

Assim, retomando a análise da metáfora segundo as diferentes disciplinas, a Psicologia Experimental contribui para o estudo da linguagem figurativa através de Bühler e do Grupo de Wurzburg, que, interessando-se particularmente pela natureza da linguagem, tentaram atribuir aos elementos do pensamento o mesmo peso que as sensações, as imagens e os afectos já haviam alcançado (Honeck *in* Hoffman & Honeck, 1980: 26-27).

Posteriormente, o Gestaltismo²¹ defendeu a ideia de que a linguagem figurativa era tão natural e emergente que não podia resultar somente de processos associativos. No âmbito desta teoria, Werner afirmou que todas as formas de percepção diferenciada, inclusive as manifestações sofisticadas de linguagem figurativa, resultavam de um estado sincrético orgânico, ou seja, de uma combinação de componentes afectivos, motores ou imaginativos, cuja diferenciação conduzia a um número de diferentes produtos. Esta transcendência das qualidades expressivas, que levam à percepção de semelhanças sem correspondência na construção do mundo físico, despoleta o desenvolvimento de símiles, metáforas e analogias. O mecanismo que conduz um indivíduo de um estado sincrético para uma actividade perceptiva mais específica é designada como **esquematização dinâmica**, isto é, o estabelecimento de uma correspondência semântica entre veículo ou linguagem e o referente exige um

²¹ A teoria gestaltista teve influências na abordagem de Lakoff & Johnson. Cf. Capítulo 1.6.1.

pensamento produtivo, uma relação conceptual (Honeck *in* Hoffman & Honeck, 1980: 28-29).

Por sua vez, Skinner, enquadrado na teoria behaviorista, considerou a metáfora uma questão de transferência de uma resposta reforçada para um novo estímulo que partilhasse as mesmas qualidades do velho estímulo. Mais tarde, os neo-behavioristas (nomeadamente Osgood e Brown) entenderam a metáfora de uma forma diferente, referindo-se ao alinhamento de duas ou mais dimensões da experiência, o que designaram por **generalização mediatizada** ou ainda de **associação mediatizada**, resultante da correlação natural de qualidades sensoriais que conduzia à extensão metafórica. É de mencionar ainda a importância atribuída ao contexto, uma vez que uma metáfora vive na linguagem de forma a provocar o aparecimento de uma palavra em contextos improváveis, sugerindo esta uma referência a um outro contexto. Quando a palavra se torna familiar no seu novo contexto, a metáfora morre, noção que influenciou diversos autores em fases posteriores (Honeck *in* Hoffman & Honeck, 1980: 30-31).

Paralelamente, a Psicologia centrada no estudo do desenvolvimento da aprendizagem interessa-se igualmente pela presença das metáforas no desenvolvimento da linguagem dos indivíduos e no grau de metaforicidade, que se encontram dependentes da sua idade.

Osgood (*in* Hoffman & Honeck, 1980: 231) cita Winner, Rosentiel & Gardner para se referir à existência de três níveis de desenvolvimento na compreensão das metáforas: um nível mágico, um nível metonímico e um nível metafórico primitivo, correspondendo este último à etapa do desenvolvimento das crianças dos seis aos oito anos que não dispõem da capacidade para compreenderem as metáforas porque não possuem conhecimento suficiente sobre o tópico e o veículo, de modo a entenderem a base ou a tensão metafórica existente.

Pollio & Pickens (*in* Hoffman & Honeck, 1980: 311-312) consideram a metáfora nos adultos como um ornamento, ao passo que nas crianças esta é vista como um erro, como um uso inadvertido. As crianças expressam algo que parece metafórico porque não possuem a consciência de que existem constrangimentos linguísticos inerentes às palavras ou porque não têm o vocabulário necessário. O uso metafórico por parte das crianças relaciona-se com as perspectivas formal e funcional das metáforas: enquanto a visão formal entende que a metáfora é um desvio propositado do campo literal, desvio que se fundamenta no total conhecimento das características do significado literal e das suas ramificações metafóricas, a visão funcional associa a

metáfora à função atribuída pelo falante ao uso metafórico, sendo, por isso, perfeitamente válida.

As experiências de Winner, McCarthy & Gardner (*in* Hoffman & Honeck, 1980: 358-359) sugerem a existência de fases sequenciais no uso da capacidade metafórica: as metáforas baseadas na acção, produzidas por crianças entre os dois e os três anos, são percebidas em função das semelhanças entre os objectos que compõem o quotidiano das crianças e construídas com base em acções simbólicas; as metáforas baseadas na percepção resultam de uma apreciação das propriedades dos objectos; e o possível declínio da produção metafórica encontra-se relacionado com o crescente carácter literal do meio envolvente, a diminuição da necessidade de explorar os recursos linguísticos e a motivação para cumprir regras.

No que se refere às áreas da Filosofia e da Retórica, de certa forma já abordadas aquando da exposição da visão clássica sobre a metáfora, destacam-se as contribuições de I. A. Richards e de Max Black.

De acordo com I. A. Richards (*apud* Hawkes, 1972: 57-58), corroborando o princípio esboçado por Herder, todo o significado é universalmente relativo, somente válido dentro do contexto cultural em que ocorre, não sendo o significado uma qualidade estável e fixa, mas adquirida por grupos de indivíduos através do seu uso e apropriação. O homem distingue-se do animal irracional por meio da linguagem, portanto as suas relações com o mundo ocorrem num contexto predominantemente linguístico, podendo a sua experiência do mundo ser modificada pela estrutura da sua linguagem.

Consequentemente, a linguagem é um sistema orgânico e autónomo que separa e classifica as experiências de vida de um indivíduo, que cria a realidade à sua própria imagem. Este processo apresenta-se como um processo de transferência, visto que toda a linguagem, em virtude desta relação de substituição com a realidade, é necessariamente metafórica. A metáfora não constitui algo de especial ou excepcional no uso linguístico, algum tipo de desvio da linguagem literal, mas antes uma função da linguagem, o modo como a linguagem funciona (Hawkes, 1972: 59). A metáfora é, segundo Richards, «the omnipresent principle of language», sendo a metáfora verbal o produto mais básico da percepção metafórica do mundo (Honeck *in* Hoffman & Honeck, 1980: 31).

Richards aborda a metáfora como um processo que envolve interacção e neste distinguem-se dois elementos: o tópico («topic» ou «tenor»), a ideia-base que a

metáfora exprime, e o veículo («vehicle»), a analogia-base usada para demonstrar o tópico. A relação implícita estabelecida entre tópico e veículo, a base semântica para a metáfora, é denominada base. A principal função da metáfora reside em alargar a linguagem (recorde-se a noção de extensão semântica), expandindo a realidade através da justaposição dos elementos cuja interacção expressa uma nova dimensão, isto é, a metáfora cria uma nova realidade, mantida no âmbito da linguagem (Honeck *in* Hoffman & Honeck, 1980: 4, 31).

Tendo por base a relação estabelecida entre tópico e veículo, Connor & Kogan (*in* Hoffman & Honeck, 1980: 287) defendem a existência de uma comparação direccional, em que cada um destes elementos exerce uma função distinta na criação de uma relação metafórica. Estas funções têm sido alvo de diferentes teorias inseridas em disciplinas diversificadas, mas, mesmo nos fundamentos que as distinguem, todas aceitam a ideia de uma modificação assimétrica tanto do tópico como do veículo no decorrer do processo metafórico.

Assim, tópicos e veículos desempenham papéis diferentes dentro da metáfora, dependentes das características intrínsecas dos conceitos unidos pela metáfora. Esta assimetria é já mencionada por Tversky²², que a encara como típica das relações de similaridade, sendo a metáfora o caso de uma relação de **similaridade assimétrica**, entendimento este que implica que as semelhanças metafórica e não-metafórica se conformam ao mesmo modelo matemático. Contudo, o tópico surge como o elemento de maior interesse, porque contém a ideia sobre a qual se foca a atenção, e a metáfora pretende transmitir informação sobre o tópico por meio do veículo, que ocupa uma posição hierárquica inferior. Então tanto tópico como veículo dependem do contexto numa relação específica, assim como das diferenças culturais (Connor & Kogan *in* Hoffman & Honeck, 1980: 288-290).

No entanto, Ortony (*in* Van Dormael *et al.*, 1986: 75-77) refere que a metáfora tem sido tradicionalmente circunscrita à similaridade, que este considera ser uma perspectiva reducionista porque os enunciados aos quais a metáfora é reduzida são eles mesmos metafóricos. Uma das abordagens possíveis encara a similaridade como simétrica, isto é, *A é similar a B e B é similar a A*, podendo a similaridade ser construída

²² Tversky (*in* Goalty, 1998: 119) define a similaridade de acordo com o modelo de contraste, isto é, *S* representa a similaridade entre as entidades *a* e *b*, que é resultante dos traços partilhados por *a* e *b* e o peso atribuído a estes, menos os traços possuídos por *a* e não por *b*, juntamente com o peso dado a estes, menos os traços possuídos por *b* e não por *a*, a par do peso atribuído a estes.

$$S(a, b) = \theta f(A \cap B) - \alpha f(A - B) - \beta f(B - A)$$

em termos de proximidade num espaço mental imaginário: quanto mais longe espacialmente se encontram duas coisas, menos similares ou mais diferentes serão. Outra abordagem, nomeadamente defendida por Tversky (*ibidem*), introduz a noção da **assimetria semântica**, segundo a qual existe um constrangimento hierárquico nos termos que os enunciados de similaridade apresentam; por este motivo, o termo em segundo lugar é normalmente o protótipo da categoria à qual ambos os termos em comparação pertencem.

No entanto, Connor & Kogan (*in* Hoffman & Honeck, 1980: 302) citam Henle que oferece uma análise teórica das **metáforas de inversão**, ou seja, das metáforas em que se verificam inversões de tópico / veículo, produtoras de metáforas diferentes. Este autor sugeriu que estas metáforas envolvem uma transferência de qualidades do veículo para o tópico, sendo clara a existência de dois níveis de direccionalidade presentes nas metáforas: do tópico para o veículo, a transferência “normal”, e do veículo para o tópico, a relação inversa.

Os contributos de Ricards influenciaram a investigação de Black, apesar de este o criticar em alguns aspectos, nomeadamente quando Richards se refere ao veículo como sendo a metáfora em si, o mesmo sucedendo com o conceito de tópico. Para Black (*apud* Santos, 1998: 192), a metáfora resulta de um enunciado complexo, mesmo que a atenção se concentre sobre uma palavra particular («focus»), isolável da frase («frame»), cuja presença funciona como uma instrução para que o enunciado seja decodificado como metafórico.

Este autor (*apud* Vilela: 1996: 319-320; *in* Hoffman & Honeck, 1980: 32, 98) desenvolve três teorias relativas à metáfora: a teoria da substituição, a teoria da comparação e a teoria da interacção, designadas como tipos de teorias interpretativas por Goalty (1998: 116).

A primeira teoria surge já com Aristóteles como a **teoria da denominação**, em que a metáfora designa um objecto com o auxílio do representante mais típico dos seus atributos, implica a abstracção de determinadas diferenças e assenta simultaneamente em algumas semelhanças (Contenças, 1999: 46).

Assim, para Black, na **teoria da substituição**, todas as expressões metafóricas são usadas em lugar de uma expressão literal equivalente, isto é, o falante ou ouvinte ao interpretar a metáfora estabelece um jogo como se resolvesse uma charada ou um enigma. As metáforas comunicam indirectamente porque significam algo diferente daquilo que realmente “dizem”, e esta é uma visão substitutiva porque na produção da

metáfora existe um elemento intruso, visto como o substituto do elemento literal que transmitiria o verdadeiro significado. Esta perspectiva encara a metáfora como uma forma linguística equívoca e aberrante, incapaz de produzir uma precisão semântica, cujo significado só é descoberto quando a metáfora for substituída por um termo literal.

Uma das críticas apontadas por Goalty (1998: 116) a esta teoria reside na sua incapacidade de aceitar que um qualquer traço de uma expressão metafórica possa ter uma série de diferentes interpretações parciais, que diferentes traços da mesma expressão metafórica possam ter interpretações distintas nos seus co-textos e contextos distintos e de reconhecer que tanto as metáforas inactivas como as activas exigem diferentes tipos de interpretações. Em suma, Black generaliza de forma excessiva uma teoria de interpretação metafórica que se apresenta inadequada às metáforas inactivas.²³

Quanto à **teoria da comparação**, esta surge como um caso especial da teoria da substituição, que encara a metáfora como uma comparação elíptica ou abreviada, porque tanto a metáfora como o símile são interpretativamente equivalentes. A forma proposicional reflecte a ideia de que os dois domínios de conhecimento envolvidos, os domínios do tópic e do veículo, são similares em determinados aspectos, apesar das diferenças. De modo a compreender esta proposição, o ouvinte deve inverter a substituição, substituindo a metáfora anómala por uma similaridade não-provocativa.

Os defensores da **teoria da interacção** consideram-na uma mera modificação da teoria da substituição, já que esta visão não consegue formalizar o processo dialéctico segundo o qual entidades distintas são expressas. No entanto, Goalty (1998: 118) entende que esta teoria não é assim tão díspar da teoria da interacção, devido ao facto de esta, ao mencionar a selecção de traços do veículo que são mapeados no tópic, exprimir um tipo de comparação.

A teoria da interacção assenta nos seguintes pressupostos: uma expressão metafórica possui dois objectos distintos, um subsidiário e outro principal, vistos como sistemas de coisas, sendo a metáfora accionada pela aplicação de um sistema de implicações características do objecto subsidiário ao objecto principal. O que se verifica é o estabelecimento de dinamismos entre os significados das expressões representadas, do objecto subordinado e do objecto principal ou da expressão ausente e da expressão presente, tendo a metáfora a função de seleccionar, acentuar, organizar e reestruturar determinados traços do objecto principal, que lhe são atribuídos pelo objecto

²³ Ver categorização das metáforas segundo Goalty no capítulo 2.6.2.

subordinado, originando a alteração dos significados das palavras pertencentes à mesma família ou sistema que a expressão metafórica, alguns dos quais podem ser transferências metafóricas.

Berggren & Beardsley (*apud* Goalty, 1998: 118), com base na teoria da interacção, desenvolveram a **teoria tensional** ou **controversa da metáfora**. De acordo com esta teoria, o principal efeito da metáfora é a tensão emocional ou lógica que a contradição semântica acarreta, sendo mesmo a metáfora desnecessária quando se pode reduzir o *input* cognitivo da metáfora a afirmações não-tensionais.

É interessante verificar que Brabant (*in* Van Dormael *et al.*, 1986: 128) considera a teoria da interacção como insuficiente, visto que somente identifica a metáfora simples, a metáfora lexical. Esta teoria revela pouco sobre o conteúdo da metáfora, o modo como é processada na compreensão e como a sua relevância é avaliada. No entanto, os teóricos da interacção devem ser valorizados por terem reconhecido e fundamentado a qualidade dinâmica da metaforização.

Como contrapartida às teorias apresentadas por Black, Verbrugge (*in* Hoffman & Honeck, 1980: 106-107) expõe a sua perspectiva, a **teoria da transformação**. Segundo esta visão, compreender uma metáfora equivale a encontrar estruturas familiares em contextos pouco habituais, conduzindo a metáfora ao reconhecimento destas relações através da transformação do tópico em veículo. Desta forma, a metáfora permitiria especificar uma realidade virtual na qual o veículo modula a identidade do tópico, combinando as duas identidades num só evento. Se esta transformação se apresentar produtiva, o processo surge como uma possibilidade constante de percepção e de reconhecimento das invariâncias do domínio do tópico em situações posteriores.

Esta transformação pode ser: parcial, uma vez que o tópico não se identifica totalmente com o veículo; direccional, porque o veículo é tipicamente a fonte de constrangimentos que predomina sobre a nova identidade; imaginativa ou um tipo de experiência virtual; psicológica, já que se apresenta como um aspecto de uma relação ou processo psicológico; e singular, porque a experiência é pouco convencional e habitual, mas não necessariamente falsa ou impossível.

Assim, frases do tipo *A é B* especificam que invariâncias de *B* se aplicam a *A* e que o impacto da expressão linguística de *B* é moldar a identidade de *A* em função das invariâncias estruturais e transformacionais de *B*.

Kjærgaard (*apud* Castillo, 1997: 38) sistematiza as abordagens acima expostas, referindo que a estrutura funcional da metáfora é explicitada por meio de quatro teorias:

a da substituição, a da comparação, a da predicação e a da interacção, produzindo-se a metáfora ao nível do enunciado e da oração (vertente pragmática). Neste sentido, este autor afirma que as três primeiras teorias se apresentam insuficientes porque afirmam a irredutibilidade de todas as metáforas (teorias da substituição e da comparação) ou das metáforas perfeitas (teoria da predicação) ao seu sentido literal. Pelo contrário, a teoria da interacção possibilita abandonar a distinção sincrónica entre metáforas perfeitas e imperfeitas e introduzir uma distinção diacrónica entre metáforas presentes, imperfeitas e perfeitas, isto é, o metafórico pode ser integrado no literal.

Ainda na linha da exploração dos contributos de Black e Richards, Burke (*apud* Kittay, 1987: 22) desenvolveu o conceito de **incongruência perspectival**, de acordo com a qual a metaforização é assimilada pela categorização, revelando que a escolha de uma categoria, onde se inserem objectos, resulta da selecção de uma perspectiva assente em interesses e convenções distintos. Assim, a metaforização é distinguida da categorização pela incongruência encontrada na metáfora, que se relaciona com o facto de quando se categoriza metaforicamente ser-se guiado por interesses variados, sendo a incongruência um modo de desordenar, oposto à estruturação presente na categorização.

Desta forma, os pressupostos patentes na interacção entre tópico e veículo, precisada no termo «perspectiva», são os seguintes: as metáforas são frases e não palavras isoladas (concepção ligada às teorias designadas como atomistas por Kittay, 1987: 205ss); a metáfora consiste em dois componentes, o tópico e o veículo (Richards) ou o objecto principal e o subsidiário (Black); existe uma tensão entre estes elementos, designada como semiótica conotativa que permite que estes dois elementos possam manter uma relação de tensão; estes componentes são vistos como sistemas; o significado de uma metáfora advém da interrelação entre estes elementos; o significado metafórico é irredutível (característica relacionada com a incongruência entre tópico e veículo) e cognitivo (ligado à sua capacidade de reestruturar uma estrutura num dado domínio conceptual e recategorizar informação) (Kittay, 1987: 22-39).

A posição sustentada por Kittay (1987: 39) é a de que a metáfora se afigura como a principal forma de acomodar e assimilar informação e experiência à organização conceptual do mundo concreto, permitindo um acesso epistémico ao referente metafórico, relacionando-se com a problemática das metáforas científicas, desenvolvida em capítulos posteriores.

No âmbito da Filosofia da Linguagem verificaram-se outros desenvolvimentos pertinentes, como a teoria da implicatura conversacional de Grice e a teoria dos actos de

fala de Austin e Searle²⁴, permitindo esta última afirmar que: «speaking figuratively consists of saying (utterance meaning) what you mean (intended meaning) by not meaning what you say (sentence meaning)», enquanto na linguagem literal o significado pretendido e o significado frásico correspondem na maioria das situações (Honeck *in* Hoffman & Honeck, 1980: 33).

Por intermédio de Bloomfield, a Linguística pretendeu isolar, segmentar e classificar os constituintes frásicos, menosprezando a semântica da frase e evidentemente a questão da linguagem figurativa. No entanto, Chomsky iniciou uma corrente que incluía as preocupações semânticas e elaborou um conjunto de regras lexicais que compreendiam traços semânticos. Estas regras demonstravam que existiam traços que eram compatíveis e outros incompatíveis, de tal forma que determinadas combinações de palavras dentro de uma frase violariam essas mesmas regras. Por outras palavras, a **teoria da violação semântica** reflectia a ideia de que as frases que violassem as regras de restrição semântica só poderiam ser interpretadas metaforicamente (Honeck *in* Hoffman & Honeck, 1980: 34).

Assim, Matthews considera que a violação das restrições de selecção semântica era condição necessária e suficiente para distinguir a metáfora da não-metáfora, sendo claramente a metáfora um desvio semântico e uma questão de uso linguístico. Chafe acredita também que a idiomaticidade consiste numa anomalia, revelando as expressões idiomáticas uma série de deficiências transformacionais e de má formação (Honeck *in* Hoffman & Honeck, 1980: 35).

O psicólogo Kintsch integra a visão linguística da metáfora como violação de regras nas noções de ‘memória semântica’, tendo qualquer frase semanticamente inaceitável um potencial metafórico que pode ser interpretado por inferência através de uma comparação explícita que só use frases semanticamente aceitáveis. Kintsch utiliza regras de analogia (interpretação da frase desviante) e de compressão (condução da frase não-desviante para a frase desviante original) para explicar o uso metafórico (Honeck *in* Hoffman & Honeck, 1980: 35).

Afigura-se ainda interessante relacionar a teoria linguística de Chomsky com a interpretação dos sonhos elaborada por Freud, segundo a qual a metáfora é entendida como resultando de impulsos reprimidos, inconscientes e instintivos que têm de ser disfarçados numa forma críptica para que se possa reduzir parcialmente esta tensão.

²⁴ Cf. pp. 16-18

Tanto Freud como Chomsky defendem que os pensamentos directos são transformados em sistemas superficiais e simbólicos que disfarçam as suas bases e que as teorias pretendem clarificar estas bases através da interpretação da história transformacional desta desconexão, cujos produtos podem ser os sonhos para Freud ou as especificidades linguísticas na estrutura de superfície para Chomsky (Honeck *in* Hoffman & Honeck, 1980: 36).

Finalizando a perspectiva de Honeck (*in* Hoffman & Honeck, 1980: 37-40) relativamente à abordagem da linguagem figurativa, importa referir a abordagem psicolinguística, de acordo com a qual a estrutura linguística seria analisada em função do conhecimento não-linguístico e do contexto pragmático. Na sequência de um conjunto de estudos efectuados a partir dos anos 70 do século passado, uma série de problemáticas pertinentes foram levantadas: por que processo deve ser a metáfora entendida?, o que faz uma boa metáfora?, como pode uma metáfora ser identificada?, que relação existe entre metáforas e provérbios?, serão as metáforas tão complexas quanto os seus correspondentes literais?. Daqui resulta igualmente a exploração do poder da cognição e da possibilidade de a metáfora constituir um mecanismo de produção de pensamento, que serviria de alicerce para a Linguística Cognitiva, inicialmente desenvolvida por Lakoff & Johnson.

Malgady & Johnson (*in* Hoffman & Honeck, 1980: 239-243) afirmam que o estudo da linguagem figurativa na Linguística, na Filosofia, na Crítica Literária, na Retórica e na Psicologia se fundamenta nas ideias centrais encontradas na “Poética” de Aristóteles e nos “Diálogos” de Platão. Por exemplo, a abordagem psicológica da compreensão da linguagem figurativa assenta na noção aristotélica de uma “boa metáfora” e na ideia de que o significado de uma palavra não é contextualmente invariante, ou seja, a apreensão deste significado resulta em grande parte das pistas fornecidas pelo contexto linguístico e extra-linguístico em função da percepção proposicional.

Estes autores referem que o desenvolvimento das teorias semânticas não pode estar concluído sem a consideração da importância dos processos metafóricos na interpretação. Para este efeito, mencionam algumas experiências efectuadas, das quais retiraram a seguinte conclusão: as frases metafóricas correspondem àquelas em que o tópico e o veículo partilham uma similaridade, à semelhança das frases literais. No entanto, contrariamente a estas, esta similaridade apresenta-se insuficiente para criar uma base para a verdadeira proposição ao nível literal da compreensão. Através do

alargamento da verdade, a metáfora serve como instrumento linguístico que permite que informações novas ou pouco habituais surjam na comunicação.

Desta forma, Malgady (*in Hoffman & Honeck, 1980: 243*) defende que uma “boa metáfora” é apreciada em parte devido à similaridade criada entre duas ideias dissimilares, sendo os juízos não-lineares sobre o carácter figurativo das frases relacionados com a similaridade tópico / veículo. As investigações nesta área revelam que as proposições tipicamente metafóricas são aquelas em que o tópico e o veículo partilham um grau moderado de similaridade, não sendo tão transparentes ao ponto de serem banais, nem tão improváveis para conduzirem a imaginação para o campo do impossível.

Por sua vez, Johnson (*in Hoffman & Honeck, 1980: 244*) menciona que, tendo em conta o modelo de traços cognitivos, pode prever-se que alguns contextos que aumentam o número de traços semânticos partilhados pelo tópico e veículo podem produzir uma comparação metafórica através de uma similaridade alargada e criar “melhores” figuras de estilo.

Assim, uma “boa metáfora” oferece um considerável número de possibilidades interpretativas, sendo simultaneamente rica e compreensível, porque se percebe uma relação estabelecida entre tópico e veículo. Este entendimento coincide com a abordagem da interacção da metáfora, que coloca a ênfase não só na percepção de semelhanças entre tópico e veículo, mas também na riqueza e na sugestão de novas possibilidades como parte essencial na metáfora. Paralelamente, a perspectiva da teoria da comparação, que sublinha a partilha de traços, é consistente com o aspecto interpretativo que faz com que a metáfora funcione, desprezando a questão estética (Johnson & Malgady *in Hoffman & Honeck, 1980: 278*).

Paralelamente a esta concepção de “boas metáforas”, o Contextualismo desenvolvido por Ortony (*in Hoffman & Honeck, 1980: 7, 70*) e Reddy defende as **metáforas-frase** («whole-sentence metaphors»), segundo as quais uma afirmação pode ser literal num dado contexto e figurada noutra. Esta teoria reflecte uma determinada relatividade, já que a realidade a ser captada não pretende atingir o significado, mas aquilo que quem intenta compreender pode experienciar. Assim, as expressões linguísticas não possuem significado, antes os indivíduos atribuem múltiplos sentidos a qualquer construção linguística. Estas metáforas-frase são perfeitamente bem formadas e não envolvem qualquer tipo de violação das regras de selecção semântica.

Ortony (*in* Hoffman & Honeck, 1980: 7-8, 73) afirma que as expressões linguísticas em si não constituem metáforas, antes a metaforicidade advém dos usos que se lhes atribui. As metáforas originam uma tensão metafórica que resulta da incompatibilidade conceptual inerente à própria metáfora num dado contexto, da eliminação da tensão existente entre tópico e veículo e da intenção do falante que faz parte do processo interpretativo, ou seja, as metáforas condensam uma considerável quantidade de informação.

Ainda na mesma linha de pensamento, este autor (*in* Hoffman & Honeck, 1980: 73-75) propõe uma definição alternativa de metáfora e distinta das várias posições assumidas por diversas disciplinas, apresentando dois requisitos fundamentais: a expressão metafórica deve ser pragmática ou contextualmente anómala, isto é, uma interpretação literal da metáfora deve falhar em adequar-se ao contexto; e a tensão metafórica criada deve ser em princípio eliminada, ou seja, a intenção do falante deve ser a de se exprimir de forma metafórica.

Esta tensão metafórica deve ser discutida mediante as funções exercidas pelas metáforas, reflectidas naquilo que Ortony (*in* Hoffman & Honeck, 1980: 77-78) considera as três teses: a *tese da inexpressividade*, segundo a qual as metáforas constituem meios de exprimir coisas ou ideias literalmente inexprimíveis na língua em causa (tendo muitas metáforas mortas a sua origem neste pressuposto); a *tese da composição compacta*, que se refere às situações em que os equivalentes literais são demasiado prolixos quando comparados às expressões metafóricas; e a *tese da vividez*, de acordo com a qual existem razões fenomenológicas e psicológicas para entender as metáforas como um meio de evocar imagens mais vívidas do que os seus correspondentes literais.

Em suma, a abordagem da linguagem figurativa mediante a perspectiva de diferentes áreas do saber possibilitou explorar a metáfora e as diversas teorias desenvolvidas em torno desta problemática linguística.

2.4.2 - A teoria da relevância

Para além das teorias já explanadas, Sperber e Wilson (*apud* Goalty, 1998: 17, 23), na sua obra intitulada “Relevance” de 1986, desenvolveram a **teoria da relevância**, segundo a qual a única diferença entre a linguagem literal e a metafórica reside no grau de afastamento entre o pensamento do falante e a proposição expressa. As razões

apresentadas por estes autores para a existência de um maior fosso do que o pretendido pelo enunciador relaciona-se com o facto de não estarem disponíveis expressões concisas e apropriadas para exprimir os pensamentos do falante em forma proposicional, ou, se disponíveis, a maioria poderá ser semanticamente desadequada, devido ao facto de a sua posição na hierarquia semântica variar em função do contexto. Desta forma, o significado último da proposição deve ser negociado no contexto social e mediante o co-texto.

A Teoria da Relevância proporciona uma explicação geral da interpretação metafórica à luz da pragmática, com base na qual se abordam os princípios e os processos de inferência necessários para complementar a descodificação. A descodificação semântica conduz somente ao conceito do veículo, para estabelecer o tópico (aquilo a que o veículo se refere) e explorar as bases, as similaridades e as analogias em que se fundamentam a metáfora, mas exige-se simultaneamente um conjunto de processos mentais que ultrapassa o processo de descodificação. A compreensão metafórica depende de processos e princípios envolvidos na interacção entre o conhecimento do sistema linguístico, do conhecimento do contexto (a situação e o co-texto) e do conhecimento esquemático da contextualização factual e sócio-cultural (Goalty, 1998: 137).

No entanto, afigura-se importante compreender o significado de ‘relevância’: uma informação é relevante se interagir com as crenças e pensamentos de um indivíduo, com as suposições, de acordo com a nomenclatura de Sperber e Wilson. Uma das consequências desta interacção é a implicação contextual, ou seja, tendo em consideração uma implicação existente e uma nova informação, destas pode deduzir-se mais informação, que se encontra contextualmente implicada. A criação de implicações contextuais representa um dos tipos de efeito contextual, a par do reforço ou da eliminação de suposições, sendo a relevância mais marcada em função de maiores efeitos contextuais. Para além do efeito contextual, a relevância depende igualmente do esforço de processamento: quanto maior for este esforço, maior será a relevância (Goalty, 1998: 138).

$$\text{Relevância} = \frac{\text{Efeitos Contextuais}}{\text{Esforço de Processamento}}$$

Figura 17: Equação da relevância.²⁵

²⁵ Goalty (1998: 139), nossa tradução.

A memória a curto prazo de um indivíduo não possui um número limitado de suposições existentes, pelo contrário, existem várias suposições contextuais que são activadas pela situação e pelo co-texto. Assim, um indivíduo tem milhares de suposições não-activadas armazenadas na sua memória a longo prazo sob a forma de conhecimento factual e sócio-cultural, sendo necessário escolher dentro destas a mais relevante aquando do contacto com as implicações contextuais de uma proposição (Goalty, 1998: 139).

Desta forma, a Teoria da Relevância permite-nos discernir as distinções entre linguagem literal e metafórica e entre as metáforas activas e inactivas, podendo também, na perspectiva de Goalty (1998: 140), ser adaptada para explicar a metáfora subjectiva e fenomenológica, a alusão metafórica, e para demonstrar a relação entre metáfora e ironia.

O esquema apresentado por Sperber e Wilson (*apud* Goalty, 1998: 141) para abordar as diferentes forças ilocutórias ou atitudes proposicionais encontram-se sistematizadas na figura 18. No que se refere ao processo metafórico, as áreas de maior interesse equivalem à relação entre a forma proposicional e o pensamento do falante: toda a afirmação com forma proposicional assemelha-se ao pensamento de um falante, já que esta forma interpreta esse pensamento total ou parcialmente. A procura de uma relevância óptima conduz o falante a adoptar uma forma proposicional mais ou menos próxima dos seus pensamentos.

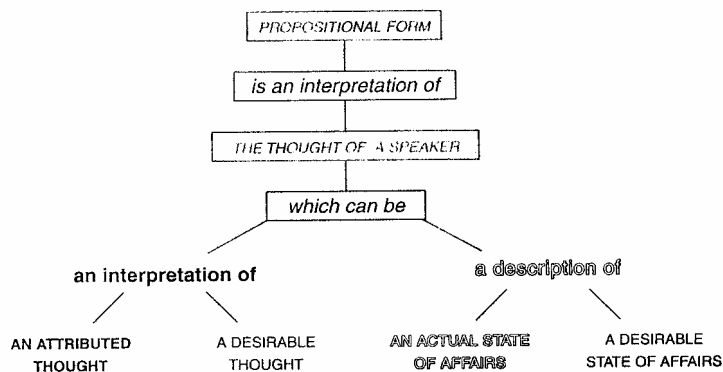


Figura18: O processo de interpretação (Goalty, 1998: 141).

Desta forma, a distinção entre a linguagem literal e a metafórica é ténue, existindo essencialmente um *continuum* entre estas; a semelhança, tal como a

hiponímia, é similar à metáfora; o mesmo tipo de processo interpretativo e a procura da relevância por via da similaridade e da analogia encontram-se presentes tanto na linguagem literal, como na metafórica (Goalty, 1998: 142).

Uma das críticas apontadas por Goalty (1998: 148-166) a esta teoria reside no facto de não ser suficientemente explícita quanto ao propósito, uma vez que a relevância só se tornará significativa se se puder responder à questão “relevante para quê?”. Para fundamentar a sua posição face à teoria da relevância, este autor expõe um conjunto de variedades funcionais da metáfora: o preenchimento de lacunas lexicais; a explicação e a modelação; a reconceptualização; a argumentação por analogia; a ideologia; a expressão de atitudes emocionais; a ornamentação, a dissimulação e a hipérbole; a manifestação de intimidade; os jogos humorísticos; a participação na acção e na resolução de problemas; a estruturação textual; a ficção; o realçar da memória e da informatividade.

Para além da falta de contextualização sócio-cultural, esta teoria pode também ser criticada por entender que as trocas linguísticas têm por objectivo uma forma mais eficiente de transferência de informação com um mínimo de esforço, ignorando o facto de algumas serem deliberadamente destinadas a aumentar o esforço de processamento (Goalty, 1998: 284).

2.4.3 - A teoria dos protótipos

Por último, a **teoria dos protótipos** surge como um modelo de categorização alternativo, segundo a qual quando um indivíduo se confronta com um conjunto de estímulos para aprendizagem, abstrai os aspectos comuns dentro deste conjunto de estímulos e a representação resultante deste processo de abstracção é armazenada na memória. Este protótipo abstracto assemelha-se a um *esquema* e tem por função categorizar nova informação, já que um protótipo se apresenta como a melhor forma de representar uma categoria. Assim, quando um indivíduo se depara com um determinado exemplo de uma espécie de objectos ou coisas, compara-o com o protótipo abstracto dessa mesma categoria, com o esquema: se for suficientemente similar ao protótipo, o exemplo é julgado como um caso prototípico; se não for, é rejeitado como tal (Ellis *et al.*, 1993: 217).

O *protótipo* define-se como a representação mental do exemplar típico de uma dada categoria, tendo em consideração exemplares próximos desse protótipo, que

podem ser extensões ou figurações deste, ou seja, as estruturas linguísticas são esquemas de estruturas abstractas, em que existem extensões metafóricas ou metonímicas de um protótipo construídas com base neste esquema (Vilela, 1996: 325-326).

Paralelamente, Lakoff (1985: 5-6) considera a teoria dos protótipos como uma nova teoria relacionada com a categorização, revelando que esta se baseia em princípios mais abrangentes do que aqueles previstos pelas teorias clássicas. Não existe nada de mais básico e fundamental no pensamento, na percepção, na acção e no discurso humanos do que a categorização, sendo grande parte desta automática e inconsciente, da qual um indivíduo só se consciencializa em situações problemáticas. No entanto, nem todas as categorias se referem a coisas, muitas relacionam-se com entidades abstractas: eventos, acções, emoções, relações espaciais e sociais, entre outras.

Desde Aristóteles até Wittgenstein, as categorias eram encaradas como não sendo problemáticas e alvo de uma compreensão adequada, isto é, surgiam como contentores abstractos com coisas dentro ou fora das categorias. As coisas pertenciam à mesma categoria só se partilhassem um conjunto de propriedades e estas propriedades definiam a categoria em causa, o que mostrava que não existiam melhores exemplos de uma categoria. As categorias, sendo caracterizadas por propriedades inerentes aos seus elementos constitutivos, deveriam ser independentes das particularidades das coisas categorizadoras, não devendo envolver questões como a neurofisiologia humana, o movimento humano, as capacidades humanas de percepção, a formação de imagens mentais, a aprendizagem e memória, a organização de coisas aprendidas e a comunicação eficaz (Lakoff, 1985: 6-7).

Eleanor Rosch (1978) recusou estes princípios da teoria clássica e contrapôs a teoria dos protótipos, defendendo que as categorias em geral possuem melhores exemplos, os chamados protótipos, e que todas as capacidades humanas acima referidas participam na categorização. À medida que esta teoria evoluiu, modificou-se o entendimento da capacidade humana de categorizar e a própria ideia da mente e razão humanas: a razão tinha sido encarada pela tradição ocidental como meramente abstracta e perfeitamente distinta da percepção, do corpo e da cultura, por um lado, e dos mecanismos da imaginação, nomeadamente da metáfora e da imagética mental, por outro (Lakoff, 1985: 7).

Desta forma, a categorização humana apresenta-se como uma problemática que abrange simultaneamente a experiência humana, a imaginação, a metáfora, a metonímia

e a imagética mental, dependendo a razão humana destes factores. A alteração do conceito de categoria implica modificar o conceito de mente e a compreensão do mundo. Uma vez que o mundo é entendido não só em termos de objectos individuais, mas também em função de categorias de coisas, o ser humano tem a tendência de atribuir uma existência real a estas categorias. (Lakoff, 1985: 8-9).

Esta autora (*apud* Cormac, 1985: 95), ao desenvolver a sua teoria da categorização, explorou a formação de categorias nas diversas culturas e descobriu a tendência universal para certos protótipos descreverem uma categoria básica em termos de semelhanças familiares, em vez de definir essa categoria em função de um conjunto de atributos. Assim, a pertença a uma categoria é determinada pela distância percebida de uma entidade face ao seu protótipo.

As categorias básicas que constituem os protótipos possuem um nível de abstracção que fornece um máximo de informação com um mínimo de esforço cognitivo. Acima das categorias naturais, segundo as quais os indivíduos organizam os objectos básicos do mundo concreto em função das suas propriedades salientes, encontram-se as categorias subordinantes que são mais abstractas e intensionais, enquanto, abaixo destas, se encontram as categorias subordinadas, menos abstractas e intensionais. As relações estabelecidas entre estas categorias naturais, categorias subordinantes e subordinadas reflectem uma organização hierarquicamente estruturada da linguagem usada na descrição e interpretação do mundo (Cormac, 1985: 96).

Rosch (*apud* Cormac, 1985: 98) pretendeu perceber como as categorias empregues na linguagem emergiam do mundo como categorias naturais, a par da defesa da existência de protótipos para estas categorias naturais que estabelecem uma ponte de ligação entre esta hierarquia e o mundo físico.

Na perspectiva de Cormac (1985: 96), se se tentar construir uma teoria que descreva a semântica da metáfora somente com base nas categorias naturais ou na linguagem comum, então esta abordagem afigurar-se-á limitada. Apesar de a metáfora ocorrer como um processo humano natural e criativo, não pode ser só explicado em termos da linguagem natural. Aliás, a abordagem que Cormac pretende desenvolver relaciona-se com a compreensão das metáforas ao nível abstracto da mudança semântica, isto é, do estudo dos traços semânticos das palavras, dos referentes das metáforas.

De acordo com Lakoff (1985: 40-41), os contributos de Rosch partiram do reconhecimento da revolução efectuada pela Psicologia Cognitiva no âmbito do estudo

da categorização, tendo-se centrado os resultados experimentais em duas categorias: os *efeitos prototípicos* e os *efeitos de nível básico*. No que se refere aos efeitos prototípicos, apesar de a visão clássica afirmar que as propriedades que definem uma categoria são partilhadas por todos os seus membros, possuindo todos o mesmo estatuto, Rosch veio defender que existiam assimetrias ao nível dos membros constitutivos de uma categoria e ao nível das estruturas categoriais. Rosch descobriu a existência de subcategorias ou membros de uma categoria com um estatuto cognitivo especial, o de ser um “melhor exemplo”, ou seja, fundamentou a existência de pontos de referência cognitivos e de protótipos.

Em suma, Rosch (1978) assumiu que os protótipos constituíam uma questão de saliência perceptiva (que coisas os indivíduos destacam mais rapidamente?), de memória (que coisas são mais facilmente lembradas?) e de generalização de estímulos (como se processa a capacidade de generalizar uma coisa a partir de outra fisicamente semelhante?) (Lakoff, 1985: 42).

2.4.4 - A importância da imagem

O conhecimento é frequentemente entendido como tendo origem na experiência perceptiva dos indivíduos, que conduz a um interesse acrescido sobre o conteúdo da cognição humana e à emergência de teorias relacionadas com a linguagem e a percepção. Uma das razões para este interesse deve-se à ligação natural entre metáfora e imagem, uma vez que a relação entre metáfora e visão é conhecida desde Aristóteles, quando este afirma que a metáfora permite ver as similaridades, ou quando Butcher defende que a metáfora exige «an eye for resemblances» (Johnson & Malgady *in* Hoffman & Honeck, 1980: 260-261)

A representação imagética, ou seja, a imagem funciona, para Harris, Lahey & Marsalek (*in* Hoffman & Honeck, 1980: 164), como uma mnemónica eficaz para compreender e lembrar metáforas, porque as metáforas se encontram mais próximas das representações da memória do que as representações meramente linguísticas.

As imagens mentais encontram-se frequentemente associadas às metáforas pela fusão de domínios semânticos que efectua e podem constituir um recurso pertinente para a sua compreensão. No entanto, as imagens podem nem sempre ser úteis, já que algumas metáforas são mais imagéticas do que outras: as metáforas abstractas são impossíveis de imaginar de forma perceptiva, enquanto as metáforas concretas já o são.

Assim, a imagem não se afigura de forma inequívoca como uma parte importante do processo semântico de interpretação das metáforas, nem as representações imagéticas são armazenadas na memória ou são componentes transitórios do processo interpretativo. Se realmente as imagens fundem os domínios semânticos envolvidos nas metáforas durante o processo interpretativo, então as imagens deveriam ser mais importantes nas frases metafóricas do que nas não-metafóricas. O que é evidente é que a construção de imagens auxilia na clarificação do seu significado ao nível superficial, mas uma base conceptual de estrutura profunda é fundamental para interpretar e aprovar qualquer fusão de imagens, sendo igualmente dominante na representação da memória (Riechmann & Coste *in* Hoffman & Honeck, 1980: 183-185, 194-199).

Segundo Cormac (1985: 140-141), as imagens oferecem um método alternativo de relacionar os traços dos referentes das metáforas aos das proposições, uma vez que frequentemente a compreensão de uma metáfora depende de uma imagem visual mais do que do entendimento linguístico dos seus referentes²⁶.

Por exemplo, Paivio (*apud* Cormac, 1985: 141) defende que as imagens e os processos verbais são encarados como sistemas de codificação alternativos que se encontram relacionados com os contactos estabelecidos com objectos concretos e acontecimentos e com a própria linguagem. Em determinadas situações, estas relações podem resultar na representação de um objecto ou acontecimento na memória sob a forma de uma imagem perceptiva ou de uma palavra.

Paralelamente, Kosslyn (*apud* Cormac, 1985: 142) nega que as imagens possam ser reduzidas a proposições e sustenta que as imagens possuem antes um componente proposicional, designado como componente literal da memória.

Neste sentido, Cormac (1985: 143-144) afirma que as metáforas são expressões linguísticas constitutivas dos processos cognitivos, não surpreendendo que uma das principais formas cognitivas de criar uma metáfora e de compreender os conceitos fluidos («fuzzy») assente numa abordagem cognitiva da semântica. A compreensão das metáforas exige a esquematização do domínio do tópico e o desenvolvimento de uma relação abstracta entre tópico e veículo que formam uma unidade funcional de memória, ou seja, a metáfora convida ao “faz de conta”, à imaginação, à analogia e impõe a percepção de semelhanças por meio de uma alteração não-convencional de identidades.

²⁶ Cf. capítulo 3.3.

Desta forma, as operações cognitivas manifestam-se em linguagens e estas resultam, por sua vez, da criação e dinamização de imagens, sendo evidente a pluridimensionalidade da metáfora na interação destes dois campos, destacando-se as noções de ‘imagem’, de ‘imaginação’ e de ‘imaginário’, ligadas respectivamente aos conceitos de ‘palavra’, ‘enunciado’ e ‘enunciação’ (Strôngoli, 1998: 86).

A *imagem* apresenta-se ou sob a forma material ou sob a forma psíquica, constituindo uma entidade incompleta e imperfeita, porque é significativa, mas não é a realidade que simboliza. Paralelamente, possui um sentido ambíguo, visto que não se encontra presa a um só tempo, espaço ou realidade, sendo então constantemente estruturável, estruturante e estruturada em função da unicidade semântica. No que se refere às ciências da linguagem, as imagens particularizam-se em *palavras*, ou seja, na conjugação de um significado e de um significante linguístico (Strôngoli, 1998: 86).

Em suma, esta capacidade de dinamização da imagem permite à metáfora reproduzir qualquer realidade, tornando-a a matriz do pensamento racionalizado e destacando-se pela sua transcendência. Desta forma, o sentido aparece na metáfora repartido em elementos heterogêneos, sendo um sistema complexo porque permite que vários sentidos confluem nela e considerando a natureza da imagem ambígua, transitória, estruturável e estruturante (Strôngoli, 1998: 87).

2.5 - Metáfora versus metonímia e idiomatismos

A metonímia é descrita por Kövecses (2002: 145) como um processo cognitivo no qual uma entidade conceptual, o veículo, fornece o acesso mental a uma outra entidade mental, o alvo, no âmbito do mesmo domínio ou do mesmo modelo cognitivo idealizado, segundo a designação de Lakoff. As entidades do veículo e do alvo metonimicamente relacionadas encontram-se próximas umas das outras em termos de espaço conceptual.

Importa assim distinguir mais claramente metáfora de metonímia: dois conceitos que participam numa metáfora estabelecem uma relação de similaridade, semelhança esta que pode ter origem numa similaridade real ou em correlações percebidas na experiência, enquanto numa metonímia a relação estabelecida é de contiguidade. Kövecses (2002, 146) menciona a existência de um teste para distinguir uma expressão metafórica de uma metonímica, criado por Gibbs: o teste “é como” («is like»).

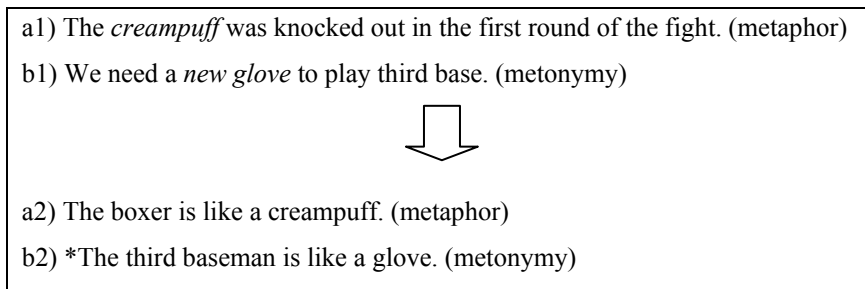


Figura 19: Teste “é como” de Gibbs (apud Kövecses, 2002: 146)

A metáfora relaciona dois conceitos que, mesmo semelhantes, se encontram distanciados um do outro dentro dos respectivos sistemas conceptuais, distância esta resultante, em grande parte, pelo facto de um conceito ser abstracto e do outro ser concreto. Por outro lado, a metonímia engloba duas entidades que se encontram intimamente relacionadas dentro do seu espaço conceptual: o produtor liga-se ao produto, o todo às partes, o efeito à causa, entre outros (Kövecses, 2002: 147).

A principal função da metáfora é permitir compreender algo em função de outra, entendimento este que é alcançado pelo mapeamento da estrutura de um domínio conceptual num outro, estabelecendo-se um conjunto de mapeamentos sistemáticos entre os elementos da fonte e os do alvo (Kövecses, 1002: 147).

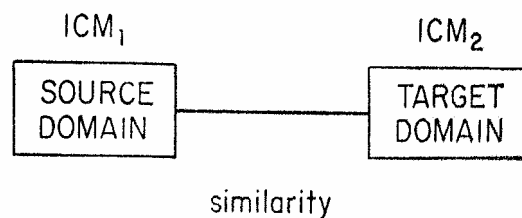


Figura 20: A relação metafórica (Kövecses, 1002: 147).

Paralelamente, a metonímia não é tão usada para compreender um domínio, mas permite aceder mental e cognitivamente ao alvo de uma entidade que não se encontra disponível tão facilmente, sendo utilizado um veículo mais concreto para possibilitar o acesso a esse alvo mais abstracto, no âmbito de um mesmo domínio conceptual (Kövecses, 1002: 147).

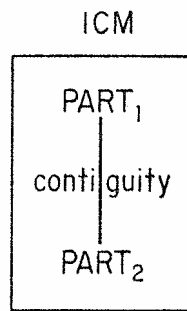


Figura 21: A relação metonímica (Kövecses, 1002: 148).

Por um lado, o processo metafórico estabelece-se entre dois conceitos pertencentes a diferentes campos conceptuais; por outro, o processo metonímico pode estabelecer-se entre entidades conceptuais, mas também entre a forma das palavras e os conceitos correspondentes, isto é, a metonímia advém da interação entre conceitos, formas e referentes da mesma área (Kövecses, 1002: 147).

Radden (*in* Barcelona, 2000: 93) sustenta que as metáforas de base metonímica são mais naturais e básicas do que aquelas que não possuem esta base metonímica, já que esta possibilita o estabelecimento de uma relação associativa e motivada entre os dois domínios conceptuais envolvidos na metáfora. Este autor propõe esta noção intermédia de metáfora, passível de ultrapassar o problema da difícil distinção entre metáfora e metonímia. Estas são vistas como categorias prototípicas no fim de um *continuum*, encontrando-se as metáforas de base metonímica no centro fluído desse *continuum*.

Enquanto a metonímia consiste num mapeamento dentro do mesmo domínio conceptual, a metáfora equivale ao mapeamento de um campo conceptual noutro e a metáfora baseada na metonímia constitui um mapeamento que envolve dois planos conceptuais que estão fundamentados num só domínio conceptual (Radden *in* Barcelona, 2000: 93).

Neste sentido, Radden (*in* Barcelona, 2000: 93-94) identifica quatro tipos de metáforas de base metonímica: as metáforas cujo domínio conceptual possui uma base experiencial comum; aquelas cujos campos conceptuais se relacionam através da implicatura; as que possuem um domínio conceptual que envolve uma estrutura categorial; e as metáforas cuja área conceptual se encontra relacionada com um modelo cultural.

Relativamente aos idiomatismos, Kövecses (2002: 193) encara-os como uma mescla que abrange as metáforas, as metonímias, os pares de palavras, os símiles, os dizeres e provérbios, os «phrasal verbs»²⁷, os idiomatismos gramaticais, entre outros, sendo tradicionalmente aceite que os idiomatismos consistem em duas ou mais palavras (são expressões multilexémicas), cujo sentido total não pode ser retirado do significado dos seus constituintes, isto é, possuem um significado não-composicional.

No entanto, os idiomatismos, tal como as metáforas e as metonímias, não se resumem a questões relativas à linguagem, caso contrário a sua caracterização dependeria somente do estudo das suas propriedades sintáticas e dos seus significados. Neste sentido, Kövecses (2002: 201) defende também que os idiomatismos são produtos do sistema conceptual em que se inserem, uma vez que não são somente expressões linguísticas com um significado especial, mas o seu sentido resulta do conhecimento do mundo real reflectido no sistema conceptual em causa, ou seja, os idiomatismos são conceptuais por natureza e não meramente linguísticos.

Paralelamente, o significado dos idiomatismos afigura-se motivado e não arbitrário, porque o conhecimento dos indivíduos fornece a motivação necessária para alcançar o seu significado, opondo-se ao dogma que afirmava que os idiomatismos eram pares de palavras arbitrários. É evidente que afirmar que o significado de um idiomatismo é motivado não equivale a dizer que este possa ser totalmente previsível, mas a motivação para a ocorrência de determinadas palavras em grande parte dos idiomatismos pode ser vista como um mecanismo cognitivo que liga domínios conceptuais aos significados cognitivos, uma vez que estes mecanismos são normalmente metafóricos, metonímicos e convencionais (Kövecses, 2002: 201).

Significado Idiomático:

O significado especial completo de um idiomatismo.

Ex.: Estar muito zangado

Mecanismos Cognitivos:

Metáfora, metonímia, conhecimento convencional.

Ex.: Ódio é fogo

Quadro 3a: A motivação conceptual da maioria dos idiomatismos.²⁸

²⁷ Mantém-se a designação original de «phrasal verbs» por falta de correspondente nas estruturas morfológicas do português.

²⁸ Kövecses (2002: 202), nossa tradução e adaptação. Os exemplos apresentados nesta figura e os exemplos infra expostos são traduções consideradas adequadas dos exemplos fornecidos por Kövecses (2002: 202ss).

Domínios Conceptuais:

Um ou vários domínios do conhecimento.

Ex.: Fogo e ódio

Formas Linguísticas e Respetivos Significados:

As palavras que constituem um idiomatismo, as suas propriedades sintácticas e os seus significados.

Ex.: “Cuspir fogo” = “cuspir” + “fogo”

Quadro 3b: A motivação conceptual da maioria dos idiomatismos.

As metáforas conceptuais têm por função ligar dois domínios conceptuais que de outra forma existiram independentemente, permitindo falar de um domínio conceptual (ex.: fogo) em função de um outro (ex.: raiva). Os idiomatismos que empregam estas metáforas conceptuais referem-se a determinados domínios-alvo como resultado das metáforas conceptuais existentes (ex.: ódio é fogo). Kövecses (2002: 204) cita Gibbs para afirmar que as metáforas conceptuais possuem uma realidade psicológica, motivando assim as expressões idiomáticas.

Para além das metáforas conceptuais, as metonímias conceptuais e o conhecimento convencional também motivam os idiomatismos. Por conhecimento convencional entende-se o conhecimento partilhado pelos indivíduos de uma cultura específica relativamente a um dado domínio conceptual e que influencia a compreensão de um idiomatismo (ex.: estar cheio/a de trabalho até ao pescoço), enquanto a metonímia pode determinar um idiomatismo como é o caso de tomar ‘as mãos’ como representação de uma actividade (ex.: aquele funcionário anda de mãos nos bolsos) (Kövecses, 2002: 207-208).

Desta forma, no estudo da metáfora conceptual, importa não esquecer a abordagem da metonímia e dos idiomatismos não só pela sua proximidade, que podem conduzir a dificuldades em distingui-los, como também porque tanto as metonímias como os idiomatismos podem ter por base as metáforas e vice-versa.

Para exemplificar a dificuldade em distinguir metáforas de idiomatismos, no *corpus* de entrada de potenciais expressões metafóricas²⁹ encontram-se alguns casos de expressões que, após concluída esta pesquisa, parecem claramente idiomáticas e não metafóricas: «red bag waste»; «yellow boy»; «deadmen».

²⁹ Ver Apêndices C e D.

2.6 - Tipologias de metáforas

2.6.1 - Graus de convencionalidade e metaforicidade

Goalty (1998: 35) sublinha a importância da convencionalidade, na linha de Sadock, defendendo que a classificação convencional envolve o mesmo processo de correspondência de traços que ocorre na metáfora, já que os itens linguísticos são utilizados com diferentes graus de convencionalidade. As convenções da língua não são meras questões lexicais usadas em algum tipo de *vacuum* descontextualizado. Por exemplo, as *metáforas mortas ou adormecidas* («sleeping») possuem um segundo significado convencional, enquanto nas *metáforas cansadas* («tired») a convenção que liga forma e sentido não se encontra tão bem estabelecida e nas *metáforas activas* o referente do termo do Veículo é totalmente não-convencional.

O seguinte quadro sistematiza os diferentes graus de convencionalidade distinguidos por este autor, exemplificados com casos da língua inglesa.

Germ ₁	= a seed	DEAD METAPHORS
Germ ₂	= a microbe	
Red Herring ₁	= a spiced fish	
Red Herring ₂	= irrelevant matter, distraction	
Pupil ₁	= a young student	
Pupil ₂	= circular opening in the iris	
Clew ₁	= a ball of thread	DEAD AND BURIED
Clue ₂	= piece of evidence	
*Inculcate ₁	= to stamp in	
Inculcate ₂	= to indoctrinate with	
Vice ₁	= depravity	SLEEPING / INACTIVE
Vice ₂	= a gripping tool	
Leaf ₁	= foliage	
Leaf ₂	= page of a book	
Crane ₁	= species of marsh bird	
Crane ₂	= machine for moving heavy weights	

Quadro 4a: Graus de convencionalidade segundo Goalty (1998: 32).

Squeeze ₁	= application of pressure	TIRED / INACTIVE
Squeeze ₁	= financial borrowing restriction	
Cut ₁	= an incision	
Cut ₁	= budget reduction	
Fox ₁	= dog-like mammal	
Fox ₁	= cunning person	
Tractor	= a vehicle for pulling loads or machinery	ACTIVE
Icicles	= hanging rod-like ice formation	

Quadro 4b: Graus de convencionalidade segundo Goalty (1998: 32).

No que se refere às *metáforas mortas* («dead»), os respectivos tópicos e as bases não se encontram acessíveis, já que o veículo original da metáfora se perdeu e já não integra a experiência dos indivíduos, só sendo possível encontrar a relação metafórica por via da etimologia. Quanto às *metáforas enterradas* («buried»), as bases da metáfora original podem ser reconstruídas se um contexto esquemático for fornecido, nomeadamente através da etimologia, caso contrário não é possível estabelecer uma relação metafórica e o significado permanece opaco. A maioria destas metáforas são também entendidas como *mortas e enterradas* («dead and buried») (Goalty, 1998: 32-33).

Relativamente às *metáforas inactivas*, estas podem ser substituídas por outros termos mais literais porque os tópicos e as bases se encontram fixados pelo hábito ou pela convenção, ou seja, as formas das palavras representam dois sentidos que se interligam em paralelo, sendo possível alcançar o sentido convencional secundário sem utilizar o conceito de veículo, isto é, o significado primário. Estas metáforas dividem-se em *adormecidas* («sleeping»), que podem permitir encontrar uma relação metafórica, através da personificação ou da comparação, e em *cansadas* («tired»), que evocam referências à metáfora original (Goalty, 1998: 33-34).

A diferença entre as metáforas mortas e as inactivas reside no facto de aquelas serem entendidas pelos indivíduos como homónimas, e nestas as ligações metafóricas estarem presentes e poderem ser activadas, sendo percebidas como polissémicas. Por último, as *metáforas activas* têm de ser interpretadas por via do veículo, do sentido primário, representando um caso especial de dependência das bases face ao contexto, ou seja, as metáforas estão dependentes da interacção entre veículo e o tópico em causa, variando as bases de acordo com este contexto (Goalty, 1998: 34).

	Metáforas Mortas	Metáforas Inactivas	Metáforas Activas
Tópico	É referenciado a partir de um significado fixo do termo do veículo.	É directamente mencionado através do segundo significado convencional do termo do veículo.	É indirectamente referido por via do veículo, não tendo significado fixo nem previsível.
Veículo	Se disponível, está ligado em paralelo com o tópico, mas é difícil de evocar.	Disponível, mas está ligado em paralelo mediante um processo normal; pode ser evocado.	Mais disponível e mais fortemente evocado que o tópico, porque está ligado em série com o tópico.
Bases	Só podem ser recriadas em situações excepcionais.	Podem ser percebidas nas circunstâncias ideais; estão integradas no conceito de tópico, sendo previsíveis.	Podem ser percebidas e criadas e são altamente imprevisíveis, porque são dependentes do contexto.
Léxico	As metáforas são encaradas como homónimas.	Vistas como polissémicas.	Não existe relação lexical.

Quadro 5: As metáforas mortas, inactivas e activas.³⁰

Assim, este autor insere a problemática da convencionalidade no âmbito da semântica, porque aborda o significado de uma frase, o seu sentido descodificado, e da pragmática, uma vez que se liga com o que o falante pretende expressar com a proposição num determinado contexto (Goalty, 1998: 35).

As metáforas são constantemente cunhadas em função das exigências da experiência linguística segundo um processo de transferência metafórica ou através da redução ou extensão de sentidos. Estas metáforas tornam-se relativamente inactivas e menos originais ao longo do tempo, tornando-se parte do léxico de uma língua se forem utilizadas frequentemente. Desta forma, existe uma escala de metaforicidade que se estende das metáforas mortas e enterradas, num extremo, até às metáforas novas e originais, no outro extremo. Esta escala sugere que o que outrora foram usos metafóricos e não-convencionais de uma língua podem adquirir um estatuto lexical novo e convencional, passando a depender menos da pragmática e mais da semântica, porque passam a integrar a estrutura semântica de uma língua. Estas alterações semânticas só se afiguram possíveis, visto que os falantes introduzem um fosso entre os

³⁰ Goalty (1998: 34), nossa tradução e adaptação.

seus pensamentos e os significados convencionais das proposições que os interpretam ou os textos que os expressam (Goalty, 1998: 38).

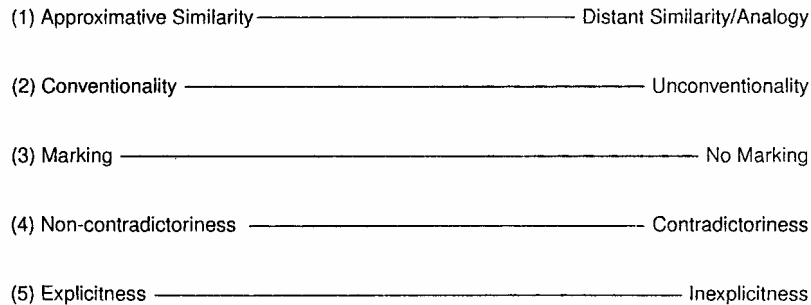


Figura 22: *Continua* metafóricos segundo Goalty (1998: 38).

Paralelamente à perspectiva de Goalty, Kövecses (2002: 29-30) considera que a classificação das metáforas depende em grande parte do seu grau de convencionalidade, que se relaciona tanto com as metáforas conceptuais em si, como com as suas manifestações linguísticas. As metáforas conceptuais convencionais, tais como “Amor é uma Viagem” ou “Teorias são Edifícios”, constituem modos de pensar e de compreender um domínio conceptual profundamente enraizados, ao passo que as expressões metafóricas convencionais consistem em modos clichés ou estereotipados de falar sobre determinados campos conceptuais.

2.6.2 - Tipos de metáforas

No que concerne à problemática das tipologias de metáforas, considerou-se pertinente efectuar um levantamento das considerações que diversos autores de diferentes áreas de saber elaboraram relativamente às metáforas, que são expostas de seguida.

Gomes da Torre (1992: 213-214) sistematiza uma importante reflexão sobre as diferentes abordagens das metáforas, de acordo com a perspectiva da *tradução*, referindo-se a um conjunto de autores e às suas classificações das metáforas.

Newmark, por exemplo, oscila entre diferentes classificações de metáforas, uma que distingue a *metáfora fossilizada*, a *institucionalizada*, a *criada recentemente* e a

original, enquanto outra refere a *metáfora morta*³¹, a *metáfora-cliché*, a *tradicional*, a *adaptada* e a *original*, para as quais não apresenta distinções suficientemente fundamentadas. Dagut, por sua vez, considera três grupos: as *metáforas efêmeras e esquecidas*, produtos linguísticos passageiros; as metáforas que se mantêm tal como na sua origem, sendo frequentemente citadas; e as metáforas que são usadas por um crescente número de indivíduos, perdendo o seu carácter de exclusividade e entrando na língua comum. Finalmente, Van de Broeck compreende igualmente três tipos de metáforas, a saber: as *metáforas lexicalizadas, institucionalizadas ou mortas*, que englobam as formas que inicialmente constituíram criações metafóricas mas sofreram um processo de lexicalização e entraram na língua geral; as *metáforas vivas, tradicionais ou convencionais*, que abrangem as metáforas criadas em determinado momento e utilizadas conscientemente para dar expressividade ao discurso; e as *metáforas originais, inovadoras, particulares, criativas ou ousadas*, que ainda não são significativamente conhecidas ou frequentemente usadas.

Newmark (1984: 8485) refere a este respeito que, apesar de os vários tipos de metáforas serem claramente distintos no seu núcleo, estes confundem-se na periferia, ideia complementada por Snell-Hornby (1988: 57), que afirma que existe uma polarização entre metáforas originais e metáforas mortas, com um vasto e disputado território entre estas.

Paralelamente, Boléo (1935: 9-10), no âmbito da perspectiva filológica, pronuncia-se relativamente aos tipos de metáforas, afirmando que não é da natureza das metáforas permanecerem muito tempo vivas, passando rapidamente a meros sinais linguísticos, sem que os indivíduos se apercebam das imagens que elas contêm. Estas são designadas como *metáforas mortas* ou *ex-metáforas*, ou ainda *catacreses*, de acordo com a designação da antiga retórica, não se devendo sequer falar de metáforas. Entre estas metáforas e as *metáforas vivas*, que não são directamente referidas por Boléo (mesmo que esteja implícita a sua referência), encontra-se uma categoria intermédia, as *metáforas semi-vivas*, que segundo este autor, repousam sobre o nível do inconsciente.

Adicionalmente, este autor (1935: 20-21) atesta que as metáforas podem ser constituídas por uma única palavra, por uma frase, uma frase feita ou modismo de

³¹ As metáforas mortas devem ser distinguidas de metáforas convencionais, já que aquelas já foram metáforas vivas, enquanto estas já foram criativas, sendo processadas directamente e quase instantaneamente (Traugott, 1984: 2).

linguagem (o que ele identifica como sendo *metáforas convencionais*), perífrases ou circunlóquios (com um certo grau de eufemismo) e provérbios e máximas.

Já em 1935, Boléo (1935: 24-38) enumera e exemplifica de forma consideravelmente exaustiva os recursos utilizados na criação de metáforas na linguagem comum, à semelhança do que Lakoff & Johnson (1980) efectuariam aproximadamente quarenta anos mais tarde para a língua inglesa. Assim, Boléo menciona os seguintes como fontes metafóricas: a comparação dos homens, das suas qualidades e actividades com os objectos e/ou vice-versa; as metáforas marítimas; o tempo, os fenómenos atmosféricos e astronómicos; as semelhanças entre homens e animais de natureza pejorativa ou irónica; as metáforas resultantes do próprio homem, das suas diferentes partes do corpo, defeitos, doenças, ocupações, entre outras; as relações do homem com a divindade, a religião e os santos; as metáforas como documentos folclórico e social; os termos da vida militar, da guerra e do exército; e as formas eufemísticas, humorísticas e de jogo de palavras.

Na perspectiva de Carnoy (*apud* Boléo, 1935: 18), as metáforas subdividem-se naturalmente em quatro espécies: as *perceptivas*, as *sinestésicas* ou *complicativas*, as *afectivas* e as *pragmáticas*, reflectindo esta divisão mais uma estruturação das funções que as metáforas podem exercer do que tipos distintos.

Kjærgaard (*apud* Castillo, 1997: 40-41), baseando-se na teoria dos actos de fala desenvolvida por Austin & Searle³², distingue entre *metáforas presentes*, *imperfeitas* e *perfeitas*, estabelecendo as condições segundo as quais cada uma pode ser considerada um acto de fala. Assim, as metáforas presentes e as imperfeitas são **actos performativos sugestivos**, cuja função consiste em expressar um convite indirecto para modificar uma ordem que regula o sistema conceptual em que são formulados. Por outro lado, as metáforas perfeitas apresentam-se como **actos performativos constativos**, visto que também exprimem um convite implícito para alterar a ordem do sistema e podem ser empregues analogamente como afirmações verdadeiras. Consequentemente, as metáforas surgem como expressões determinadas pelo contexto, irreduzíveis ao uso literal, que podem ser utilizadas como actos performativos sugestivos ou actos performativos constativos e possuem a função de modificar a ordem prevalecte num dado sistema conceptual.

³² Cf. pp. 16-18.

Segundo uma outra abordagem, Innerarity (1997: 14), referindo-se à **lógica do inaudito**, expõe as suas considerações sobre as *metáforas mortas* ou *lexicalizadas* e as *metáforas novas* ou *surpreendentes*. Sendo a metáfora uma forma racional da linguagem, que reflecte a ordem linguística, recategoriza e torna possíveis novos conhecimentos e orientações, esta afigura-se como um procedimento disponibilizado pela linguagem para manter a sua vitalidade expressiva e resistir ao desgaste temporal. A inovação semântica que a metáfora usada pela primeira vez representa enfrenta a possibilidade de utilização por um grande número de indivíduos, de modo que o contexto metafórico pode aproximar-se da aniquilação.

Assim, inicialmente, a metáfora apresenta-se como um disparate, um estranhamento, uma predicação impertinente (Ricoeur), um erro categorial voluntário (Turbayne), um absurdo calculado (Strub), uma anomalia e uma ruptura da aparente unidade originária das coincidências que é introduzida numa normalidade mais elevada (Blumenberg e Black). Com a formação da metáfora produz-se uma visão estereotipada que vincula elementos então disparatados e orienta-a para uma nova significação. O sentido heurístico, cognitivo e criativo do processo metafórico reside na força sintética da metáfora e, mediante a invenção de novas similitudes, as metáforas vivas produzem motivações semânticas, com as quais as coisas são descritas de um modo distinto do habitual. Uma metáfora é uma metáfora nova quando exprime uma experiência da diferença, institui uma diferença nova, enigmática, provocativa face à percepção habitual, necessitando de uma interpretação (Innerarity, 1997: 146-147).

Desta forma, pode falar-se da metaforicidade da linguagem, não devendo a significação metafórica ser vista como algo desviante, mas antes normal. É interessante verificar que alguns teóricos recusam esta perspectiva e consideram que a metáfora não passa de um conjunto de estímulos que nada significa, sendo «like a bump on a head» e não possuindo a capacidade de produzir significação (Donald Davidson), ou que as metáforas são «surprising noises» (Richard Rorty), que actuam como acontecimentos súbitos, devem ser entendidos como distorções, interrupções de um jogo linguístico, e chamam a atenção para algo de novo sem, no entanto, transmitir significação (Innerarity, 1997: 148-149).

Torna-se evidente que as metáforas constituem muito mais do que «bumps on the head» ou «surprising noises», que nada transmitem, que interrompem o decurso normal das coisas ou que provocam ruídos para surpreender, estas incluem um processo de auto-reflexão, já que no processo de metaforização as expressões são

descontextualizadas, libertadas da sua univocidade, possuindo uma dimensão de conhecimento. Mediante as descontextualizações e as descobertas possibilitadas pelas metáforas, podem inaugurar-se novas relações, tornar-se visíveis novas diferenças, transparecendo conteúdos implícitos, e averiguar os limites do uso metafórico (Innerarity, 1997: 149-150).

A inovação semântica e a provocação do inaudito que caracterizam as metáforas provam que a metáfora inovadora não é completamente irracional, pois suspende algumas convenções para que, ao mesmo tempo, manifeste as regras gerais da compreensão intersubjectiva, convertendo-se assim numa indicação de que o potencial da capacidade humana transcende as meras convenções linguísticas. A infracção de uma tradição metafórica, a sua recombinação, a sua nova aplicação, o uso paradoxal e o desprezo pelos lugares comuns surgem como altamente inovadores (Innerarity, 1997: 150).

Assim, a metáfora viva encontra-se sempre vinculada a um contexto concreto e os factores que a tornam compreensível referem-se ao texto e ao contexto prático e comunicativo dentro do qual o acto linguístico teve lugar. A situação comunicativa em que uma metáfora irrompe é a base para a sua compreensão, pois cada situação comunicativa produz um contexto significativo dentro do qual adquire uma significação específica, cujo entendimento tem em conta a situação pragmática geral, a par da combinação dos campos semânticos (Innerarity, 1997: 152-153).

A racionalidade da metáfora está particularmente vinculada às suas condições de comunicabilidade, não surgindo somente como um desvio semântico ou um meio de transgredir as categorias vigentes, mas um fenómeno pragmático de um jogo auto-referencial com pressupostos e convenções comunicativas. Esta racionalidade manifesta a possibilidade de actualizar comunicativamente os fundamentos do saber e as evidências implícitas e de representar um cruzamento de horizontes interpretativos, constituindo uma matriz de argumentação que actua como uma heurística na comunicação social e uma mediadora entre culturas e realidades (Innerarity, 1997: 153-154).

Paralelamente, Lakoff & Johnson (1980: 139) identificam uma outra tipologia de metáforas: as *metáforas convencionais*, que estruturam o sistema conceptual e que se reflectem na linguagem quotidiana, e as *metáforas novas*, que se encontram fora do sistema conceptual convencional, sendo metáforas imaginativas, criativas e capazes de atribuir novos significados à experiência humana. Estas metáforas novas dão novo

sentido à experiência, tal como as metáforas convencionais o fizeram, fornecendo uma estrutura coerente, evidenciando alguns aspectos conceptuais e omitindo outros, e abrangendo implicações, que podem incluir outras metáforas e afirmações literais. Se aquilo que é implicado pela metáfora se apresentar como aquilo que é de mais importante no conceito metafórico, então a metáfora adquire o estatuto de verdadeira.³³

Abordando a questão da classificação das metáforas, mas partindo de uma perspectiva funcional, Halliday (1991: 321) analisa os modos de expressão metafórica, distinguindo metáfora de símile, metonímia e sinédoque³⁴, concluindo que a metáfora se fundamenta numa relação sinonímica e opera um processo de selecção léxico-gramatical, mais do que meramente lexical. Para além disto, distingue três tipos de metáforas: as metáforas gramaticais, as ideacionais e as interpessoais, sendo estas duas últimas dependentes de funções semânticas, cujas diferenças são expostas de seguida.

De acordo com o seu entendimento de *metáfora gramatical*, Halliday (1991: 321) entende que a uma expressão metafórica corresponde sempre uma outra (por vezes, mais do que uma) literal ou congruente, isto é, para cada configuração semântica existe pelo menos uma realização congruente no léxico-gramática, mas encontram-se outras realizações que podem ser de algum modo transferidas ou metafóricas. Nada leva a concluir que a expressão linguística congruente seja a melhor ou a mais frequente, havendo casos em que a expressão metafórica é em si a norma, por ser um processo linguístico natural. A selecção da metáfora constitui uma escolha significativa e esta selecção específica acrescenta traços semânticos à expressão literal, apesar de estas expressões metafórica e literal serem sistematicamente relacionadas em sentido e sinónimas em determinadas situações.

No que se refere às *metáforas ideacionais*, estas representam um processo concretizado por meio de um conjunto de fases: a selecção de um tipo de processo, material, mental ou relacional, que vai ser concretizado pela configuração de determinadas funções transitivas (actor, meta, modo, entre outras) representativas do processo, e pelos participantes e elementos circunstanciais, que são realizados, por sua vez, através de tipos de grupos sintácticos (verbal, nominal, adverbial, preposicional) e respectivos subgrupos (Halliday, 1991: 321-332).

³³ Lakoff & Johnson (1980) distinguem ainda no contexto das metáforas conceptuais as ontológicas, as orientacionais e as estruturais, que serão explicitadas no capítulo 3.7.1.1.

³⁴ Cf. 3.5.2.

O conhecimento de modos típicos e não-marcados da expressão linguística faz parte do conhecimento enciclopédico de um indivíduo e do conhecimento da sua língua, ao mesmo tempo que são reconhecidas outras possibilidades para exprimir essa mesma expressão. Um dos exemplos citados por Halliday (1991: 322) é o seguinte:

- 3) Mary saw something wonderful.
- 4) Mary came upon a wonderful sight.

Neste caso, a frase 3) representa um processo material de ver alguma coisa, ao passo que na frase 4) o processo material deixa de ser a acção de ‘ver’ para ser a acção de ‘se deparar com’ algo, sendo a visão um participante da acção.

Assim, existe um vasto conjunto de representações plausíveis para expressar um mesmo estado de coisas, que não são necessariamente sinónimas, mas antes constituem diferentes codificações que contribuem para um sentido global. Estas diferentes manifestações são formas co-representacionais e, conseqüentemente, formam um conjunto de variantes metafóricas de tipo ideacional.

Um outro exemplo citado por Halliday (1991: 322) é apresentado de seguida e complementado pela análise do quadro 6.

- 5) In the evening the guests ate ice cream and then swam gently.
- 6) The guests’ supper of ice cream was followed by a gentle swim.

Modo de Expressão Congruente

	<i>In the evening</i>	<i>the guests</i>	<i>ate</i>	<i>ice cream</i>	<i>and</i>	<i>then</i>	<i>swam</i>	<i>gently</i>
Função	Circunstância: Tempo	Participante: Actor	Processo: Material	Participante: Meta		Circunstância: Tempo	Processo: Material	Circunstância: Modo
Classe	Grupo Preposicional	Grupo Nominal	Grupo Verbal	Grupo Nominal		Grupo Adverbial	Grupo Verbal	Grupo Adverbial

Modo de Expressão Metafórico

	<i>The guests’</i>	<i>supper of</i>	<i>ice cream</i>	<i>was followed by</i>	<i>a</i>	<i>gentle</i>	<i>swim</i>
Função	Participante: identificador			Processo: relacional	Participante: identificador		
Classe	Grupo Nominal			Grupo Verbal	Grupo Nominal		
Função (em grupo)	Modificador / Deíctico: Possessivo	Núcleo / Objecto	Modificador / Qualificador: Apositivo			Modificador / Epíteto	Núcleo / Objecto

Quadro 6: Exemplificação dos modos de expressão congruente e metafórico.³⁵

No modo de expressão metafórica, opera-se um conjunto de alterações: o processo implícito em «ate» e a circunstância temporal de «in the evening» são

³⁵ Halliday (1991: 323), nossa tradução e adaptação.

amalgamados no nome «supper», que funciona como o núcleo do grupo nominal identificador; os participantes «guests» e «ice cream» passam a constituir o modificador deíctico possessivo e o modificador qualificativo apositivo, respectivamente; o processo implícito em «swam» é codificado no nome «swim», que representa o núcleo do grupo nominal identificador; a circunstância modal «gently» é codificada como modificador / epíteto do grupo nominal; e a circunstância temporal «then» é codificada no grupo verbal «was followed by», funcionando como um processo relacional de tipo circunstancial identificativo (Halliday, 1991: 324).

Segundo o mesmo autor (Halliday, 1991: 328-329), a complexidade metafórica é típica da língua escrita, uma vez que esta consiste numa complexidade lexical, alcançando densidade lexical (definida por um elevado número de itens lexicais por frase, que possuem um elevado conteúdo informativo), por vezes acompanhada de uma estrutura gramatical consideravelmente simples. Contrariamente, a língua falada detém uma complexidade gramatical que assenta na construção de estruturas de dependência complexa (apoiada em elaboradas estruturas de parataxe e hipotaxe), acompanhadas de uma escolha de termos simples.

No discurso escrito, o conteúdo ideacional apresenta-se densamente amalgamado em estruturas que são simples na sua forma mas complexas no seu léxico, podendo grande parte da condensação lexical envolver a metáfora, justificando-se que a complexidade da língua escrita esteja estritamente associada aos processos metafóricos (Halliday, 1991: 331).

Finalmente, as *metáforas interpessoais* abrangem a expressão do modo ou da modalidade. O falante projecta a proposição como um facto e codifica a subjectividade ou a objectividade no sintagma projectado, de forma a expressar explicitamente a subjectividade ou a afirmar explicitamente que a probabilidade é subjectiva (Halliday, 1991: 332-333).

No âmbito da discussão da dinâmica cognitiva, Osgood (*in* Hoffman & Honeck, 1980: 224-225) distingue entre *metáforas vivas* e *metáforas mortas*, por um lado, e *metáforas afectivas* e *denotativas*, por outro, ao nível dos sintagmas ou grupos sintácticos. Relativamente ao primeiro par em oposição, uma metáfora é viva porque evoca mais do que uma simples referência e as várias referências em causa têm algo em comum, e exemplo de uma metáfora morta é ‘perna da mesa’ ou ‘costas da cadeira’, que já não são percebidas como sendo metáforas. No que diz respeito ao segundo par,

podem ser citados os mesmos exemplos para representar uma metáfora denotativa, ao passo que ‘uma pessoa quente ou fria’ reflecte uma metáfora de tipo afectivo.

Há ainda quem mencione as metáforas *versus* as não-metáforas, sendo as *metáforas* mais facilmente lembradas do que as não-metáforas, devido ao enorme número de possibilidades de codificação semântica, passíveis de construir associações que podem ser armazenadas na memória, enquanto as *não-metáforas* não dispõem deste auxílio imagético e de memória (Harris, Lahey & Marsalek *in* Hoffman & Honeck, 1980: 178-179).

Também Black (*apud* Strôngoli, 1998: 92) classifica as metáforas, de acordo com a constituição do seu objecto («focus»), em *metáforas fortes*, que correspondem àquelas que não permitem a substituição ou a variação dos seus constituintes, de modo a não enfraquecer ou alterar esse objecto, e em *metáforas fracas*, que possibilitam essa substituição.

Encontrando-se Kocourek (1991: 167) enquadrado numa reflexão sobre as linguagens técnico-científicas, defende que a linguagem técnico-científica e os sistemas semióticos utilizados na ciência³⁶ não dispensam os elementos figurados. Neste sentido, propõe uma classificação das metáforas no âmbito da formação de unidades terminológicas em *analogia cognitiva*, a *metáfora viva* e a *metáfora lexical*. A comparação e a analogia são universais, porque acompanham todo o pensamento humano, e apresentam-se como um recurso de pensamento que veicula o conhecimento de uma forma que permite compreender algo em função de uma outra coisa. Esta concepção da metáfora como comparação é designada por analogia cognitiva, a qual foi alvo de abordagens de diferentes disciplinas nas últimas décadas, nomeadamente da Filosofia, da Semiótica, da Psicologia e da Linguística.

Quanto à metáfora viva, única, não-lexicalizada ou *ad hoc*, esta caracteriza-se por ser um princípio universal da língua, abrangendo virtualmente todos os lexemas fortes. A metaforização viva pode ser observada no interior das frases e dos textos e analisada ao nível lexical, frásico e textual. A metáfora viva é denominada como comparação figurada e assenta numa ligação real ou subjacente entre dois lexemas semanticamente semelhantes, o *tertium comparationis*, que funcionam de forma díspar. Assim, este tipo de metáfora surge como potencialmente polivalente e implica um elemento de subjectividade, de cumplicidade e de enigma (Kocourek 1991: 167-168).

³⁶ Ver capítulo 3.8.

Finalmente, o sentido figurado da metáfora relevante para a Terminologia, que é a metáfora lexical, tornou-se sistémica, pois reflecte um dos aspectos fundamentais da formação de termos. A metáfora lexical ou lexicalizada (segundo Rey-Debove) foi integrada no sistema lexical de uma linguagem de especialidade e possibilita colmatar as lacunas do léxico, assim como auxilia na formação de novos termos (Kocourek, 1991: 168-169).

De acordo com a classificação deste autor (Kocourek, 1991: 168-169), somente as *metáforas* e as *metonímias lexicais ou lexicalizadas* interessam na área da Terminologia, visto que a figuração já foi integrada no sistema lexical da linguagem de especialidade em causa. O facto de serem definidas e empregues novas acepções figuradas nos textos de especialidade, possibilitam também a criação de novos termos. O uso figurado em Terminologia faz com que o sentido de um termo se encontre em desacordo com o significado literal do lexema que constitui o termo, mas esta oposição baseia-se numa relação particular de proximidade que assenta, por sua vez, numa relação de similaridade, de semas comuns, de base sémica comum.

No âmbito dos termos técnicos e científicos, as **metáforas terminológicas** afiguram-se mais raras que os termos compostos ou os termos fraseológicos («termes-syntagmes»), mesmo que um dos seus constituintes seja utilizado com sentido metafórico. A metaforização de um termo designa não só a motivação metafórica de um termo, mas também o seu uso metafórico, tanto em linguagem geral como em linguagem de especialidade (Kocourek, 1991: 169).

Assim, a força e a debilidade da motivação metafórica advém, por um lado, do seu valor imagético, do seu poder de evocação, da sua vertente concreta e, por outro, da ausência de sistematicidade e de indicações objectivas, isto é, da sua ambiguidade resultante da aplicação a um elevado número de contextos diferentes. Na questão da motivação de uma metáfora terminológica, convém ainda referir a motivação gráfica, já que o predomínio da motivação é característica essencial da formação terminológica (Kocourek, 1991: 170).

Kövecses (2002: 32-36, 51) estrutura as metáforas conceptuais em metáforas estruturais, ontológicas e orientacionais, à semelhança de Lakoff & Johnson (1980). Para além destas, este autor menciona ainda a existência de *micrometáforas*, encontradas ao nível de superfície de um texto literário, e de *megametáforas* ou *metáforas alargadas*, que se encontram na base das micrometáforas e as tornam coerentes.

Inúmeros autores poderiam ainda ser citados, em função da sua escola e da perspectiva disciplinar, para desenvolver esta questão das tipologias de metáforas, mas a ideia dominante é que esta problemática não apresenta fronteiras bem definidas entre os vários tipos de metáforas.

Vilela (1996: 317) sistematiza algumas destas abordagens, afirmando que a metáfora é um fenómeno abrangente que afecta a linguagem e a acção humanas, a par de ser um sistema de pensamento e de categorização do real, apresentando-se diversas designações para a metáfora: *metáforas vivas, novas, mortas, cristalizadas, de invenção, de uso, originais, como produto, como processo, in praesentia, in absentia*, entre outras que abundam na literatura da especialidade.

Mais adiante afigurar-se-á relevante aprofundar a problemática dos tipos de metáforas aplicados ao domínio da ciência e às particularidades da linguagem científica, de forma a demonstrar que a sua presença em textos de carácter técnico-científico é um fenómeno relevante e apresenta-se como altamente produtivo.

2.6.3 - Classificação de metáforas

A par das tipologias de metáforas que se apresentaram, considera-se pertinente expor duas propostas de classificação de metáforas em função de um conjunto de critérios específicos. Estas classificações fazem uso das tipologias de metáforas já expostas e dos tipos de metáforas conceptuais a explicar aquando da abordagem de Lakoff & Johnson (1980).

Assim, a classificação de Brabant (*in Van Dorneal et al.*, 1986: 135-143), efectuada aquando do seu estudo da metáfora multicultural, pretende lançar luz sobre a análise teórica e prática do discurso figurativo, e intenta classificar as metáforas verbalizadas em função de uma série de critérios.

Critérios para a Classificação de Metáforas
1. Estatuto Social <ul style="list-style-type: none">• Explícito;• Marcado (morta, convencional, imaginativa ou figurativa ou poética);• Interpretação normativa.

Quadro 7a: Proposta de classificação de metáforas segundo Brabant
(*in Van Dorneal et al.*, 1986: 135-143).

Critérios para a Classificação de Metáforas	
2. Dependência face ao contexto	<ul style="list-style-type: none"> • Total; • Restrita; • Independente.
3. Qualificação da faculdade envolvida	<ul style="list-style-type: none"> • Base afectiva (exprimem sentimentos face a uma experiência, não sendo estruturadas= metáforas textuais); • Estrutural (perceptiva, contedores que moldam o entendimento do pensamento, conceptualizam e comunicam; conceptual, são raras porque não concretizam a função central da metáfora que é fazer com o que o menos conhecido seja mais conhecido).
4. Reversibilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Simétrica; • Assimétrica.
5. Procedimento	<ul style="list-style-type: none"> • Contraste de traços (é possível produzir metáforas com base nas similaridades conhecidas ou descobrir novas metáforas através de outras metáforas); • Selecção de traços (as metáforas baseadas em similaridades conhecidas seleccionam traços); • Rejeição de traços (as metáforas criativas rejeitam traços)
6. Extensão	<ul style="list-style-type: none"> • Metáfora simples (<i>A é B</i>) • Metáfora extensa (conceito breve, várias metáforas do mesmo domínio semântico em coexistência na mesma unidade sintáctica, formando constituintes essenciais para estabelecer um código básico; metáfora continuada, o código é estabelecido a partir da metáfora original dentro das várias metáforas do mesmo campo semântico, subordinando-se as outras à metáfora principal, tendo uma função explicativa, qualificativa ou tautológica e podendo funcionar numa só frase ou estender-se por várias); • Grupo múltiplo (metáfora acumulada, a primeira metáfora funciona como um modificador para as seguintes, transmitindo um conceito ou experiência complexos, desfeito em componentes, mas fundidos num todo através de relações sintácticas, e acrescentando novas imagens; imagem metafórica, metáforas que adquirem uma significância simbólica por meio da repetição, exigindo a intervenção do conhecimento enciclopédico ou da memória para alcançar um sentido mais geral).
7. Avaliação de qualidade	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade de gestalt (percepção de similaridade e saliência de traços, inteligibilidade); • Riqueza (possibilidade de várias interpretações; grau de expansão de uma metáfora); • Outro.
8. Função	<ul style="list-style-type: none"> • Cognitiva (orientacional, organizam sistemas de metáforas em função uns dos outros; estrutural, um conceito é metaforicamente estruturado em função de outro); • Interactiva (narrativa, ajuda a contar uma história, mas funciona como uma ornamentação e entretenimento; persuasiva, tenta dar verdade linguística a uma situação social que resume a sua essência moral – persuasão, prescrição, proclamação).

Quadro 7: Proposta de classificação de metáforas segundo Brabant

(in Van Dormeal *et al.*, 1986: 135-143).

Paralelamente, Steen (*in* Cameron & Low, 1999: 91-95) propõe uma outra classificação relacionada com a análise das metáforas e que é concretizada por meio de uma listagem de critérios linguísticos a ter em consideração:

<p>A. <u>Análise Conceptual</u></p> <ol style="list-style-type: none">1. predicados não-literais (simples ou complexos, restritos ou alargados, pertencentes ao mesmo nível gramatical ou em relação hierárquica);2. referentes literais (explícitos ou implícitos, pertencentes ao mesmo grupo sintáctico ou não)3. proposições metafóricas;4. comparação metafórica (a comparação, a analogia e o mapeamento implícitos da metáfora). <p>B. <u>Análise Linguística</u></p> <ol style="list-style-type: none">1. características lexicais do objecto («focus»)³⁷: classe gramatical, extensão e denotação/conotação;2. características lexicais da metáfora: nova ou atestada, recorrente ou não;3. características gramaticais do objecto: classe gramatical do objecto, função gramatical e posição do objecto no âmbito da frase («frame»);4. características gramaticais da frase: categoria, nível e função gramaticais. <p>C. <u>Análise Comunicativa</u></p> <ol style="list-style-type: none">1. a função pragmática (o tópico da metáfora e a sua representação discursiva; as pressuposições, implicações, implicaturas e assumpções da metáfora; o objectivo da metáfora);2. a forma retórica (a forma tropológica da metáfora, a ordem dos termos metafóricos)3. o peso retórico (relação com outros tropos, esquemas adicionais);4. a função textual (posição da metáfora ao nível estrutural do texto, ao nível genérico do texto e ao nível tipológico do texto; função temática particular).

Quadro 8: Análise de metáforas segundo Steen.³⁸

A breve exposição sobre a classificação de metáforas segundo Brabant e Steen afigura-se vantajosa, porque abrange um considerável número de critérios que permitem obter uma visão integral das metáforas em estudo, para além de sistematizar várias das reflexões propostas anteriormente. No entanto, apresenta-se simultaneamente problemática, uma vez que a variedade e complexidade de critérios exige uma análise profunda e demorada, que não é compatível com os objectivos propostos para esta dissertação, não sendo de rejeitar a sua utilização em trabalhos de investigação futuros.

³⁷ Assume-se a tradução de Santos (1998) apresentada anteriormente: «focus» surge como ‘objecto’ e «frame» como ‘frase’.

³⁸ Este quadro sistematiza as informações expostas por Steen (*in* Cameron & Low, 1999: 91-95), nossa tradução e adaptação.

3.7 - Linguística Cognitiva

«(...) our conceptual system is inherently metaphorical, (...) we understand, think, and function in metaphorical terms, (...) metaphors can not be merely understood but can be meaningful and true as well (...)»
(Lakoff & Johnson, 1980: 184)

3.7.1 - *Metaphors we live by* de Lakoff & Johnson

Os cognitivistas não pretendem estudar a história da metáfora, mas antes procuram definir a metáfora de forma linear, em si mesma, e em relação à metonímia e à sinédoque, demonstrando que estas três figuras são fundamentais para a linguagem humana como criações novas e como um modo de enriquecimento dos processos de configuração da realidade. Estes autores atribuíram uma nova configuração a dados que não eram novos: as estruturas e as unidades linguísticas fazem parte e dependem da conceptualização, afectando essa mesma conceptualização, cuja organização é efectuada por meio de protótipos, estereótipos e semelhanças. Assim, estabelece-se uma continuidade e uma relação de dependência entre a linguagem e as restantes capacidades cognitivas, a conceptualização, a categorização, a memória, a atenção, entre outras (Vilela, 1996: 324-325).

George Lakoff e Mark Johnson desenvolveram a sua teoria da metáfora com base na Linguística Cognitiva, ou seja, estudaram as metáforas à luz dos contributos cognitivos relativos à natureza da mente, opondo-se ao mito do objectivismo e à linguística chomskyana (segundo a qual a mente consistia num nível funcional simbólico, cujo funcionamento era algorítmico). Assim, a metáfora não se apresentava como um acidente com interesse marginal, mas antes a metaforicidade surgia como omnipresente e sistemática nas línguas naturais (Miguens, 2002: 86).

De acordo com Lakoff & Johnson (1980: 3), a metáfora tem sido tradicionalmente encarada como um instrumento da imaginação poética e do floreado retórico, sendo mais uma questão da linguagem figurativa do que da literal. No entanto, a metáfora, para além de ser uma questão de palavras, é acima de tudo uma questão de pensamento e acção, já que a metáfora intervém em todos os aspectos da vida, da linguagem, do pensamento e dos actos culturais. O nosso sistema conceptual, em função do qual pensamos e agimos, é fundamentalmente de natureza metafórica.

Uma vez que a comunicação se baseia no mesmo sistema conceptual através do qual se pensa e age, a linguagem afigura-se como uma importante evidência deste sistema. A essência da metáfora reside no entendimento e na experiência de uma coisa em função de uma outra, sendo os conceitos e as actividades estruturados metaforicamente, seguindo a própria linguagem a mesma tendência (Lakoff & Johnson 1980: 3-5).

O significado das palavras não equivale a um conjunto objectivo de eventos ou entidades, mas a um grupo de eventos ou entidades que o sistema cognitivo humano relaciona de forma sistematicamente apropriada. A categorização linguística não depende da distinção patente no mundo, mas da estruturação metafórica e metonímica das percepções do mundo. Assim, a organização conceptual do conhecimento e da realidade modelam o processo de categorização e de lexicalização da linguagem humana (Vilela, 2001: 174-175).

A estrutura cognitiva da compreensão humana concebe primeiramente o vocabulário universal do espaço, que adquire de seguida sentidos temporais. O conhecimento encontra-se então estruturado de acordo com a visão da realidade extralinguística e não se apresenta caoticamente disperso. Desta forma, a metáfora surge como a principal força na mudança semântica, operando entre domínios, entre a visão e o conhecimento, entre o espaço e o tempo, e sendo esta passagem de um domínio para outro efectuada por meio de mapeamentos cognitivos (Vilela, 2001: 175-176).

A relação entre a percepção externa e os estados emocionais e cognitivos são explicados unidireccionalmente, já que a explicação de alguns estados psicológicos se efectua através do vocabulário do corpo humano. O corpo humano é, sem dúvida, um poderoso centro de expansão e atracção metafórica (Silva, 1992: 317), tal como já tinha sido mencionado aquando da abordagem de Boléo.

A categorização e conceptualização do mundo extralinguístico e dos sentimentos e comportamentos humanos são transpostos para a lexicalização dos processos que se estabelecem com os objectos físicos. A metáfora, como fonte conceptual, apresenta-se como fundamental para a explicação da análise semântica, tanto sincrónica como diacrónica (Vilela, 2001: 178-180).

Sendo um conceito metafórico sistemático, a linguagem utilizada para se referir a estes conceitos tem de ser igualmente metafórica. Exemplos relacionados com a afirmação “Tempo é dinheiro” apresentam-se como metafóricos, porque o dinheiro e os recursos limitados permitem conceptualizar o tempo, que, por sua vez, se encontra

ligado à conceptualização cultural. Estes conceitos metafóricos criam um sistema único baseado na subcategorização, cujas relações se caracterizam por relações de implicação entre metáforas. Assim, a implicação metafórica pode caracterizar um sistema coerente de conceitos metafóricos e o sistema coerente de expressões metafóricas correspondente a estes conceitos (Lakoff & Johnson 1980: 7-9).

A própria sistematicidade, que nos permite compreender um aspecto de um conceito em função de um outro, evidencia («highlighting») esse aspecto e necessariamente omite («hiding») outros aspectos desse conceito que se revelam inconsistentes com a metáfora em causa. Esta estruturação metafórica afigura-se parcial, porque parte do conceito metafórico não pode encaixar-se no contexto, caso contrário um conceito não seria entendido em função de outro, mas antes seria o outro (Lakoff & Johnson 1980: 10, 13).

A sistematicidade da metáfora pode ser encarada em diferentes níveis: a *sistematicidade local*, na qual os veículos relacionados passíveis de ocorrer desenvolvem uma metáfora alargada por meio de vários níveis; a *sistematicidade global*, em que os veículos semanticamente ligados podem produzir sistemas e níveis de metáforas; e a *sistematicidade discursiva*, que permite que os veículos em interacção se aproximem (Cameron *in* Cameron & Low, 1999: 20).

2.7.2 - Tipos de metáforas cognitivas e relações metafóricas

Na perspectiva da Linguística Cognitiva, uma **metáfora conceptual** reflecte a compreensão de um domínio conceptual em função de outro campo conceptual, o qual consiste numa organização coerente da experiência. No entanto, Kövecses (2002: 4) defende que uma metáfora conceptual deve ser distinguida de expressões linguísticas metafóricas, já que estas são palavras ou outras expressões linguísticas que têm origem na linguagem ou terminologia específica de uma área conceptual concreta. Segundo este autor, os domínios que participam na metáfora conceptual possuem designações específicas: o domínio conceptual do qual se retiram as expressões metafóricas necessárias para compreender um outro domínio conceptual chama-se domínio-fonte, enquanto aquele domínio que é entendido deste modo denomina-se como domínio-alvo.

A equação $A \text{ é } B$ implica o estabelecimento de um conjunto de correspondências sistemáticas entre a fonte e o alvo, ou seja, os elementos conceptuais constitutivos de B correspondem aos elementos conceptuais constitutivos de A . Estas correspondências

sistemáticas criam mapeamentos conceptuais, que são maioritariamente inconscientes. Os indivíduos, tendo por base o conhecimento de uma metáfora conceptual, utilizam expressões linguísticas que reflectem este conhecimento e que não violam os mapeamentos fixados pelas convenções da comunidade linguística em que se inserem (Kövecses, 2002: 6, 9).

MAPEAMENTOS		
METÁFORA	ASPECTOS DA FONTE	ASPECTOS DO ALVO
Felicidade é Luz	A energia da luz	A energia que acompanha a felicidade
Felicidade é Insanidade	A falta de controlo mental sobre a insanidade	A falta de controlo emocional sobre a felicidade.

Quadro 9: Exemplos de metáforas conceptuais e respectivos mapeamentos.³⁹

Por exemplo, as metáforas “O trabalho é um recurso” e “Tempo é dinheiro” constituem metáforas que não são encaradas como tal, porque resultam naturalmente da forma como a cultura e a sociedade industrial ocidental encaram o trabalho, na sua paixão para quantificar tudo e na sua obsessão em atingir fins definidos. Estas duas **metáforas estruturais** de natureza complexa empregam ambas **metáforas ontológicas simples**, que permitem que o trabalho e o tempo sejam quantificados, concebidos como gastos e aos quais se atribuem valor monetário. Estas características inerentes ao trabalho e ao tempo reflectem uma evidência («highlighting») atribuída a estes conceitos pela sua centralidade na nossa cultura, em detrimento de outros aspectos que são omitidos («hiding») (Lakoff & Johnson 1980: 66-67).

Os conceitos que se encontram interligados de modo sistemático formam um todo coerente e esta sistematicidade estabelecida pela conceptualização ou rede metafórica permite compreender um conceito em função de um outro. Assim, as **metáforas estruturais** referem-se às metáforas em que um conceito se encontra metaforicamente estruturado consoante um outro (Vilela, 1996: 324). No entanto, a fronteira entre metáforas estruturais e metáforas ontológicas não é líquida, tal como se verificou nos exemplos acima mencionados, podendo levantar dificuldades na sua classificação.

Na linha da problemática da sistematicidade das metáforas, Lakoff & Johnson (1980: 10) mencionam a **metáfora condutora**, «*conduit metaphor*», designada deste modo por Reddy, segundo a qual um falante coloca ideias ou objectos em palavras que

³⁹ Kövecses (2002: 89), nossa tradução e selecção.

funcionam como contentores e envia-os ao longo de um condutor até ao ouvinte que retira as ideias/objectos de dentro das palavras/contentores. Daqui resulta que a metáfora ‘As expressões linguísticas são contentores para significados’ implica que as palavras e as frases possuam sentido em si mesmas, independentemente do contexto do falante.

É evidente que na maioria dos casos o contexto se revela fundamental para a compreensão e explicação das metáforas, visto que uma mesma frase poderá significar algo de diferente para indivíduos diferentes. No entanto, a metáfora condutora não se adequa aos casos em que o contexto é exigido para determinar se a frase tem algum sentido e qual o sentido em questão (Lakoff & Johnson 1980: 12).

Por sua vez, as **metáforas orientacionais** possibilitam a organização semântica dos conceitos mediante as suas relações espaciais básicas dentro do próprio sistema de conceitos, atribuindo-se a um conceito uma orientação no espaço, e, a partir do elemento físico da metáfora orientacional, cria-se um conjunto de transferências e aplicações a outros domínios (Vilela, 1996: 329-330).

Estas orientações espaciais não são arbitrárias, baseiam-se na experiência física e cultural dos indivíduos, porque variam de cultura para cultura. As implicações culturais de algumas das espacializações metafóricas específicas da língua inglesa são apresentadas de seguida (Lakoff & Johnson 1980: 14).

UP	<ul style="list-style-type: none"> ■ Happy ■ Conscious ■ Health and life ■ Having control or force ■ More ■ Good ■ Virtue ■ Rational 	DOWN	<ul style="list-style-type: none"> ■ Sad ■ Unconscious ■ Sickness and death ■ Being subject to control or force ■ Less ■ Bad ■ Depravity ■ Emotional
-----------	--	-------------	--

Quadro 10: Sistematização das metáforas orientacionais em função do espaço.⁴⁰

Vilela (2002: 75) apresenta também alguns exemplos de metáforas orientacionais da língua portuguesa: ‘O atleta está no pico da forma’; ‘O atleta está em

⁴⁰ Este quadro resulta da sistematização das implicações orientacionais das metáforas referidas por Lakoff & Johnson (1980: 14-17).

baixo/fora de forma'; 'Ele está agora em queda livre'; 'Ele anda sobre / [nas] nuvens'; 'Ele está no sétimo céu'.

Em suma, a maioria dos conceitos fundamentais do homem organiza-se em termos da espacialização das metáforas, na qual se identifica uma sistematicidade interna e externa, que lhes confere coerência. Esta espacialização funda-se na experiência física e cultural, não sendo, por isso, arbitrária, e funcionando como veículo para o entendimento de um conceito relativamente à sua base experiencial, frequentemente tão necessária que se torna difícil aceitar uma outra alternativa literal para esta metáfora. Ora, os chamados *conceitos puramente intelectuais*, ou seja, os conceitos de uma teoria científica⁴¹ são quase sempre metáforas de base física e/ou cultural, porque se adequam bem à experiência científica (Lakoff & Johnson 1980: 17-19).

Os valores centrais de uma cultura reflectem-se na estrutura metafórica dos conceitos fundamentais dessa mesma cultura. Estes valores não são independentes, antes formam um sistema coerente com os "conceitos pelos quais vivemos"⁴², mesmo que, por vezes, ocorram conflitos entre as metáforas associadas entre si devido às diferentes prioridades atribuídas a estes valores e às metáforas pelas subculturas que os usam. Estes conflitos reflectem igualmente os conflitos existentes entre as subculturas e a cultura dominante, apesar de o sistema individual de valores ser, em grande parte, coerente com as metáforas orientacionais da cultura dominante (Lakoff & Johnson 1980: 22-24).

Finalmente, as **metáforas ontológicas** permitem agrupar, identificar, quantificar, racionalizar os dados que provêm da experiência humana, alguns dos quais não são objectos concretos. Estas metáforas possibilitam abordar conceitos e abstracções como se estas fossem entidades manipuláveis, sendo disto exemplo a metáfora-contendor, em que os objectos ou conceitos são projectados como dentro ou fora (Vilela, 1996: 324).

O entendimento das experiências em termos de objectos e de substâncias permitem seleccionar aspectos específicos da realidade e encará-los como entidades uniformes, categorizando-as, agrupando-as e quantificando-as. Assim como as experiências humanas mais básicas conduzem ao desenvolvimento de metáforas

⁴¹ Esta questão dos conceitos intelectuais expressos por meio de metáforas será explorada no capítulo 2.8.

⁴² Refira-se que esta expressão joga com o título da obra de Lakoff & Johnson (1980), *Metaphors we live by*.

orientacionais, também as experiências com objectos físicos fornecem a base para uma variedade considerável de metáforas ontológicas, isto é, de diferentes meios para visionar eventos, actividades, emoções ou ideias como substâncias e entidades. Estas metáforas cumprem propósitos diversificados, por exemplo, encarar a inflação como uma entidade permite quantificá-la, identificá-la com um determinado aspecto seu, vê-la como uma causa, agir sobre ela e mesmo acreditar que esta é compreensível (Lakoff & Johnson 1980: 25-26).

Por outras palavras, as metáforas ontológicas tentam abordar as experiências humanas de forma racional, de tal modo que estas não são sequer sentidas como sendo metafóricas. Como exemplos de metáforas ontológicas, destacam-se as **metáforas-contentores** que abrangem as áreas territoriais (cada um de nós é um contentor, cuja superfície se encontra cercada, sendo entendido segundo uma orientação do tipo dentro/fora, já que a territorialidade consiste num dos instintos humanos mais básicos), o campo visual (que permite encarar o que se vê como estando dentro do campo visual, acabando por definir uma área territorial), os eventos e as acções (conceptualizados metaforicamente como objectos) e as actividades e os estados (entendidos como substâncias) (Lakoff & Johnson 1980: 27, 29-31).

No âmbito das metáforas ontológicas, a que se apresenta como mais óbvia é aquela que se refere a uma pessoa, ou seja, à *personificação*. Esta, por ser uma categoria geral, abrange uma grande variedade de metáforas que selecciona diferentes particularidades das pessoas envolvidas ou diferentes meios de as encarar. Aquilo que as aproxima é o facto de serem extensões das metáforas ontológicas e de possibilitarem compreender os fenómenos do mundo real do ponto de vista humano, em função das suas motivações, objectivos, acções e características (Lakoff & Johnson, 1980: 33-34).

Paralelamente, uma outra figura que é relevante mencionar é a *metonímia*, segundo a qual uma entidade é usada para se aludir a uma outra. A metonímia possui prioritariamente uma função referencial, que lhe permite usar uma entidade em lugar de outra, e uma função epistemológica, que fornece conhecimento. Apesar de concretizarem os mesmos propósitos, a metonímia focaliza mais especificamente determinados aspectos, alvo da sua atribuição, enquanto a metáfora concebe algo em função de outra coisa, cuja principal função é a compreensão (Lakoff & Johnson 1980: 35-37).

É interessante verificar que Lakoff & Johnson (1980: 38-39) alargam o âmbito do conceito de metonímia, considerando “a parte pelo todo”, “o produtor pelo produto”,

“o objecto pelo utilizador”, “o controlador pelo controlado”, “a instituição pelos responsáveis”, “o espaço pela instituição” e o “lugar pelo evento”, exemplos tradicionalmente entendidos como manifestações da sinédoque, um tipo específico da metonímia. Estes exemplos representam casos de conceitos metonímicos que organizam o pensamento e a acção e conceptualizam uma coisa na sua relação com outra, em função da experiência de base que envolve associações físicas e causais.

Estes mesmos autores distinguem entre *metáforas coerentes*, que se adequam umas às outras, e *metáforas consistentes*, que não formam uma imagem única. Uma outra menção que se torna necessário efectuar será às fórmulas, às expressões fixas ou às fraseologias⁴³ que, funcionando como palavras, se encontram estruturadas de forma coerente por meio de metáforas, e são incluídas no grupo das expressões literais estruturadas por meio de conceitos metafóricos (Lakoff & Johnson 1980: 44, 51).

É evidente que a estruturação metafórica dos conceitos se efectua sempre de forma parcial, sendo possível utilizar expressões de um domínio específico num outro, por esta razão fala-se de linguagem figurativa ou não-literal. As metáforas, que estes autores (Lakoff & Johnson, 1980: 52-55) identificam como sendo marginais na língua e na cultura, constituem expressões fixas ou convencionais que não interagem sistematicamente com outros conceitos metafóricos. Por exemplo, “as pernas da mesa” é um exemplo idiossincrático, não-sistemático e isolado, que não desempenha nenhuma função no sistema conceptual, não sendo uma metáfora “segundo a qual vivemos”, ou seja, é uma metáfora morta, entendida somente como um conceito metafórico marginal. Contrariamente, as metáforas são compreendidas como vivas se reflectirem conceitos metafóricos sistemáticos que estruturam o pensamento e a acção.

De modo a ser possível provar a sistematicidade de um conceito metafórico é necessário que a metaforicidade seja convencional, isto é, não seja entendida como uma metáfora, mas também não podem ser catacreses (Santos, 1998: 190), metáforas mortas e incorporadas no léxico como expressões literais.

Visto que o sistema conceptual humano se estrutura metaforicamente e que os conceitos são entendidos em função de outros conceitos, a questão que se coloca é se algum conceito pode ser entendido directamente, sem a utilização de uma metáfora. Os primeiros conceitos a serem entendidos directamente são os conceitos espaciais, como Cima / Baixo (*Up / Down*), e todos os movimentos envolvem qualquer tipo de mudança

⁴³ Cf. capítulo 3.5.

nesta orientação, mantendo-a, pressupondo-a ou considerando-a de alguma forma. Assim, a estrutura dos conceitos espaciais resulta da experiência espacial, da interação do homem com o meio físico (Lakoff & Johnson, 1980: 56).

Enquanto a estrutura conceptual de espaço resulta da percepção do funcionamento motor do corpo humano, a estrutura conceptual das emoções não resulta somente do funcionamento emocional, mas de uma interação das emoções com as experiências sensório-motoras que servem de base para as metáforas orientacionais. Desta forma, as metáforas ontológicas fundamentam-se nas correlações sistemáticas estabelecidas no âmbito da experiência, assim como os conceitos metonímicos resultam das correlações entre duas entidades físicas ou entre uma entidade física e algo metaforicamente conceptualizado como tal (Lakoff & Johnson, 1980: 58-59).

Todos os conceitos complexos podem ser analisados em função de primitivos indecomponíveis, que conduzem à acumulação de significados, tal como é o caso do *protótipo da causalidade*, frequentemente utilizado para organizar as realidades física e cultural. A causalidade é compreendida de forma mais completa como um conjunto de componentes que, por sua vez, cria um **gestalt experiencial**, sendo a causalidade prototípica ou paradigmática considerada como um caso de manipulação directa (Lakoff & Johnson, 1980: 69-70).

As particularidades que caracterizam os casos de causalidade formam as manipulações prototípicas, termo usado por Rosch (1978) na sua teoria sobre a categorização humana, segundo a qual os indivíduos categorizam objectos, não em termos de conjuntos teóricos, mas antes em função de protótipos ou famílias de semelhanças, isto é, um objecto é considerado parte do protótipo se partilha com outros objectos propriedades relevantes para ser classificado como tal. O núcleo dos protótipos é concebido através das metáforas para produzir um conceito mais abrangente, sendo os seus componentes metafóricos. Consequentemente, estes protótipos são compreendidos como gestalts, isto é, como conjuntos complexos de propriedades que ocorrem conjuntamente no seu funcionamento quotidiano, capazes de uma considerável diversidade de variações (Lakoff & Johnson, 1980: 70-75).

A organização da experiência depende dos gestalts multidimensionais que tornam esta experiência coerente, ou seja, os gestalts da experiência são todos multidimensionais estruturados, cujas dimensões são definidas como conceitos emergentes, visto que estas dimensões emergem naturalmente da experiência. Assim, as experiências particulares que constituem o sistema conceptual do homem são

classificadas em função de gestalts experienciais, distinguindo-se entre a experiência em si e os conceitos utilizados para a estruturar, isto é, entre a estruturação metafórica e a subcategorização. Para além disto, podem-se diferenciar entre *gestalts relativamente simples* e *gestalts complexos*, estes últimos parcialmente estruturados em função de outros gestalts, também designados como conceitos estruturados metaforicamente, tal como é o caso de “O amor é uma Viagem”, “O amor é uma Força Física”, “O amor é Loucura” (Lakoff & Johnson, 1980: 81-85).

Esta noção da função perceptiva das metáforas no pensamento criativo e na resolução de problemas foi introduzida pela Psicologia através da corrente do Gestaltismo, que assenta na crença de que uma metáfora pode ser abstracta ou actuar como um convite à percepção de uma semelhança. As metáforas conduzem à criação de percepções ou de imagens, cujo conteúdo não necessita de ser preenchido com pormenores, mas que possui potencial simbólico (Honeck *in* Hoffman & Honeck, 1980: 11).

Quando se verifica a sobreposição de duas metáforas, ocorre a criação progressiva de uma superfície, sendo esta sobreposição caracterizada por um número de implicações partilhadas pelas metáforas em questão. Será então esta sobreposição de implicações entre as duas metáforas que define a coerência existente entre estas e fornece a ligação entre a superfície que uma metáfora abrange e o conteúdo que a outra possui, uma vez que não se encontra uma única imagem que encaixe completamente nas duas metáforas. O conceito abstracto do protótipo da superfície, que constitui a sobreposição entre estas duas metáforas, não é suficientemente concreto para estabelecer uma imagem e quando as metáforas são coerentes, mas não são consistentes, não se identifica a criação de imagens consistentes (Lakoff & Johnson, 1980: 93-95).

Desta forma, as implicações metafóricas desempenham um papel fundamental na ligação de todos os casos de estruturação metafórica única de um conceito e na ligação entre as duas estruturas metafóricas de um único conceito, a par da partilha de uma implicação metafórica que estabelece uma correspondência metafórica cruzada. As estruturações metafóricas de um conceito cumprem diferentes propósitos, enfatizando diferentes aspectos do conceito e quando se verifica uma sobreposição de fins, opera-se igualmente uma sobreposição de metáforas e a criação de coerência. Apesar de a consistência total ser rara, a coerência afigura-se típica (Lakoff & Johnson, 1980: 96).

No caso de existirem tais sobreposições entre metáforas, atesta-se a existência de uma coerência complexa, que se justifica devido à existência de diversas metáforas que

parcialmente estruturam o conceito e ao entendimento de vários conceitos observados em termos metafóricos, situação potenciadora da sobreposição de metáforas (Lakoff & Johnson, 1980: 97).

2.7.3 – Crítica das teorias abstracta e homonímica

Qualquer teoria que verse sobre o sistema conceptual humano, deve ter em consideração os seguintes aspectos: a sua fundamentação, a sua estruturação, as relações entre si e a sua definição. Se grande parte deste sistema conceptual se encontra metaforicamente estruturado, podem identificar-se duas perspectivas para esta metaforicidade: a perspectiva abstracta e a perspectiva homonímica (Lakoff & Johnson, 1980: 106).

De acordo com a primeira, defende-se a existência de um único conceito geral e abstracto e os casos especiais passíveis de serem identificados pertencem ao mesmo conceito abstracto. No entanto, a **abordagem abstracta** apresenta algumas insuficiências porque não considera as metáforas orientacionais Cima / Baixo; não distingue entre metáforas do tipo *A é B* e *B é A*, que seriam termos neutros que compreendem os dois domínios; considera que diferentes metáforas podem estruturar diferentes aspectos de um único conceito; não apresenta justificação para a assimetria entre conceitos; não aceita a existência de conceitos metafóricos nem a sua sistematicidade interna e externa e não considera a estruturação metafórica, nem as extensões metafóricas (Lakoff & Johnson, 1980: 107-110).

No que diz respeito à segunda teoria, afirma-se que podem existir dois conceitos independentes, no âmbito da qual se identifica uma visão homonímica fraca e uma forte. A **abordagem homonímica forte** defende que dois conceitos são inteiramente diferentes, já que um se refere a um objecto físico e o outro a um conceito abstracto, podendo o uso de uma mesma palavra para dois conceitos distintos ser um mero acidente. Por outro lado, a **abordagem homonímica fraca** atesta que existem dois conceitos independentes distintos, mas permite que os seus significados sejam similares em alguns aspectos e que os conceitos se encontrem relacionados em função da sua similaridade. Neste sentido, a abordagem fraca partilha um aspecto da visão abstracta, isto é, a similaridade abstracta possui as mesmas propriedades que o núcleo do conceito entendido pela teoria da abstracção (Lakoff & Johnson, 1980: 107).

As duas teorias que pertencem à abordagem homonímica também podem ser alvo de críticas: a teoria homonímica forte não considera as relações existentes entre sistemas de conceitos metafóricos, nem a sistematicidade interna e externa, nem as extensões metafóricas, enquanto a teoria homonímica fraca se revela mais eficaz, já que aceita as relações metafóricas, a possibilidade de vários conceitos serem expressos por uma única palavra, relacionados por similaridade, mas rejeita o facto de o abstracto ser entendido em função do concreto, sendo novamente um mero acidente (Lakoff & Johnson, 1980: 110-114).

Adicionalmente, Lakoff & Johnson (1980: 153) criticam também a **teoria da comparação**, segundo a qual as metáforas pertencem às questões linguísticas e nada têm a ver com o pensamento e a acção, não aceitando qualquer tipo de pensamento e acção metafóricos. As similaridades estabelecidas por uma metáfora somente descrevem similaridades pré-existentes, não as podendo criar.

Esta teoria aproxima-se, segundo estes autores (1980: 154), da visão objectivista, que compreende os objectos como possuindo propriedades independentemente daqueles que os experienciam, já que os objectos são similares se partilharem estas propriedades, não fazendo qualquer sentido que as metáforas criem similaridades. As metáforas não têm a capacidade de alterar a natureza do mundo exterior, nem de criar similaridades objectivas que não existam previamente.

Ora, Lakoff & Johnson (1980: 114-116) defendem uma outra teoria, distinta daquelas *supra* apresentadas, de acordo com a qual a metáfora atravessa todo o sistema conceptual, porque a metáfora é uma questão de pensamento e acção, derivando daqui o facto de ser também uma questão linguística. Para além disto, um grande número de conceitos abstractos é entendido em função da experiência humana, sendo necessário compreendê-lo em termos de outros conceitos. Este sistema conceptual define-se metaforicamente, incluindo sistemas holísticos de metáforas, e possui princípios que são normalmente metafóricos.

Assim, as metáforas baseiam-se em similaridades quando estas se baseiam em metáforas convencionais, sendo igualmente reais em termos culturais, e criam novas similaridades quando entendem um tipo de experiência em termos de uma outra. As experiências humanas diferem de cultura para cultura e dependem do entendimento da experiência em termos de outra/s, uma vez que as experiências são por natureza metafóricas. Estas experiências, por sua vez, determinam as categorias do sistema conceptual e as propriedades e similaridades das metáforas existem em função deste

sistema conceptual, sendo as similaridades experienciais e não objectivas. Por outras palavras, as metáforas conceptuais fundamentam-se nas correlações patentes na experiência humana, podendo ser co-ocorrências experienciais ou similaridades experienciais (Lakoff & Johnson, 1980: 153-154).

Desta forma, os conceitos considerados como definidores resultam das interacções estabelecidas com outros indivíduos e com o mundo real, ao passo que os conceitos que estes definem metaforicamente são compreendidos não só em função das suas características inerentes, mas também das suas propriedades interaccionais. A categorização da experiência e da realidade realiza-se com base em protótipos e as categorias são sistematicamente ampliadas de diferentes formas com fins diversos, como por exemplo os modificadores (designados como «hedges»), que seleccionam o protótipo para a categoria e o tipo de relações estabelecidas, e são simultaneamente abertas, podendo conduzir à recategorização (Lakoff & Johnson, 1980: 119-124).

Uma vez que a linguagem é conceptualizada em função do espaço, também o sistema de escrita o é, aplicando-se os conceitos espaciais às expressões linguísticas e estabelecendo-se ligações directas entre forma e conteúdo, com base nas metáforas que constituem o sistema conceptual humano. Esta ideia reflecte-se na metáfora condutora, segundo a qual as expressões linguísticas são contentores e os seus significados são o conteúdo para esses contentores (Lakoff & Johnson, 1980:126-127).

Paralelamente, a perspectiva cultural sobre um elemento prototípico dessa cultura determina igualmente a orientação dos conceitos dentro do sistema conceptual. Assim, a pessoa canónica estabelece um ponto de referência conceptual e um considerável número de conceitos orientados para a sua semelhança ou dissemelhança face à pessoa prototípica. Esta perspectiva é denominada como a orientação “Primeiro-Eu” («Me-First orientation»), segundo Cooper and Ross), de acordo com a qual Cima, Frente, Activo, Bom, Aqui e Agora se orientam para a pessoa canónica, enquanto Baixo, Trás, Passivo, Mau, Ali e Então se afastam dessa mesma pessoa (Lakoff & Johnson, 1980: 132).

Muitas das actividades humanas são metafóricas por natureza e os conceitos que caracterizam estas actividades estruturam a realidade quotidiana; assim as metáforas novas possuem o poder de criar novas realidades, além de permitirem conceptualizar realidades pré-existentes. Se uma metáfora nova entra no sistema conceptual que serve de base para estas actividades, irá alterar este sistema e as percepções e acções que este sistema desenvolve. Apesar de tradicionalmente a metáfora ser encarada como uma

questão de linguagem e não como um meio de estruturar o sistema conceptual do homem e a cultura, é um facto que grande parte das mudanças culturais que ocorrem nas sociedades resultam da introdução de novos conceitos metafóricos e da perda de conceitos mais velhos (Lakoff & Johnson, 1980: 145).

As mudanças no sistema conceptual alteram o que é real para os indivíduos e afectam o modo como o mundo é percebido e o modo como actuam sobre estas percepções. Os aspectos humanos da realidade variam de cultura para cultura, já que diferentes culturas possuem sistemas conceptuais diferentes, os quais, por sua vez, dependem dos ambientes físicos onde se desenvolvem. Cada cultura fornece um modo mais ou menos eficaz de lidar com esse ambiente, de o adaptar ou de o modificar, definindo assim uma realidade social na qual os indivíduos detêm papéis sociais, ou seja, a realidade social é definida pela cultura que intervém na concepção da realidade física. É por esta razão que a metáfora desempenha uma função consideravelmente significativa na determinação do real (Lakoff & Johnson, 1980: 146).

Consequentemente, as **metáforas convencionais**, que abrangem as orientacionais, as ontológicas e as estruturais, baseiam-se normalmente em correlações presentes na experiência humana, mas estas correlações não são similaridades, antes definem os conceitos que são compreendidos em função de similaridades. Por sua vez, as metáforas convencionais do tipo estrutural podem basear-se em similaridades que resultam das metáforas orientacionais e das ontológicas. A maioria das metáforas novas são estruturais e podem criar similaridades da mesma forma que as metáforas convencionais de tipo estrutural. Para além deste aspecto, mediante as implicações presentes nas metáforas novas, estas seleccionam um conjunto de experiências, evidenciando umas e omitindo outras, e criam coerência através similaridades isoladas induzidas pela estrutura geral da metáfora (Lakoff & Johnson, 1980: 151-153).

A metáfora para a Filosofia nada mais era do que uma questão de linguagem, sendo as metáforas resultado de expressões poéticas ou imaginativas, que recusava a sua natureza conceptual e a sua função na realidade cultural, orientação defendida por Lakoff & Johnson (1980: 159), entre outros autores. Neste sentido, os filósofos falam de verdade objectiva e absoluta, não podendo as metáforas apresentar afirmações verdadeiras, somente de forma indirecta através das paráfrases literais das metáforas. Contrariamente, estes autores negam a existência de uma verdade objectiva, considerando que a verdade é sempre relativa ao sistema conceptual em que se insere e, consequentemente, à cultura que o enforma.

Para que seja possível compreender o mundo e viver nele, é necessário categorizar a realidade, tendo por referência a experiência para que se encontre nestas categorias algum sentido. Assim, existem dimensões naturais para estas categorias: as *perceptivas*, centradas na concepção de um objecto em termos do aparelho sensorio; as *motoras*, baseadas na natureza das interacções entre objectos; as *funcionais*, assentes no entendimento das funções dos objectos; e, por último, as *propositivas*, apoiadas nas utilizações que se fazem dos objectos em determinadas situações. As categorias estabelecidas para os tipos de objectos constituem gestalts, que especificam propriedades interaccionais, evidenciam parte destas propriedades, tornam menos importantes algumas («downplayed») e omitem outras (Lakoff & Johnson, 1980: 162).

Desta forma, as afirmações efectuadas fundamentam-se nestas categorias e nas suas dimensões, uma vez que as dimensões categoriais dos objectos resultam das suas interacções com o mundo. Estas propriedades não são propriedades dos objectos em si, mas antes *propriedades interaccionais*, assentes na percepção humana, nas suas concepções e funções. Assim, estas categorias não são fixas nem uniformes, mas podem ser reduzidas, alargadas e ajustadas consoante factores contextuais e fins pretendidos, dependendo a verdade da categorização das propriedades interaccionais e das categorias em si (Lakoff & Johnson, 1980: 163-164).

A verdade pode depender igualmente da projecção metafórica ou não-metáfórica, envolvendo aquela dois tipos de realidades, por via da metáfora ontológica ou da metáfora orientacional, enquanto esta abrange uma só (Lakoff & Johnson, 1980: 171).

Estes autores (1980: 180-181) consideram que a teoria que defendem partilha elementos das teorias da correspondência, da coerência, da teoria pragmática e do realismo. A teoria da correspondência assegura que cada afirmação possua um significado objectivo, que especifica as condições segundo as quais se apresenta como verdadeira, constituindo a verdade uma correspondência entre a afirmação e um estado de coisas no mundo. No entanto, Lakoff & Johnson consideram esta visão demasiado simplista, visto que uma teoria da verdade deve ser relativa ao sistema conceptual individual e não representa uma verdade total, mas uma verdade parcial. Quanto à teoria da coerência, esta defende que a verdade depende parcialmente de um esquema coerente, relacionado com o sistema conceptual. Por sua vez, a teoria pragmática apoia-se na ideia de que o entendimento se fundamenta na experiência, já que o sistema conceptual resulta da integração humana no seu ambiente físico e cultural. Finalmente,

o realismo atesta que a categorização humana se encontra estrangida pela realidade, caracterizando-se mediante as dimensões naturais da experiência, permanentemente modificada pela interacção física e cultural.

Também Verbrugge (*in* Hoffman & Honeck, 1980: 88-89) discute as abordagens ao conhecimento, contrapondo o realismo à fenomenologia. A abordagem fenomenológica considera que os sentidos devem contribuir com informações de forma a alcançar-se o conhecimento, criando entidades mentais que reflectam a correspondência existente com o mundo real. Estes elementos da experiência mental designam-se por fenómenos. A par deste, o realismo propõe uma relação sinérgica entre homem e meio, resultando o conhecimento de uma sintonização face à estrutura deste meio e da possibilidade de lhe reconhecer organização e de guiar a acção humana, uma vez que o meio detém uma existência independente da experiência fenomenológica.

A breve referência a estas duas abordagens, fenomenológica e realista, é explorada de forma mais aprofundada no capítulo seguinte aquando da exposição das posições defendidas pelo objectivismo e pelo subjectivismo.

3.7.4 - As orientações tradicionais do objectivismo e do subjectivismo

Finalmente, Lakoff & Johnson (1980: 185) consideram pertinente apresentar os mitos do objectivismo e do subjectivismo, uma vez que para estes autores os mitos culturais fornecem meios de compreender a experiência, organizando-a e, tal como as metáforas, os mitos são fundamentais para atribuir sentido à realidade.

Relativamente ao **mito do objectivismo**, o mundo é feito de objectos que possuem propriedades independentemente dos indivíduos que os experienciam, sendo o conhecimento humano obtido a partir da experiência destes objectos, da compreensão das suas propriedades e do modo como os objectos se relacionam entre si. Os objectos do mundo real são entendidos em função das categorias e dos conceitos, que correspondem às propriedades inerentes dos objectos e às relações que estes estabelecem entre si. Desta forma, existe uma realidade objectiva e pode afirmar-se que as coisas são verdadeiras ou falsas de forma objectiva, completa e incondicional, mas sendo o homem sujeito a erros, podem ocorrer ilusões, erros de percepção ou de juízo e emoções de base subjectiva, que não são fidedignas. A ciência proporciona a possibilidade de ultrapassar as limitações subjectivas da natureza humana e de alcançar

um conhecimento válido e não-ambíguo da realidade (Lakoff & Johnson, 1980: 186-187).

Adicionalmente, as palavras possuem significados fixos que expressam os conceitos e as categorias e, para que seja possível descrever a realidade de forma correcta, é necessário um acervo de palavras claro e preciso que se adeque à realidade. Assim, as metáforas e outras formas de linguagem poética, retórica ou figurativa devem ser evitadas, porque o seu significado não é claro e não se ajusta à realidade, já que todo o verdadeiro conhecimento só pode ser um conhecimento objectivo. Esboça-se então a oposição existente entre objectividade e subjectividade, de acordo com a qual o subjectivo se afigura perigoso, irracional, emocional, ambíguo e propenso a pontos de vista individuais (Lakoff & Johnson, 1980: 187-188).

Quanto ao **mito do subjectivismo**, a maioria das actividades humanas baseiam-se nos sentidos e nas intuições, sendo os sentimentos, as sensibilidades estéticas, as práticas morais e a consciência espiritual importantes e puramente subjectivas. A tomada de consciência do homem é adquirida por meio da imaginação⁴⁴ e não da razão, uma vez que a linguagem da imaginação, principalmente das metáforas, apresenta-se essencial para exprimir os aspectos únicos e pessoais da experiência. Por sua vez, também o subjectivismo considera o objectivismo arriscado, visto que releva a verdadeira essência da experiência em favor do abstracto, do universal e do impessoal, sendo em última instância desumano (Lakoff & Johnson, 1980: 188-189).

Torna-se evidente que objectivismo e subjectivismo não podem ignorar-se mutuamente, antes devem tentar complementar-se. Desta forma, Lakoff & Johnson (1980: 192-193) apresentam a sua síntese designada como **experencialista** que nega o subjectivismo e o objectivismo como as únicas alternativas. Estes autores recusam a perspectiva objectiva na sua afirmação de que a verdade é absoluta e incondicional e por não considerem a subjectividade patente na imaginação e nos condicionalismos das circunstâncias externas. Assim, a metáfora apresenta-se como um factor que envolve tanto a razão como a imaginação: a razão implica a categorização, as implicações, as inferências, ao passo que a imaginação abrange o pensamento metafórico em si, ou seja, a metáfora constitui uma *racionalidade imaginativa*. A verdade é relativa ao sistema conceptual em que se insere, que se fundamenta nas experiências humanas e no ambiente físico e cultural.

⁴⁴ Ver capítulo 2.1.4, onde esta referência directa à Imaginação é amplamente explorada no âmbito do Romantismo.

No entanto, tanto subjectivismo como o objectivismo ignoram que o entendimento do real seja efectuado a partir das interacções que se estabelecem com este. O objectivismo omite o facto de o conhecimento e a verdade serem relativas ao sistema conceptual em causa, não podendo ser enquadrados neste de forma absoluta, e de este sistema ser por natureza metafórico e envolver uma compreensão imaginativa de uma coisa em função de outra. Em contrapartida, o que o subjectivismo negligencia é que a compreensão imaginativa da realidade se baseia numa interacção estabelecida com o meio físico e cultural envolvente e que o entendimento metafórico é igualmente uma forma de racionalidade (Lakoff & Johnson, 1980: 194).

Desta forma, “as metáforas pelas quais vivemos” constituem uma racionalidade imaginativa, não se limitando a ser uma questão de linguagem, mas antes uma vertente da estrutura conceptual humana que envolve as dimensões naturais da experiência, a interacção com o meio físico envolvente e as influências culturais. As metáforas são um meio de entender a experiência e a realidade e de construir sentidos, sendo as teorias científicas um dos exemplos desta construção significativa, por meio do desenvolvimento de metáforas ontológicas e estruturais.

2.8 - A metáfora na ciência

«Figurative language might have been entirely relegated to rhetoric were it not for treatments of metaphor by Freudians and philosophers who were interested in its role in scientific theories.»
(Honeck *in* Hoffman & Honeck, 1980: 20)

2.8.1 - A ciência como forma de construção do mundo

O século XVII, especialmente através dos contributos de Galileu e Descartes, marca o advento da ciência moderna, à qual se sucederam várias perspectivas filosóficas sobre o empreendimento científico. Neste contexto, destaca-se o Manifesto do Círculo de Viena, resultante do documento “A Concepção do Mundo: O Círculo de Viena” de 1929, que assinala o nascimento de um novo movimento filosófico. O programa do positivismo lógico pretende eliminar a especulação metafísica da ciência e dar um fundamento epistemológico às ciências. Esta abordagem, simultaneamente empirista e positivista, intenta construir uma ciência unitária que reflecte a necessidade de uma

unidade metodológica da linguagem da ciência a partir da redução dos termos de todos os ramos da ciência a uma base comum (Contenças, 1999: 15-16).

Desta forma, somente os enunciados baseados na experiência e os enunciados analíticos e lógicos são aceites como válidos para constituir a linguagem científica, devendo eliminar-se todos aqueles que não sejam portadores de conhecimento e sobre os quais não se possa inferir verdade ou falsidade. A corrente neopositivista assenta na teoria verificacionista, de acordo com a qual o valor de verdade de um enunciado com significado só pode ser verificado por meio da observação e da lógica. Este método corresponde a um conjunto de operações teóricas que permite validar ou justificar as teorias científicas, do qual depende a distinção entre o que é a ciência e a não-ciência (Contenças, 1999: 17).

O Círculo de Viena desenvolveu a sua concepção do mundo a partir do estudo dos fundamentos da aritmética, da física e da geometria, ou seja, das ciências factuais, que assentam na construção de hipóteses, no método axiomático e no dedutivo e na análise lógica. No entanto, as fragilidades do positivismo lógico resultaram «da impossibilidade de satisfazer a teoria verificacionista do significado, pela impossibilidade de reduzir a verdade científica a uma verdade-correspondência e pela inexistência de uma linguagem neutra de observação», isto é, conduziram ao apogeu da dogmatização da ciência e da normatividade (Contenças, 1999: 17-23).

A década de 60 do século passado marcou o aparecimento de visões alternativas da Filosofia da Ciência, que levou à passagem do primado absoluto da experiência para a aceitação da imaginação e da criatividade intelectual, do progresso científico como uma sucessão descontínua de teorias e de uma atitude crítica face à lógica dedutiva e indutiva como explicação do conhecimento científico (Contenças, 1999: 24).

No conjunto de autores que refutaram o neopositivismo, destaca-se Kuhn com a obra “A Tensão Essencial” de 1989, que introduziu a perspectiva histórica e menos formal da Filosofia da Ciência, considerando que a história da ciência se caracteriza por uma alternância de períodos normais com períodos extraordinários de produção científica. Os primeiros correspondem à grande parte da actividade científica regida por paradigmas aceites, que exigem a resolução de enigmas, nos quais podem surgir anomalias, ou seja, resultados inesperados face ao paradigma em causa. Estas anomalias podem ser qualitativas, promotoras de modificações *ad hoc*, ou quantitativas, essenciais em momentos de crise porque sugerem problemas e fornecem instrumentos de avaliação. Um paradigma só é entendido como inválido quando se apresentar uma

alternativa válida para a substituição, por outras palavras, começa um período extraordinário de produção científica (Contenças, 1999: 24-25).

Daqui se depreende que, para a corrente neopositivista, o conhecimento deve descrever a realidade e as teorias científicas devem conformar-se à realidade, de forma a garantir a objectividade, conducente à verdade das teorias, empiricamente observável, e à racionalidade da ciência, directamente associada à evidência e à razão (Contenças, 1999: 27).

No entanto, esta racionalidade lógica apresenta-se deveras abstracta e limitada, porque só se aplica a expressões que podem ser verdadeiras ou falsas, eficazes ou ineficazes. Habermas (*apud* Contenças, 1999: 35-36) propõe uma racionalidade distinta que remete para a associação de diferentes formas de argumentação, designada por racionalidade argumentativa. Esta lógica de argumentação, contrariamente à lógica formal, não se refere a sistemas lógicos de unidades semânticas encadeadas, mas a relações internas entre unidades pragmáticas, a partir das quais se constituem os argumentos. Neste processo comunicativo, os indivíduos usam a linguagem natural, utilizando interpretações culturalmente transmitidas que se referem ao mundo objectivo (às pretensões de verdade), ao seu mundo social (às pretensões práctico-normativas) e ao mundo subjectivo próprio (às pretensões de sinceridade), ou seja, reconhece-se uma certa flexibilização da racionalidade científica.

Assim, o conhecimento científico não deve ser confundido com a realidade, sendo as teorias científicas interpretações que fornecem um “mapa” da realidade. Ziman (*apud* Contenças, 1999: 39) utiliza esta metáfora por constituir uma representação abstracta das teorias científicas.

Consequentemente, verificou-se a passagem de uma concepção positivista, lógico-dedutiva, com pretensão de alcançar uma linguagem pura e objectiva, para uma perspectiva diferente, onde se aceitam a analogia e a metáfora. Esta aceitação conduz à possibilidade de transportar teorias localmente desenvolvidas para outros espaços cognitivos que privilegiam a imaginação (Contenças, 1999: 39).

Afigura-se fundamental averiguar de que forma a linguagem científica, tradicionalmente objectiva, racional e verificável se conforma com a aceitação das metáforas na sua constituição.

2.8.2 - A metáfora e a linguagem científica

«If metaphors are not just stylistic ornaments, but a way of thinking, there is no reason why this potential should only be used to structure categories underlying certain abstract words, and why it should not show up in the way we approach the complex scientific, political and social issues of our world.»
(Ungerer & Schmid, 1997: 143)

O positivismo característico do século XX banuiu a metáfora, encarada como um mecanismo poético insignificante do ponto de vista cognitivo. No entanto, alguns estudos no âmbito da linguagem científica revelaram que a metáfora exerce um papel consideravelmente significativo na fundamentação das ciências, ou seja, esboçou-se a ideia de que as metáforas não são cognitivamente dispensáveis. Numa segunda fase, multiplicaram-se as pesquisas sobre a natureza e a função da metáfora nos modelos e paradigmas científicos e noutras disciplinas (Johnson *in* Hoffman & Honeck, 1980: 49).

Com a ascensão do racionalismo, a metáfora confinou-se ao domínio da retórica, sendo desvalorizada como uma forma de interacção racional com o mundo, isto é, a metáfora não poderia transmitir a verdade. No entanto, a metáfora não deve ser encarada como um abuso da linguagem, que consiste nas palavras que se usam de um modo novo ou pouco habitual (Castillo, 1997: 38).

O fenómeno da metáfora na linguagem científica não se caracteriza por uma baixa frequência de ocorrência, antes apresenta-se como um componente dominante na linguagem humana. De facto, as expressões figurativas atravessam o discurso científico, principalmente nas fases iniciais do desenvolvimento de uma determinada disciplina e em períodos de pesquisa intensa, entre as quais se destacam as metáforas (Johnson & Malgady *in* Hoffman & Honeck, 1980: 260; Contenças, 1999: 9).

Para os positivistas lógicos, a linguagem formal resultante dos sistemas dedutivos deve ser a única a utilizar pela ciência, devendo evidentemente desprezar a metáfora e a analogia. A metáfora é um equívoco porque ultrapassa as leis da lógica, é e, ao mesmo tempo, não é, sendo somente a linguagem literal a empiricamente respeitável (Contenças, 1999: 66).

Contudo, autores mais recentes concederam à metáfora um lugar proeminente nas descobertas científicas, por outras palavras, não só a metáfora precede a própria descoberta científica, mas ambas coexistem no mesmo momento. A metáfora apresenta-

se como um veículo da descoberta, um acesso epistémico ao mundo: descobrem-se novos aspectos do mundo quando se forjam novas palavras para se referirem a este mundo. Assim, a metáfora não é uma ferramenta provisória que deve ser descartada, mas antes um dos meios que permitem a apropriação da estrutura causal do mundo real, a fixação de uma referência nova porque se trata, por um lado, de um processo de descoberta, e, por outro, de uma forma de desenvolver esta descoberta (Castillo, 1997: 39).

O modo de expressão metafórica apresenta-se como constitutivo do discurso racional devido à sua capacidade particular para a compreensão de relações e contextos, proporcionando à teoria uma vinculação permanente com o mundo real. Os conceitos são sempre secundários face ao mundo real, enquanto as imagens, as metáforas e os símbolos apresentam-se como experiências directas da realidade, constituem estratégias para fazer frente à existência e permitem a orientação e a compreensão no mundo real. Desta forma, a razão como exercício vital do homem possui a mesma condição que a condição metafórica e estabelece uma vinculação entre pensamento e experiência, de tal modo que permite conceptualizar as experiências e criar conceitos (Innerarity, 1997: 140-142).

No entanto, não se pode conceder uma mera função heurística à metáfora como se esta fosse um instrumento irracional capaz de suscitar procedimentos racionais, o discurso não-literal não pode ser encarado como um discurso impróprio, indirectamente literal, já que a possibilidade de um discurso não-literal não é uma propriedade contingente da linguagem natural, mas antes constitutiva desta. A função inovadora da metáfora deve-se à incapacidade de ser substituída, desmentindo a teoria segundo a qual as metáforas podem ser substituídas por expressões autênticas ou literais. Toda e qualquer intenção de traduzir uma metáfora pelo seu equivalente literal resulta na perda do seu conteúdo cognitivo, perdendo-se as complexas relações significativas que a metáfora instaura. Quanto melhor for a explicação literal da metáfora, mais se alheia da expressividade concisa da afirmação metafórica (Innerarity, 1997: 142-143).

As metáforas caracterizam-se como contextos intensionais que não podem ser substituídos por expressões co-extensivas sem perderem ou modificarem o seu significado. A ênfase de uma metáfora e a resistência à paráfrase relaciona-se com a sua significação num determinado contexto, resultando que toda a substituição altera a significação metafórica. Uma afirmação metafórica atesta a pertinência do contexto em

que o seu objecto se apresenta e permite aceder a um objecto e às suas relações de semelhança mediante as quais se representa um dado objecto (Innerarity, 1997: 144).

Enes (1985: 9-10; 25-26) compreende a metáfora como uma estrutura dinâmica que cria significação e gera sentido e que, como tal, também participa na conceptualização da linguagem científica. A criação de novidade possibilitada pela metáfora obtém-se a partir da destruição do sentido literal e da impertinência semântica. As descobertas em ciência exigem inovação e ampliação de vocabulário, que se obtém por meio da metaforização dos nomes e das expressões já utilizadas e das potencialidades significativas dos sistemas linguísticos. Uma vez constituídas as teorias, as metáforas persistem, estabelecendo-se uma relação entre metáforas e teorias, ou seja, as metáforas são elementos constitutivos dessas teorias porque desempenham a função de estruturar e organizar o trabalho de investigação e construir o saber científico. Assim, apesar de a ciência valorizar a univocidade conceptual, esta apresenta-se como uma ilusão, uma vez que as linguagens de especialidade se elaboram também mediante processos metafóricos.

Este autor (Enes, 1985: 33) exemplifica esta sua afirmação, referindo-se aos modelos ondulatório e quântico, que partem de considerações formuladas em experiências obtidas ao nível do conhecimento vulgar, permitindo discernir a multiplicidade de aspectos que relativizam a aplicação do modelo à complexa especificidade das experiências.

Segundo Boyd (*apud* Ungerer & Schmid, 1997: 147), as metáforas são omnipresentes na ciência, tendo sido a maioria destas introduzidas na linguagem científica com fins exegéticos ou explicativos, como é o caso das metáforas na ciência computacional. O uso de metáforas consiste num dos mecanismos disponíveis para a comunidade científica alcançar a acomodação da linguagem à estrutura causal do mundo, quer seja pela introdução de terminologia, quer seja pela modificação do uso de terminologia já existente, de modo a que as categorias linguísticas descrevam causal e explicativamente os traços relevantes do mundo (Boyd *in* Ortony, 1993: 483).

Paralelamente, Contencas (1999: 10) cita Boyd no que se refere à identificação das **metáforas substantivas** ou **constitutivas** no âmbito da linguagem científica, que ocupam um espaço insubstituível nas teorias, podendo originar conceitos operacionais, determinar métodos e experiências. Estas metáforas possibilitam ao investigador ter uma visão dos fenómenos e dos conceitos orientada para uma determinada direcção, que, por sua vez, sugere estratégias investigativas e contribui para o desenvolvimento

do trabalho científico. É de realçar a sua presença no mecanismo linguístico de uma qualquer teoria científica, tanto em períodos pré-teóricos como em fases de pesquisa mais avançada.

Desta forma, estas metáforas substantivas possuem as mesmas características que Black atribuiu às metáforas de interacção, que permitem identificar relações de similaridade e analogia entre os objectos principal e subsidiário da metáfora, introduzir terminologia referente a prováveis aspectos do mundo real e produzir um outro tipo de compreensão. As suas vantagens ligam-se também com a possibilidade de acomodar a linguagem científica à estrutura causal do mundo (Contenças 1999: 73).

As metáforas constitutivas de teorias, contrariamente às metáforas literárias, são abertas e indutivas, visto que o leitor é convidado a explorar as similitudes e analogias entre as características dos objectos principal e subsidiário, inclusivamente aquelas que ainda não foram descobertas ou totalmente compreendidas. Estas metáforas apresentam-se como convites para futuras investigações (Boyd *in* Ortony, 1993: 488-489).

Para além destas, tal como já foi *supra* exposto, Boyd (*apud* Contenças 1999: 73) também menciona as **metáforas exegéticas** ou **pedagógicas** que desempenham um papel fulcral na divulgação e explicação das teorias científicas, tornando-se não só importantes na sua elaboração, como também na produção do próprio conhecimento científico.

Ao contrário de Boyd, Kuhn (*apud* Contenças 1999: 76) considera estas metáforas exegéticas ou pedagógicas como **metáforas cognitivas**, porque são essenciais à teoria. Neste sentido, as metáforas em geral abrangem todos os processos em que a justaposição de termos ou exemplos concretos exige uma rede de similaridades que permita determinar o rumo através do qual a linguagem se relaciona com o mundo real.

Schlanger (*apud* Contenças, 1999: 70) distingue ainda a presença de três níveis metafóricos aquando da análise de artigos científicos: um *infra-metafórico*, correspondente às expressões assimiladas e banalizadas pelo uso que deixam de ser sentidas como tal; um *metafórico*, relacionado com as metáforas funcionais, onde se identifica a consciência de um significado metafórico; e um *supra-metafórico*, respeitante à passagem para fora da metáfora. Relativamente a este último nível, Harmon (*apud* Contenças, 1999: 71) refere-se ao uso da terminologia técnica metafórica, que coloca a tónica na utilização de determinados termos, frequentemente associados a comportamentos e capacidades de seres vivos ou humanos, e na sua aplicação a entidades ou conceitos.

Assim, podem identificar-se duas vertentes no que se refere à presença da metáfora na ciência: uma diz respeito à sua emergência na produção do conhecimento científico, «dando a ver»; a outra relaciona-se com a sua função na divulgação da ciência que permite a passagem de uma linguagem monológica ou formal para uma linguagem dialógica ou quotidiana e a possibilidade de persuadir a comunidade científica relativamente a novas teorias e modelos. Em suma, a metáfora permite a elaboração de premissas originais, alargando o poder de dedução da teoria científica e possuindo uma função heurística e cognitiva, porque articula a lógica da descoberta com a lógica da justificação (Contenças 1999: 11-12).

As metáforas não podem ser eliminadas da linguagem científica, uma vez que estas se situam no próprio interior da ciência, nem se podem descrever as relações naturais estabelecidas pelos modelos e pelas teorias sem a utilização de metáforas. Por estes motivos, a metáfora encontra-se presente não só nos textos de divulgação científica, como também nos textos dirigidos a especialistas, ou seja, a metáfora não é só usada na comunicação de uma teoria aos leigos, permanecendo exterior ao conteúdo científico, ela integra a própria teoria (Contenças 1999: 67).

Adicionalmente, Hoffman (*in* Hoffman & Honeck, 1980: 394-399) dedica um artigo à metáfora na ciência, do qual se considera pertinente retirar alguns contributos. Face ao papel desempenhado pela metáfora no pensamento científico, há quem não a considere como legítima na ciência, visto que a explicação científica consiste em generalizações lógicas, em leis e nas relações deduzidas das relações entre a teoria e a prática observada, devendo evitar-se toda a linguagem vulgar e as ambiguidades desta resultantes. A postura dos cientistas varia consideravelmente, entendendo uns que a metáfora tem um papel meramente pedagógico, e outros que esta se torna enganadora, devendo esta postura caracterizar-se por uma “higiene linguística”.

Contrariamente, outros atribuem uma acção importante à metáfora na teorização científica, incentivando o uso de diversas formas de pensamento, tais como a imagem, a matemática, os desenhos, os modelos e as metáforas, que não só são produtos legítimos da ciência, mas também são capazes de gerar ciência. Por exemplo, as metáforas são utilizadas na procura de estratégias conducentes à solução de problemas e revelam aquilo que supostamente escondem. As metáforas não escondem a verdade das teorias científicas, mas demonstram as assumpções implícitas nestas teorias e servem de postulados auxiliares, não devendo as teorias que usam os recursos metafóricos ser ignoradas. Por vezes, as metáforas são mesmo utilizadas como um pretexto para

desprezar teorias com a justificação de estas serem falsas (Hoffman *in* Hoffman & Honeck, 1980: 394-399).

Paralelamente, a combinação de metáforas pode também ocorrer na ciência quando uma metáfora usada para explicar um conceito teórico se refere no seu veículo a um domínio que possui a sua própria teoria física e a sua própria metáfora. Esta ideia constitui a *hipótese holográfica*: as metáforas deveriam ser verificáveis, apresentando-se como situação ideal aquela em que os cientistas saberiam pouco sobre o tópico da metáfora, as entidades a explicar, e muito sobre o seu veículo. Estas podem mesmo ter influência na rede de princípios e de conceitos teóricos, acrescentando organização e harmonia (Hoffman *in* Hoffman & Honeck, 1980: 403).

Hoffman (*in* Hoffman & Honeck, 1980: 405-406) apresenta os *temas-metáfora*⁴⁵ através dos quais o universo discursivo de uma teoria é comparado a outro domínio, podendo ser centrais no paradigma ou na visão do mundo dessa teoria, quase integrando a sua metafísica. Um tema-metáfora fornece um conjunto de pequenas metáforas interrelacionadas, no qual um conceito ou princípio teórico é utilizado como o tópico de uma metáfora, introduzindo constrangimentos ou especificações às definições dos conceitos teóricos. Pode ainda ser possível analisar e classificar os modelos de processamento de informação e as representações mentais através do modo como expressam metaforicamente o tempo, o processo e a estrutura.

Para além destes aspectos, pode ainda referir-se a importância das imagens mentais nas metáforas⁴⁶, sendo estas descritas como denominações assentes em imagens vivas ou em fortes semelhanças perceptivas e podendo ser necessárias à ciência e cognitivamente prioritárias à descrição científica. A análise dos veículos (*versus* tópicos) das metáforas científicas fundamenta a ideia de que as imagens são indispensáveis (Hoffman *in* Hoffman & Honeck, 1980: 406).

Uma teoria descreve uma estrutura como uma representação simbólica, enquanto um modelo ilustra parte da estrutura das entidades teóricas de um objecto real e se distingue da teoria, da hipótese e da metáfora, usada para expressar a teoria tendo por referência o modelo. Os indivíduos concebem um modelo por meio de um acto de percepção e por meio de um acto mental de representação imagética. Hoffman (*in* Hoffman & Honeck, 1980: 407-408) exprime a sua preferência por representações

⁴⁵ Originalmente «metaphor themes» segundo Black & Pepper citados por Hoffman (*in* Hoffman & Honeck, 1980: 406) no seu artigo sobre a metáfora na ciência.

⁴⁶ Cf. capítulo 2.4.2.

mentais, sejam elas conceptuais ou discursivas, e faz corresponder a frase explicitamente metafórica à metáfora, a coisa referida ao modelo e a teoria e as hipóteses que o modelo, a imagem e a metáfora exemplificam à teoria em si. Por exemplo, a interpretação e a inteligibilidade das teorias na área da física dependem por definição de referentes concretos imagéticos e de modelos que possam ser expressos sob a forma de uma metáfora.

Retomando uma ideia já esboçada, a metáfora pode auxiliar um projecto científico em termos educacionais ou pedagógicos, isto é, pode ajudar a explicar um princípio ou uma teoria, a aprender, a ensinar ou a lembrar uma teoria e a descrever métodos. Assim, a metáfora pode fornecer uma explicação satisfatória para um método, um fenómeno ou uma teoria. No entanto, as vantagens das metáforas no pensamento científico não se resumem só ao seu papel pedagógico, podem ainda ser ilustrativas ou exercer um papel criativo, porque efectuam novas previsões, demonstrações ou experiências, apresentam novas entidades ou conceitos teóricos, executam novas interrelações estruturais ou similaridades entre entidades teóricas, ou seja, criam novas categorias de entidades ou propriedades e novas relações funcionais. Em suma, uma metáfora pode demonstrar como a descrição literal pode ser errada e a descrição metafórica revelar uma descrição mais adequada (Hoffman *in* Hoffman & Honeck, 1980: 407-408).

Para fundamentar a sua proposta relativa à importância da metáfora na ciência, Hoffman (*in* Hoffman & Honeck, 1980: 412) explicita o processo metafórico no âmbito da produção científica. Um fenómeno ou entidade teórica para os quais um cientista pretende obter inteligibilidade, designado como Conceito, deve surgir como Tópico de uma metáfora. Este Conceito pode revelar-se através de algumas propriedades que são literal e explicitamente ditadas pelos princípios, procedimentos e entidades patentes na teoria. O Veículo expressa-se também através de propriedades literais devido possivelmente ao uso do Veículo na linguagem geral ou à referência do Veículo a uma teoria substantiva de outro domínio ou de outro Tópico. Como consequência da metáfora, as propriedades do Veículo podem ser encaradas como dividindo-se em dois subconjuntos: as literalmente e as figurativamente aplicáveis ao Tópico.

Desta forma, para que a metáfora funcione parte das suas implicações devem corresponder à restante parte da teoria na qual o Tópico / Conceito se integra, ou seja, as propriedades sugeridas pelo Veículo têm de corresponder às propriedades do Tópico, tais como estas são ditadas pela teoria, mas se nenhuma das propriedades tiver

correspondência, a metáfora deixa de ter utilidade. A sua utilidade resulta da capacidade de sugerir propriedades no Veículo que não possam ser atribuídas pelo Tópico com base somente na teoria, mesmo que uma propriedade do Veículo possa parecer absurda ou trivial quando aplicada ao Tópico / Conceito da teoria, ou uma propriedade relacionada ou derivada pode afigurar-se relevante. Assim, a metáfora implica uma modificação da teoria pela redefinição do Tópico e o uso da metáfora na ciência é descrita como uma complexa operação de mapeamentos, isto é, uma sobreposição dos domínios do Tópico e do Veículo. Esta similaridade entre Tópico e Veículo depende não só da percepção da correspondência de propriedades, mas também da percepção ou descoberta criativa da similaridade de propriedades (Hoffman *in* Hoffman & Honeck, 1980: 413).

No entanto, uma teoria não pode ser entendida como metafórica somente porque possibilita a correspondência de propriedades, mesmo que este seja um aspecto importante do uso das metáforas na ciência, mas porque as palavras de uma metáfora interagem e são entendidas de forma conjunta para permitir a descoberta criativa de um novo sentido, a percepção da similaridade entre propriedades. As metáforas na ciência sobrevivem por muito tempo pela sua inclusão temática, pelo seu carácter significativo, visto que os conceitos científicos se encontram em processo de comparação (Hoffman *in* Hoffman & Honeck, 1980: 415).

De acordo com Meyer (*apud* Contenças, 1999: 76), a metaforização da ciência é considerada como uma «**inferência problematológica**», que corresponde à passagem das questões às respostas e à racionalidade existente no processo da descoberta. A lógica desta inferência assenta na semelhança, sendo a metaforização uma síntese que conduz à semelhança e à produção de metáforas e de metonímias e uma transferência do adquirido em direcção ao desconhecido, que formam dois domínios. Assim, verifica-se uma projecção de algumas propriedades conhecidas de um domínio para outro e uma suposição de que o segundo domínio possui também essas propriedades.

Desta forma, a metáfora desempenha a mesma função que os modelos no âmbito das ciências, isto é, permite perceber o que é novo a partir daquilo que já é familiar, atribuindo-se a este raciocínio analógico uma função explicativa. Enquanto o modelo contém uma comparação explícita, a metáfora possui uma comparação implícita, identificando-se relações estreitas entre modelo, metáfora e analogia (Contenças, 1999: 77).

Contenças (1999: 78-79) dá seguimento à exposição de autores que se debruçaram sobre a metáfora na ciência, referindo Hesse que interpreta as metáforas em

termos de *releitura* e *redescrição*, ou seja, a explicação científica constituiu uma *redescrição* metafórica do que se pretende explicar. Os dados científicos são expressos numa linguagem de observação ou na linguagem de uma teoria familiar, sendo posteriormente *redescritos* em termos de um modelo teórico que permite a interação de duas situações aparentemente desiguais numa forma nova.

Assim, a metáfora possibilita encontrar e expressar analogias entre modelos e fenómenos, ressaltando a existência de uma visão interactiva dos modelos teóricos. Black, tal como Hesse, tinha já relacionado o uso dos modelos na ciência com a utilização das metáforas, uma vez que o discernimento que as metáforas proporcionam se aplica igualmente aos modelos na investigação científica. Estes, à semelhança da metáfora, associam temas diferentes por meio de uma transferência das implicações de campos cognitivos relativamente organizados e introduzem uma nova linguagem que é alargada a um novo domínio de aplicação (Contenças, 1999: 79).

Adicionalmente, Harmon (*apud* Contenças, 1999: 85) identifica diferentes tipos de metáforas na ciência: as *construções metafóricas centrais*, que são uma construção relacionada com a descoberta principal, podendo não desempenhar uma função no processo da descoberta, mas conferindo-lhe credibilidade; as *construções metafóricas subsidiárias* e a *terminologia técnica metafórica*, que estão presentes na elaboração da ciência, fazendo parte do conjunto da linguagem e da argumentação de uma teoria, conferindo-lhes consistência e coerência.

Em suma, as metáforas surgem na ciência com uma variedade considerável de formas, assim como também desempenham uma diversidade de funções. Uma sistematização possível para a questão da ubiquidade das metáforas na linguagem natural, inclusivamente na ciência, é apresentada por Kaplan (1965) (*apud* Hoffman & Honeck, 1980: 414): «There is no limit to the metaphors by which we can effectively convey what we know».

2.8.3 - Exemplos de metáforas científicas

É evidente que toda a linguagem humana é portadora de ambiguidade e a linguagem científica não constitui excepção. A história da ciência revela que a linguagem científica desde sempre incluiu expressões metafóricas, tendo mesmo a própria terminologia uma origem metafórica, uma vez que quando algo é descoberto surge a necessidade de designar essa coisa. O próprio nome de um conceito pode

permitir reconstituir o seu nascimento e os modelos que lhe atribuíram o seu valor descritivo e explicativo. Contenças (1999: 67-68) menciona que nas Ciências Biológicas a origem metafórica da sua terminologia é particularmente significativa, recorrendo aos domínios da Mecânica, da guerra ou da Geografia.

Newton concebeu o sistema solar como o mecanismo preciso de um *relógio* e esta metáfora gradualmente foi cedendo lugar às metáforas da máquina e do computador aplicadas a várias disciplinas e aos seus respectivos conceitos.

Adicionalmente, Contenças (1999: 97ss) apresenta, no seu estudo sobre a eficácia da metáfora na ciência, o caso específico da Genética, explorando a importância da *metáfora da dupla hélice* para os desenvolvimentos relacionados com o ADN e a decifração do genoma humano.

Sternberg (1990: 5-16) enquadra a sua pesquisa sobre a inteligência no âmbito das diferentes concepções elaboradas pelas disciplinas que a abordam e explora as metáforas utilizadas. Neste sentido, as teorias da inteligência podem encontrar-se direccionadas para o mundo exterior, abrangendo as metáforas antropológica e sociológica, ou para o mundo interior do indivíduo, falando-se das metáforas geográfica, computacional, biológica e epistemológica. A metáfora geográfica baseia-se na noção de que a teoria da inteligência deveria fornecer um mapa da mente e que o seu uso como uma metáfora gera quase automaticamente questões específicas. Uma determinada entidade pode ser mapeada de diferentes formas mediante o mapeamento dos espaços geográficos, mas esta apresenta-se como uma abordagem estática. Quanto à metáfora computacional, esta encara a mente como um instrumento, um dispositivo de computação e considera os processos da mente de forma análoga às operações de *software* de um computador, isto é, tende a abordar as questões processuais de forma mais completa. Por sua vez, a metáfora biológica procura entender a inteligência em termos do funcionamento do cérebro, sendo as teorias biológicas relativamente especulativas. Relativamente à metáfora epistemológica, esta fundamenta-se nos contributos de Jean Piaget, que entende o seu modo de teorizar como genético-epistemológico, reflectindo as influências da Biologia e da Filosofia.

No que diz respeito às teorias direccionadas para o mundo exterior, a metáfora antropológica vê a inteligência como uma invenção cultural, ou seja, esta é diferente de cultura para cultura e depende também dos efeitos do contexto na definição e orientação do desenvolvimento da inteligência, enquanto a metáfora sociológica foca a forma como os processos de socialização afectam a dinamização da inteligência. Paralelamente a

estas metáforas, Sternberg (1990: 17-19) menciona ainda a metáfora do sistema, entendida em função da interação de sistemas múltiplos de inteligência ou de inteligências múltiplas.

Kuhn (*apud* Ungerer & Schmid, 1997: 148) sustenta ainda que existem áreas das ciências naturais onde as metáforas surgem com uma função constitutiva no âmbito dos modelos científicos. O exemplo apresentado é o *modelo orbital do átomo* desenvolvido pelo físico Bohr e cuja explicação só é possível comparando a organização deste modelo à interação do sol com os planetas no sistema solar.

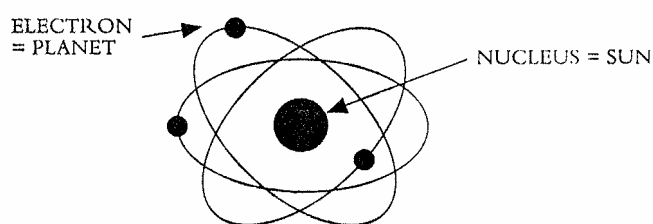


Figura 23: A constituição metafórica do átomo em núcleo e electrões
(Ungerer e Schmid, 1997: 148).

Um outro caso seria a *teoria do Big Bang* referente ao nascimento do universo, que poderá fazer uso do conceito de ‘explosão’, de forma a explicar os fundamentos da sua teoria e constituir-se como uma teoria coerente (Ungerer & Schmid, 1997: 149).

Finalmente, Fleischman (*in* Schiffrin *et al.*, 2001: 484) menciona a presença de metáforas na área da Medicina, nomeadamente a linguagem metafórica da dor, as metáforas na comunicação médico/paciente, as metáforas “Medicina é guerra” e “Corpo é uma máquina”, entre outras. Esta autora cita van Rijn-van Tongeren (2001: 484) que encara as expressões metafóricas nos textos de medicina como servindo três funções: *catacréticas*, *didácticas* e *constitutivas* das teorias. As primeiras aplicam-se aos objectos e fenómenos que já são conhecidos, preenchendo as metáforas catacréticas lacunas lexicais (ex.: os vasos sanguíneos são rios) e explicando as didácticas novos conceitos por meio de conceitos familiares (ex.: o genoma é um texto). Por sua vez, as metáforas constitutivas das teorias científicas são aplicadas aos fenómenos que ainda não são conhecidos, de modo a estruturá-los e descobrir o que são, não podendo ser substituídas por correspondentes literais porque são dependentes do contexto e podem sofrer alterações no decurso da investigação científica.

2.9 - Conclusões

A exposição efectuada neste capítulo dedicado à metáfora permitiu abordar este fenómeno à luz de um conjunto de diferentes disciplinas, nomeadamente a Retórica, a Filosofia, a Psicologia, a Antropologia e a Linguística, e das suas respectivas teorias, ao longo de vários séculos. Desta forma, tornou-se possível demonstrar que a metáfora não é apenas uma figura do discurso ou um tropo, com uma mera função retórica e poética, mas antes integra o sistema conceptual humano, exercendo uma função cognitiva de importância inquestionável. Tal como Richards afirma, toda a linguagem, em virtude da relação de substituição que estabelece com a realidade, é metafórica.

Consequentemente, afigura-se pertinente retomar os mitos enunciados por Scheffler na introdução deste capítulo, já que as reflexões apresentadas nos forneceram a fundamentação necessária para refutar alguns mitos e confirmar outros.

Quanto ao *mito da falsidade*, a verdade não é uma propriedade que se restringe às afirmações literais, nem as expressões metafóricas são necessariamente falsas, aliás toda a intenção de traduzir uma metáfora pelo seu equivalente literal resulta na perda do seu conteúdo cognitivo, perdendo-se também as complexas relações de significado que a metáfora instaura. As próprias metáforas na ciência provam que estas desempenham um papel fundamental no âmbito da ciência e na constituição tanto das suas teorias como da sua linguagem, conforme é defendido por Kuhn, Boyd e Hoffmann. As metáforas científicas sobrevivem e multiplicam-se no contexto científico devido à sua inclusão temática e ao seu carácter significativo.

Assim, na sequência da refutação do mito da falsidade, rejeita-se igualmente o *mito do embelezamento*, já que se provou que as metáforas não constituem ornamentos retóricos (com excepção daquelas usadas na linguagem poética), nem são cognitivamente vazias, porque, se assim fosse, a metáfora não seria um recurso altamente produtivo no âmbito da ciência, nem se falaria, por exemplo, de metáforas exegéticas e substantivas.

Por outras palavras, as metáforas não reflectem uma linguagem tipicamente emocional, mas transmitem conceitos, organizando o pensamento e a acção humanas e permitindo o desenvolvimento e a evolução do conhecimento, ou seja, nega-se o *mito da emotividade*.

Paralelamente, pode afirmar-se que as metáforas não se encontram sob o controlo do seu autor individual, antes enquadram-se no contexto do mundo cultural e social que as criou, mantendo uma relação de íntima dependência com este mundo, isto é, o *mito da autoria* é refutado.

No entanto, nem todos os mitos mencionados por Scheffler são rejeitados, alguns são reforçados no decurso da nossa exposição, tal como é o caso do *mito da sugestividade* (a metáfora possui um poder de sugestão extremamente forte, o chamado poder de «insight», que cria imagens mentais potencialmente conducentes ao seu significado, isto é, como Cormac afirma, a compreensão de uma metáfora depende de uma imagem visual mais do que do entendimento linguístico dos seus referentes), do *mito da comunicação* (o uso de metáforas pode facilitar a comunicação, seja ela no âmbito da linguagem geral, seja no contexto das linguagens de especialidade, como ficou comprovado no capítulo sobre a metáfora científica), do *mito da verdade metafórica* (mito que se relaciona com o mito da falsidade, comprovando que as metáforas transmitem pensamentos, conceitos e ideias verdadeiros) e do *mito do objecto* (não se estabelecendo a relação metafórica de semelhança somente entre objectos, mas também entre entidades, conceitos, experiências e eventos).

Relativamente ao *mito da constância* e ao *mito da fórmula*, não se alcançou qualquer tipo de conclusão, apesar de terem sido apresentadas propostas para a descodificação e compreensão das metáforas e expostas posições que retiram importância ao carácter literal das proposições para o atribuir às metafóricas e vice-versa.

Em suma, pode afirmar-se no final desta reflexão que a metáfora ultrapassou a concepção simplista de ornamento retórico e poético, para assumir uma dimensão mais abrangente que assenta na sua função cognitiva, isto é, o nosso sistema conceptual, segundo o qual pensamos e agimos, caracteriza-se fundamentalmente pela sua natureza metafórica.

Capítulo 3 – Trabalho Prático

3.0 - Introdução

A última parte da dissertação destina-se a apresentar o trabalho prático desenvolvido com base nas exposições teóricas efectuadas, tendo por principal objectivo convocar os seus fundamentos teóricos e explicitar a sua aplicação no *corpus* de trabalho.

Em primeiro lugar, expõe-se um conjunto de reflexões sobre as linguagens de especialidade *versus* língua geral, juntamente com a sua caracterização e a enumeração das suas diferenças e semelhanças face à língua geral e às linguagens artificiais. Esta exposição pretende justificar o trabalho terminológico a apresentar, uma vez que o trabalho efectuado com base no *corpus* se insere no âmbito de uma linguagem de especialidade e, como tal, centra-se em unidades terminológicas, neste caso em metáforas terminológicas.

De seguida, o *corpus* de trabalho, os textos que o constituem e as fontes usadas para a sua obtenção são apresentados, assim como se procede à classificação do *corpus* em função da CDU e da reflexão efectuada sobre os *corpora* no capítulo da Terminologia. Visto que os textos constitutivos do *corpus* de trabalho se destinam à regulamentação internacional das actividades que envolvem o ambiente e áreas afins e as suas designações variam consideravelmente, entendeu-se relevante reunir um conjunto de definições que explicitassem o seu propósito e a sua função.

Adicionalmente, são descritos os objectivos iniciais, a metodologia usada, os procedimentos seguidos e os recursos utilizados para a prossecução deste trabalho prático. Considerando que um dos objectivos deste trabalho se relaciona com a criação de uma base de dados terminológica para as metáforas terminológicas encontradas no *corpus*, é igualmente explicitada a estrutura das fichas terminológicas e os campos que estas englobam.

Por último, são efectuadas algumas críticas ao trabalho prático não só no que se refere aos objectivos propostos, à metodologia e aos procedimentos utilizados, mas também face aos resultados obtidos, sendo igualmente expostas as suas limitações. Procuram retirar-se conclusões, necessárias para a avaliação crítica do trabalho prático e de possível utilidade para a execução de futuros trabalhos nesta área.

3.1 – As linguagens especiais ou de especialidade

No sentido de se definir uma linguagem de especialidade⁴⁷, urge apresentar uma noção clássica de linguagem que, segundo Sapir (*apud* Sager, 1993: 21), é: «(...) a purely human and non-instinctive method of communicating ideas, emotions and desires by means of a system of voluntarily produced symbols».

Consequentemente, a linguagem afigura-se simbólica ou referencial, sistemática ou obedecendo a regras, não-instintiva ou voluntária, deliberada e usada para fins comunicativos. Estas quatro características de referencialidade, sistematicidade, motivação e comunicabilidade são inerentes a todos os tipos de linguagem, sejam estas gerais ou especiais. No entanto, enquanto na linguagem geral existe um determinado equilíbrio entre as quatro características mencionadas, nas linguagens de especialidade ocorre uma maximização de algumas possibilidades de referência e de especificidades de sistematicidade, ou seja, estas são exploradas de modo a reflectirem na linguagem a estrutura da área conceptual em causa (Sager, 1993: 21-22).

De acordo com a perspectiva de Cabré (1999: 56), a distinção entre linguagem geral e as linguagens de especialidade baseia-se numa diferença de grau e não de tipo, visto que a língua é um sistema complexo e heterogéneo resultante da interrelação de subsistemas linguísticos que podem ser distinguidos ao nível fonológico, morfológico, lexical, sintáctico e discursivo, podendo ainda ser possível identificar níveis complementares destes.

Os subsistemas da linguagem, em conformidade com a designação de Sager (1993: 22), enfatizam o carácter sistemático do seu léxico e da sua sintaxe e uma maior precisão da respectiva área de saber, sendo esta ênfase evidente, por exemplo, nos meios de formação de termos e nas regras de derivação, que servem de base para a estrutura sistemática dos nomes atribuídos aos conceitos dessa área específica. Assim, quando a sistematicidade da linguagem geral se apresenta inadequada para expressar estes conceitos, as linguagens de especialidade desenvolvem outros meios semióticos para os exprimir, tais como gráficos, fórmulas, símbolos e outras notações.

⁴⁷ Tendo em conta a variedade de designações em português para corresponder a «special languages» ou «languages for special purposes» (LSP), optou-se pela designação de linguagens de especialidade, podendo co-ocorrer com linguagens especiais.

Desta forma, as diferenças entre tipos de linguagem baseiam-se não tanto nas características da linguagem, mas antes nos usos ou funções da linguagem. Sager (1993: 22) nomeia algumas tipologias de funções da linguagem de acordo com os autores em questão, a saber: Sapir identifica as funções comunicativa, emotiva e social; Bühler, as funções representativa, expressiva e vocativa; Halliday, as funções textual, ideacional e interpessoal; Jakobson, as funções referencial, emotiva, conativa, metalinguística, fática e poética, sendo esta última sem dúvida a mais completa. Tendo em consideração estas funções, torna-se evidente que na utilização de uma linguagem de especialidade o uso comunicativo é desenvolvido no lugar dos usos emotivo e social, que são neutralizados.

Segundo Cabré (1999: 58-59), as linguagens especiais ou de especialidade referem-se a um conjunto de subcódigos, que se podem sobrepor parcialmente a subcódigos da língua geral, cada um dos quais se caracteriza especificamente por meio de determinadas particularidades, como o campo conceptual, o tipo de interlocutores, a situação comunicativa, as intenções dos intervenientes, o contexto, entre outras, constituindo situações ‘marcadas’. Contrariamente, a língua geral possui variedades ‘marcadas’ e ‘não-marcadas’, culminando num conjunto de sistemas interrelacionados que partilham entre si a pertença a uma língua geral.

Adicionalmente, outros teóricos da área da Terminologia propõem outras definições de linguagem de especialidade, tais como Pavel & Nolet (2001: 115), que a consideram uma: «natural language used by a community of subject specialists in a particular field of knowledge»; Correia (1998: 59), que a entende como um subsistema linguístico que abrange «(...) o conjunto de meios linguísticos próprios de um domínio particular do saber (disciplina, ciência, técnica, profissão, etc.), visando a não-ambiguidade na informação», oposta à língua geral ou comum; ou a ISO/DIS 1087-1.2 (E) (1990: 6), que a designa como uma: «language used in a subject field and characterized by the use of specific linguistic means of expression».

Assim, Wright & Budin (1997: 330) sustentam a indefinição entre terminólogos, tradutores e outros especialistas face às designações de ‘linguagens de especialidade’, ‘linguagens para fins especiais’, ‘linguagens especiais’, ‘linguagens técnicas’ e ‘linguagens de especialista’, as quais podem assumir diferentes acepções consoante os autores.

Um outro autor, Kocourek (*apud* Cabré, 1999: 59), entende as linguagens especiais como sistemas de comunicação com base em duas abordagens, a da semiótica

e a das línguas naturais. De acordo com a primeira abordagem, uma linguagem especial constitui um sistema de transmissão e de troca de informação que utiliza diversos códigos simultaneamente, a saber: a linguagem humana, os sistemas tri-dimensionais, os bi-dimensionais, os icónicos ou os simbólicos, que funcionam como meios de comunicação em contextos técnicos e científicos. No que se refere à segunda, esta abordagem preocupa-se com áreas como o funcionamento independente ou não das linguagens especiais face à língua geral, a diferença entre as linguagens especiais e a língua comum e a relação entre as linguagens gerais e as denominadas como linguagens artificiais.

Assim, interessa verificar se as linguagens de especialidade fazem parte dos sistemas linguísticos naturais ou artificiais. As linguagens artificiais são línguas inventadas; construídas, tendo como ponto de referência a língua natural; possuem uma conceptualização previamente estabelecida e controlada; não aceitam novas formas que não tenham sido previamente estabelecidas e conceptualizadas; são não-ambíguas, não possuindo sinónimos ou termos polissémicos; a sua sintaxe é reduzida, assim como os signos usados na sua forma escrita; não aceitam variações de significado; e são válidas sempre que utilizadas. Por outro lado, as linguagens de especialidade caracterizam-se por não poderem ser entendidas como inventadas, mas fazendo parte da língua geral; podem admitir novas unidades, sendo mesmo este processo desejável de modo a que o seu desenvolvimento seja possível; aceitam sinónimos; partilham as mesmas possibilidades sintácticas da língua geral, apesar de só usarem uma parte destas; e possuem um inventário de signos que se desenvolve rapidamente (Cabré, 1999: 60-61).

No entanto, as linguagens de especialidade assemelham-se às linguagens artificiais, visto que se baseiam numa conceptualização prévia, que é consideravelmente controlada; não admitem novos termos para novos conceitos que não tenham sido definidos e designados antecipadamente; na teoria, não possuem termos polissémicos; a forma escrita dos seus termos tem prioridade sob a forma oral; muitos dos seus termos são válidos internacionalmente e possuem as mesmas funções restritas que as linguagens artificiais. Como consequência, as linguagens de especialidade revelam um misto de características tanto das linguagens artificiais, como da língua geral (Cabré, 1999: 60-61).

Importa agora expor a análise de De Beaugrande (*apud* Cabré, 1999: 61-62) que efectua uma síntese das características que descrevem as linguagens de especialidade, tendo por referência as definições de diversos autores. As linguagens de especialidade

são códigos linguísticos que diferem da língua geral e são ainda regras e unidades específicas (Hoffmann), constituem variantes da língua geral (Rondeau, Rey, Quemada) e subconjuntos pragmáticos da língua como um todo (Sager, Picht & Draskau), sendo, desta forma, difícil descrever linguagens de especialidade só em termos linguísticos.

Da exposição *supra* efectuada, conclui-se que coexistem dois conceitos de campo de saber especializado, um conceito mais abrangente e outro mais restrito. De acordo com o primeiro, um tema técnico ou científico determina uma especialização da linguagem ou do texto, o que dificulta a separação entre os textos especiais e os gerais, uma vez que o nosso quotidiano se encontra repleto de textos especializados, cujo grau de especialização varia, e a menção constante a tópicos especializados conduz à sua banalização. Para além deste facto, se a língua geral equivale a uma situação comunicativa não-marcada, as linguagens de especialidade representam um determinado grau de desvio, de ‘marcação’, que constituiria um dos critérios da especialização. Assim, os textos de língua geral definem-se como textos não-marcados, espontâneos, orais, semi-formais, abordando temas cuja intenção principal é a troca de informação, ao passo que os textos especializados se caracterizam por abrangerem todos os tipos de discurso que se distinguem das particularidades da língua geral, no que diz respeito ao tema tratado, aos interlocutores, à situação e à função comunicativas e ao canal para a transmissão da mensagem (Cabré, 1999: 63).

Relativamente ao segundo entendimento, já que toda a actividade humana envolve algum tipo de especialização, a sua caracterização deve resultar da combinação de critérios específicos do campo de saber com critérios pragmáticos. As linguagens de especialidade podem repartir-se em níveis de especialização, consoante a comunicação se estabeleça somente entre especialistas ou entre especialistas e leigos (Cabré, 1999: 64-65).

Finalmente, Cabré (1999: 65) apresenta uma síntese dos critérios que definem as linguagens de especialidade:

- os campos de saber especializados equivalem àqueles que não fazem parte do conhecimento geral dos falantes, porque implicam um processo de aprendizagem específico;
- os falantes destas linguagens são utilizadores de linguagens especiais, sendo igualmente especialistas ou semi-especialistas;
- a comunicação é normalmente formal e ocorre em situações enquadradas por regras profissionais ou técnico-científicas;

- as linguagens de especialidade caracterizam-se por um número de especificidades linguísticas (unidades e regras) e textuais (tipos de textos e documentos);
- estas linguagens não constituem subconjuntos da língua geral com uma estrutura monolítica, mas permitem variações à sua organização em função do seu uso e situação comunicativa, como o grau de abstracção, a intenção comunicativa, os dialectos geográficos, históricos e sociais ou o estilo pessoal;
- elas partilham um conjunto de características pragmáticas (contexto social e comunicativo ou utilizadores) e linguísticas, que lhe atribuem um grau de unidade;
- as linguagens de especialidade constituem subsistemas da língua como um todo.

No entanto, apesar de as linguagens de especialidade diferirem em alguns aspectos da língua geral, sendo entendidas segundo esta perspectiva como subsistemas da língua geral, também podem ser caracterizadas por integrarem uma continuidade existente entre estas linguagens e a língua geral e pela sobreposição de características linguísticas, pragmáticas e funcionais, que atribuem uma função diferente à língua dado que esta transmite conhecimentos especializados (Cabré, 1999: 72; Desmet: 1992: 11).

Em suma, as unidades terminológicas, um dos alvos da abordagem da Terminologia, surgem nos textos das linguagens de especialidade, uma vez que o seu interesse como ciência se relaciona com as especificidades destas linguagens. As linguagens de especialidade distinguem-se da língua geral essencialmente pelos utilizadores que intervêm em comunicações especializadas, isto é, em situações de carácter técnico e científico (Desmet: 1992: 12). Assim, a Terminologia, como domínio do saber interdisciplinar e transdisciplinar que se refere aos conceitos e às suas representações (Felber, 1984: 1), aborda as representações linguísticas das unidades de conhecimento das linguagens de especialidade, dos seus conceitos, isto é, preocupa-se com os termos técnico-científicos.

3.2 - Apresentação do *corpus* de trabalho

Um *corpus* não se restringe a uma mera colecção de textos, pretende representar uma língua ou uma secção de uma língua, como é o caso das linguagens de

especialidade, dependendo a sua configuração dos objectivos a atingir com esse *corpus*, das hipóteses orientadoras da pesquisa e da sua representatividade (Biber *et al.*, 1983: 246).

A escolha de um trabalho com base na análise de *corpora* relaciona-se com o facto de esta ser empírica, porque analisa os padrões de uso presentes nos textos em estudo, de utilizar uma extensa colecção de textos naturais, designada como *corpus*, que funciona como o núcleo da análise, de empregar em grande escala os computadores através de programas e técnicas automáticos e interactivos para concretizar esta pesquisa e de depender de técnicas analíticas quantitativas e qualitativas (Biber *et al.*, 1983: 4).

A questão da dimensão de um *corpus* de trabalho prende-se com o número de textos de cada categoria pré-estabelecida, o número de amostras de cada texto e o número de palavras em cada amostra, isto é, devem ser incluídos textos suficientes de cada categoria para abranger possíveis variações entre os emissores desses textos (Biber *et al.*, 1983: 249). No entanto, estas opções dependem ainda dos objectivos a atingir e das metodologias do trabalho em causa.

Adicionalmente, há que considerar também a unidade de análise, já que esta determina o objecto de toda a pesquisa e a formulação das hipóteses de trabalho. Assim, no trabalho efectuado sobre os *corpora* a unidade de análise ou é constituída por um item linguístico, lexical ou gramatical, ou por um texto (Biber *et al.*, 1983: 269).

O *corpus* que constitui a base deste trabalho de pesquisa foi obtido a partir da listagem efectuada pelo CIESIN, *Centre for International Earth Science Information Network* (<http://sedac.ciesin.columbia.edu/entri-old/ENTRChron.html>), que ao longo de nove páginas apresenta vários textos relativos à área do ambiente, datados desde 1940 até 1995⁴⁸. Em virtude do elevado número de textos em causa e da diversidade de temáticas abordadas, colocou-se a hipótese de dois critérios de seriação, a saber: ou seriam seleccionados os textos datados das décadas de 80 e 90 e de 2000, pela sua relevância temática e actualidade, ou os textos que abordassem uma temática específica, fosse ela a poluição atmosférica, ou a conservação da biodiversidade, ou a protecção das espécies, entre outras.

Pelo facto de esta última hipótese se apresentar limitativa, uma vez que a temática do ambiente compreende uma diversidade de questões que não convém

⁴⁸ Ver Anexo B.

negligenciar se não se desejar transmitir noções erradas relativamente à complexidade da realidade ambiental, optou-se pelo critério temporal, isto é, pelos textos datados das décadas de 80 e 90 e de 2000.

Desta forma, seleccionaram-se os seguintes textos da listagem do CIESIN referentes à década de 80:

- Act Prohibiting the Catching of Cetaceans in Brazil – 1987;
- Agreement between the Government of the United States of America and the Government of the Canada concerning the Transboundary Movement of Hazardous Wastes – 1986;
- Agreement Between the Government of the United States of America and the Government of Canada Concerning the Transboundary Movement of Hazardous Wastes – 1986;
- Agreement concerning Interim Arrangements relating to Polymetallic Nodules of the Deep Sea – 1982;
- Agreement Concerning Interim Arrangements Relating to Polymetallic Nodules of the Deep Sea – 1982;
- Agreement for Cooperation in dealing with Pollution of the North Sea by Oil and other Harmful Substances – 1983;
- Agreement for Cooperation in Dealing with Pollution of the North Sea by Oil and Other Harmful Substances – 1983;
- Agreement on Regional Cooperation in combating Pollution of the South-East Pacific by Hydrocarbons and other Harmful Substances in cases of emergency – 1981;
- Agreement on Regional Cooperation in Combating Pollution of the South-East Pacific by Hydrocarbons and Other Harmful Substances in Cases of Emergency – 1981;
- Agreement on the Network of Aquaculture Centres in Asia and the Pacific – 1988;
- Agreement on the Network of Aquaculture Centres in Asia and the Pacific – 1988;
- Amendment to the Annex to the Convention for the Prevention of Marine Pollution by Dumping of Wastes and other Matter – 1989;
- Amendment to the Annex to the Convention for the Prevention of Marine Pollution by Dumping of Wastes and other Matter – 1980;
- Amendment to the Annex to the Convention for the Prevention of Marine Pollution by Dumping of Wastes and Other Matter – 1989;
- Amendment to the Annex to the Convention on the Prevention of Marine Pollution by Dumping of Wastes and Other Matter – 1980;
- ASEAN Agreement on the Conservation of Nature and Natural Resources – 1985;
- ASEAN Resolution on Sustainable Development – 1987;
- Basel Convention on the Control of Transboundary Movements of Hazardous Wastes and Their Disposal – 1989;
- Benelux Convention on Nature Conservation and Landscape Protection – 1982;
- Control of Air Pollution from Fossil Fuel Combustion (OECD) – 1985;

- Convention for Cooperation in the Protection and Development of the Marine and Coastal Environment of the West and Central African Region –1981;
- Convention for the Conservation of Salmon in the North Atlantic Ocean –1982;
- Convention for the Protection and Development of the Marine Environment of the Wider Caribbean Region – 1983;
- Convention for the Protection of the Marine Environment and Coastal Area of the South-East Pacific – 1981;
- Convention for the Protection of the Natural Resources and Environment of the South Pacific Region – 1986;
- Convention for the Protection, Management and Development of the Marine and Coastal Environment of the Eastern African Region – 1985;
- Convention for the Suppression of Unlawful Acts Against the Safety of Maritime Navigation – 1988;
- Convention on Future Multilateral Cooperation in North-East Atlantic Fisheries – 1980;
- Convention on the Conservation of Antarctic Marine Living Resources 20 May 1980
- Convention on the Regulation of Antarctic Mineral Resource Activities –1988;
- Declaration on Environment Resources for the Future (OECD) – 1985;
- European Convention for the Protection of Pet Animals – 1987;
- International Agreement on the Use of INMARSAT Ship Earth Stations within the Territorial Sea and Ports – 1985;
- International Conference on Environment and Economics: Conclusions (OECD) – 1984;
- International Tropical Timber Agreement – 1983;
- Montreal Protocol on Substances that Deplete the Ozone Layer – 1987;
- Protocol Amending the 1978 Agreement Between the United States of America and Canada on Great Lakes Water Quality – 1987;
- Protocol Amending the Interim Convention on Conservation of North Pacific Fur Seals – 1980;
- Protocol Amending the Interim Convention on Conservation of North Pacific Fur Seals – 1984;
- Protocol Concerning Cooperation in Combating Oil Spills in the Wider Caribbean Region – 1983;
- Protocol Concerning Cooperation in Combating Pollution Emergencies in the South Pacific Region – 1986;
- Protocol Concerning Cooperation in Combating Pollution in Cases of Emergency – 1981;
- Protocol Concerning Marine Pollution Resulting from Exploration and Exploitation of the Continental Shelf – 1989;
- Protocol Concerning Mediterranean Specially Protected Areas - 3 April 1982;
- Protocol Concerning Protected Areas and Wild Fauna and Flora in the Eastern African Region, Nairobi – 1985;

- Protocol Concerning Regional Cooperation in Combating Pollution by Oil and Other Harmful Substances in Cases of Emergency – 1982;
- Protocol for the Prevention of Pollution of the South Pacific Region by Dumping – 1986;
- Protocol for the Protection of the Mediterranean Sea Against Pollution from Land-Based Sources – 1980;
- Protocol for the Suppression of Unlawful Acts against the Safety of Fixed Platforms Located on the Continental Shelf – 1988;
- Protocol to Amend the Convention on Wetlands of International Importance Especially as Waterfowl Habitat – 1982;
- Protocol to Amend the International Convention on Civil Liability for Oil Pollution Damage – 1984;
- Protocol to Amend the International Convention on the Establishment of an International Fund for Compensation for Oil Pollution Damage – 1984;
- Protocol to the 1979 Convention on Long-Range Transboundary Air Pollution on the Reduction of Sulphur Emissions or their Transboundary Fluxes by at least 30 Per Cent – 1985;
- Protocol to the 1979 Convention on Long-Range Transboundary Air Pollution on Long-Term Financing of Cooperative Programme for Monitoring and Evaluation of the Long-Range Transmissions of Air Pollutants in Europe (EMEP) – 1984;
- Recommendation of the Council on Further Measures for the Protection of the Environment by Control of Polychlorinated Biphenyls (OECD) – 1987;
- Regional Convention for the Conservation of the Red Sea and Gulf of Aden Environment – 1982;
- Resolutions of the 3rd Meeting of the Conference of the Contracting Parties to the Convention on Wetlands of International Importance Especially as Waterfowl Habitat – 1987;
- South Pacific Nuclear Free Zone Treaty – 1985;
- Supplementary Protocol to the Agreement on Regional Cooperation in Combating Pollution of the South-East Pacific by Hydrocarbons or Other Harmful Substances – 1983;
- United Nations Convention on the Law of the Sea – 1982;
- Vienna Convention for the Protection of the Ozone Layer – 1985;
- Waste Paper Recovery (OECD) – 1980;
- World Charter for Nature – 1982.

Os textos relativos à década de 90 são:

- Act Establishing Sanctions against Environmental Illegal Activities – 1998;
- Act Providing for the Establishment and Management of National Integrated Protected Areas System, Defining Its Scope and Coverage, and for Other Purposes – 1992;

- Adjustments and Amendment to the Montreal Protocol on Substances that Deplete the Ozone Layer – 1990;
- Adjustments and Amendment to the Montreal Protocol on Substances that Deplete the Ozone Layer – 1992;
- Administrative Order Establishing Guidelines Governing the Confiscation, Seizure, and Disposition of Wild Flora and Fauna Illegally Collected, Gathered, Acquired, Transported, and Imported Including Paraphernalia – 1991;
- Administrative Order Establishing Protection and Conservation of Philippine Wild Birds, Mammals, and Reptiles – 1991;
- Agenda 21 – 1992;
- Agreement between the Government of Canada and the Government of the United States of America on Air Quality – 1991;
- Agreement establishing the Inter-American Institute for Global Change Research – 1992;
- Agreement establishing the South Pacific Regional Environment Programme (SPREP) – 1993;
- Agreement on Cooperation in Research, Conservation and Management of Marine Mammals in the North Atlantic – 1990;
- Agreement on the Conservation of Cetaceans of the Black Sea, Mediterranean Sea and Contiguous Atlantic Area – 1996;
- Agreement on the Organization for Indian Ocean Marine Affairs Cooperation – 1990;
- Agreement relating to the Implementation of Part XI of the United Nations Convention on the Law of the Sea – 1994;
- Agreement to Promote Compliance with International Conservation and Management Measures by Fishing Vessels on the High Seas – 1993;
- Annex III to the Protocol of 17 February 1978 relating to the International Convention for the Prevention of Pollution from Ships of 2 November 1973 (MARPOL 73/78), as amended on 30 October 1992;
- Code of Conduct for Responsible Fisheries – 1995;
- Control of Transfrontier Movements of Wastes Destined for Recovery Operations (OECD) – 1992;
- Convention for a North Pacific Marine Science Organisation (PICES) – 1990;
- Convention for the Conservation of Southern Bluefin Tuna – 1993;
- Convention for the Protection of the Marine Environment of the North East Atlantic – 1992;
- Convention on Biological Diversity – 1992;
- Convention on Environmental Impact Assessment in a Transboundary Context – 1991;
- Convention on the Ban of the Import into Africa and the Control of Transboundary Movement and Management of Hazardous Wastes Within Africa – 1991;
- Convention on the Transboundary Effects of Industrial Accidents – 1992;

- Cooperation Agreement for the Protection of the Coasts and Waters of the North-East Atlantic against Pollution – 1990;
- Decree Creating the National Program of Biodiversity (1995) in Brazil – 1994;
- Draft Agreement for the Implementation of the Provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea of 10 December 1982 Relating to the Conservation and Management of Straddling Fish Stocks and Highly Migratory Fish Stocks – 1995;
- International Convention on Oil Pollution Preparedness, Response and Cooperation – 1990;
- International Tropical Timber Agreement – 1994;
- Law on the Protection of the Wild Fauna and Hunting [Parliament of Albania] – 1994;
- Niue Treaty on Cooperation in Fisheries Surveillance and Law Enforcement in the South Pacific Region – 1992;
- North American Agreement on Environmental Cooperation between the Government of the United States of America, the Government of Canada, and the Government of the United Mexican States – 1994;
- Protocol on Environmental Protection to the Antarctic Treaty – 1991;
- Protocol on Protection of the Black Sea Marine Environment Against Pollution from Land Based Sources – 1992;
- Protocol to the 1979 Convention on Long-Range Transboundary Air Pollution Concerning the Control of Emissions of Volatile Organic Compounds or their Transboundary Fluxes – 1991;
- Protocol to the Kuwait Regional Convention for the Protection of the Marine Environment Against Pollution from Land-Based Sources – 1990;
- Recommendation of the Council on the Reduction of Transfrontier Movements of Wastes (OECD) – 1991;
- Resolution Conama No. 9 Protecting Forests between Primordial Atlantic Forests – 1996 (pt);
- Resolution Conama No. 10 Establishing Protected Areas for the Laying Down of Marine Turtles' Eggs – 1996(pt);
- Rio Declaration on Environment and Development – 1992;
- United Nations Convention to Combat Desertification in those Countries Experiencing Serious Drought and/or Desertification, Particularly in Africa – 1994;
- United Nations Framework Convention on Climate Change – 1992.

Finalmente, o texto do ano 2000 é:

- Convention on the Conservation and Management of Highly Migratory Fish Stocks in the Western and Central Pacific Ocean – 2000.

Para além deste conjunto de textos, acrescentou-se o Protocolo de Quioto datado de 1997, que pretende controlar e reduzir as emissões de seis gases de estufa, o dióxido de carbono (CO₂), o gás metano (CH₄), o óxido de enxofre (N₂O), os hidrofluorcarbonetos (HFCs), os perfluorcarbonetos (PFCs) e o hexafluoreto de enxofre (SF₆), e que, pelo facto de ainda não ter sido ratificado, inclusivamente pelos Estados Unidos, tem provocado inúmeras controvérsias. Curiosamente, a ratificação deste protocolo encontra-se dependente da decisão da Rússia. Este texto foi retirado da *World Wide Web* através do motor de busca Google, que conduziu ao sítio <http://unfccc.int/text/resource/convkp.html>.

Adicionalmente, foi ainda integrado no *corpus* de trabalho o texto resultante da Cimeira da Terra Rio+Dez de 2002 por constituir uma referência fundamental aos dez anos da Conferência do Rio de 1992, assim como esta marcou os vinte anos da Conferência de Estocolmo de 1972, e se afirmar como um texto no qual se efectuaram balanços fundamentais para a prossecução das políticas ambientais internacional e nacional. Este texto também foi obtido através do motor de busca Google, que permitiu aceder ao endereço www.johannesburgsummit.org.

3.3 - Classificação do *corpus* de trabalho

3.3.1 - Classificação Decimal Universal

Sendo a Classificação Decimal Universal (CDU)⁴⁹ um esquema internacional de classificação de documentos, assente na noção de que todo o conhecimento pode ser dividido em dez classes principais, divididas infinitamente numa hierarquia decimal, considerou-se pertinente aplicar-se este esquema de documentação à classificação do *corpus*, de modo a tentar identificar de forma objectiva as áreas do saber envolvidas no *corpus* de trabalho em questão.

Assim, no contexto das dez classes que estruturam a CDU, entendeu-se que o *corpus* se integra na Classe 3 correspondente às Ciências Sociais. Economia. Direito. Política. Assistência Social. Educação, destacando-se as áreas do direito e da política, nomeadamente ao nível internacional, e na Classe 5 equivalente à Matemática e Ciências Naturais, destacando-se o campo das ciências naturais.

⁴⁹ Ver Anexo A.

No âmbito da Classe 3, entende-se que os textos em causa podem abordar as questões da Política (32) e do Direito e Jurisprudência (34), enquanto que no que se refere à Classe 5 se evidenciam as áreas das Ciências da Terra, a Geologia e a Meteorologia (55) e da Biologia e a Antropologia (57).

Em suma, este *corpus* de trabalho pode ser compreendido como um conjunto de textos de índole interdisciplinar, se não mesmo transdisciplinar, focando efectivamente a área do ambiente, na vertente das ciências naturais, da biologia, das ciências da terra, da geologia, da meteorologia, e a área do direito, no que se refere à política internacional e ao direito do ambiente, seja o nacional, o comunitário ou o internacional.

3.3.2 - Definições-base

O *corpus* de trabalho envolve um conjunto de tratados que são nomeados por meio de diferentes designações, entre as quais se contam⁵⁰: *act* / lei ou decreto-lei; *agenda* / agenda; *agreement* / acordo; *amendment* / emenda; *charter* / carta; *conference* / conferência; *convention* / convenção ou convénio; *declaration* / declaração; *law* / lei; *order* / decreto-lei ou acórdão; *protocol* / protocolo; *recommendation* / recomendação; *resolution* / resolução; *treaty* / tratado.

Assim, afigurou-se fundamental a consulta de dicionários de especialidade, de modo a clarificar as diferenças entre as diferentes designações adoptadas para a classificação dos textos em causa. Neste sentido, consultaram-se os seguintes dicionários *on-line*: *Merriam-Webster's Dictionary of Law*© 2001 (http://www.lawyers.com/legal_topics/glossary/search/profile/listing.php?term=convention&seqno=1895&count=1) e *International Law Dictionary & Directory* (<http://august1.com/pubs/dict/index.shtml>), cujas definições são apresentadas.

in Merriam-Webster's Dictionary of Law© 2001

Act: something done by a person in accordance with his or her free will; the failure to do something that one has a legal duty to do; the formal product of a legislative body; the formally declared will of a legislature the final requirement of which is usu. the signature of the proper executive officer; a decision or determination of a sovereign, a legislative council, or a court of justice; a formal record of something done or transacted.

Agreement: the act or fact of agreeing by mutual; unity of opinion, understanding, or intent, esp. the mutual assent of contracting parties to the same terms, if they reach. Under common law, agreement is a

⁵⁰ A enumeração das designações dos textos sobre o ambiente são apresentadas em binómios, primeiro a designação inglesa (destacada em itálico), seguida da designação portuguesa.

necessary element of a valid contract. Under Uniform Commercial Code section 1-201(3), agreement is the bargain of the contracting parties as represented explicitly by their language or implicitly by other circumstances (as a course of dealings); an expression (as a settlement, covenant, or contract) of the intent or willingness of two or more parties to bind at least one to terms usu. determined by negotiation and must be sufficiently definite before a court can enforce it; the language or instrument embodying such an expression.

Amendment: an act of amending; esp. an alteration in wording; an alteration proposed or put into effect by legislative or constitutional procedure.

Charter: a grant or guarantee of rights, powers, or privileges from an authority or agency of a state or country; a written instrument that creates and defines the powers and privileges of a city, educational institution, or corporation; a written instrument from the authorities of a society creating a lodge, branch, or chapter; a lease of a ship esp. for the delivery of cargo.

Conference: a meeting for consultation, deliberation, discussion, or interchange of opinions, on environmental law; a meeting of members of the two branches of a legislature esp. to adjust differences in the provisions of a bill passed in different forms by the two branches.

Convention: an agreement between nations for regulation of matters affecting all of them; an agreement enforceable in law; an assembly of persons met for a common purpose, esp. a meeting of the delegates of a political party for the purpose of formulating a platform and selecting candidates for office.

Declaration: the act of declaring, of dividends or of war; the first pleading in a common-law action; a statement usu. not under oath made by a party to a legal transaction; a statement not under oath being offered as evidence.

Law: a rule of conduct or action prescribed or formally recognized as binding or enforced by a controlling authority, as a command or provision enacted by a legislature, something (as a judicial decision) authoritatively accorded binding or controlling effect in the administration of justice; a body of laws; the control or authority of the law; the whole body of laws and doctrines relating to one subject.

Order: a state of peace, freedom from unruly behavior, and respect for law and proper authority; an established mode or state of procedure; a mandate from a superior authority; a ruling or command made by a competent administrative authority, specifically one resulting from administrative adjudication and subject to judicial review and enforcement; an authoritative command issued by the court.

Protocol: an original draft, minute, or record of a document or transaction; a preliminary memorandum often formulated and signed by diplomatic negotiators as a basis for a final convention or treaty; the records or minutes of a diplomatic conference or congress that show officially the agreements arrived at by the negotiators.

Resolution: a formal expression of opinion, will, or intention voted by an official body (as a legislature) or assembled group; an expression or document containing authorization usu. by a corporate board of directors of a particular act, transaction, agent, or representative, a corporate authorizing counsel to bind the corporation to a settlement.

Treaty: the action of treating and esp. of negotiating; an agreement or arrangement made by negotiation: as; a contract in writing between two or more political authorities (as states or sovereigns) formally signed by representatives duly authorized and usu. ratified by the lawmaking authority of the state; a

document embodying a negotiated agreement or contract; an agreement or contract (as between companies) providing for treaty reinsurance.

in International Law Dictionary & Directory

Agenda 21: A schedule of developmental and environmental goals for the period leading up to the year 2000 and beyond adopted by the United Nations Conference on the Environment and Development at Rio de Janeiro in June 1992. The goals include the promotion of sustainable and environmentally friendly growth, the elimination and prevention of pollution, and the protection and conservation of the earth's natural resources.

Convention: Legally binding agreement between states sponsored by an international organization

Charter: A document outlining the principles, functions, and organization of a juridical entity.

Law: A rule established by authority, society, or custom.

Protocol: A supplementary agreement to a convention that adds to or changes some provision of the convention only for the states parties who adopt the protocol.

Treaty: Legally binding agreement between two or more states.

Do anteriormente exposto podem-se retirar algumas conclusões: primeiro, verifica-se uma afinidade entre acordo, convenção ou convénio, protocolo e tratado, uma vez que estes documentos constituem o registo escrito resultante de uma transacção ou negociação estabelecida entre partes; seguidamente, uma declaração consiste numa afirmação, não necessariamente sob juramento, cujo sentido se aproxima do de conferência, que é consequência da consulta, deliberação e discussão de ideias e opiniões, enquanto uma resolução ou uma lei (ou decreto-lei) exprimem já de modo formal uma opinião ou intenção; finalmente, uma carta surge como uma garantia de direitos, poderes e privilégios.

3.3.3 - Tipos de *corpora*

Deignan (*in* Cameron e Low, 1999: 177) defende que a abordagem com base em *corpora* permite obter informação sobre a frequência de palavras e a detecção de padrões de uso, e, no caso deste trabalho prático, dados sobre o uso de metáforas linguísticas, que, de outra forma, seria mais dificilmente alcançada, limitando a ser meramente intuitiva e limitada.

Assim, pretende-se obter informações sobre as expressões metafóricas usadas nos textos que constituem o *corpus* de trabalho, nomeadamente elementos sobre concordâncias, colocações mais frequentes e frequências, de forma a constituir uma base de dados terminológica.

Das várias considerações efectuadas no domínio dos *corpora* ao serviço da Terminologia e da Linguística, convém especificar alguns aspectos e sistematizá-los de modo a clarificar toda a problemática que envolve o trabalho de pesquisa com base neste *corpus* de trabalho.

TIPOS DE CORPORA	<i>Corpus</i> comparável	Colecção de textos nas línguas inglesa e portuguesa relacionados com a temática do ambiente.
	<i>Corpus</i> total	Os textos alvo de compilação não sofreram qualquer tipo de alteração, mantendo-se na sua forma original.
OBJECTIVO	Linguístico	<ul style="list-style-type: none"> • Validar a hipótese de trabalho previamente definida: encontrar metáforas terminológicas no corpus. • Constituir uma base de dados.
CONFIGURAÇÃO	Tamanho	<ul style="list-style-type: none"> • 1905 páginas • 540.540 palavras
	Suporte	Textos escritos, sob a forma de textos electrónicos.
	Autor	<ul style="list-style-type: none"> • Colectivo: Nações Unidas, • Bi-lateral: estados individuais
	Contexto	Textos resultantes de encontros centrados na discussão de temáticas directa ou indirectamente relacionadas com o Ambiente.

Quadro 11a: Sistematização da apresentação do *corpus* de trabalho.

CRITÉRIOS EXTERNOS	Tipologia / Género	Tipologia híbrida: <ul style="list-style-type: none"> • Descritiva, argumentativa, empírica ou informativa; • Persuasiva, prescritiva, científica ou instrucional.
	Modo / Forma	<ul style="list-style-type: none"> • Forma de regulamentação com função normativa e prescritiva.
	Origem	<ul style="list-style-type: none"> • Nações Unidas • União Europeia • Relações bilaterais entre Estados
	Público-alvo	<ul style="list-style-type: none"> • Estados pertencentes às Nações Unidas • Público em geral
	Objectivo(s)	<ul style="list-style-type: none"> • Descrever o estado do ambiente em diferentes momentos temporais; • Propor medidas para alterar o estado de coisas; • Accionar essas medidas.
	Resultado	<ul style="list-style-type: none"> • Modificar o estado de coisas
CRITÉRIOS INTERNOS	Tópicos	Tópico do ambiente: <ul style="list-style-type: none"> • alterações climáticas; • áreas protegidas; • biodiversidade; • consequências transfronteiriças de acidentes industriais; • conservação da natureza e dos recursos naturais; • desenvolvimento sustentável; • desertificação; • energia nuclear; • lixos perigosos; • pesca e caça de espécies protegidas ou em perigo de extinção; • poluição atmosférica, telúrica e do mar; • protecção da Antártica; • protecção da paisagem; • protecção dos animais de estimação; • qualidade do ar; • substâncias que destroem a camada de ozono.
	Estilo	<ul style="list-style-type: none"> • Texto escrito com estrutura típica de um documento legal, com força vinculativa.

11b: Sistematização da apresentação do *corpus* de trabalho.

3.4 - Caracterização do trabalho prático

O trabalho prático desenvolvido para esta dissertação assenta fundamentalmente na procura de expressões metafóricas com a função de termos no *corpus*, uma vez que o seu uso se enquadra no âmbito de uma linguagem de especialidade.

No entanto, Degnam (*in* Cameron e Low, 1999: 182) identifica alguns problemas que podem ocorrer aquando da pesquisa sobre as metáforas com base em *corpora*: primeiro, a questão relativa às metáforas mortas que, por se terem integrado na língua e se encontrarem totalmente lexicalizadas, são encaradas como expressões literais e dificilmente reconhecidas; segundo, a sua proximidade com expressões relativamente fixas, os idiomatismos; e, por último, a existência de uma fronteira frequentemente ténue entre metáfora e metonímia.

Apesar de uma abordagem baseada em *corpora* poder possuir a vantagem de descobrir padrões sintácticos, colocacionais e semânticos das metáforas ou de outro item linguístico, difícil de aceder de outra forma, apresenta igualmente algumas limitações. Entre estas destacam-se a utilidade limitada dos *corpora* no estudo das metáforas inovadoras, a necessidade de trabalhar integralmente os textos, em termos do desenvolvimento de modelos de padronização linguística (isto é, o investigador só tem a possibilidade de reconhecer as expressões que foram alvo de uma recolha inicial, que integraram uma lista de entrada) e a problemática da representatividade dos *corpora* face à língua em causa (Deignan *in* Cameron e Low, 1999: 196-197).

3.4.1 - Delimitação da área de trabalho

A problemática da delimitação da área de trabalho afigura-se pertinente abordar, uma vez que esta possibilita reunir, avaliar e utilizar documentação variada; dividir o campo ou campos conceptuais nos respectivos subdomínios; distribuir o trabalho terminográfico e preparar os seus procedimentos; estruturar os conceitos; e organizar as actividades terminográficas (ISO 10241, 1992: 2).

Neste sentido, a área-alvo do trabalho prático patente nesta dissertação reparte-se em dois domínios conceptuais, de acordo com classificação da CDU⁵¹, distintos mas

⁵¹ Cf. capítulo 3.3.1 e Anexo A.

interligados, a saber: o Direito e as Ciências do Ambiente. Desta forma, o *corpus* de trabalho é constituído por um conjunto de textos interdisciplinares, que se relacionam com a jurisdição internacional na área do ambiente e, por este motivo, a sua compreensão impõe conhecimentos destes dois campos conceptuais.

Para além destas considerações, convém referir que todo o trabalho prático se baseia na língua inglesa, uma vez que se afigurou extremamente difícil obter os textos correspondentes aos que constituem o *corpus* de trabalho em língua portuguesa (entenda-se português europeu⁵²) e alinhar os textos em inglês e em português por não se possuir os programas adequados.

3.4.2 - Objectivos

Os objectivos traçados para este trabalho prático prenderam-se com a tentativa de interligar dois domínios, aparentemente sem estabelecerem relação directa: a Terminologia e o estudo das metáforas conceptuais. A premissa orientadora deste trabalho liga-se então com a criação de uma base de dados terminológica para as metáforas utilizadas no âmbito das linguagens de especialidade, isto é, para as metáforas terminológicas. Relembre-se a este respeito Kocourek⁵³ (1991: 166-167) que considera, na linha de Quemada, a metaforização central para a produção da linguagem técnica e científica e para a sua evolução. Este autor afirma mesmo que a metáfora: «est une ressource vivace et impérissable qui (...) enrichit la langue», sendo que «ni la langue technoscientifique ni les autres systèmes sémiotiques utilisés dans les sciences ne sont dépourvus d'éléments figurés».

Desta forma, a formulação destes objectivos conduziu à elaboração de uma hipótese de trabalho: procurar provar que a linguagem figurativa nas suas várias manifestações se encontra presente nos textos técnico-científicos, especificamente que as expressões metafóricas se apresentam como um recurso valioso e amplamente utilizado pelos especialistas para representarem conceitos fundamentais nas respectivas áreas de saber. Neste caso, atestando-se que as metáforas são usadas nos textos jurídicos que versam a temática do ambiente, comprova-se a presença de metáforas

⁵² A Agenda 21, um dos textos em versão portuguesa, encontra-se em português do Brasil, mesmo sendo obtido através de um sítio oficial em Portugal, a saber: <http://www.diramb.gov.pt/>.

⁵³ Cf. capítulo 2.6.2.

terminológicas, que expressam conceitos centrais destes domínios, não sendo meramente acessórias ou marginais.

Finalmente, convém referir que o trabalho terminográfico em língua portuguesa foi excluído como objectivo deste trabalho, devido à falta de textos em língua portuguesa (versão de português europeu) e de ferramentas informáticas adequadas. Também a organização de um sistema conceptual e a formulação de definições não constituiu um objectivo, já que os textos do *corpus* de trabalho não permitiram alcançar um domínio aprofundado da área conceptual do Ambiente, tal como era pretendido inicialmente. Por outras palavras, os conceitos relacionados com as temáticas do ambiente sofreram um processo de filtragem, visto que foram apropriados pelos textos jurídicos de regulamentação internacional, não tendo permitido um conhecimento sólido e limitando-se a fornecer contextos para os termos científicos em questão. Assim, o trabalho terminográfico restringiu-se à elaboração de fichas terminológicas, sendo as definições retiradas de glossários e dicionários técnico-científicos.

3.4.3 - Metodologia

A metodologia do trabalho terminológico desenvolvido assentou na vertente descritiva da Terminologia, e não na prescritiva, uma vez que se intentou pesquisar num *corpus* especializado expressões metafóricas que constituíssem termos representativos dos conceitos das disciplinas das Ciências do Ambiente e do Direito. A partir do *corpus* de trabalho constituído foram encontradas metáforas terminológicas, definidas em função da área conceptual a que pertencem e classificadas mediante a teoria de Lakoff e Johnson (1980), que entende as metáforas conceptuais como subdividindo-se em metáforas ontológicas, orientacionais e estruturais.

Adicionalmente, apesar de o método característico da Terminografia ser o método onomasiológico, procedeu-se a uma utilização conjunta deste método com o método semasiológico da Lexicografia, escolha esta que pretendeu reunir o maior número de metáforas terminológicas e ser o mais abrangente possível. A par desta combinação de métodos terminográfico e lexicográfico, optou-se também por uma abordagem quantitativa, reflectida nas listas de frequência, apesar de a abordagem qualitativa ter sido mais privilegiada, subjacente à classificação das metáforas terminológicas identificadas e à sua fundamentação.

Finalmente, a metodologia escolhida abrangeu também um conjunto de procedimentos, que são explicitados no capítulo seguinte, relacionados com a colecção de textos e de outros materiais, a apreciação dos textos constitutivos do *corpus* de trabalho, a preparação desse *corpus* para a extracção de termos, retirados igualmente de outros materiais, a colecção de termos e a criação de uma base de dados terminológica.

3.4.4 - Descrição dos procedimentos

Este projecto terminográfico centra-se na pretensão de provar que as metáforas constituem termos no âmbito dos textos jurídicos que visam a regulamentação do ambiente ao nível internacional. No entanto, uma vez que se abordam as metáforas, cuja forma linguística pode variar consideravelmente, não se afigura possível procurar estes termos sem uma lista de entrada, que pode eventualmente conduzir a outras metáforas. Assim, procedeu-se à pesquisa de potenciais expressões metafóricas num conjunto de glossários e listas de palavras⁵⁴, reunido aquando da realização do projecto de Terminografia no ano curricular do Mestrado em Terminologia e Tradução. No final desta pesquisa, elaborou-se uma lista com cerca de 170 expressões potencialmente metafóricas, mas, porque esta lista de entrada⁵⁵ se apresentava demasiado extensa para efectuar procuras no *corpus* de trabalho e continha expressões que não eram metáforas (mas podiam ser expressões idiomáticas ou meras expressões literais), reduziu-se selectivamente esta lista para 100 expressões⁵⁶.

Paralelamente a esta pesquisa, compilaram-se os textos (apresentados no capítulo 3.2.) para o *corpus* de trabalho, reunidos pelo CIESIN, *Centre for International Earth Science Information Network*, e encontrados na Internet, no endereço <http://sedac.ciesin.columbia.edu/entri-old/ENTRIchron.html>. O *corpus* compreende os textos referentes às décadas de 80 e 90 e ao ano de 2000, e também dois textos considerados pertinentes, o Protocolo de Quioto de 1997 e a Cimeira da Terra Rio+Dez de 2002, obtidos por meio do motor de busca Google. Todos os textos se encontram em língua inglesa, com excepção de três textos em português do Brasil relacionados com o programa nacional de biodiversidade, as áreas protegidas e a protecção das florestas. Este *corpus* integra um total de 111 textos com uma dimensão variável entre as 3 e as

⁵⁴ Ver Bibliografia sobre o Ambiente.

⁵⁵ Cf. Apêndice C.

⁵⁶ Cf. Apêndice D.

432 páginas, organizado para efeitos de uma procura mais simplificada em sete blocos de texto: a primeira metade da década de 80, a segunda metade da década de 80, a primeira metade da década de 90, a Agenda 21, o *corpus* 1992 (que inclui os textos resultantes da Cimeira da Terra), a segunda metade da década de 90 e o *corpus* do século XXI, correspondendo no total a 1905 páginas e a 540.540 palavras.

Desta forma, encontrando-se o *corpus* em formato *rtf*, reuniram-se as condições para iniciar a procura das potenciais expressões metafóricas através do programa de concordância “Concapp® Concordance Browser and Editor”, obtido de forma gratuita através de <http://www.edict.com.hk/PUB/concapp/>. Posteriormente, foram procuradas as 100 expressões metafóricas nos sete blocos de texto, sendo elaboradas listas de concordâncias pelo programa Concapp®, que evidenciou a expressão em causa e expôs o contexto em que esta se insere, e efectuadas listas de frequências de palavras para os vários textos.

Concluído o processo de procura e atestadas algumas das expressões potencialmente metafóricas, procedeu-se à selecção das expressões encaradas como mais relevantes e à elaboração da base de dados terminológica no programa Microsoft Access™, cuja constituição será explicitada no capítulo 3.6. A base de dados criada inclui fichas para metáforas terminológicas e colocações metafóricas.

3.5 - Recursos utilizados

Os textos constitutivos do *corpus* de trabalho foram retirados da *World Wide Web*, quer através do endereço do CIESIN, quer por meio do motor de busca Google. Os recursos informáticos utilizados compreendem o Microsoft Word™ para a compilação dos textos, o “Concapp® Concordance Browser and Editor” para a procura das metáforas e colocações metafóricas e o Microsoft Access™ para a criação da base de dados terminológica.

3.6 - Constituição da base de dados terminológica

Uma base de dados terminológica consiste num conjunto de fichas terminológicas que registam um conjunto de dados referentes ao termo, designados por

campos. Os campos a incluir encontram-se intimamente ligados com os objectivos a alcançar num projecto terminográfico.

A ISO 10241: 1992 (E) (1992: 4) expõe três categorias distintas de informação a considerar numa base de dados terminológica para cada uma das línguas envolvidas, que, por sua vez, se subdividem em campos específicos: a informação relativa ao **termo**, que abrange o termo, os sinónimos, as variantes ortográficas, morfológicas, sintácticas, as abreviaturas e as formas plenas, os símbolos, os equivalentes noutras línguas, os níveis de aceitabilidade, a informação gramatical, as notas sobre os termos e os antónimos; a informação relacionada com o **conceito**, que corresponde à definição, ao(s) contexto(s), às representações gráficas, a outras representações, como fórmulas ou imagens, aos exemplos e às notas; e a informação **administrativa**, que inclui a identificação do conceito, o símbolo da língua em questão, a data do registo, a identificação do registo e a fonte.

No entanto, visto que o conjunto da informação se afigura consideravelmente extensa e pouco relevante para os propósitos definidos para este trabalho prático, seleccionaram-se alguns campos a partir das recomendações da ISO e acrescentaram-se outros, essenciais para a explicitação das metáforas. Assim, as fichas englobam os seguintes campos: o número de entrada; o termo, campo substituído por metáfora terminológica, e por colocação metafórica; a informação gramatical; o(s) sinónimo(s); a definição; a fonte bibliográfica da definição; o domínio conceptual a que pertence; a sua frequência; o tipo de metáfora; e a fundamentação dessa escolha.

Assim, a partir do menu da base de dados terminológica⁵⁷, o utilizador tem a possibilidade de escolher visionar ou as fichas relativas às metáforas terminológicas ou as respeitantes às colocações metafóricas. Apresenta-se de seguida um exemplo de ficha terminológica em Microsoft AccessTM para as metáforas terminológicas.

⁵⁷ Ver *cd-rom* em anexo.

Base de Dados Terminológica - [Tabela de Metáforas Terminológicas]

Ficha de Metáforas Terminológicas

Número de entrada	4
Metáfora terminológica	Carbon sequestration
Informação gramatical	Nome Singular
Sinónimos	
Definição	The uptake and storage of carbon. Trees and plants, for example, absorb carbon dioxide, release the oxygen and store the carbon.
Fonte da definição	glossary.eea.eu.int/EEAGlossary/searchGlossary
Domínio conceptual	Ciências do Ambiente
Frequência	1
Tipo de metáfora	Ontológica
Fundamentação	Efectua-se a transferência do sentido inerente a 'sequestration', rapto de pessoas, para ser aplicado à absorção e armazenamento de dióxido de carbono por parte do mundo vegetal.

Record: 4 of 25
Form View

Figura 24: Exemplo da ficha para uma metáfora terminológica em Microsoft Access™.

Torna-se necessário explicitar o conceito que orientou a elaboração das fichas para as colocações metafóricas: as colocações são «combinações frequentes, prováveis, preferenciais ou usuais de palavras (nomeadamente substantivo + adjetivo ou verbo + substantivo)» (Iriarte Sanromán, 2001: 175). Por outras palavras, considerou-se que as colocações metafóricas, apesar de terem por base um processo de metaforização (que pode ser pontual), não constituem termos, porque não correspondem a conceitos técnico-científicos, sendo meras combinações metafóricas de palavras.

O seguinte exemplo de uma ficha de colocação metafórica permite efectuar o contraste entre uma metáfora terminológica e uma colocação metafórica.

Figura 25: Exemplo da ficha para colocação metafórica em Microsoft Access™.

No que se refere às diferenças entre as fichas para as metáforas terminológicas e para as colocações metafóricas⁵⁸, não foi incluído o campo do domínio conceptual na ficha das colocações metafóricas, de forma a salientar o facto de estas não constituírem termos e serem meras combinações habituais de palavras. No entanto, manteve-se a classificação das metáforas mediante a tipologia de Lakoff e Jonhson (1980), em orientacionais, estruturais e ontológicas e mortas, atribuindo-se igual importância à explicação do tipo de metáfora.

3.7 - Avaliação dos resultados do trabalho prático

Uma primeira avaliação deste trabalho prático permite verificar a existência de algumas dificuldades relacionadas com a dimensão do *corpus*, tendo sido necessário repartir este em sete blocos de texto, e com as limitações do programa informático utilizado, Concapp® Concordance Browser and Editor. Adicionalmente, as fronteiras pouco líquidas entre metáfora e metonímia e metáfora e idiomatismo contribuíram

⁵⁸ Cf. Apêndice B.

também para este rol de dificuldades, sem esquecer as metáforas mortas ou lexicalizadas, que segundo alguns teóricos só devem ser entendidas como expressões literais e com um valor metafórico perdido.

3.7.1 - Análise e crítica dos resultados

Após realizada a pesquisa das potenciais expressões metafóricas no *corpus* de trabalho, afigurou-se fundamental distinguir entre metáforas terminológicas, expressões metafóricas representativas de conceitos técnico-científicos e, por isso, com valor de termo, e colocações metafóricas, simples combinações de palavras assentes num processo de metaforização, mas sem assumirem a função de termo. No entanto, esta distinção nem sempre se apresentou de fácil concretização, uma vez que algumas expressões podem ser metáforas novas e ainda não terem sido totalmente integradas nem na língua geral nem na linguagem de especialidade.

Paralelamente, verificou-se que muitas das expressões em causa colocavam dúvidas quanto à sua natureza metafórica (como é o caso de «airborne craft», «household waste paper», «indoor air pollution» ou «outfall structures»), algumas das quais foram esclarecidas através do contexto ou da consulta de dicionários e glossários, outras que ainda provocam incertezas na sua análise e que serão alvo de futuros trabalhos nesta área.

Também surgiram alguns obstáculos na distinção entre metáfora e metonímia, patente nos exemplos «brain-drain» (que envolve um processo metonímico inicial, posteriormente complementado por uma metaforização) e «grassroots» (que é efectivamente uma metonímia, porque aproxima dois aspectos pertencentes à mesma realidade conceptual). De facto, «brain-drain» pode mesmo ser entendido como um caso de metáfora de base metonímica segundo a proposta de Radden.

É interessante destacar os exemplos de «cradle of humanity» e «cradle of humankind» como casos de metonímia, porque se estabelece uma relação de contiguidade entre ‘berço’ e ‘humanidade’, que se situam no âmbito do mesmo campo conceptual: um berço normalmente só é utilizado por seres humanos. No entanto, pode também identificar-se uma transferência de sentido entre ‘berço’ e o momento temporal que representa: o nascimento, isto é, o início, a origem. Curiosamente, o *Longman Dictionary of Contemporary English* (1995) encara a expressão «the cradle of» como

uma combinação cristalizada que significa a ‘origem de’, ou seja, já se encontra lexicalizada.

Desta forma, tendo em consideração estas dificuldades na análise das potenciais expressões metafóricas e daquelas que foram atestadas, optou-se por não se efectuar uma classificação das metáforas terminológicas e das colocações metafóricas de forma excessivamente rígida, para permitir uma maior flexibilidade de classificação. Na verdade, as metáforas convencionais de tipo estrutural podem basear-se em similaridades que resultam tanto das metáforas orientacionais e das ontológicas, ou seja, verifica-se uma interdependência recíproca entre estes tipos de metáforas.

Apesar de ser relativamente fácil identificar as metáforas orientacionais, visto que estas utilizam as orientações espaciais ‘Cima’ / ‘Baixo’ ou ‘Alto’ / ‘Baixo’ para transferir sentidos de um conceito para outro, esta facilidade não se verifica na classificação das metáforas ontológicas e estruturais. De acordo com Lakoff e Johnson (1980), as metáforas estruturais permitem projectar características ou aspectos de um conceito-fonte num conceito-alvo complexo, enquanto as metáforas ontológicas possibilitam materializar conceitos abstractos (experiências e acontecimentos), concretizá-los como entidades físicas e quantificá-los. É neste sentido que a referida flexibilidade é exigida na classificação de metáforas, porque a fronteira entre estes dois tipos de metáforas é ténue e a maioria das metáforas são estruturais (já que estruturam um conceito em função de outro e das suas propriedades) e, ao mesmo tempo ontológicas (porque materializam e concretizam conceitos abstractos).

No entanto, observaram-se exemplos que não apresentam dúvidas quanto à sua natureza metafórica e terminológica, a saber: «executive body», «bottom-up approach», «carbon sequestration», «carrying capacity», «fugitive emissions», «seabed», entre outras.

3.7.2 - Avaliação e crítica do *corpus*

O *corpus* de trabalho apresenta um conjunto de vantagens, nomeadamente a sua dimensão, que permitiu obter uma representatividade aceitável em termos de textos de regulamentação ambiental ao nível internacional, a sua variedade temática, que possibilitou abordar problemáticas como a poluição atmosférica, os lixos tóxicos, a biodiversidade, entre outras, e a sua actualidade, já que os textos datam todos dos últimos vinte anos.

Paralelamente a estas vantagens, devem enumerar-se algumas desvantagens: a dimensão do *corpus* dificultou o processo de procura de metáforas terminológicas e de colocações metafóricas, dificuldade igualmente relacionada com a reduzida flexibilidade e capacidade de tratamento do programa informático utilizado (Concapp®). Por último, a abordagem do Ambiente através da perspectiva do Direito Internacional reduziu, na nossa opinião, a possibilidade de ocorrência de um maior número de metáforas relacionadas com o Ambiente.

No entanto, não se pode afirmar que as Ciências do Ambiente não possuam nem criem expressões metafóricas para exprimir os seus conceitos, primeiro porque as procuras efectuadas dependeram de uma lista de entrada seleccionada a partir de glossários e dicionários de especialidade, sendo desde logo restritiva, segundo porque a dimensão do *corpus* não tornou viável a sua leitura integral e aprofundada, acreditando-se que muitas metáforas não terão sido identificadas. Assim, os exemplos conseguidos confirmaram a nossa hipótese de trabalho, isto é, a existência de metáforas, quer sob a forma de metáforas terminológicas, quer como colocações metafóricas, nos textos sobre o ambiente, apesar de se reconhecer as limitações inerentes às técnicas e metodologias utilizadas, que não contribuíram para uma análise mais exhaustiva.

3.7.3 - Avaliação e crítica da base de dados terminológica

Uma vez concluído o trabalho terminográfico sob a forma da base de dados terminológica, efectuou-se uma avaliação da sua estrutura e da sua funcionalidade, sendo de mencionar que alguns dos campos podem apresentar limitações. Apesar de inicialmente se ter considerado a possibilidade de integrar um campo para ‘colocações frequentes’, este foi eliminado e, no caso de algumas metáforas, enfraqueceu a sua análise. A inexistência de um campo para ‘termos relacionados’ surge como uma desvantagem, porque a sua inclusão teria contribuído para desenvolver o conhecimento do domínio conceptual do *corpus*, uma vez que a consulta de dicionários e glossários da área do ambiente forneceu informações significativas relativamente a sinónimos e termos relacionados, tanto sob a forma de expressões literais, como de outras expressões metafóricas.

Adicionalmente, o campo do ‘domínio conceptual’ com as opções ‘Ciências do Ambiente’, ‘Direito do Ambiente’ e ‘Geografia’ afigurou-se limitativo, visto que, frequentemente, não era líquido a pertença de uma metáfora terminológica a um

determinado domínio conceptual e não a outro. Também a ausência de subdomínios surgiu como uma falha, porque poderia ter melhorado a qualidade final do produto terminográfico. No entanto, tal como já foi mencionado, o *corpus* não permitiu alcançar um conhecimento profundo da área conceptual do Ambiente, que acabou por sofrer um processo de filtragem por meio dos textos de regulamentação jurídica, complexificando consideravelmente a identificação de subdomínios conceptuais.

Para além destes, o campo referente ao ‘tipo de metáfora’ terá sido pensado para seleccionar apenas entre metáforas mortas, orientacionais, ontológicas e estruturais, o que posteriormente surgiu como restritivo. A própria necessidade de considerar algumas expressões como sendo metonímias não pôde ser contemplada neste campo, implicando que este campo fosse deixado em branco, sendo a sua justificação apresentada no campo da ‘fundamentação’.

Em relação ao programa informático seleccionado, a escolha pelo Microsoft Access™, em detrimento do Multiterm, assentou na sua qualidade estética e flexibilidade. No entanto, uma vez criadas as tabelas para as metáforas terminológicas, para as colocações metafóricas e para alguns campos (como o número de entrada, a informação gramatical, o domínio conceptual e o tipo de metáfora), o programa não possibilitou a alteração ou adição de novas informações sem que se alterasse novamente a configuração geral da base de dados.

3.8 - Conclusões

No final deste capítulo, efectuou-se uma caracterização das linguagens de especialidade face à língua geral e às linguagens artificiais, concluindo-se que aquelas partilham propriedades de ambas. De facto, verifica-se mais uma diferença de grau (aliada a uma maximização da potencialidade de referência e de sistematização) entre uma linguagem de especialidade e a língua geral do que uma diferença de natureza, havendo antes um *continuum* entre estas. A linguagem de especialidade surge como uma situação ‘marcada’, enquanto a língua geral define-se como ‘não-marcada’.

Desta forma, provou-se que o *corpus* de trabalho, resultante de um conjunto de textos retirados da Internet sobre a regulamentação internacional do ambiente, constitui uma linguagem de especialidade e, por isso, possui termos representativos dos seus conceitos, em conformidade com a hipótese de trabalho formulada.

Estes conceitos não são só representados por expressões literais, mas também por metáforas, assim a nossa hipótese de trabalho centrou-se na procura de expressões metafóricas com função de unidade terminológica nos textos jurídicos relacionados com a regulamentação internacional do ambiente. Considerando a metodologia, métodos, técnicas e recursos utilizados, não obstante as limitações reconhecidas, podemos afirmar que a hipótese inicial se encontra validada, tal como se pode comprovar através dos exemplos «carrying capacity», «clean technology», «greenhouse effect / gases», «sequestration technologies», «seabed», entre outros.

CONCLUSÃO

Retomando a hipótese de trabalho que norteou a elaboração desta dissertação, intentou-se provar a existência e a utilização intencional de expressões metafóricas nos textos jurídicos que regulamentam a área do ambiente.

Para este efeito, uma pesquisa sobre a metáfora não deve ignorar alguns aspectos fundamentais: o nível que pretende operacionalizar a metáfora deve ser apresentado de forma clara e explícita (nível teórico, nível prático e/ou nível neurológico); o nível de operacionalização que se encontra em estudo deve considerar constrangimentos vários; diferentes metáforas podem exigir enquadramentos teóricos diversos; as contextualizações analíticas podem ser multi-dimensionais para terem em conta aspectos distintos da metáfora, tais como a forma linguística, a sua familiaridade ou a sua função discursiva (Cameron *in* Cameron & Low, 1999: 7-8).

Pretendeu-se então operacionalizar um nível teórico e um nível prático no estudo das metáforas, uma vez que não só se revelou proveitosa toda a pesquisa referente à abordagem da metáfora desde a Antiguidade Clássica até à actualidade, passando pelos contributos das diferentes disciplinas, como a Psicologia, a Filosofia, a Antropologia e a Linguística, e teóricos como Richards, Black, Lakoff ou Kövecses e pelos desenvolvimentos das diferentes teorias (teoria da substituição, teoria da comparação, teoria da interacção, teoria da relevância, teoria dos protótipos), como também a fundamentação da sua potencial relação com a Terminologia surgiu como central.

Assim, a exposição teórica das muitas abordagens sobre a metáfora, aliada à reflexão relativa à Terminologia e à Terminografia, possibilitou restringir o âmbito inicial da hipótese de trabalho, que se centrava na procura de metáforas em termos gerais, para a descoberta de **metáforas terminológicas** (de acordo com a designação de Kocourek), isto é, de expressões metafóricas com a função de termos. As metáforas terminológicas são, então, uma forma de extensão semântica que, no contexto das linguagens de especialidade, assumem o valor de unidades terminológicas, a unidade mínima da Terminologia, porque representam conceitos dessas mesmas linguagens.

Paralelamente, foi nosso objectivo sustentar o afastamento da nossa perspectiva da visão tradicional da metáfora vista como um mero ornamento retórico e um instrumento típico da linguagem poética, já que a linguagem humana reflecte o nosso sistema conceptual, mediante o qual pensamos e agimos, que é fundamentalmente de

natureza metafórica. A própria linguagem polissémica, usada como um dos argumentos para diminuir a importância da metáfora, tem também a sua origem no uso metafórico, sendo impensável recusar um papel cognitivo à metáfora.

Desta forma, tendo-se cumprido o enquadramento teórico tanto na área da Terminologia, como no domínio linguístico que se ocupa dos estudos da metáfora, e efectuada a ligação entre estes dois campos (relembre-se a noção de metáforas terminológicas), afigurou-se possível proceder ao trabalho prático sob a forma de uma base de dados terminológica. A criação deste produto terminográfico exigiu a combinação de um conjunto de metodologias, métodos, técnicas e recursos no sentido de permitir a procura de potenciais expressões metafóricas, previamente seleccionadas a partir de dicionários e glossários de especialidade, num *corpus* de trabalho de tipo especializado e sob a forma electrónica.

Uma vez atestadas as expressões metafóricas e as suas frequências, procedeu-se à separação das expressões que eram metáforas terminológicas das expressões literais, das metonímias e das meras colocações metafóricas. Tendo em consideração esta distinção, seleccionou-se um conjunto de vinte e cinco metáforas terminológicas e oito colocações metafóricas que foram alvo de inserção na base de dados terminológica.

No entanto, apesar das já mencionadas limitações do trabalho prático, nomeadamente na constituição da base de dados e nos programas informáticos utilizados, consideramos que a nossa hipótese de trabalho fica provada, porque foram efectivamente encontrados exemplos de metáforas terminológicas do âmbito do Ambiente, da Geografia e do Direito Internacional: «carbon sequestration», «brain-drain» e «high seas», respectivamente.

Finalmente, restará afirmarmos que as metáforas se apresentam como um recurso altamente produtivo não só para o desenvolvimento da língua geral, mas também para a expansão do vocabulário das linguagens de especialidade.

Apêndice A – Contextualização do *Corpus* de Trabalho

A.0 - Introdução

O Anexo A tem por objectivo fornecer o enquadramento teórico ao *corpus* que constitui a base do trabalho prático, anteriormente apresentado, tendo-se repartido este enquadramento pela área das Ciências do Ambiente e do Direito. Relativamente à primeira, distinguiu-se ambiente de ecologia, explicitaram-se as preocupações ambientais e a sua influência no desenvolvimento da regulamentação nacional e internacional, a gestão ambiental (sem negligenciar as recomendações da ISO) e os impactos no ambiente e mencionou-se de forma breve a legislação nacional, comunitária e o papel da ONU nesta gestão do ambiente. No que se refere à segunda, exploraram-se as vertentes do direito nacional, comunitário e internacional, com uma maior ênfase colocada no Direito Internacional do Ambiente.

A.1 - Ambiente

A.1.1 - Conceitos Introdutórios

A temática que atravessa os textos constitutivos do *corpus* de trabalho centra-se nas questões referentes às Ciências do Ambiente, afigurando-se pertinente apresentar algumas definições de ambiente, para um melhor entendimento das implicações patentes nestes textos. Assim, Attewell (1993: 5) define ambiente, em conformidade com o *Environmental Protection Act* de 1990, da seguinte forma: «consists of all, or any, of the following media, namely, the air, water and land», sendo a poluição do ambiente o resultado de «release (into any environmental medium) from any process of substances which are capable of causing harm to man or any other living organisms supported by the environment».

De acordo com Gómez (*in* Novo & Lara, 1997: 93), o conceito de ambiente surge como: «el conjunto de los elementos físicos, biológicos, económicos, sociales, culturales y estéticos que interactúan entre sí, con el individuo y con la comunidad en

que vive, condicionando su forma, carácter, comportamiento y supervivencia», sendo este constituído por: «la población humana, la fauna y la flora; el suelo, el agua, el aire, el clima y el paisaje; las interacciones entre los factores citados; los bienes materiales y el patrimonio cultural».

Paralelamente, a Lei de Bases do Ambiente (*apud* Gomes Canotilho, 1998: 222) apresenta a noção de ambiente como sendo «o conjunto dos sistemas físicos, químicos e biológicos e suas relações e dos factores económicos, sociais e culturais com efeito directo ou indirecto, mediato ou imediato, sobre os seres vivos e a qualidade de vida do homem».

Finalmente, segundo a ISO, o ambiente é entendido como: «surroundings in which an organization operates, including air, water, land, natural resources, flora, fauna, humans and their interrelation (ISO 14001: 1996, 1998: 21).

Por outro lado, convém distinguir ambiente de ecologia. O lexema ‘ecologia’ provém do grego *oikos* que significa ‘casa’ ou ‘local para viver’ e que literalmente se refere ao estudo dos organismos no seu habitat natural. Assim, a ecologia relaciona-se com a: «biology of groups of organisms and with functional processes on the land, in the oceans and freshwater, and in the air», procurando os ecologistas explicar e compreender a natureza, bem como tentando prever o futuro dos organismos, das populações ou comunidades em determinadas circunstâncias (Buchholz: 1998: 27).

Desta forma, a ecologia como ciência actua em cinco níveis diferentes: o organismo individual; a população, constituída por indivíduos da mesma espécie; a comunidade, que consiste num maior ou menor número de populações; o ecossistema, onde o conceito de componentes abióticos, tais como a temperatura, os nutrientes e a humidade, são introduzidos e interagem nestes três níveis; e o nível biótico, que é classificado em função de diferentes categorias de ecossistemas, sendo o bioma mais abrangente a Terra em si. O ecossistema apresenta-se como a unidade básica da ecologia, já que este conceito inclui organismos, populações e comunidades, interrelacionando-se e influenciando-se mutuamente, ou seja, um ecossistema implica relações obrigatórias, interdependências e relações causais. Esta noção encontra-se sistematizada no quadro apresentado de seguida (Buchholz: 1998: 27).

<i>Biome</i>	A classification of ecosystems into general categories that contain similar types of organisms.
<i>Ecosystem</i>	The community of organisms and populations interacting with one another and with the chemical and physical factors making up their environment.
<i>Community</i>	Populations of different plants and animals living and interacting in an area at a particular time.
<i>Population</i>	Group of individual organisms of the same species living within a particular area.
<i>Organism</i>	Any form of life including all plants and animals.

Quadro A1: O Reino da Ecologia (Buchholz, 1998: 28).

A.1.2 - As Preocupações Ambientais

O advento da era espacial ocorrido nas décadas de 60 e 70 acarretou a consciência da vulnerabilidade do ambiente terrestre, sublinhada pela Conferência de Estocolmo de 1972, que foi responsável pelo início de iniciativas nacionais de conservação da natureza e de criação de políticas e agências ambientais, a par da legitimação das questões ambientais no âmbito das relações internacionais. O ano de 1972 viu a sua relevância ampliada com a publicação de duas obras de influência indiscutível para o pensamento sobre o ambiente: “Blueprint for Survival” de Goldsmith *et al.*, que popularizou a ideia de que o crescimento ilimitado da população não poderia ser mantido com base em recursos finitos, e “The Limits of Growth” do Clube de Roma que, assumindo que um conjunto de tendências e condições se manteriam, efectuou uma série de previsões face ao comportamento global do ambiente, prevendo a ocorrência de uma tragédia para o homem e o planeta (Jarvis, 2000: 60).

Estas obras foram seguidas por outros relatórios que mantiveram a linha das previsões pessimistas e catastróficas, nomeadamente “The Global 2000 Report to the President” de 1979; “The World Conservation Strategy” de 1980, que introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável; o relatório de Brundtland intitulado “O Futuro de Todos Nós” de 1987, que reiterou este conceito de sustentabilidade; “To Feed the Earth: agro-ecology for sustainable development” também de 1987; “Blueprint for a Green Economy” de 1989; “Caring for the Earth” de 1991, entre muitos outros que poderiam ser referidos (Jarvis, 2000: 60-61).

O desenvolvimento das preocupações ambientais enquadra-se então no âmbito das mudanças operadas na relação do homem com a natureza, isto é, a interacção entre o meio humano e o meio ambiente, em particular o meio geológico (Cendrero *in* Novo & Lara, 1997: 24). Estas interrelações estabelecidas entre estes meios encontram-se sistematizadas na seguinte figura.

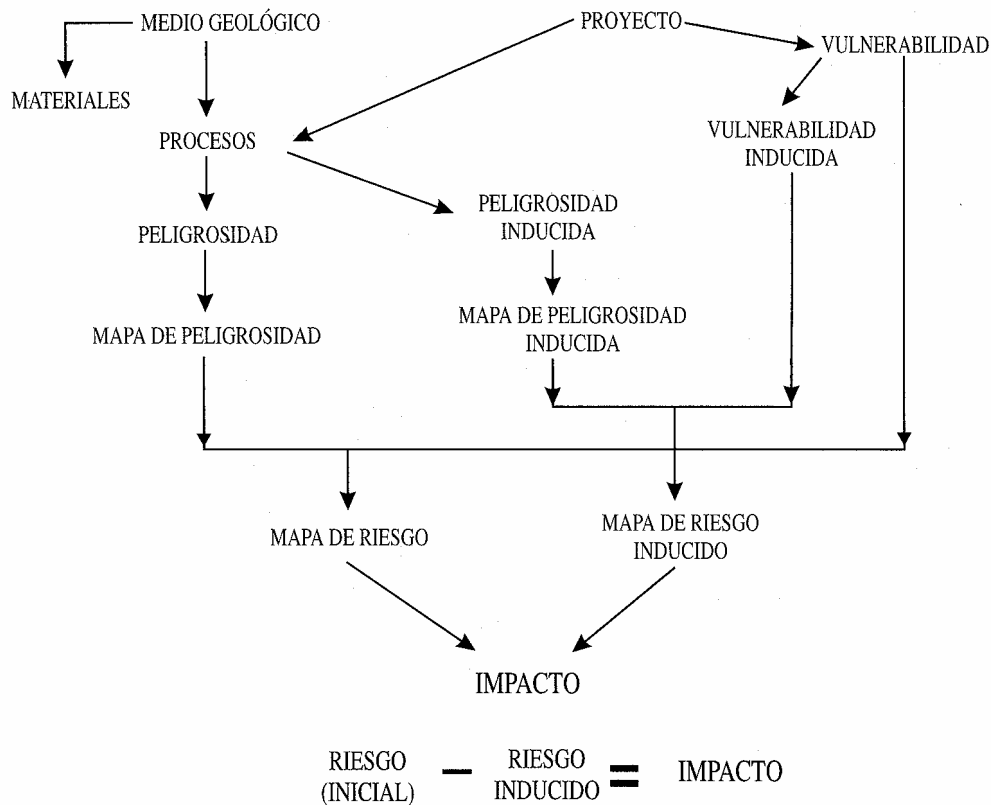


Figura A1: As interrelações entre o homem e o meio ambiente (Novo & Lara, 1997: 24).

Entre os problemas ambientais de maior relevância contam-se as questões do buraco da camada de ozono, do aquecimento global, da desflorestação e da desertificação, da extinção de espécies, da erosão das costas marítimas, da protecção das zonas pantanosas, da chuva ácida, da poluição das águas, da eliminação dos resíduos sólidos e perigosos e das emissões tóxicas para a atmosfera. Estes problemas e a tomada de consciência da sua existência agudizaram-se nomeadamente aquando da descoberta do buraco de ozono sobre a Antártica e a ligação entre esta problemática e os clorofluorcarbonetos (CFCs) (Buchholz: 1998: 1).

Esta tomada de consciência reflectiu-se não só nas obras e relatórios já mencionados, mas também na realização de encontros internacionais e na elaboração

das respectivas declarações de princípios, destacando-se entre estas a Conferência de Estocolmo, a Carta Mundial para a Natureza, a Cimeira da Terra, Protocolo de Quioto e a Cimeira de Joanesburgo.

A Conferência sobre o Ambiente e o Desenvolvimento de Estocolmo realizada em 1972 marca o início da consciência ambiental ao nível da comunidade internacional, principalmente dos países industrializados. Os problemas identificados relacionam-se essencialmente com os resultados da industrialização, a poluição atmosférica e a da água. Desta forma, esta conferência colocou pela primeira vez as questões do ambiente na agenda internacional, que haveria de inspirar a Cimeira da Terra, vinte anos mais tarde, e concretizou a Declaração de Estocolmo, isto é, uma afirmação não-compulsiva de princípios referentes aos resultados desta conferência, dos quais se destacam o princípio 21º: «to inspire and guide the peoples of the world in the preservation and enhancement of the human environment».

Na sequência desta conferência, criou-se o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) que se tornou responsável pela realização de inúmeras conferências internacionais e de vários acordos e tratados bilaterais e multilaterais.

A Carta Mundial para a Natureza desenvolveu-se a partir do trabalho de trinta e quatro nações que se reuniram em 1982, resultando na elaboração deste código de conduta relativo à abordagem da natureza, que foi adoptado pela Assembleia Geral das Nações Unidas no mesmo ano. A sua relevância refere-se ao reconhecimento da importância dos ecossistemas e da sua protecção e integra princípios de prevenção da natureza (Olson, 199: 143).

No que diz respeito à Cimeira da Terra ou simplesmente a Conferência do Rio de 1992 apresentou-se como uma resposta às preocupações ambientais e uma demonstração da consciência e da vontade para a discussão destas questões e da temática do desenvolvimento, juntamente com as suas implicações sócio-culturais, económicas e políticas. Esta cimeira permitiu alcançar conquistas importantes, tais como a formulação da Convenção para as Alterações Climáticas, a Convenção sobre a Biodiversidade, a Declaração sobre as Florestas, a Agenda 21 e a Declaração do Rio (Jarvis, 2000: 62).

A Declaração do Rio expõe os princípios básicos que permitem concretizar um desenvolvimento sustentável, constituindo um marco para os direitos e obrigações individuais e colectivas na área do ambiente e do desenvolvimento, fazendo referência à erradicação da pobreza como requisito indispensável do desenvolvimento e aludindo à

necessidade de implementar um novo sistema de colaboração entre países industrializados e países em vias de desenvolvimento. Para além disto, estabelece o dever de todos os Estados de promulgarem leis efectivas sobre o meio ambiente e a conveniência de promoverem um sistema económico que estimule o crescimento económico, a par do desenvolvimento sustentável e da recomendação da aplicação da avaliação dos impactos ambientais (AIA) para qualquer nova actividade (Gómez *in* Novo & Lara, 1997: 96).

Sem dúvida, o documento mais extenso e de maior relevância, a Agenda 21, surge como o programa de acção e a agenda financeira adoptados por todos os países participantes na Conferência do Rio de Janeiro, direccionada para o desenvolvimento sustentável por meio de sistemas económicos e industriais. As suas preocupações fundamentais e áreas de aplicação são as seguintes: a pobreza e a demografia; os riscos ambientais; as infra-estruturas humanas; o desenvolvimento sustentável; a utilização dos recursos; os recursos florestais; a desertificação; a protecção dos ecossistemas; a gestão e o planeamento agrícolas; a diversidade biológica; a gestão da biotecnologia; os recursos oceânicos; os recursos hídricos; os resíduos e outros produtos tóxicos; os resíduos sólidos; os resíduos radioactivos; a transferência de tecnologia; a consciência ambiental; a cooperação regional; os acordos internacionais; e os pressupostos e mecanismos financeiros (Gómez *in* Novo & Lara, 1997: 96-97).

Por sua vez, a Convenção para as Alterações Climáticas estabelece a redução progressiva das emissões de dióxido de carbono e de outros gases de efeito de estufa por parte dos países industrializados e a criação dos mecanismos necessários para assegurar o conhecimento e o acesso a dados e tecnologias que racionalizem o uso dos recursos energéticos (Gómez *in* Novo & Lara, 1997: 97).

Adicionalmente, a Convenção sobre a Biodiversidade tem por objectivo a conservação da biodiversidade em benefício das gerações futuras, defendendo um uso racional dos recursos biológicos (Gómez *in* Novo & Lara, 1997: 97).

Quanto à Declaração sobre as Florestas, esta reduz-se a um conjunto de princípios básicos relativos às florestas, que não obteve força jurídica devido à falta de consenso entre os países intervenientes (Gómez *in* Novo & Lara, 1997: 98).

Finalmente, o Acordo sobre a Desertificação define os princípios para um futuro convénio internacional, tendo em consideração que a desertificação constitui um problema global, uma ameaça ao desenvolvimento sustentável. (Gómez *in* Novo & Lara, 1997: 97).

Desta forma, a realização da Cimeira da Terra e anteriormente a celebração do décimo aniversário do Dia da Terra em 1990 promoveram uma nova consciência face aos problemas ambientais e a ideia da mobilização urgente dos cidadãos para as causas do ambiente, com a criação de movimentos ecológicos, que já podiam ser identificados a partir dos anos 60 (como é o exemplo da *GreenPeace*). A par desta consciencialização, desenvolve-se a ideia de que no mundo dos negócios convém que a protecção ambiental seja considerada, devendo esta ser institucionalizada nas estruturas organizacionais através da sua integração nas responsabilidades fundamentais da gestão empresarial (Buchholz: 1998: 1-2).

A chamada Cimeira Rio+Dez realizou-se em 2002 em Joanesburgo e pretendeu efectuar um balanço dos efeitos alcançados desde a Cimeira da Terra e desenhar novas estratégias para os mais recentes desafios colocados ao ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

Os problemas denominados por globais afectam todas as nações do mundo num maior ou menor grau, nomeadamente o problema do aquecimento global e do buraco na camada de ozono. Estes são questões verdadeiramente globais que requerem uma solução internacional (Buchholz: 1998: 2).

O aquecimento global resulta essencialmente da absorção de gases, tais como o dióxido de carbono, o gás metano, os CFCs e o óxido de azoto, que cresceu nas últimas décadas devido à produção industrial, à circulação de meios de transporte privados e colectivos, à exploração agrícola, entre outros. Os cientistas prevêem o aumento das temperaturas em todo o planeta, originando secas prolongadas, a subida dos níveis do mar e conduzindo à inundação de zonas costeiras e ao conseqüente desaparecimento de aldeias e vilas, a alteração das estações, a disseminação de doenças como a malária, a febre-amarela, a febre de dengue, a encefalite viral, entre outras problemáticas. No entanto, para muitos cientistas e nações mantém-se uma questão: será que este aumento das temperaturas resulta efectivamente dos efeitos da actividade humana ou provém de outras fontes, alheias ao homem? (Buchholz: 1998: 2).

Relativamente ao buraco na camada de ozono, a situação afigura-se ainda mais incerta: a camada de ozono estratosférico protege a Terra da exposição excessiva aos raios ultravioletas, que pode provocar cancro da pele e cataratas nos seres humanos, reduzir o rendimento das colheitas, diminuir as pescas e interferir no processo da fotossíntese. Já em 1974 os cientistas provaram que os CFCs, extremamente úteis nos sistemas de ar condicionado, como solventes, entre outros usos químicos, não se

dissolviam na atmosfera, mas antes subiam até à camada de ozono onde reagiam com as moléculas de ozono, separando-as (Buchholz: 1998: 3).

No entanto, apesar de serem banidos em alguns países, o uso dos CFCs continuou a crescer a nível mundial e a polémica relativamente a esta relação directa entre CFCs e a destruição da camada de ozono foi finalmente concluída quando em 1987 se constatou que a concentração de ozono sobre o Pólo Sul tinha diminuído em cerca de 50% e noutras locais tinha mesmo desaparecido. Assim, em 1987 realizou-se um encontro internacional que conduziu à assinatura do Protocolo de Montreal, no qual se concordou em fasear o fim da produção de CFCs num determinado espaço de tempo, que culminou com o término do seu uso em 1994 (Buchholz: 1998: 4).

Uma outra problemática ambiental, aparentemente local, mas de abrangência mundial, é a destruição das florestas tropicais, situadas entre os trópicos de Caranguejo e de Capricórnio. Estas áreas de floresta crescem em regiões onde chove periodicamente todos os meses, a temperatura média não ultrapassa os 24°C e nunca ocorrem geadas. Apesar de não constituírem mais do que 5% da superfície terrestre, a sua importância advém do facto de albergarem entre 30 a 80 milhões de insectos, 200 espécies de árvores em cada acre de floresta, 1500 espécies de borboletas, entre outras espécies, muitas das quais ainda não foram alvo de catalogação, e de serem consideradas o “pulmão” do planeta. No entanto, todos os anos milhares de metros quadrados de floresta são perdidos para o comércio da madeira e para a criação de pastagens, sendo previsto que se este abate se mantiver a floresta tropical desaparecerá no decorrer do início do século XXI. Por esse motivo, a extinção biológica ocorre a um ritmo progressivamente mais rápido do que aquele em que os dinossauros desapareceram há sessenta e seis milhões de anos (Buchholz: 1998: 4-5).

No que diz respeito à chuva ácida, este fenómeno é provocado pelas emissões do dióxido de enxofre que afectam numerosas regiões do mundo, reduzindo a extensão e a diversidade das populações de peixes de alguns ecossistemas e influenciando a destruição florestal. Assiste-se ainda ao agravamento das questões relacionadas com a poluição da atmosfera devido ao uso de novas substâncias tóxicas, com a poluição das águas, especialmente pelo facto de estas se relacionarem com o consumo doméstico, com o aumento vertiginoso dos resíduos sólidos, que geram a reprodução de lixeiras, aterros e incineradoras, e com a destruição das zonas pantanosas (Buchholz: 1998: 5).

Estes sérios problemas colocados ao planeta conduziram, em especial, os países industrializados a repensarem as suas práticas e hábitos face ao ambiente, no sentido de

alterar esta situação, visto que se os ecossistemas animal e vegetal são afectados, estes acarretarão modificações perigosas também para o habitat humano que partilham a mesma cadeia de vida. Entre estas modificações contam-se a redução drástica de recursos fornecidos pelo ambiente físico, como a madeira e o carvão, a incapacidade deste para absorver os resíduos produzidos pela actividade humana e as alterações profundas no clima da Terra, através da ocorrência de situações climatéricas extremas, capazes de originar catástrofes.

É necessário salientar que as dificuldades em modificar a postura do homem face à natureza se devem particularmente a uma visão dualista que sempre considerou o homem acima da natureza, ocupando um lugar à parte, privilegiado, e utilizando a natureza para servir os seus interesses e recusando-se a aceitar a ideia da partilha do planeta com as espécies animais e vegetais (Buchholz: 1998: 8-9).

Segundo Buchholz (1998: 10), as preocupações ambientais desenvolveram-se em função de quatro fases: a fase da conservação, da preservação, da protecção e a da sustentabilidade. Este autor tem como referência o contexto americano, relacionando-se a explicitação destas fases com a realidade da América do Norte, nada impedindo a aplicação destas fases a outras realidades, como será *infra* verificado.

Stage	Principle or Focus	Ethic
<i>Conservation</i>	Use resources wisely and do not deplete them needlessly. Emphasized development and use of natural resources.	Instrumental view of nature in that nature has utility only as it serves human purposes.
<i>Preservation</i>	Certain areas of the country are to be preserved in their natural state and closed to development.	Nature has intrinsic value in its own right apart from the services it provides for human beings.
<i>Protection</i>	Focused on pollution control and dangers to human health.	Human centered.
<i>Sustainability</i>	Concerned with global problems, sustainable growth, and equity considerations.	Eco-centered.

Quadro A2: Fases do desenvolvimento das preocupações ambientais segundo Buchholz (1998: 11).

A primeira fase iniciou-se nos primeiros anos do século XX numa tentativa de refrear a exploração desnorteada das florestas e da vida selvagem operada pelos pioneiros, promovendo uma utilização sensata e eficiente dos recursos naturais e a criação dos parques nacionais. A essência da conservação traduzia-se no planeamento

racional de forma a promover um desenvolvimento e um uso eficiente dos recursos naturais (Buchholz: 1998: 10-11).

A noção de conservação é apresentada pela Lei de Bases do Ambiente de Portugal (*apud* Gomes Canotilho, 1998: 222) como sendo: «a gestão da utilização humana da Natureza, de modo a viabilizar de forma perene a máxima rentabilidade compatível com a manutenção da capacidade de regeneração de todos os recursos vivos», enquanto de acordo com o Decreto-Lei n.º 226/97 de 27 de Agosto, esta equivale a «o conjunto de medidas necessárias para manter ou restabelecer os habitats naturais e as populações de espécies da flora e da fauna selvagens num estado favorável».

Seguidamente, a abordagem patente na preservação assentou no reconhecimento da insuficiência da conservação que, mesmo pertinente para um uso inteligente dos recursos, não se traduzia na prevenção de futuras explorações ambientais. Determinadas áreas do território eram preservadas no seu estado natural e fechadas à exploração, impedindo o desenvolvimento da actividade económica, sendo designadas como áreas selvagens, isto é: «area[s] where the earth and community of life are untrammled by man, where man is a visitor who does not remain» (Blackburn, Klayman & Malin *apud* Buchholz, 1998: 12). Assim, a preservação possibilitou a atribuição de uma valorização intrínseca da natureza, resultando em políticas e práticas distintas das da conservação (Buchholz: 1998: 11-12).

A Lei de Bases do Ambiente de Portugal (*apud* Gomes Canotilho, 1998: 221) define prevenção como:

«as actuações com efeitos imediatos ou a prazo no ambiente [que] devem ser consideradas de forma antecipativa, reduzindo ou eliminando as causas, prioritariamente à correcção dos efeitos dessas acções ou actividades susceptíveis de alterarem a qualidade do ambiente (...)».

Relativamente à terceira fase, o movimento da protecção ambiental começou nos anos sessenta, a par da revolução social que assolou esta década, ocupando um espaço ao lado da luta pelos direitos civis, pela protecção do consumidor, pela segurança e pela saúde. No entanto, estas preocupações para com o ambiente ligavam-se com a necessidade de melhorar os níveis de qualidade de vida da sociedade e proteger a saúde humana, reflectindo uma visão meramente utilitária da natureza. Os grandes contributos desta fase traduziram-se na consciencialização dos problemas ambientais por parte da sociedade em geral e a institucionalização das preocupações ambientais nas

organizações económicas através da criação de legislação e regulamentação conforme a estas (Buchholz: 1998: 12-13).

É nesta fase que Buchholz (1998: 13-14) identifica a criação de novas metáforas para expressar as preocupações ambientais da altura, nomeadamente a «tragédia dos comuns» (segundo a qual um terreno é comum a vários pastores que são livres de possuírem o seu rebanho para pastar nessa terra comunitária; à medida que os pastores vão ganhando dividendos, vão adquirindo novos animais, sendo a terra incapaz de providenciar alimento para os animais, mas sem que os pastores abrandem a aquisição de novos animais) ou a «nave espacial Terra» (metáfora criada por Boulding em 1966, de acordo com o qual a Terra é vista como uma nave que circula pela galáxia sem qualquer tipo de entrada ou saída de recursos, sendo necessário desenvolver formas para conservar os recursos da nave e reciclar outros). Estas duas metáforas espelham a complexidade dos problemas ambientais e a tendência do homem em ignorar estas questões e recusar a necessidade de refrear a utilização dos recursos naturais, encontrando formas inovadoras de os preservar, conservar e proteger.

Finalmente, a presente fase encara os problemas da natureza como globais, e não meramente locais, que se encontram interligados uns com os outros, pondo em causa os modos de pensar ancestrais e exigindo da sociedade novos paradigmas mais abrangentes e menos reducionistas. A abordagem sustentável do ambiente reconhece as limitações dos recursos e questiona a ênfase no crescimento económico, sublinhando o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, o Clube de Roma deu voz ao debate que pretendia impor limites ao crescimento económico, especialmente nos países industrializados, uma vez que este conduziria à carência de recursos, aos problemas de poluição e às pressões populacionais (Buchholz: 1998: 15-16).

A noção de sustentabilidade relaciona-se com a descoberta de caminhos para o progresso social, económico e político de forma a corresponderem às necessidades do presente sem comprometerem a capacidade das gerações futuras em satisfazer as suas carências. Este conceito reflecte uma mudança de valores na gestão dos recursos no sentido da defesa da equidade. Outro dos seus objectivos consiste na ênfase da sobrevivência do planeta e dos seus habitantes, não somente na perspectiva da qualidade de vida, mas na certeza de o ser humano ser também uma espécie em perigo de extinção. A natureza não se apresenta só como o espaço privilegiado para a exploração dos recursos, mas fornece acima de tudo o habitat indispensável para a sobrevivência do homem. A criação de uma sociedade sustentável implica eliminar as desigualdades

existentes a nível mundial, uma vez que a pobreza se reproduz também a partir da deterioração ecológica. Assim, as palavras-chave desta abordagem são a sustentabilidade, a sobrevivência, os problemas globais, a equidade e o ecocentrismo (Buchholz: 1998: 17-19).

Este autor efectua uma comparação entre a gestão ambiental tradicional e centrada no ambiente, sistematizada no seguinte quadro.

Traditional Management	Ecocentric Management
<u>Goals:</u>	
Economic growth & profits	Sustainability and quality of life
Shareholder wealth	Stakeholder welfare
<u>Values:</u>	
Anthropocentric	Biocentric or Ecocentric
Rationality and packaged knowledge	Intuition and understanding
Patriarchal values	Postpatriarchal feminist values
<u>Products:</u>	
Designed for function, style & price	Designed for the environment
Wasteful packaging	Environment friendly
<u>Production System:</u>	
Energy & resource intensive	Low energy & resource use
Technical efficiency	Environmental efficiency
<u>Organization:</u>	
Hierarchical structure	Nonhierarchical structure
Top-down decision making	Participative decision making
Centralized authority	Decentralized authority
High-income differentials	Low-income differentials
<u>Environment:</u>	
Domination over nature	Harmony with nature
Environment managed as a resource	Resources regarded as strictly finite
Pollution and waste are externalities	Pollution / waste elimination and management
<u>Business functions:</u>	
Marketing aims at increasing consumption	Marketing for consumer education
Finance aims at short-term profit maximization	Finance aims at long-term sustainable growth
Accounting focuses on conventional costs	Accounting focuses on environmental costs
Human resource management aims at increasing labor productivity	Human resource management aims to make work meaningful & the workplace safe / healthy

Quadro A3: Confronto das perspectivas tradicional e ecocêntrica da gestão ambiental (Buchholz, 1998: 350).

Consequentemente, de acordo com Mckibben (*apud* Buchholz, 1998; 21), os esforços para manter um ambiente sustentável devem ter em consideração três

objectivos: disseminar o conhecimento e os meios necessários para controlar o crescimento populacional, facilitar o crescimento económico e a distribuição equitativa dos benefícios económicos de modo a satisfazer as necessidades da população humana e das suas gerações futuras e estruturar o crescimento de forma a que o potencial da transformação ambiental se mantenha dentro de limites definidos.

A.1.3 - A gestão ambiental e os impactos ambientais

Afigura-se necessário mencionar que, para além dos efeitos causados pela actividade do homem, o ambiente sofre também o efeito de um conjunto de acções designadas riscos naturais. Cendrero (*in* Novo & Lara, 1997: 25) apresenta uma classificação de riscos naturais passíveis de ocorrerem no ambiente e afectarem o homem: os riscos facilmente previsíveis (alterações climáticas de longa duração), os imprevisíveis (queda de meteoritos de grande escala), os intensos ou concentrados (terramotos), os extensos ou difusos (erosão), resultantes de uma só causa (actividade vulcânica) ou de várias (alterações climáticas de curta duração), originados por processos extraterrestres (actividade solar e órbitas de meteoros), por processos terrestres internos (actividades sísmica e vulcânica) ou processos terrestres externos (inundações e deslizamento de terras). Estes riscos naturais aliados às consequências da actividade humana provocam graves problemas ambientais.

No sentido de mitigar os danos originados pelos riscos naturais e pela actividade humana, podem implementar-se medidas de carácter preventivo, que evitam o aparecimento de novas situações de risco, e medidas de carácter correctivo, que pretendem reduzir ou eliminar as situações já existentes. É evidente que as primeiras medidas, para além de menos dispendiosas, são igualmente menos traumáticas para o ambiente e para as suas populações (Cendrero *in* Novo & Lara, 1997: 38).

As medidas de carácter preventivo não são de natureza estrutural e incluem a realização de cartas de riscos e o estabelecimento de normas legais e de planeamento que impeçam ou limitem a ocupação de zonas potencialmente perigosas. Paralelamente, incluem a criação de sistemas de vigilância, de alerta e alarme que possibilitem prever, segundo indicadores adequados, a possível ocorrência de uma fase perigosa. Quanto às medidas correctivas, estas compreendem os cartas de riscos que se destinam ou a influenciar os processos, reduzindo a sua frequência ou intensidade, ou a actuar sobre os

elementos humanos, reduzindo a sua vulnerabilidade (Cendrero *in* Novo & Lara, 1997: 46-47).

Assim, é necessário clarificar a noção de gestão ambiental e os procedimentos associados a esta, nomeadamente a avaliação dos impactos ambientais (AIA) e a auditoria ambiental.

Na perspectiva de Gómez (*in* Novo & Lara, 1997: 101), a gestão ambiental consiste em orientar o sistema ambiental, tendo em consideração os elementos e o processo que o constituem e as actividades que os afectam, podendo reger-se segundo outros objectivos complementares: a prevenção da degradação ambiental, a correcção de situações passíveis de levar à deterioração do ambiente, a resolução destas situações, recuperando, restaurando, reformando e reabilitando as zonas afectadas, o melhoramento de situações menos favoráveis e a valorização de recursos ociosos.

Os instrumentos preventivos da gestão ambiental podem dividir-se em primários, que se referem à formação, sensibilização e educação da população em geral, e secundários, que incluem as normas de qualidade ambiental (normas administrativas e legais) e as normas específicas de gestão, que compreendem a planificação (processo racional de tomada de decisões a nível preventivo) e a redacção de projectos, que integram as questões ambientais e a AIA. Esta última constitui um procedimento administrativo de controlo de projectos que, assente num estudo técnico sobre as incidências ambientais de um projecto, permite às autoridades responsáveis pelo ambiente emitir uma declaração de impacto ambiental, recusando, aprovando ou modificando o projecto em questão (Gómez *in* Novo & Lara, 1997: 102).

No que se refere aos instrumentos correctivos da gestão ambiental, incluem-se a auditoria ambiental, isto é, o processo direccionado para a avaliação sistemática, documentada, periódica e objectiva das indústrias para detectar situações conducentes a calamidades ambientais em função de requisitos próprios, e a etiqueta ecológica, que garante ao consumidor que os produtos adquiridos não provocam danos ao ambiente (Gómez *in* Novo & Lara, 1997: 102-103). A auditoria ambiental será explorada no próximo capítulo.

Por outro lado, os instrumentos minimizadores da gestão ambiental abordam as tecnologias em questões de conservação, melhoria, restauração, reabilitação e valorização dos recursos naturais, particularmente interessantes em matéria de tratamento de espaços degradados. A par destes, evidenciam-se ainda os instrumentos potenciadores da gestão ambiental que se relacionam com a tecnologia e os mecanismos

de financiamento disponíveis para permitir a reacção dos ecossistemas face a influências externas (Gómez *in* Novo & Lara, 1997: 103-104).

Finamente, podem ainda ser implementados outros instrumentos complementares, como é o caso da estipulação de impostos directos sobre as emissões atmosféricas ou indirectos sobre bens e serviços, da criação de mercados para produtos biológicos e ecológicos, da atribuição de incentivos financeiros para assegurar o cumprimento das normas ambientais, da desagravamento fiscal ou da intervenção directa nos mercados (Gómez *in* Novo & Lara, 1997: 104-107).

O termo impacto ambiental, ubíquo nos vários instrumentos de gestão ambiental, refere-se à alteração que a execução de um projecto introduz no meio ambiente expressa pela diferença entre a evolução deste meio com e sem projecto, ou seja, a modificação das características do meio ambiente, dos seus valores de conservação ou o significado destas modificações para a saúde e bem-estar do homem (Gómez *in* Novo & Lara, 1997: 108-109).

Uma outra definição é proposta pelo Decreto-Lei n.º 186/90 (*apud* Gomes Canotilho, 1998: 245), que defende que o impacto ambiental:

«deve ser sempre avaliado no sentido não só de garantir a diversidade das espécies e conservar as características dos ecossistemas, enquanto patrimónios naturais insubstituíveis, mas também como forma de protecção da saúde humana e de promoção da qualidade de vida das comunidades».

Os impactos ambientais dependem da natureza, localização e dimensão do projecto em causa, podendo ser positivos ou negativos, reversíveis ou irreversíveis, directos ou induzidos, permanentes ou temporários, simples ou cumulativos, sinérgicos ou não, a curto, médio ou longo prazo, entre outros. Sem dúvida, a preocupação ambiental surge na época moderna devido ao predomínio dos impactos negativos na natureza, os quais já foram clarificados anteriormente (Gómez *in* Novo & Lara, 1997: 109-111).

Aquando do diagnóstico de um impacto ambiental, é fundamental o conhecimento de um conjunto de elementos implicados no processo de degradação ambiental: os sintomas dos efeitos sobre o ambiente, as causas que estão na base do impacto, as repercussões dos sintomas detectados no meio ambiente, nos indivíduos e nas actividades, os agentes implicados e a sua sensibilidade face a estes efeitos, a percepção do problema por parte da população, a relação directa ou indirecta com outros impactos, as possibilidades de intervenção sobre as causas, efeitos, manifestações

e agentes com carácter preventivo, curativo ou compensatório e os objectivos a cumprir (Gómez *in* Novo & Lara, 1997: 113-114).

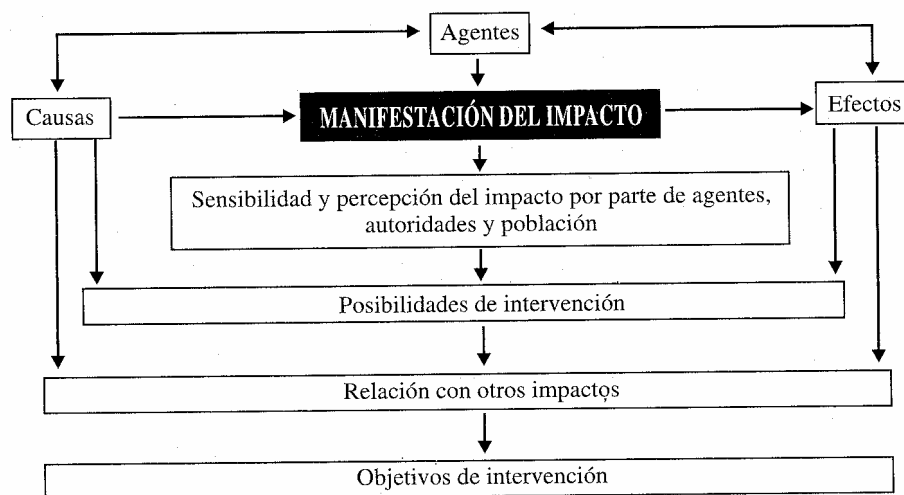


Figura A2: Aspectos a considerar no diagnóstico de um impacto ambiental (Gómez *in* Novo & Lara, 1997: 114).

Canter (1996: 38) apresenta uma outra sistematização que contém as diversas fases da avaliação dos impactos ambientais, conducentes à elaboração de um estudo de impacto ambiental.

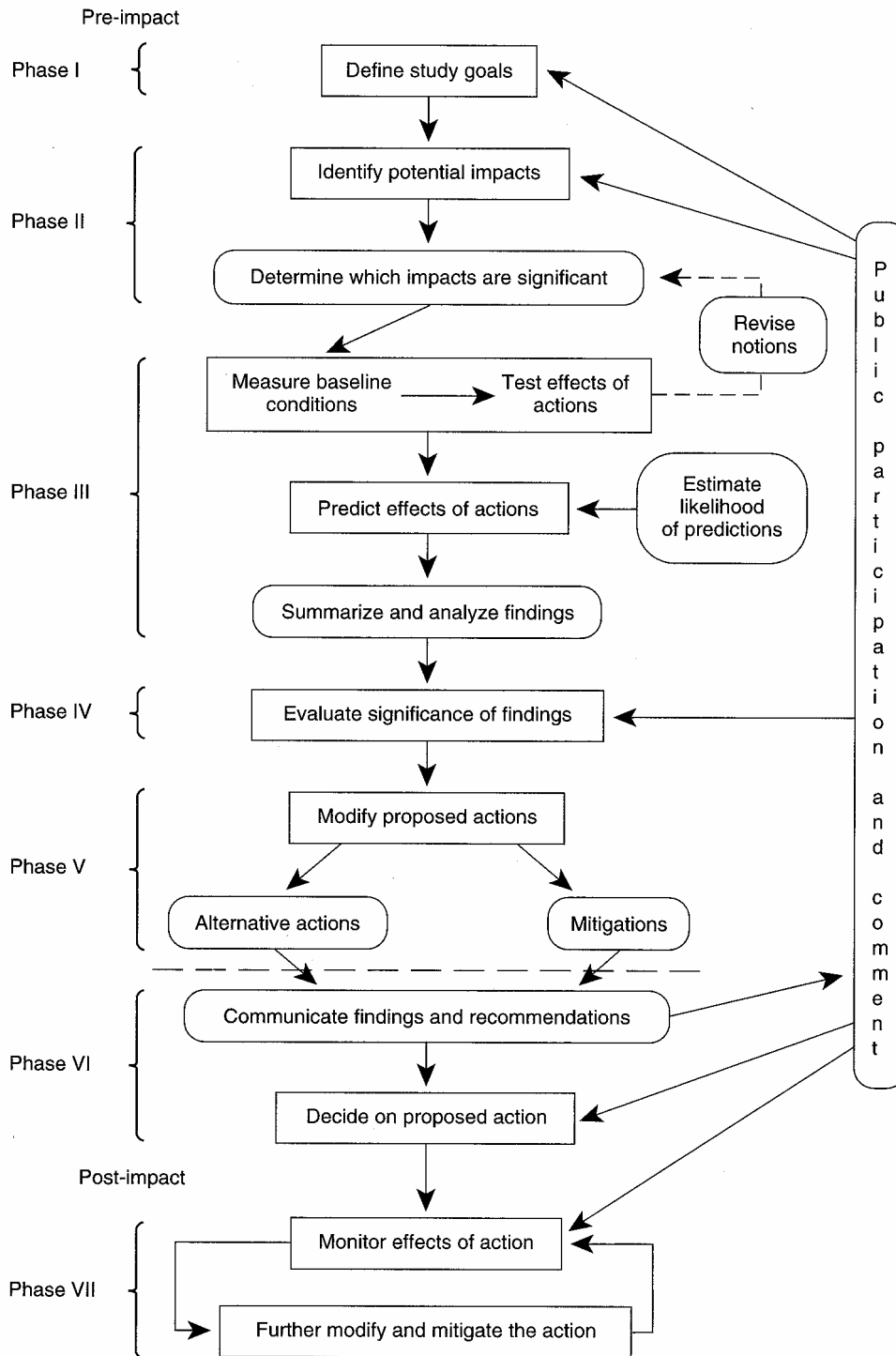


Figura A3: Fases da avaliação de impactos ambientais (Canter, 1996:38).

Assim, o planeamento ambiental surge como o principal instrumento preventivo de gestão ambiental, sendo um processo racional de tomada de decisões para a definição de uma imagem coerente e de um percurso de acção e previsão orientado para tal, pretendendo solucionar os problemas existentes, prevenir os potenciais problemas,

satisfazer as necessidades, colmatar as lacunas e aproveitar as oportunidades oferecidas pelo meio sócio-físico a que se aplica (Gómez *in* Novo & Lara, 1997: 116).

Cendrero (*in* Novo & Lara, 1997: 53) apresenta três níveis presentes no planeamento ambiental: o macro, o meso e o micro. Relativamente ao nível macro, os seus objectivos prendem-se com a delimitação do âmbito geográfico do planeamento ambiental, a formulação de políticas ambientais e o estabelecimento de directrizes e critérios através da análise sócio-económica, os inventários de recursos e a AIA. Deste nível de planeamento resultam os planos de desenvolvimento, o conhecimento das necessidades da população, as actividades a promover e a sua extensão, a relação dos objectivos sócio-económicos e ambientais a alcançar e a relação dos critérios e prioridades. No entanto, este nível apresenta dificuldades no que diz respeito à integração dos objectivos ambientais e à AIA (Cendrero *in* Novo & Lara, 1997: 53).

Quanto ao nível de meso planeamento, este pretende definir as actividades a promover, isto é, a procura, descrição e avaliação do meio, ou seja, a oferta, e a descrição do seu uso, utilizando a análise cartográfica, o planeamento físico, a criação e comparação de alternativas e a avaliação dos impactos. Os produtos gerados incluem os modelos possíveis para estas actividades, os mapas de capacidade, impacto e aptidão ambientais, os mapas de usos, recomendações referentes às zonas e a sinalização de zonas frágeis. Contudo, este tipo de planeamento encontra problemas na integração de dados sócio-económicos e naturais, na ligação com as autoridades e o público em geral e na subjectividade das considerações resultantes (Cendrero *in* Novo & Lara, 1997: 53).

Finalmente, o nível micro intenta localizar as actividades, redigir e avaliar os projectos ambientais e definir as medidas preventivas e de controlo, tendo como instrumentos o planeamento físico detalhado, as tecnologias e a avaliação dos impactos. Como resultado surgem os projectos para a realização de actividades concretas com a definição de especificações técnicas, normas sobre as medidas a tomar e normas sobre os sistemas de monitorização e controlo a implantar (Cendrero *in* Novo & Lara, 1997: 53).

Consequentemente, no âmbito do planeamento ambiental a AIA afigura-se como fundamental, sendo um instrumento de grande importância em todos os níveis, macro, meso e micro. O impacto directo relaciona-se com a deterioração ambiental e o impacto indirecto com os impactos sobre os recursos geomorfológicos circundantes (Cendrero *in* Novo & Lara, 1997: 53-57).

Desta forma, a AIA caracteriza-se como um processo de análise, consideravelmente extenso e complexo, direccionado para a formação de um juízo prévio, o mais objectivo possível, sobre os efeitos ambientais de uma acção humana prevista, ou seja, um projecto, e a possibilidade de os evitar até níveis aceitáveis. A AIA adequa-se a projectos previstos ou realizados, mas para as acções já em decurso aplica-se a auditoria ambiental (Gómez *in* Novo & Lara, 1997: 121), explicitada no próximo capítulo.

Teoricamente, a AIA constitui um processo de análise para identificar as relações de causa-efeito, prever ou quantificar, valorizar ou interpretar e prevenir (corrigir de forma preventiva) o impacto ambiental de um projecto, contribuindo para a tomada de decisões no contexto ambiental, enquanto, ao nível administrativo, a AIA consiste num procedimento administrativo, ou seja, num conjunto de tramites administrativos conducentes à aceitação, modificação ou despacho de um projecto em função da sua incidência no meio ambiente e do seu valor face à sociedade afectada (Gómez *in* Novo & Lara, 1997:122).

O conteúdo de um estudo de avaliação ambiental (EIA) inclui a descrição do projecto e das suas acções, a examinação de alternativas tecnicamente viáveis e as justificações para as soluções adoptadas, o inventário ambiental e a descrição das interacções ecológicas principais, a identificação e valorização dos impactos, tanto para a proposta como para as suas alternativas, e o estabelecimento de medidas protectoras e correctivas (Gómez *in* Novo & Lara, 1997: 128). O processo de integração ambiental dos projectos encontra-se esquematizado na figura A4.

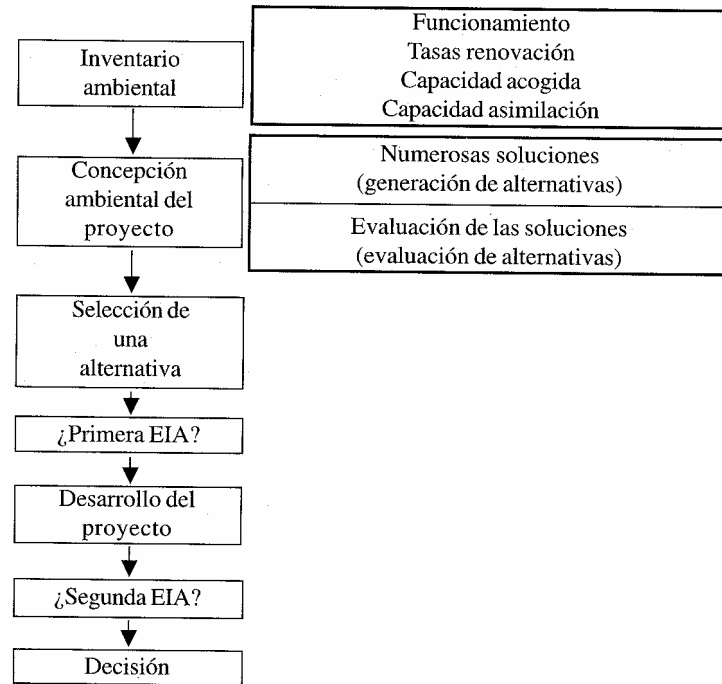


Figura A4: Esquema exemplificativo do processo de integração ambiental de projectos (Gómez *in* Novo & Lara, 1997: 128).

É ainda relevante verificar o elenco de especialistas normalmente envolvidos num EIA, tal como é possível constatar no quadro *infra* apresentado.

Specialists related to the EIA Process		
<i>Natural resource</i>	<i>Subcomponent</i>	<i>Specialist</i>
AIR	Air quality	Air quality / pollution analyst
	Wind direction / speed	Air pollution control engineer
	Precipitation	Meteorologist
	Temperature	Noise expert
	Noise	
LAND		Agronomist
		Soils engineer
	Land capability	Soils scientist
	Soil resources / structure	Civil engineer
	Mineral resources	Geotechnical engineer
	Tectonic activity	Mineralogist
	Unique features	Mining engineer
	Engineering geologist	
	Seismologist	

Quadro A4a: Especialistas envolvidos no processo de um EIA (Canter, 1996: 51).

WATER	Surface water	Hydrologist
	Groundwater regime	Water pollution control engineer
	Hydrologic balance	Water quality/pollution analyst
	Drainage / channel pattern	Marine biologist / engineer
	Flooding	Chemist
	Sedimentation	Civil / sanitary engineer Hydrogeologist
FLORA AND FAUNA	Environmentally sensitive areas: wetlands, marshes, windlands, grasslands, etc.	Ecologist Forester Wildlife biologist
	Species inventory	Botanist
	Productivity	Zoologist
	Biogeochemical/nutrient cycling	Conservationist
HUMAN		Social anthropologist
		Sociologist
	Social infrastructure institutions	Archeologist
	Cultural characteristics	Architect
	Physiological and psychological well-being	Social planner Geographer
	Economic resources	Demographer Urban planner Transportation planner Economist

Quadro A4b: Especialistas envolvidos no processo de um EIA (Canter, 1996: 51).

Paralelamente, o Decreto-Lei n.º 186/90 (*apud* Gomes Canotilho, 1998: 246) menciona que um EIA deve incluir uma descrição do projecto com informações relativas à sua localização, concepção e dimensões, das medidas previstas para evitar, reduzir e, se possível, remediar os efeitos negativos mais significativos, uma apresentação dos dados necessários para identificar e avaliar as principais consequências que o projecto possa ter sobre o ambiente e de um resumo não-técnico das informações referidas anteriormente.

A.1.4 - O papel regulamentador da *Internacional Organization for Standardization*

A ISO instituiu o “Grupo Estratégico de Aconselhamento sobre o Ambiente” em 1991 de modo a ponderar a necessidade de desenvolver normas internacionais relacionadas com a protecção do ambiente. Assim, os comités técnicos da ISO desenvolveram e aprovaram normas pertinentes para os sistemas de gestão ambiental, isto é, a ISO 14000. Esta consiste numa série de normas ambientais de âmbito internacional que abordam os sistemas de gestão, tornando-se eventualmente num pré-requisito para o estabelecimento de relações comerciais a nível mundial (Olson, 1999: 171).

O comité técnico responsável pela gestão ambiental é o Comité Técnico 207, cuja actividade se refere à normalização dos instrumentos e sistemas de gestão ambiental. Este comité encontra-se, por sua vez, dividido em subcomités responsáveis por: os sistemas de gestão ambiental (SC1), a auditoria ambiental (SC2), a avaliação do comportamento ambiental (SC3), a etiquetagem ambiental (grupo de trabalho), a avaliação do ciclo de vida (SC4), os aspectos ambientais em produtos normalizados (SC5) e os termos e suas definições desta área (SC6) (Olson, 1999: 171).

Intimamente relacionadas com o Comité Técnico 207 e a ISO 14000, destacam-se as seguintes ISOs: ISO 13020, protecção do ambiente; ISO 13020, lixos sólidos; ISO 13040, qualidade do ar; ISO 13060, qualidade das águas; ISO 13080, pedologia e qualidade dos solos; ISO 13100, segurança e higiene no trabalho; ISO 13180, ergonomia; ISO 13200, controlo de acidentes e disastres industriais; ISO 13220, protecção contra fogos e explosões.

De acordo com a ISO 14001: 1996 (1998: 22), uma política ambiental surge como a afirmação de uma organização das suas intenções e princípios face ao seu desempenho ambiental, que fornece o enquadramento para o seu plano de acção e o contexto para os seus objectivos ambientais. Desta forma, as organizações que pretendam empreender uma política ambiental devem assegurar que esta política: seja adequada à natureza, escala e impacto das suas actividades, produtos ou serviços; inclua um compromisso de desenvolvimento continuado, de prevenção da poluição e de cumprimento da legislação ambiental mais relevante; forneça o enquadramento para o contexto e revisão dos objectivos e fins ambientais; se encontre documentada,

implementada e mantida por todos os elementos dessa organização; esteja disponível ao público em geral.

Assim, uma política ambiental é a expressão dos objectivos gerais e os princípios de acção de uma empresa para a protecção do meio ambiente, que deve dar prioridade à prevenção sobre a correcção e à redução e reutilização sobre a eliminação de resíduos e efluentes, fazendo por ter conhecimento das situações e da sua evolução e dando-as a conhecer às entidades externas, visto que uma adequada política ambiental e um sistema de gestão ambiental eficaz constituem um factor de competitividade das empresas (Gómez *in* Novo & Lara, 1997: 133-135).

A política ambiental constitui a orientação para implementar e melhorar o sistema de gestão ambiental de uma organização para que esta possa manter e potencialmente desenvolver o seu desempenho ambiental. Esta política deve reflectir o compromisso existente entre a direcção das instituições em causa e as leis aplicadas no âmbito do ambiente, funcionando igualmente como a base para a definição dos seus objectivos e fins, e deve ser clara, quer interna, quer externamente (ISO 14001: 1996 (E), 1998: 26).

A determinação de uma política ambiental inclui quatro momentos: o planeamento, que deve ter em consideração as questões ambientais (as emissões atmosféricas, as descargas para as águas, a gestão dos lixos, a contaminação terrestre, o uso de matérias primas e outros recursos naturais, e outros assuntos ambientais locais), os requisitos legais ou provenientes de outras fontes (como é o caso da Declaração do Rio de Janeiro), os objectivos e fins a atingir e o programa ambiental; a sua implementação e operacionalização, que devem incluir a formação e divulgação da mesma política; a acção de revisão e correcção, juntamente com a monitorização, registos e auditorias à política ambiental; e a elaboração de relatórios resultantes da gestão ambiental, que devem conter informações relativas aos resultados das auditorias, até que ponto os objectivos e fins foram alcançados e a adequabilidade do sistema de gestão às condições em contínua alteração (ISO 14001: 1996 (E), 1998: 27-30).

A ISO 14004: 1996 (E) (1998: 43) apresenta um modelo de gestão ambiental, cujo sucesso depende da interligação entre todos os níveis organizacionais e as suas diferentes funções, de modo a permitir que uma qualquer organização defina e avalie a eficácia dos procedimentos necessários para o estabelecimento de uma política ambiental e dos seus objectivos.

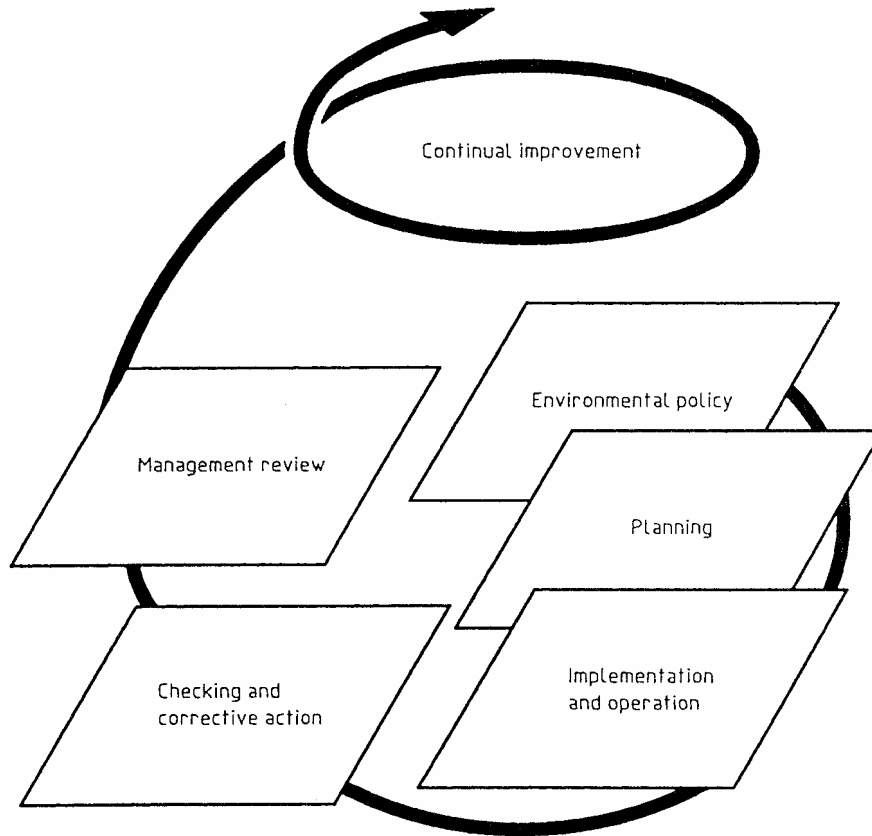


Figura A5: Modelo de gestão ambiental de acordo com o modelo da norma internacional da ISO (ISO 14004: 1996 (E), 1998: 43).

A monitorização ambiental encontra-se intimamente relacionada com a noção de gestão ambiental, sendo aquela definida de acordo com Canter (1996: 637-638) como sendo o conjunto de actividades que fornecem dados químicos, físicos, geológicos, biológicos e outros de teor ambiental, a par de informações sociais e relativas à saúde. As vantagens da monitorização ambiental no contexto de um sistema de gestão ambiental relacionam-se com o estabelecimento de fundamentos para o desenvolvimento sustentável das populações, a detecção e minimização dos impactos ambientais e o fornecimento de informações que sirvam de base científica para a conservação do ambiente.

Para além disto, os objectivos subjacentes à monitorização ambiental são numerosos, entre os quais se contam o possível uso dos dados recolhidos para uma mais adequada previsão dos impactos ambientais, que podem igualmente servir de alerta para as alterações súbitas e adversas no ambiente (Canter, 1996: 639).

Paralelamente, retomando o conceito de auditoria ambiental já referido, convém clarificá-lo em conformidade com as ISO 14010, 14011 e 14012: 1996 (E), a par dos seus princípios orientadores, procedimentos e critérios de acção. Assim, uma auditoria ambiental é definida como um:

«systematic, documented verification process of objectively obtaining and evaluating audit evidence to determine whether specified environmental activities, events, conditions, management systems, or information about these matters conform with audit criteria, and communicating the results of this process to the client» (ISO, 1998: 73-74).

Segundo Gómez (*in* Novo & Lara, 1997: 129-130, 137), uma auditoria surge como a revisão do cumprimento de normas e a análise de uma dada situação, constituindo um instrumento flexível da gestão ambiental, encontrando-se inserido no sistema de gestão e interrelacionando-se com o funcionamento global da empresa em causa. Assim, a auditoria ambiental constitui o elemento fundamental do sistema de controlo da gestão empresarial, que fornece a informação, imprescindível para a tomada de decisões, realiza uma revisão do funcionamento de todo o sistema e permite descobrir como se pode utilizar mais eficientemente os recursos, como minimizar a produção de resíduos e como reciclar a maior percentagem possível de resíduos utilizados, detectando erros e limitações presentes no sistema de gestão ambiental.

Consequentemente, os objectivos de uma auditoria à gestão ambiental de uma organização compreendem a identificação dos objectivos do sistema de gestão ambiental, a verificação da sua adequada implementação e manutenção, a identificação de possíveis sectores a aperfeiçoar, a avaliação da capacidade interna para o processo de revisão dessa gestão ambiental e do sistema de gestão ambiental em si (ISO 14011: 1996 (E), 1998: 79-80).

A realização de auditorias ambientais rege-se pelas seguintes fases:

- a definição de objectivos;
- a determinação do alcance dos temas a abordar, das actividades, das normas de desempenho ambiental e do período de validade da auditoria;
- a organização e recursos que se destinam à auditoria;
- o planeamento da auditoria;
- as actividades a decorrer na empresa;
- a comunicação das conclusões e dos resultados;
- a conclusão da auditoria.

Em suma, o espírito da gestão ambiental centra-se na integração da empresa no seu contexto físico, que também acaba por corresponder à contextualização das suas actividades económicas, por isso, uma empresa funcionalmente integrada, mas ambientalmente desintegrada, terá decerto problemas no futuro (Gómez *in* Novo & Lara, 1997: 147).

A.1.5 - O papel da Organização das Nações Unidas

A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma organização internacional, da qual fazem parte 191 países, que foi constituída para promover a paz internacional, a segurança e a cooperação, de acordo com o acordo assinado em 1945.

Em sequência da Conferência de Estocolmo de 1972, a ONU criou o PNUA que aborda diversas questões ambientais, incluindo a promoção de tratados internacionais e intergovernamentais, o apoio de conferências destinadas a facilitar a negociação de problemáticas ambientais, a criação de princípios orientadores, a troca de informação relativa ao apoio técnico e o estabelecimento de sistemas de monitorização ambiental (Olson, 1999: 163).

Este programa da ONU definiu as onze áreas que exigiam uma atenção especial e intervenção: a gestão das zonas costeiras; a avaliação dos impactos ambientais; o desenvolvimento global do direito do ambiente; a cooperação internacional em emergências ambientais; o comércio internacional de químicos potencialmente perigosos; os mecanismos legais e administrativos para a prevenção de danos no ambiente; a poluição marítima a partir de infra-estruturas terrestres; a protecção de rios e lençóis freáticos contra a poluição; a protecção da camada de ozono estratosférico; a poluição atmosférica transfronteiriça; o transporte, manuseamento e eliminação de lixos tóxicos e perigosos (Olson, 1999: 164).

Assim, o PNUA reconhece que é fundamental accionar programas de acção ao nível global, regional e local, promovendo os acordos internacionais e auxiliando as nações a desenvolver a sua legislação nacional através do fornecimento de dados ambientais de outras nações que sirvam de contexto legislativo (Olson, 1999: 164).

A.1.6 - A legislação comunitária

A legislação comunitária no que respeita à auditoria e gestão ambientais encontra-se patente no Regulamento CEE 1836/93 de 29 de Julho de 1993, que permitiu às empresas do sector industrial aderir voluntariamente ao sistema comunitário de gestão e auditoria ambientais. Este regulamento tem como objectivos o estabelecimento e a aplicação por parte das empresas de políticas, programas e sistemas de gestão ambiental relativamente aos seus centros de produção, a avaliação sistemática, objectiva e periódica dos resultados destes elementos e a divulgação pública do seu desempenho em matéria de ambiente (Gómez *in* Novo & Lara, 1997: 129-130, 137).

Como consequência, as empresas que participaram ou participem neste programa deviam ter cumprido ou devem cumprir os seguintes requisitos: adoptar uma política ambiental que determine o cumprimento da legislação vigente e estabeleça compromissos de uma melhoria ambiental contínua; aplicar os dispositivos de protecção ambiental necessários, em função de uma análise preliminar, global e exaustiva dos efeitos das actividades empresariais no meio ambiente; elaborar um programa de actuação ambiental e introduzir um sistema de gestão ambiental a partir das conclusões obtidas na avaliação ambiental; realizar auditorias ambientais dos centros de produção segundo critérios previamente definidos. O cumprimento destas condições e a declaração ambiental das empresas em causa são atribuídos por um órgão competente do estado-membro da União Europeia em questão (UE)¹, a qual funcionará como um órgão certificador (Gómez *in* Novo & Lara, 1997: 148).

A.1.7 - A política ambiental portuguesa

De acordo com a Lei n.º 11/87 de 7 de Abril de 1987 (*apud* Gomes Canotilho, 1998: 221, 227-228), já mencionada, os instrumentos utilizados na política de ambiente em território nacional são diversos, destacando-se os seguintes: o plano nacional e os respectivos planos regionais; o ordenamento integrado do território a nível regional e municipal; a reserva agrícola e reserva ecológica nacional; o estabelecimento de critérios, objectivos e normas de qualidade para os efluentes e resíduos e as respectivas fontes; a AIA; os incentivos à produção e instalação de equipamentos conducentes à

¹ Independentemente do momento temporal mencionado, será mantida a actual designação da União Europeia (UE).

melhoria da qualidade do ambiente; a regulamentação selectiva e quantificada do uso do solo e de outros recursos naturais; o inventário de recursos e outros dados relevantes ao nível regional e nacional; o sistema nacional de vigilância e controlo da qualidade do ambiente; o sistema nacional de prevenção dos incêndios florestais; a normalização e homologação de métodos de quantificação; as sanções atribuídas às entidades que não cumpriram as normas pré-estabelecidas; a cartografia do ambiente e do território.

Adicionalmente, a Lei Especial (*apud* Gomes Canotilho, 1998: 228-229) tem como função definir as áreas com maior incidência de níveis de poluição, onde é efectuado um controlo permanente e tomadas medidas para normalizar a qualidade do ambiente, entendida esta como «a adequabilidade de todos os seus componentes às necessidades do homem». Desta forma, os organismos responsáveis pela política ambiental nacional são o governo, as administrações regional e local e o Instituto Nacional do Ambiente.

A.2 - Direito do Ambiente

No final do século XX, as preocupações relacionadas com o ambiente e a necessidade de proteger os componentes ambientais agudizaram-se e abrangeram a quase totalidade da população. Consequentemente, para além da luta empreendida por cientistas, associações ambientais, algumas nações e o público em geral, os juristas sentiram necessidade de abordar esta área interdisciplinar e mesmo transdisciplinar, que se relaciona com os conhecimentos das Ciências Naturais, da Engenharia e da técnica. No entanto, os juristas sentiram dificuldades em debruçar-se sobre esta área devido à falta de preparação nos domínios técnicos envolvidos, à inadequação dos instrumentos jurídicos tradicionais e ao facto de a abordagem jurídica do ambiente convocar praticamente todas as disciplinas jurídicas tradicionais, a saber: o direito constitucional, o internacional, o comunitário, o administrativo, o penal e o civil (Gomes Canotilho, 1998: 19-20).

Apesar da confluência de disciplinas jurídicas em que se encontra, o Direito do Ambiente pode ser considerado uma disciplina autónoma, uma vez que nasceu um novo valor no mundo do Direito, o valor do ambiente, que se projecta num novo bem jurídico colectivo e num novo direito subjectivo. Assim, o Direito do Ambiente caracteriza-se como direito horizontal ou transversal, visto que este ramo do direito atravessa horizontalmente todos os ramos do saber jurídico tradicionais, a par dos contributos das

Ciências Sociais e Naturais. De tal modo esta nova disciplina assumiu um carácter de relevância inquestionável que gera discussões complexas sobre o conceito de ambiente, de dano ambiental, e a efectivação da responsabilidade pública ou privada (Gomes Canotilho, 1998: 34, 20).

No que diz respeito à sua esfera de acção, há que evidenciar o confronto entre uma perspectiva antropocêntrica do ambiente, segunda a qual a defesa do ambiente é efectuada tendo como objectivo principal a defesa da vida humana, e uma abordagem ecocêntrica ou biocêntrica, em função da qual o ambiente é alvo de tutela por si mesmo, procurando-se a defesa e a promoção da natureza como um valor em si mesma (Gomes Canotilho, 1998: 21).

O Direito do Ambiente possui uma tutela autónoma do ambiente, uma vez que pressupõe toda uma nova filosofia que enforma o modo de encarar o direito e surge como o primeiro ramo do direito que nasce não para regular as relações dos homens entre si, mas para disciplinar as relações do homem com a natureza. Adicionalmente, uma outra das especificidades do ambiente é a sua natureza transnacional, já que a natureza não conhece fronteiras, nem uma separação estanque entre meios ambientais. Tendo em consideração a autonomização do Direito do Ambiente, esta disciplina desenvolve a necessidade de criar técnicas e instrumentos jurídicos próprios e exclusivos, nomeadamente a política ambiental, a AIA e o EIA (Gomes Canotilho, 1998: 34).

Como bem jurídico que é, convém referir que o ambiente é um bem supra-individual, que ultrapassa as necessidades dos indivíduos, e não constitui um bem individual, ou seja, que concerne a protecção da pessoa individual. Para além de bem supra-individual, é igualmente um bem social, transcendendo os interesses individuais ligados a este e constituindo este aspecto uma novidade no desenvolvimento legal e doutrinário mais recente, já que o ambiente não é reduzido somente à tutela da vida, da saúde e do património ou ao ordenamento do território, da paisagem e do desenvolvimento económico e tecnológico. As consequências directas da consideração do ambiente como um bem jurídico autónomo reflectem-se no facto de os componentes ambientais, como o solo, o ar e a água, não poderem ser utilizados sem a obediência a regras ou limites de acção, já que se encontram juridicamente protegidos (Gomes Canotilho, 1998: 25-26).

Paralelamente a ser encarado como bem jurídico autónomo, importa evidenciar que o ambiente deve ser também entendido como um direito subjectivo dos cidadãos,

ou seja, dotado de uma dimensão pessoal. Por esta razão, o ambiente foi integrado na Constituição Portuguesa como um direito fundamental dos cidadãos, isto é, os cidadãos têm «direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado», a par de outros direitos fundamentais, tais como o direito à vida, à saúde ou à propriedade. Desta forma, o ambiente consiste num bem jurídico colectivo e um direito subjectivo fundamental (Gomes Canotilho, 1998: 26-27, 30).

Este processo de «esverdeamento da legislação», designação específica dos juristas anglo-saxónicos, resulta da consagração de um conjunto de princípios ao Direito do Ambiente, quer ao nível do direito internacional, quer ao nível do direito nacional. A utilidade dos seus princípios advém do facto de constituírem um padrão que permite aferir a validade das leis, de auxiliarem na interpretação de outras normas jurídicas e de possibilitarem a colmatação de lacunas. Assim, o elenco dos princípios orientadores da prática do Direito do Ambiente é o seguinte: o princípio da prevenção (em vez de tentar contabilizar e reparar os danos ambientais, é preferível evitá-los); o princípio de correcção na fonte (prevenção dos danos através da actuação *a priori* na fonte dos problemas); o princípio de precaução (o ambiente deve ter sempre o benefício da dúvida em casos de incerteza ou de falta de provas científicas evidentes relativamente ao nexo causal entre uma actividade e um determinado fenómeno de poluição ou degradação do ambiente); o princípio do poluidor pagador (obrigação de corrigir ou recuperar o ambiente, suportando os encargos resultantes e assegurando a responsabilidade civil, isto é, não podendo continuar a acção poluente); o princípio da integração (uma política de protecção ambiental eficaz e preventiva deve ter em conta a ponderação prévia das consequências ambientais de qualquer actividade ambiental); o princípio da participação (necessidade de transparência e de intervenção no funcionamento dos órgãos públicos, a par do direito à informação); o princípio da cooperação (relações estabelecidas entre a sociedade civil e a administração) (Gomes Canotilho, 1998: 43-58).

A.3 - Direito Comunitário do Ambiente

Tal como já foi mencionado, o ambiente não conhece fronteiras, sendo possível identificar um conjunto de problemas transfronteiriços que exigem uma regulamentação supra-nacional, que só será eficaz se houver uma uniformização das normas de protecção dos componentes ambientais dos vários Estados constitutivos da União Europeia. A eficácia da protecção do ambiente obriga à existência de uma organização

internacional que estabeleça unilateralmente e com força vinculativa determinadas regras ambientais (Gomes Canotilho, 1998: 77).

Os Estados europeus não sentiram necessidades prementes para a tutela do ambiente até cerca dos anos 50, já que saídos de um longo período de guerra, os seus objectivos centravam-se na superação da crise pós-guerra e na garantia da paz pela cooperação entre as nações. Para além disto, os focos de poluição não se apresentavam muito intensos e eram facilmente controláveis (Gomes Canotilho, 1998: 79).

Com o início dos anos 70, o problema da poluição colocou-se com maior intensidade, em especial nos países industrializados, evidenciado pela ocorrência de algumas catástrofes ecológicas, como naufrágios de petroleiros e as suas marés negras, explosões industriais e fugas de produtos tóxicos. Desta forma, cresceu a consciência de que era fundamental a criação de instrumentos de reacção *a priori*, visto que a actuação *a posteriori* se revelava ineficaz e insuficiente (Gomes Canotilho, 1998: 79).

A Conferência das Nações Unidas em Estocolmo em 1972 alertou a opinião pública para os problemas ecológicos decorrentes do desenvolvimento económico, confirmado pelo relatório do Clube de Roma, que colocou em causa os valores da sociedade de consumo. Esta tendência culminou com a Declaração de Paris realizada pela Comunidade Europeia também em 1972, que elaborou uma declaração pública na qual se demonstrava a preocupação pela protecção do meio ambiente e se assumia o compromisso de criar um programa de acção ambiental, aprovado em 1973 e o primeiro de cinco programas (Gomes Canotilho, 1998: 80).

No entanto, até 1987 a acção efectiva da Comunidade Europeia no que diz respeito ao ambiente só permitiu a adopção de acções se incidissem directamente no estabelecimento ou no funcionamento do mercado comum. Esta postura assentava no Tratado de Roma datado de 1957 que se referia vagamente às questões do ambiente, mesmo que estas referências fossem suficientes para adoptar algumas medidas importantes, como a protecção das aves selvagens e dos seus habitats, e considerar a protecção do ambiente um dos seus objectivos essenciais (Gomes Canotilho, 1998: 80-81).

O Acto Único Europeu, um tratado celebrado em 1986 e ratificado em 1987 por todos os Estados-membros, atribuiu competências em matéria de protecção do ambiente à União Europeia, reconhecendo a natureza transnacional dos fenómenos da degradação ambiental e o carácter supra-nacional das medidas internacionais. Assim, as competências da União Europeia centravam-se em três objectivos: «preservar, proteger

e melhorar a qualidade do ambiente; contribuir para a protecção da saúde das pessoas; assegurar uma utilização prudente e racional dos recursos naturais», enquanto os seus princípios fundamentais consistiam no princípio da prevenção, da reparação na fonte, do poluidor pagador e da integração (Gomes Canotilho, 1998: 82-83).

A política actual da UE sobre o ambiente encontra-se abrangida pelo Tratado da UE, mais especificamente pelo artigo 103º R, que introduziu algumas alterações ao tratado anterior. Destas alterações, há que referir a adição de um outro objectivo «a promoção, no plano internacional, de medidas destinadas a enfrentar os problemas regionais e mundiais do ambiente» e o reforço dos princípios já esboçados no Acto Único Europeu, com uma pequena modificação na designação do ‘princípio de reparação na fonte’, que passa a identificar-se como o ‘princípio de correcção na fonte’, visando-se um nível de protecção do ambiente mais elevado face ao formulado anteriormente. Este nível elevado de protecção pretendia evitar a redução do ambiente a um mínimo denominador comum, ou seja, não permitir aos países do sul, mais pobres e menos rigorosos nesta protecção, a tomada de decisões nesta área e a consequente alteração da política ambiental (Gomes Canotilho, 1998: 85-86).

Quanto à formulação da sua política ambiental, e não somente a sua acção no domínio do ambiente, a UE deve considerar:

«os dados científicos e técnicos disponíveis; as condições do ambiente nas diversas regiões; as vantagens e os encargos que podem resultar da acção ou da ausência de acção; o desenvolvimento económico e social da Comunidade no seu conjunto e o desenvolvimento equilibrado das suas regiões» (Gomes Canotilho, 1998: 85).

Paralelamente, no artigo 2º deste Tratado, a UE afirma que um dos seus objectivos é «(...) promover (...) um crescimento sustentável (...)», isto é, um desenvolvimento sustentável, contraposto a crescimento económico, que contabiliza a riqueza descurando o estado do ambiente e dos recursos naturais. Desta forma, desenvolvimento sustentável é definido no quinto programa comunitário de acção em matéria de ambiente de 1993 como «uma política e estratégia de desenvolvimento económico e social contínuo, sem prejuízo do ambiente e dos recursos naturais, de cuja qualidade depende a continuidade da actividade humana e do desenvolvimento», definição esta que foi acrescida da ideia de que este desenvolvimento «satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades», segundo a Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento das Nações Unidas (Gomes Canotilho, 1998: 87-88).

Em suma, a importância do Direito Comunitário do Ambiente advém das suas particularidades: a sua aplicabilidade directa, isto é, algumas normas produzem efeitos automaticamente a partir do momento em que entram em vigor, e o seu domínio sobre o direito nacional, ou seja, em termos hierárquicos as suas normas prevalecem sobre o direito nacional. Consequentemente, o Direito Comunitário do Ambiente exerce um papel corrector sobre as directivas do Direito do Ambiente a nível nacional (Gomes Canotilho, 1998: 91).

A.4 - Direito Internacional do Ambiente

A partir do momento em que a ciência forneceu dados objectivos que fundamentaram as preocupações ambientais, nomeadamente as alterações climáticas, a diminuição da camada de ozono, a perda de biodiversidade e a contaminação da atmosfera e das águas, sentiu-se a necessidade de desenvolver e implementar medidas de controlo a nível nacional e internacional (Olson, 1999: 142).

Adicionalmente, a ideia de que a poluição se reduzia a um fenómeno localizado foi refutada e substituída pela certeza científica de que os poluentes atravessam as águas e o ar, provocando efeitos altamente negativos a grandes distâncias da sua fonte. Assim, os efeitos transfronteiriços da poluição, a perda de recursos vitais e os danos ambientais a nível global conduziram à união da comunidade internacional de modo a proteger recursos importantes através da implementação de acordos internacionais (Olson, 1999: 143).

As fases para o desenvolvimento e implementação de um tratado a nível internacional relativo à área do ambiente obedecem às seguintes fases: a iniciação; a negociação; a adopção e assinatura; a ratificação; a implementação (Olson, 199: 143).

A.4.1 - Noções Introdutórias

O Direito Internacional do Ambiente surge como um ramo recente do Direito Internacional, sendo o ambiente entendido, em conformidade com o artigo 2º, alínea 10, da Convenção Europeia sobre a Responsabilidade Civil pelos Danos Resultantes de Actividades Perigosas para o Meio, adoptada em Lugano a 21 de Junho de 1993, como: «os recursos naturais abióticos e bióticos, tais como o ar, a água, o solo, a fauna e a flora,

e a interacção entre estes mesmos factores; os bens que compõem a herança cultural, e os aspectos característicos da paisagem» (Kiss, s/d: 2-3).

Esta disciplina caracteriza-se pela sua natureza interdisciplinar, tendo como fontes as convenções internacionais, gerais e especiais, o costume internacional, os princípios gerais do direito, as decisões judiciais internacionais e a doutrina. Para além das convenções, destaca-se ainda a importância das declarações (a Declaração de Estocolmo de 1972, a Carta Mundial da Natureza de 1982 e a Declaração da Conferência do Rio de Janeiro de 1992) e dos programas de acção elaborados por instituições internacionais e adoptados por conferências internacionais (o Plano de Acção de Estocolmo ou a Agenda 21), que determinam a orientação do Direito Internacional do Ambiente e a sua evolução (Kiss, s/d: 10).

As relações bilaterais estabelecidas entre Estados no que se refere ao ambiente são regidas pelos costumes (direito consuetudinário) ou pelos princípios gerais do Direito Internacional do Ambiente. Estas relações entre Estados encontram-se orientadas por um conjunto de princípios, a saber: o dever dos Estados de não deixarem que as actividades exercidas nos limites da sua jurisdição cause danos ambientais aos Estados vizinhos, questão retomada e fundamentada na Declaração do Rio de Janeiro; o princípio de cooperação para a resolução dos problemas ambientais, fundado na Carta das Nações Unidas; a obrigação dos Estados de informarem com urgência os Estados susceptíveis de serem afectados por situações nocivas para o ambiente provocadas por aqueles, problemática assinalada na Convenção de Viena; o dever de informação e de consulta dos Estados na eventualidade de pretenderem empreender actividades potencialmente perigosas para o ambiente, acompanhado por EIAs, dever esboçado na Convenção de Espoo de 1991, a par da noção de auditoria ambiental; o princípio da igualdade de acesso dos residentes estrangeiros às infra-estruturas do estado causador dos danos ambientais; e o direito à informação e participação, patente na Declaração do Rio de Janeiro, na Convenção de Helsínquia, na Convenção de Paris e na Convenção de Espoo (Kiss, s/d: 11-14).

Uma outra problemática prende-se com o direito à indemnização por parte das vítimas de poluição transfronteiriça, que resulta da aplicação dos princípios gerais da responsabilidade civil e das regras estabelecidas por convenções internacionais. As leis aplicáveis dependem do tribunal a que os Estados recorrem e as regras gerais resultam da aplicação da lei do foro e decorrem do princípio de não-discriminação, sendo a execução das sentenças em matéria de quase-delito assegurada no âmbito das regras

convencionais. A identificação do poluidor é atestada pela presunção designada de ‘canalização da responsabilidade’, implicando que, em caso de dano, a responsabilidade seja imputada automaticamente àquele que explora a instalação ou navio ou outra estrutura física, instituindo-se o princípio da responsabilidade objectiva (Kiss, s/d: 16-18).

Consequentemente, é o dever de todos os Estados proteger o ambiente nas suas relações com os outros Estados e nos espaços que dependem das suas competências, dever este que inclui a protecção de determinadas zonas e de espécies animais e vegetais, a par de um desenvolvimento sustentável, isto é, «o desenvolvimento que permite satisfazer as necessidades das gerações actuais, sem comprometer a satisfação das necessidades futuras» (Conferência do Rio de Janeiro). Este dever de prevenir a degradação do ambiente encontra-se na base de toda a regulamentação internacional que implica a proibição da descarga de substâncias poluentes no mar, nas águas continentais e no ar, a regulamentação das várias formas de eliminação de resíduos e a submissão a regras rígidas das actividades susceptíveis de conduzir à destruição de determinadas espécies de fauna e flora selvagens ou mesmo a sua proibição (Kiss, s/d: 21-22).

A.4.2 - Noções sobre a Evolução do Direito Internacional do Ambiente

A evolução do Direito Internacional do Ambiente pode ser compreendida de forma mais clara através da apresentação dos encontros internacionais realizados, que permitiram o seu desenvolvimento ao longo de diferentes momentos:

- ❑ *Convenção de Paris de 1902*, com o objectivo de proteger as aves úteis à agricultura, perspectiva utilitária face à natureza que seria posteriormente substituída por um entendimento mais abrangente do ambiente;
- ❑ *Convenção de Londres de 1933*, relacionada com a conservação da fauna e da flora em estado natural em África;
- ❑ *Convenção de Washington de 1940*, relativa à protecção da flora, da fauna e das belezas panorâmicas da América, aliada ao estabelecimento de áreas protegidas;
- ❑ *Convenção de Londres de 1954*, para a prevenção da Poluição do Mar pelos Hidrocarbonetos, que marcou o início da luta contra a poluição do mar;

- *Convenção de Paris de 1960*, que assinalou a necessidade da criação de regulamentação internacional devido ao início da utilização de energia nuclear;
- *Convenção de Viena de 1963*, que esboçou o princípio da responsabilidade civil em matéria de prejuízo nuclear;
- *Tratado de Moscovo de 1963*, que proibiu os testes nucleares, com excepção dos ensaios subterrâneos (Kiss, s/d: 3-4).

No entanto, o verdadeiro despontar desta disciplina situa-se nos anos sessenta, acompanhada pela tomada de consciência de que o planeta Terra se encontrava, e encontra, em perigo iminente e constante devido à actividade humana, fundamentada também no alarme lançado pelos cientistas. Assim, é em 1968, aquando da adopção de duas declarações por parte do então Conselho da Europa (uma sobre os princípios de luta contra a poluição do ar, a outra sobre a preservação dos recursos em águas doces, Carta Europeia da Água) e da realização da Convenção Africana sobre a conservação da natureza e dos recursos naturais, que se alcançam importantes progressos para a regulamentação internacional da protecção do ambiente de modo mais sistemático (Kiss, s/d: 4).

A Conferência das Nações realizou-se em Estocolmo em 1972, subordinada ao tema do ambiente humano, e aprovou um conjunto de vinte e seis artigos, entre os quais se contam o direito fundamental do homem à liberdade, à igualdade e a condições de vida satisfatórias num ambiente cuja qualidade lhe permita viver na dignidade e no bem-estar; a preservação dos recursos naturais da Terra, do ar, da água, dos solos, da flora e da fauna, bem como das amostras representativas dos ecossistemas naturais no interesse das gerações presentes e futuras; a salvaguarda dos recursos renováveis e a gestão prudente dos recursos não-renováveis; a planificação e a gestão por parte de instituições nacionais de todas estas questões; o recurso à ciência e à tecnologia, a troca de informações e a cooperação internacional (Kiss, s/d: 5).

Paralelamente à proclamação destes princípios, compôs-se um Plano de Acção que serviria de orientação à Conferência do Rio de Janeiro de 1992 e que compreendia os seguintes aspectos: a actividade legislativa internacional e nacional, que visava essencialmente a optimização do estado do ambiente em sectores precisos, como a protecção do mar, das águas continentais e da atmosfera contra a poluição, e a preservação da fauna e da flora selvagens (Kiss, s/d: 5).

O final dos anos setenta e início dos anos oitenta contribuíram para o desenvolvimento do Direito Internacional do Ambiente por meio da substituição do método sectorial, que protegia os diferentes sectores do ambiente e que se revelava insuficiente, pelo método transversal, baseado na ideia de que a poluição da Terra tinha necessariamente influências no estado das águas e do ar, e assim sucessivamente. Para além desta substituição, afirma-se a necessidade de encontrar as verdadeiras fontes de poluição, isto é, as substâncias passíveis de deteriorar o ambiente e criar regulamentação internacional e universal que as abordem. É evidente que nenhuma nação do mundo é capaz de solucionar o problema da camada de ozono ou da alteração do clima global ou do empobrecimento dos recursos isoladamente, sendo indispensável a cooperação de todas as nações (Kiss, s/d: 6).

Desta forma, a ONU encarregou uma comissão presidida pela Sr.^a Brundtland de efectuar um estudo aprofundado sobre a globalização dos problemas ambientais, relacionando o problema da protecção do ambiente com o do desenvolvimento. Este estudo resultou no Relatório de Brundtland com o título de “O Futuro de Todos nós” e acabou por ter influência na Conferência do Rio de Janeiro sobre o Ambiente e o Desenvolvimento de 1992, vinte anos após a realização da Conferência de Estocolmo, e na formulação do seu programa de acção contemplado na Agenda 21 (Kiss, s/d: 7).

A.4.3 - Actores do Direito Internacional do Ambiente

Os responsáveis pela produção dos textos pertencentes ao Direito Internacional do Ambiente são os Estados, responsabilidade esta manifestada nas conferências internacionais, na negociação de tratados e no âmbito das organizações internacionais. A criação do PNUA por parte da Assembleia Geral das Nações Unidas, resultante da Conferência de Estocolmo, revelou-se fundamental para a realização de diversas conferências internacionais, tais como a Convenção de Viena sobre a protecção da camada de ozono de 1985, o Protocolo de Montreal de 1987, a Convenção de Basileia sobre os movimentos transfronteiriços dos resíduos perigosos e sua eliminação de 1989, a Convenção sobre a diversidade biológica de 1992, e um conjunto de directivas e outras conclusões relevantes (Kiss, s/d: 8).

Adicionalmente, a partir de 1974 o Conselho da Europa demonstrou preocupação com a defesa dos ecossistemas europeus, a cooperação transfronteiriça e a responsabilidade civil pelos danos resultantes de actividades perigosas para o ambiente,

realizando uma série de encontros, nomeadamente a Convenção de Berna de 1979, a Convenção de Madrid de 1980 e a Convenção de Lugano de 1993 (Kiss, s/d: 8).

Para além destes intervenientes, podem identificar-se outros actores pertinentes para o desenvolvimento e acção do Direito Internacional do Ambiente, designadamente os cientistas, que desempenham um papel fundamental nesta área, através do seu conhecimento sobre o ambiente, da apresentação de soluções e da sensibilização dos Estados e dos seus cidadãos para estas problemáticas, os representantes de interesses económicos que participam através de um conjunto de instrumentos económicos, como a etiqueta ecológica, os cidadãos e as suas diversas associações, que pressionam os Estados a assumirem posturas de maior protecção do ambiente (Kiss, s/d: 9).

A.4.4 - Métodos de regulamentação ambiental

De acordo com o que já foi *supra* mencionado, os métodos de regulamentação ambiental centraram-se na regulamentação sectorial até meados dos anos setenta, momento a partir do qual esta abordagem foi considerada insuficiente e foi substituída pela regulamentação transversal.

No que se refere ao primeiro momento de regulamentação, a regulamentação sectorial, as normas de protecção dividiam-se em quatro categorias consoante o seu objectivo: a protecção do mar contra a poluição, a protecção das águas continentais, a luta contra a poluição do ar e a protecção da fauna e da flora selvagens. A regulamentação sectorial dependia de regimes de autorização que proibiam determinadas actividades, com excepção de situações às quais eram atribuídas autorizações especiais, assim como de sistemas de listas que constituíam sistemas de autorização específicos. A par destas, contam-se as normas ambientais que surgem como um instrumento elementar de regulamentação, as quais incluem as normas de qualidade, as normas de emissão, as normas de processos e as normas de produto (Kiss, s/d: 23-25).

As obrigações gerais dos Estados face à protecção do mar abrangem a protecção e preservação do ambiente marinho, a implementação, separada ou conjunta, de todas as medidas tendentes a prevenir, reduzir e conter a poluição do meio marinho; a impossibilidade de desviar os danos causados pela poluição de uma zona para outra ou de substituir um tipo de poluição por outro; a cooperação em caso de situação crítica causada por qualquer tipo de poluição; a supervisão permanente dos riscos de poluição e

dos seus efeitos; a avaliação dos efeitos potenciais das actividades que possam gerar uma poluição importante e a supervisão dos efeitos de todas as actividades autorizadas (Kiss, s/d: 25-26).

Quanto à protecção das águas continentais, esta compreende as obrigações de prevenir, combater e reduzir a poluição das águas susceptível de produzir efeitos nocivos noutros países, de gerir as águas transfronteiriças de modo racional e de assegurar a conservação e restauração dos ecossistemas aquáticos; os princípios da precaução, do poluidor-pagador e do direito das gerações futuras e a necessidade de não transferir a poluição de um sector do ambiente para outro (Kiss, s/d: 35-36).

A poluição atmosférica é entendida, de acordo com a Convenção de Genève de 1979, como a introdução, directa ou indirecta, na atmosfera, por parte do homem, de substâncias ou de energia com acção nociva capaz de pôr em perigo a saúde humana, danificar os recursos biológicos e os ecossistemas, deteriorar os bens materiais e ameaçar ou prejudicar as actividades de lazer do homem e outras utilizações legítimas do ambiente, sendo a expressão ‘poluentes atmosféricos’ encarada no mesmo sentido. Considerando que a atmosfera é um local de passagem dos poluentes, onde estes se propagam com maior rapidez e percorrem maiores distâncias, os poluidores devem ser obrigados a reduzir as suas emissões, devendo a regulamentação assentar na prevenção (Kiss, s/d: 40).

No que diz respeito à protecção da fauna e da flora selvagens, os métodos mais antigos para a sua conservação consistem na interdição da colheita de espécimes pertencentes a determinadas espécies em áreas específicas ou em períodos cruciais para a sobrevivência da espécie e na instituição de períodos de encerramento da caça e da pesca. Posteriormente, foram-se introduzindo outros métodos, como a proibição da apanha, corte ou desenraizamento intencional da flora protegida, a interdição de determinados meios de caça ou pesca, a proibição do abate ou captura de espécies em zonas delimitadas, a protecção de ecossistemas inteiros, a criação de zonas protegidas, a proibição do comércio e transporte de espécimes pertencentes a espécies ameaçadas de extinção e a regulamentação do transporte internacional de animais selvagens capturados vivos (Kiss, s/d: 42-45).

Relativamente à regulamentação transversal, esta pretendia combater os meios de poluição e as substâncias poluentes, visto que o método de regulamentação sectorial se revelava exíguo nestes aspectos. Assim, este novo tipo de regulamentação centra-se na abordagem das substâncias tóxicas e perigosas (comercialização e transporte de

produtos químicos e a gestão e eliminação de resíduos, ao nível comunitário e internacional), das radiações, nomeadamente dos riscos causados pela utilização de materiais nucleares e pela eliminação dos seus resíduos, e das actividades perigosas (Kiss, s/d: 45-48).

Desta forma, um conjunto de problemas que afectam todo o planeta exige a cooperação de todas as nações do mundo, conduzindo a um novo período da protecção internacional do ambiente. A globalização abrange a protecção da camada de ozono estratosférico, a prevenção das alterações climáticas, a salvaguarda da diversidade biológica e a protecção de ecossistemas mais extensos, tais como a Antárctica, o Ártico e os Alpes (Kiss, s/d: 49).

A Convenção para a protecção da camada de ozono de Viena lançou as bases para uma cooperação sistemática no que concerne à protecção da camada de ozono estratosférico, sendo obrigação geral das nações tomar as medidas apropriadas para proteger a saúde humana e o ambiente contra os elementos perigosos resultantes ou que possam resultar de actividades humanas que modificam ou possam modificar a camada de ozono. Neste sentido, é fundamental a cooperação na pesquisa e na vigilância sistemática dos factores susceptíveis de destruir as moléculas estratosféricas de ozono, nomeadamente a redução da produção e do consumo de certos CFCs e de aerossóis, os quais foram proibidos em 1994 (Kiss, s/d: 49).

Quanto ao sobre-aquecimento do clima mundial devido ao crescimento do efeito de estufa, intimamente relacionado com o aumento do teor de monóxido de carbono e de gás metano na atmosfera terrestre, as nações devem tentar estabilizar as concentrações de gases com efeito de estufa na atmosfera a um nível que impeça qualquer perturbação perigosa do sistema climático. Adicionalmente, devem estabelecer-se inventários nacionais e programas para atenuar as alterações climáticas, assim como preparar, aplicar e divulgar tecnologias adequadas, práticas e processos que permitam medir as emissões dos gases com efeito de estufa, impedindo as consequências das alterações climáticas, e possibilitar a troca de informações, a educação e a formação (Kiss, s/d: 50).

Relativamente à salvaguarda da diversidade biológica, necessária devido à diminuição drástica do número das espécies resultante das actividades humanas, deve empreender-se o estabelecimento de um equilíbrio entre a soberania dos Estados detentores das espécies ameaçadas de extinção e a utilização de espécies essenciais para a manutenção da diversidade biológica. Este equilíbrio só é possível através da

cooperação entre as nações, a identificação e vigilância da diversidade biológica, a elaboração de estratégias de conservação *in situ*, isto é, a conservação das espécies e dos habitats no seu ambiente natural, por meio de zonas protegidas (Jarvis, 2000: 241), a conservação *ex situ*, ou seja, medidas que implicam a reprodução de espécies em cativeiro (Jarvis, 2000: 241), a integração das considerações relativas à biodiversidade pela utilização permanente dos recursos vivos e a preparação de estudos de impacto ambiental e biológico (Kiss, s/d: 50-51).

No que concerne à problemática da desertificação, os países afectados por esta devem elaborar estratégias e estabelecer prioridades na luta contra a desertificação, enquanto os países desenvolvidos devem auxiliá-los, contribuindo com recursos financeiros e com uma assistência técnica que inclua a transferência de tecnologias (Kiss, s/d: 51-52).

Finalmente, a Antárctica deve ser considerada como uma reserva natural, consagrada à paz e à ciência, onde se encontrem proibidas todas as actividades mineiras, no sentido de se assegurar a protecção global do ambiente na Antárctica e dos ecossistemas dependentes e associados. Qualquer actividade de importância científica ou não que se pretenda implementar nesta região deve ser precedida de uma avaliação dos efeitos dessa actividade, estudo este que deve ser dirigido ao Comité para a Protecção do Ambiente e a outros Estados outorgantes, sendo a referida actividade permanentemente avaliada e vigiada (Kiss, s/d: 52).

A.5 - Conclusões

Após a exposição efectuada neste anexo, considera-se que foram alcançados os objectivos definidos previamente, visto que se clarificou a relação estabelecida entre o estudo e a defesa do ambiente e as relações internacionais entre Estados. Assim, o desenvolvimento de uma nova disciplina do Direito, o Direito Internacional do Ambiente, fundamenta-se na evolução das preocupações ambientais, nomeadamente na agudização dos chamados problemas globais, aliada à generalização das políticas de gestão ambiental que integram as AIAs e os EIAs, entre outros mecanismos.

Neste sentido, não só as Nações Unidas revelam o seu interesse em matérias do ambiente através da criação do PNUA e da organização de diversos encontros internacionais para a discussão, negociação e potencial resolução de problemáticas ambientais, mas também a UE se dedica a estas por meio da formulação de declarações

e tratados, a par da ISO, que não negligencia a importância das normas nesta área, especificamente com a criação da ISO 14000.

Consequentemente, as interdependências e relações estabelecidas entre os Estados no que se refere à abordagem das problemáticas ambientais reflectem-se no desenvolvimento do Direito do Ambiente ao nível nacional, comunitário e internacional e encontram-se estruturadas na seguinte figura.

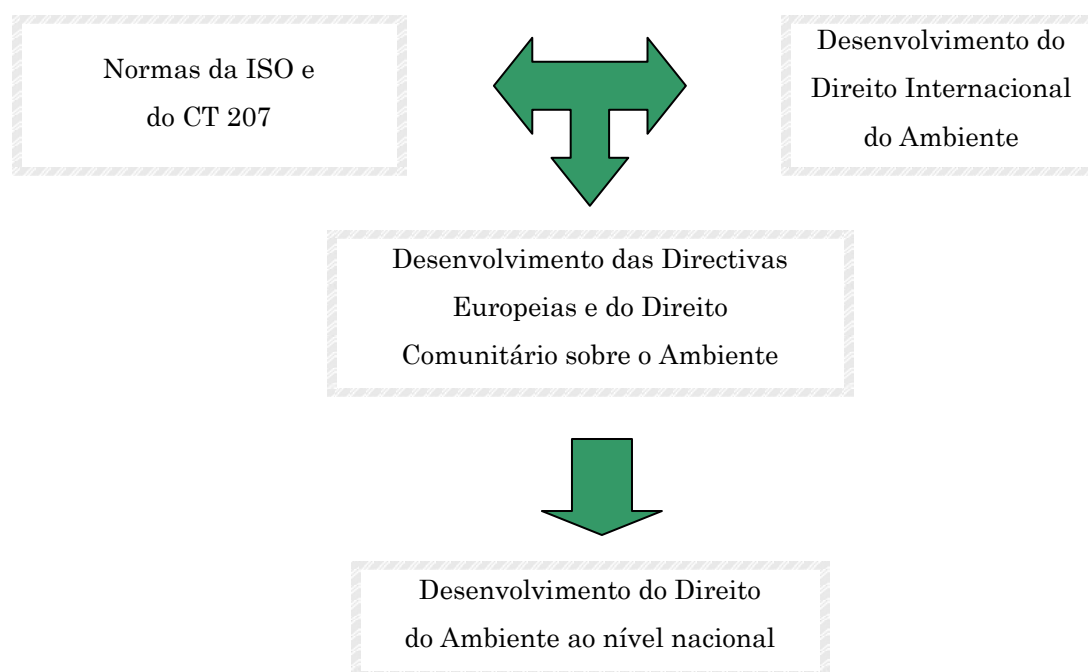


Figura A6: Relações entre as normalizações internacionais sobre o ambiente e o Direito do Ambiente em cada Estado.

FICHAS PARA AS METÁFORAS TERMINOLÓGICAS

Base de Dados Terminológica - [Tabela de Metáforas Terminológicas]

File Edit View Insert Format Records Tools Window Help

Times New Roman 10

Base de Dados Terminológica

Ficha de Metáforas Terminológicas

Número de entrada:

Metáfora terminológica:

Informação gramatical:

Sinónimos:

Definição:

Fonte da definição:

Domínio conceptual:

Frequência:

Tipo de metáfora:

Fundamentação:

Record: 3 of 25

NUM

Base de Dados Terminológica - [Tabela de Metáforas Terminológicas]

File Edit View Insert Format Records Tools Window Help

Times New Roman 10

Base de Dados Terminológica

Ficha de Metáforas Terminológicas

Número de entrada:

Metáfora terminológica:

Informação gramatical:

Sinónimos:

Definição:

Fonte da definição:

Domínio conceptual:

Frequência:

Tipo de metáfora:

Fundamentação:

Record: 5 of 25

NUM

Base de Dados Terminológica - [Tabela de Metáforas Terminológicas]

File Edit View Insert Format Records Tools Window Help

Times New Roman 10

Base de Dados Terminológica

Ficha de Metáforas Terminológicas

Número de entrada

Metáfora terminológica

Informação gramatical

Sinónimos

Definição

Fonte da definição

Domínio conceptual

Frequência

Tipo de metáfora

Fundamentação

Next Record

Record: 6 of 25

Form View

NUM

Windows taskbar: Iniciar, Document1 - Micro..., Capitulo_3_Parte..., base_metáforas_..., Menu: Form, Tabela de Metáfor..., PT, 3:24

Base de Dados Terminológica - [Tabela de Metáforas Terminológicas]

File Edit View Insert Format Records Tools Window Help

Times New Roman 10

Base de Dados Terminológica

Ficha de Metáforas Terminológicas

Número de entrada

Metáfora terminológica

Informação gramatical

Sinónimos

Definição

Fonte da definição

Domínio conceptual

Frequência

Tipo de metáfora

Fundamentação

Next Record

Record: 12 of 25

Form View

NUM

Windows taskbar: Iniciar, Document1 - Micro..., Capitulo_3_Parte..., base_metáforas_..., Menu: Form, Tabela de Metáfor..., PT, 3:25

Base de Dados Terminológica - [Tabela de Metáforas Terminológicas]

File Edit View Insert Format Records Tools Window Help

Times New Roman 10

Base de Dados Terminológica

Ficha de Metáforas Terminológicas

Número de entrada

Metáfora terminológica

Informação gramatical

Sinónimos

Definição

Fonte da definição

Domínio conceptual

Frequência

Tipo de metáfora

Fundamentação

Record: 13 of 25

Form View

NUM

Windows taskbar: Iniciar, Document1 - Micro..., Capitulo_3_Parte..., base_metáforas_t..., Menu: Form, Tabela de Metáfor..., PT, 3:25

Base de Dados Terminológica - [Tabela de Metáforas Terminológicas]

File Edit View Insert Format Records Tools Window Help

Times New Roman 10

Base de Dados Terminológica

Ficha de Metáforas Terminológicas

Número de entrada

Metáfora terminológica

Informação gramatical

Sinónimos

Definição

Fonte da definição

Domínio conceptual

Frequência

Tipo de metáfora

Fundamentação

Record: 16 of 25

Form View

NUM

Windows taskbar: Iniciar, Document1 - Micro..., Capitulo_3_Parte..., base_metáforas_t..., Menu: Form, Tabela de Metáfor..., PT, 3:25

Base de Dados Terminológica - [Tabela de Metáforas Terminológicas]

File Edit View Insert Format Records Tools Window Help

Times New Roman 10

Base de Dados Terminológica

Ficha de Metáforas Terminológicas

Número de entrada

Metáfora terminológica

Informação gramatical

Sinónimos

Definição
 1. air pollutants released to the air other than those from stacks or vents;
 2. typically small releases from leaks in plant equipment such as valves, pump seals, flanges, sampling connections.

Fonte da definição

Domínio conceptual

Frequência

Tipo de metáfora

Fundamentação
 A qualidade de fuga é transportada para as emissões atmosféricas que passam a ser entendidas como aquelas emissões que resultam de pequenas infra-estruturas.

Record: 17 of 25

NUM

Base de Dados Terminológica - [Tabela de Metáforas Terminológicas]

File Edit View Insert Format Records Tools Window Help

Times New Roman 10

Base de Dados Terminológica

Ficha de Metáforas Terminológicas

Número de entrada

Metáfora terminológica

Informação gramatical

Sinónimos

Definição
 1. local or person-to-person. A typical grassroots effort might include a door-to-door education and survey campaign.
 2. the ordinary people in an organisation, rather than the leaders.

Fonte da definição

Domínio conceptual

Frequência

Tipo de metáfora

Fundamentação
 Neste caso, não existe qualquer tipo de metáforização, mas identifica-se uma metonímia, visto que se utilizam dois elementos contíguos de um mesmo campo conceptual para evidenciar a noção de proximidade entre os indivíduos ou identificar a ocupação de operacionais.

Record: 18 of 25

NUM

Base de Dados Terminológica - [Tabela de Metáforas Terminológicas]

File Edit View Insert Format Records Tools Window Help

Times New Roman 10 B I U

Base de Dados Terminológica

Ficha de Metáforas Terminológicas

Número de entrada

Metáfora terminológica

Informação gramatical

Sinónimos

Definição
 1. The analogy used to describe the ability of gasses in the atmosphere to absorb heat from the Earth's surface;
 2. The warming of the Earth's atmosphere attributed to a buildup of carbon dioxide or other gases; some scientists think that this

Fonte da definição

Domínio conceptual

Frequência

Tipo de metáfora

Fundamentação
 A condição da camada de ozono estratosférico é identificado com o ar que tipicamente se encontra numa estufa, porque as consequências do buraco nesta camada origina um aquecimento da atmosfera terrestre.

Next Record

Record: 19 of 25

Form View

NUM

Iniciar Document1 - Micro... Capitulo_3_Parte... base_metáforas_t... Menu : Form Tabela de Metáfor... PT 3:26

Base de Dados Terminológica - [Tabela de Metáforas Terminológicas]

File Edit View Insert Format Records Tools Window Help

Times New Roman 10 B I U

Base de Dados Terminológica

Ficha de Metáforas Terminológicas

Número de entrada

Metáfora terminológica

Informação gramatical

Sinónimos

Definição
 International ocean water under no single country's legal jurisdiction.

Fonte da definição

Domínio conceptual

Frequência

Tipo de metáfora

Fundamentação
 A orientação espacial 'Alto' oposto a 'Baixo' define as águas internacionais.

Next Record

Record: 21 of 25

Form View

NUM

Iniciar Document1 - Micro... Capitulo_3_Parte... base_metáforas_t... Menu : Form Tabela de Metáfor... PT 3:26

FICHAS PARA AS METÁFORAS TERMINOLÓGICAS

Base de Dados Terminológica - [Colocações Metaforicas]

File Edit View Insert Format Records Tools Window Help

Times New Roman 10

Base de Dados Terminológica

Ficha de Colocações Metafóricas

Número de entrada:

Colocação metafórica:

Informação gramatical:

Sinónimos:

Definição:

Fonte da definição:

Frequência:

Tipo de metáfora:

Fundamentação:

Record: 7 of 8

Form View

Windows: Iniciar, Apendice_B_Fichas..., base_metaforas_ter..., Menu: Form, Colocações Metaforicas

PT 3:34

Base de Dados Terminológica - [Colocações Metaforicas]

File Edit View Insert Format Records Tools Window Help

Times New Roman 10

Base de Dados Terminológica

Ficha de Colocações Metafóricas

Número de entrada:

Colocação metafórica:

Informação gramatical:

Sinónimos:

Definição:

Fonte da definição:

Frequência:

Tipo de metáfora:

Fundamentação:

Record: 8 of 8

Form View

Windows: Iniciar, Apendice_B_Fichas..., base_metaforas_ter..., Menu: Form, Colocações Metaforicas

PT 3:34

Base de Dados Terminológica - [Colocações Metafóricas]

File Edit View Insert Format Records Tools Window Help

Times New Roman 10 B I U

Type a question for help

Base de Dados Terminológica

Ficha de Colocações Metafóricas

Número de entrada

Colocação metafórica

Informação gramatical

Sinónimos

Definição

Fonte da definição

Frequência

Tipo de metáfora

Fundamentação

Record: 1 of 8

Form View CAPS NUM

Iniciar Apendice_B_fichas - ... base_metaforas_ter... Menu : Form Colocações Metaforicas PT 3:35

Base de Dados Terminológica - [Colocações Metafóricas]

File Edit View Insert Format Records Tools Window Help

Times New Roman 10 B I U

Type a question for help

Base de Dados Terminológica

Ficha de Colocações Metafóricas

Número de entrada

Colocação metafórica

Informação gramatical

Sinónimos

Definição

Fonte da definição

Frequência

Tipo de metáfora

Fundamentação

Record: 5 of 8

Form View CAPS NUM

Iniciar Apendice_B_fichas - ... base_metaforas_ter... Menu : Form Colocações Metaforicas PT 3:36

LISTA DE POTENCIAIS EXPRESSÕES METAFÓRICAS 1ª FASE

activated sludge
add-on control device
affected landfill
air bindings
air curtain
air padding
air pollution episode
air-borne waste
anaerobic digester
Antarctic ozone hole
baby boom
baby bust
back pressure
backfilling
backflow
backlogs
backwashing
backwater
backyard composting
bed load
black tide
blackbody radiation
body burden
bottlenecks
bottom ash
Bottom-up approach
brain drain
brownfields
bulky waste
calamity reservoir

careless disposal
carrying capacity
chronic effect
chronic exposure
chronic toxicity
clean technology
cleanup
climax vegetation
closed population
closed-loop recycling
compliance coating
cone of depression
cone of influence
confluent growth
conservation easement
contour plowing
cradle-to-grave approach
cultural eutrophication
cutie-pie
cyclone collector
dead end
deadmen
debt-burden
debt-distressed
debt-relief
defacement of the environment
degree-day
design capacity
designer bugs
downgradient
drawdown
drop-off centre
dustfall jar
economic poisons

emission cap
empowering
end-of-the pipe
environmental nuisance
environmental racism
extremely hazardous substances
fallout of acids
fallout of solids
feedlot
floc = yellow boy
fly ash
fogging
fugitive emissions
glovebag
gooseneck
grassroots
greenhouse effect
greenhouse emissions
greenhouse gas(es)
half-life
hard water
hazard
hazardous substance
hazardous waste
high-line jumpers
high-to-low-dose extrapolation
holding pond
holding time
homeowner system
illegal alien
infectious waste=red bag waste
institutional waste
kerbside programme
landfills

level of concern
mobile source
mysterious loop
muck soils
mudballs
mushroom cloud
nonhazardous industrial waste
nuclear winter
oil fingerprinting
one-way bottle
outdoor air supply
outfall
overburden
packed bed scrubber
passive treatment walls
pay-as-you-throw / unit-based pricing
photochemical smog
plate tower scrubber
plug flow
population explosion
portal-of-entry effect
primary waste treatment
prior appropriation
push-pull hypothesis
radioactive body
rainbow report
raw sewage
raw water
receiving waters
red bag waste = infectious waste
red tide
redemption program
reserve capacity
residential waste

rough fish
running losses
run-off
sacrificial anode
safe yield
salvage
scrubber
scrubbing station
sequestration emissions
shading coefficient
sick building syndrome
sludge digestion
smog
soft detergents
soft waterspray
sub-watershed
surface runoff
suspension culture
tail water
tower scrubber
trash-to-energy water
tremie
urban runoff
use cluster
vadose zone
water table
water-borne waste
web of life
well plug
well point
whole-effluent toxicity tests
wire-to-wire efficiency
yard waste
yellow-boy

yield

zero air

LISTA DE POTENCIAIS EXPRESSÕES METAFÓRICAS 2ª FASE

A

air curtain

air padding

air-borne waste

B

baby boom

baby bust

bed load

black tide

blackbody radiation

body burden

bottlenecks

bottom ash

bottom-up approach

brain drain

brownfields

C

calamity reservoir

careless disposal

carrying capacity

clean technology

closed population

closed-loop recycling

cone of depression

cone of influence

conservation easement

cradle-to-grave approach

cultural eutrophication

cutie-pie

cyclone collector

D

dead end

deadmen

debt-burden

debt-distressed

debt-relief

defacement of the environment

dustfall jar

E

economic poisons

emission cap

end-of-the pipe

environmental nuisance

environmental racism

F

feedlot

floc = yellow boy

fly ash

fugitive emissions

G

glovebag

gooseneck

grassroots

greenhouse effect

greenhouse emissions

greenhouse gas(es)

H

half-life

hard water

high-line jumpers

high-to-low-dose extrapolation

I

illegal alien

infectious waste=red bag waste

institutional waste

M

mobile source

mobious loop

mudballs

mushroom cloud

N

nuclear winter

O

oil fingerprinting

one-way bottle

outfall

overburden

ozone hole

P

packed bed scrubber

passive treatment walls

pay-as-you-throw / unit-based pricing

photochemical smog

population explosion

portal-of-entry effect

push-pull hypothesis

R

radioactive body

rainbow report

raw sewage

raw water

red bag waste = infectious waste

red tide

redemption program

reserve capacity

residential waste

rough fish

running losses

S

scrubbing station

sequestration emissions

sick building syndrome

smog

soft detergents

soft waterspray

T

tower scrubber

trash-to-energy water

tremie

W

water table

water-borne waste

web of life

wire-to-wire efficiency

Y

yard waste

yellow-boy

Z

zero air

**TABELA DE OCORRÊNCIAS DE POTENCIAIS EXPRESSÕES
METAFÓRICAS**

Metáfora	N.º de ocorrências
Advisory body	4
Air cushion vehicles	1
Airborne / Air-borne	12
Bottom ash	1
Bottom characteristics	1
Bottom-up approach	1
Brain drain	4
Carbon sequestration	1
Carrying capacity	11
Clean development	10
Clean energy	3
Clean fuels	1
Clean production	13
Clean products	1
Clean technology (-ies)	12
Clean-up	4
Clean-up activities	1
Clean-up contractors	3
Clean-up methods	2
Clean-up of oil slicks	1
Closed-cup test(s)	1
Cloud-seeding	4
Consultative body	1
Cradle of humanity	3
Cradle of humankind	1
Cradle-to-grave approach	2
Dead-end	1
Debt distressed	7
Debt relief	1
Debt swaps	12
Debt-burden(s)	1
Emission cap	1
Emission ceilings	1

Established body	3
Executive body	23
Fly ash	2
Food web	1
Fugitive emissions	1
Governing body	1
Grassroots / Grass-roots	8
Greenhouse effect	2
Greenhouse gas(es)	62
Harvested natural resources	2
Harvested population	2
Harvested species	4
Harvested stocks	1
High concentration	1
High degree	3
High density	2
High diversity	3
High levels	35
High priority	13
High productivity	1
High seas	142
High value	3
Household waste paper	4
Indoor air pollution	4
Joint body	3
Low-waste production	2
Low-waste technology (-ies)	7
Mobile source(s)	13
Mobile unit	1
National body	2
Outfall structures	2
Principal body	1
Raw material(s)	16
Red lists	6
Red mud	1
Regional body	1
Scientific body	1
Sea bed / Seabed / Sea-bed	26
Sequestration technologies	1

Steering body	3
Subsidiary body	32
Supreme body	3
Waterborne / Water-borne	5

Classificação Decimal Universal - CDU

O QUE É A CDU

A Classificação Decimal Universal (CDU) é um esquema internacional de classificação de documentos. Baseia-se no conceito de que todo o conhecimento pode ser dividido em 10 classes principais, e estas podem ser infinitamente divididas numa hierarquia decimal. É o esquema de classificação utilizado na nossa biblioteca, enquadrado numa divisão física por áreas departamentais (Engenharias Alimentar, Civil, Mecânica e Electrónica) e por áreas comuns (Informática, Metodologia, Ciências Sociais e Matemática). As principais divisões da CDU são:

- 0 Generalidades. Informação. Organização.
- 1 Filosofia. Psicologia.
- 3 Ciências Sociais. Economia. Direito. Política. Assistência Social. Educação.
- 4 Classe vaga.
- 5 Matemática e Ciências Naturais.
- 6 Ciências Aplicadas. Medicina. Tecnologia.
- 7 Arte. Belas-artes. Recreação. Diversões. Desportos.
- 8 Linguagem. Linguística. Literatura.
- 9 Geografia. Biografia. História.

Os documentos são classificados de acordo com o assunto principal que determina a cota que lhes é colocada na lombada e são arrumados na estante com o número de classe atribuído. Caso existam poucos livros para justificar a atribuição de uma estante a essa classe, estes são colocados na estante com a classificação decimal hierarquicamente superior, existente na biblioteca.

Exemplo:

- 550.34 Sismologia

como existem poucos exemplares com esta classificação, estão arrumados em

- 55 Geologia

Se tomarmos uma classe principal, por exemplo, **6 Ciências Aplicadas. Medicina. Tecnologia.** podemos ver como se subdivide:

61 Ciências Médicas.

62 Engenharia. Tecnologia em Geral.

63 Agricultura. Silvicultura. Agronomia. Zootecnia.

64 Ciência Doméstica. Economia Doméstica.

65 Organização e Administração da Indústria, do Comércio e dos Transportes.

66 Tecnologia Química. Indústrias Químicas.

67 Indústrias e Ofícios Diversos.

68 Indústrias, Artes e Ofícios de Artigos Acabados.

69 Construção Civil. Materiais de Construção. Prática e Processos de Construção.

A subclasse **62 Engenharia.** subdivide-se por sua vez em:

- **620** Engenharia em Geral. Testes dos Materiais. Energia.
- **621** Engenharia Mecânica.
- **622** Engenharia de Minas.
- **623** Engenharia Naval e Militar.
- **624 Engenharia Civil e Estruturas em Geral. Infra-estruturas. Fundações. Construção de Túneis e de Pontes. Superestruturas.**

624 Engenharia Civil divide-se em áreas diferentes que podem por sua vez ser divididas novamente em áreas ainda mais especializadas:

- **624.01 Estruturas e elementos estruturais segundo o material e o processo de construção.**
 - **624.011 Estruturas e materiais de origem orgânica.**
 - **624.012 Estruturas de alvenaria.**
 - **624.012.45 Estruturas de betão armado.**
- **624.1** Infra-estruturas das construções. Fundações. Construção de túneis.
- **624.2/.8** Construção de pontes.....etc.

e assim infinitamente...

Quando o utilizador ao pesquisar no catálogo em <http://www.bib.ualg.pt/> desconhece o autor ou o título da obra poderá realizar a consulta por CDU.

A CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL (RESUMO)

0 Generalidades. Informação. Organização.

- **01** Bibliografias. Catálogos.
- **02** Bibliotecas. Biblioteconomia.
- **030** Livros de Referencia: Enciclopédias, Dicionários.
- **040** Ensaio, Panfletos, e Brochuras.
- **050** Publicações Periódicas. Periódicos.
- **06** Instituições. Academias. Congressos. Sociedades. Organismos Científicos. Exposições. Museus.
- **070** Jornais. Jornalismo. Imprensa.
- **08** Poligrafias. Poligrafias Colectivas.
- **09** Manuscritos. Obras Notáveis e Obras Raras.

1 Filosofia. Psicologia.

- **11** Metafísica.
- **133** Metafísica da vida espiritual. Ocultismo.
- **14** Sistemas e pontos de vista filosóficos.
- **159.1** Psicologia.
- **16** Lógica. Teoria do Conhecimento. Metodologia da Lógica.
- **17** Filosofia Moral. Ética. Filosofia Prática.

2 Religião. Teologia.

- **21** Teologia Natural .Teologia Racional. Filosofia Religiosa.
- **22** A Bíblia. Sagradas Escrituras.
- **23** Teologia Dogmática.
- **24** Teologia Prática.
- **25** Teologia Pastoral.
- **26** Igreja Cristã em Geral.
- **27** História Geral da Igreja Cristã.
- **28** Igrejas Cristãs. Seitas. Denominações (Confissões).
- **29** Religiões não cristã.

3 Ciências Sociais. Economia. Direito. Política. Assistência Social. Educação.

- **31** Demografia. Sociologia. Estatística.
- **32** Política.
- **33** Economia. Ciência Económica.
- **34** Direito. Jurisprudência.
- **35** Administração Pública. Governo. Assuntos Militares.

- **36** Assistência Social. Previdência Social. Segurança Social.
- **37** Educação.
- **38** Metrologia. Pesos e Medidas.
- **39** Etnologia. Etnografia. Costumes. Modas. Tradições. Folclore.

4 Classe vaga.

5 Matemática e Ciências Naturais.

- **50** Generalidades sobre as Ciências Puras.
- **51** Matemática.
- **52** Astronomia. Astrofísica. Pesquisa Espacial. Geodesia.
- **53** Física.
- **54** Química. Mineralogia.
- **55** Ciências da Terra. Geologia. Meteorologia.
- **56** Paleontologia.
- **57** Biologia. Antropologia.
- **58** Botânica.
- **59** Zoologia.

6 Ciências Aplicadas. Medicina. Tecnologia.

- **61** Ciências Médicas.
- **62** Engenharia. Tecnologia em Geral.
- **63** Agricultura. Silvicultura. Agronomia. Zootecnia.
- **64** Ciência Doméstica. Economia Doméstica.
- **65** Organização e Administração da Indústria, do Comércio e dos Transportes.
- **66** Indústria Química. Tecnologia Química.
- **67** Indústrias e Ofícios Diversos.
- **68** Indústrias, Artes e Ofícios de Artigos Acabados.
- **69** Engenharia Civil e Estruturas em Geral. Infra-estruturas. Fundações. Construção de Túneis e de Pontes. Superestruturas.

7 Arte. Belas-artes. Recreação. Diversões. Desportos.

- **70** Generalidades.
- **71** Planeamento Regional e Urbano. Paisagens, Jardins, etc.
- **72** Arquitectura.
- **73** Artes Plásticas. Escultura. Numismática.
- **74** Desenho. Artes Industriais.
- **75** Pintura.
- **76** Artes Gráficas.
- **77** Fotografia e Cinema.
- **78** Música.
- **79** Entretenimento. Lazer. Jogos. Desportos.

8 Linguagem. Linguística. Literatura.

- **80** Linguística. Filologia. Línguas.
- **81** vaga.
- **82** Literatura em Língua Inglesa.
- **83** Literatura Alemã/Escandinava/Holandesa.
- **84** Literatura Francesa.
- **85** Literatura Italiana.
- **86** Literatura Espanhola/Portuguesa.
- **87** Literatura Clássica (Latim e Grego).
- **88** Literatura Eslava.
- **89** Literatura em outras Línguas.

9 Geografia. Biografia. História.

- **90** Arqueologia; Antiguidades.
- **91** Geografia, Exploração da Terra e Viagens.
- **929** Biografias.
- **93** História.
- **94** História Medieval e Moderna em Geral. História de Europa.
- **95** História da Ásia.
- **96** História da África.
- **97** História da América do Norte e Central.
- **98** História da América do Sul.
- **99** História da Oceânia, dos Territórios Árticos e da Antártida.

[Topo da página](#)

CORPUS 2^a METADE ANOS 90 - PROCURA 4

1. of the Convention" means the body established under Article IX
2. eement secretariat" means the body established under Article III
3. ientific Committee" means the body established under Article III
4. shall be the decision-making body of this Agreement. 2. The De
5. Parties. Any other agency or body technically qualified in the
6. be established as an advisory body to the Meeting of the Parties
7. ment of a scientific advisory body. 2. States cooperating in th

CORPUS 2ª METADE ANOS 80 - PROCURA 17

1. Council shall be the supreme body of the Organization. 2. Th
2. itself and for any subsidiary body it may establish, as well as
3. nce of the Parties. Any other body or agency, whether national
4. .) D6 Release into a water body except seas/oceans D7 Rele
5. upon by the Parties. Any such body receiving information regard
6. s submitted by any subsidiary body; (b) Review the scientific
7. he Parties by observers. Any body or agency, whether national o
8. rst meeting of the Executive Body for the Convention (hereinaft
9. eferred to as the "Executive Body"), the financial resources to
10. urces to enable the Executive Body to carry out its activities,
11. ons adopted by the Executive Body at its first session (7 to 10
12. rk programme of the Steering Body of EMEP.
13. to approval by the Executive Body, on the recommendation of the
14. ecommendation of the Steering Body of EMEP, by any other countr
15. he approval by the Executive Body, on the recommendation of the
16. commendation of the Steering Body, be utilized either for reduc
17. Protocol. 2. The Executive Body shall consider the need to am
18. or (b) if the Executive Body, on the recommendation of the
19. ecommendation of the Steering Body, designates a new internatio
20. y consensus of the Executive Body.
21. hall be drawn by the Steering Body of EMEP, and shall be adopte
22. l be adopted by the Executive Body not later than one year in a
23. the Protocol. The Executive Body shall discuss the proposed am
24. agreed upon by the Executive Body for the Convention. Accordin
25. e establishment of a regional body on the environment of suffici
26. the Parties as observers. Any body or agency, whether national
27. y, the appropriate scientific body or bodies to collaborate wi
28. (c) "Organization" means the body referred to in paragraph (c)
29. ups or any other subsidiary body as required to consider any m
30. (c) "Organization" means the body designated as responsible f
31. recognition by the Executive Body for the Convention at its fi
32. requested that the Executive Body for the Convention, as a mat
33. the report of the Executive Body at its third session, Have
34. s in Europe; 3. "Executive Body" means the Executive Body for
35. ive Body" means the Executive Body for the Convention constitut
36. ide annually to the Executive Body its levels of national annua
37. ual meetings of the Executive Body provide to the Executive Bod
38. ody provide to the Executive Body calculations of sulfur budget
39. ing the goal to the Executive Body.
40. to all Parties. The Executive Body shall discuss the proposed a

CORPUS 1ª METADE ANOS 90 - PROCURA 15

1. rred to in Article 20, which body or bodies it has designated a
2. appropriate, through a joint body where one exists. 7. When a
3. s appropriate through a joint body where one exists, with the en
4. through an appropriate joint body, where one exists.
5. ific Committee as an advisory body to the Commission. 2. The Sc
6. above. 4. Appoint a national body to act as a Dumpwatch. In suc
7. atch, the designated national body only will be required to co-o
8. itself and for any subsidiary body it may establish, as well as
9. onference of the Parties. Any body or agency, whether national o
10. tc.) D6 Release into a water body except seas/oceans D7 Releas
11. which shall be the executive body of the Organization, shall:
12. ed by a responsible person or body, where appropriate on the bas
13. ouncil shall be the governing body of the Commission and shall:
14. cal advice from any person or body that it deems appropriate, pr

CORPUS 1° METADE ANOS 80 - PROCURA 11

1. 2. "Organization" means the body designated as the secretariat
2. cutive Secretariat" means the body specified in article 13 of
3. which shall be a consultative body to the Commission. The Scie
4. ary or permanent subsidiary body it may consider to be necessa
5. ointing the members of such body, the Assembly shall endeavour
6. r the work of such subsidiary body; 3. In paragraph 10 the wo
7. (b) "Organization" means the body referred to in Article 13 of

CORPUS 1992 - PROCURA 2

1. f the Parties, as the supreme body of this Convention, shall kee
2. the Parties as observers. Any body or agency, whether national o
3. tioning. ARTICLE 9 SUBSIDIARY BODY FOR SCIENTIFIC AND TECHNOLOGI
4. OGICAL ADVICE 1. A subsidiary body for scientific and technologi
5. ating to the Convention. This body shall be open to participatio
6. nt international bodies, this body shall: (a) Provide assessment
7. sidiary bodies may put to the body. 3. The functions and terms o
8. nd terms of reference of this body may be further elaborated by
9. arties. ARTICLE 10 SUBSIDIARY BODY FOR IMPLEMENTATION 1. A subsi
10. MPLEMENTATION 1. A subsidiary body for implementation is hereby
11. ation of the Convention. This body shall be open to participatio
12. nference of the Parties, this body shall: (a) Consider the infor
13. mmendations of the Subsidiary Body on Scientific, Technical and
14. itself and for any subsidiary body it may establish, as well as
15. s submitted by any subsidiary body; (b) Review scientific, t
16. ce of the Parties. Any other body or agency, whether government
17. Article 25. Subsidiary Body on Scientific,
18. gical Advice 1. A subsidiary body for the provision of scientif
19. ion of this Convention. This body shall be open to participatio
20. s, and upon its request, this body shall: (a) Provide scient
21. sidiary bodies may put to the body. 3. The functions, terms of
22. ization and operation of this body may be further elaborated by
23. of the Parties is the supreme body of the Convention. It shall
24. he Parties as observers. Any body or agency, whether national o
25. y established as a subsidiary body of the Conference of the Part
26. nd to any relevant subsidiary body. 7. The Conference o

CORPUS 2^a METADE ANOS 80 - PROCURA 3

1. s liable to sink to the sea bottom which may present a serious o
2. ents and productivity). 7. Bottom characteristics (e.g. topogra

CORPUS 1^a METADE ANOS 90 - PROCURA 3

1. fired power station fly ash, bottom ash and slag tap*. Waste straw

CORPUS SÉCULO XXI - PROCURA 2

e empowerment, ownership, a bottom-up approach and gender sensitivi

CORPUS SÉCULO XXI - PROCURA 3

1. opening countries (reducing the brain drain from South to North) .
2. enrollment rates. The problem of brain drain was highlighted, and propos

AGENDA 21 - PROCURA 4

1. ced technology to reduce the "brain drain" from developing to dev
2. a. and discouraging the "brain drain"; (vi) Recognizin

CORPUS SÉCULO XXI - PROCURA 4

1. anted by the flag State; 18. Carrying capacity, including freezer type, capa
2. omic development within the carrying capacity of ecosystems by addressing a

AGENDA 21 - PROCURA 5

1. e in harmony with the Earth's carrying capacity. This should be reflected in
2. e made of national population carrying capacity in the context of satisfactio
3. otential for human and animal carrying capacity; decline in soil fertility an
4. . This will enhance the land carrying capacity and maintenance of biotic res
5. etermining and monitoring the carrying capacity of small islands under differ
6. mate is to be provided of the carrying capacity of the planet Earth and of it
7. ge is required of the Earth's carrying capacity, including the processes that
8. rder better to understand the carrying capacity of the Earth as conditioned b
9. ironmental and socio-economic carrying capacity of each region. Full use sho

CORPUS 2^a METADE ANOS 80 - PROCURA 4

1. nsure availability and use of clean fuels for combustion installations

CORPUS 1ª METADE ANOS 90 - PROCURA 4

1. including, where appropriate, clean technology; (ii) in carrying
2. including, where appropriate, clean technology. 4. The Contracti
3. including, where appropriate, clean technology. 2. When setting
4. including, where appropriate, clean technology. 2. When setting
5. to promote the development of clean production methods, including
6. production methods, including clean technologies, for the sound m
7. nvolved in the movement; 5. "Clean production methods" means pro
8. on through the application of clean production methods, rather th
9. respect Parties shall promote clean production methods applicable
10. er serves a useful function; Clean production shall not include
11. sis, with a view to promoting clean production methods and the en
12. of new environmentally sound clean production technologies and t
13. rtaken for the development of clean production methods, including
14. production methods, including clean production technologies, for
15. astes;- environmentally sound clean production methods relating t
16. to hazardous wastes, such as clean production technologies;- the
17. cordance with Title IV of the Clean Air Act i.e., reduction of an
18. es repowering with qualifying clean coal technology in accordance
19. dance with section 409 of the Clean Air Act, and sources receivi
20. ion 405 (a) (2) and (3) of the Clean Air Act). 2. Achievement of
21. quired by the Title IV of the Clean Air Act. 3. Promulgation of
22. r such other action under the Clean Air Act as the Administrator
23. equired by section 406 of the Clean Air Act Amendments of 1990 (P
24. t required by Title IV of the Clean Air Act: (a) By January 1, 1
25. t required by Title II of the Clean Air Act: (a) Light Duty Truc
26. the date of enactment of the Clean Air Act Amendments of 1990 (N
27. equired by section 412 of the Clean Air Act. 2. For Canada: Req
28. d by Part C of Title I of the Clean Air Act, with respect to sour
29. tons). All references to the Clean Air Act refer to the Act as a
30. articular by the promotion of clean technologies and clean produc
31. ion of clean technologies and clean products and to encourage rec
32. inment, recovery, dispersion, clean-up and otherwise minimizing
33. rnatives; and d) Appropriate clean and low-waste technologies.

CORPUS 1^a METADE ANOS 80 - PROCURA 4

1. emergencies and includes the clean-up of oil slicks and recovery
2. ions to prevent, control and clean up spills of hydrocarbons or
3. s; (d) Optimum control and clean-up methods in various circum
4. emergencies and includes the clean-up of oil slicks and recove
5. e prevention, mitigation and clean-up activities, RECOGNISING
6. oducers, refiners, oil spill clean-up contractors and co-operati

AGENDA 21 - PROCURA 7

1. vigilance and coordination of clean-up and rehabilitation of areas
d
2. ld promote identification and clean-up of sites of hazardous wastes

CORPUS 2^a METADE ANOS 80 - PROCURA 6

1. more than 60.5 deg. C, closed-cup test, or not more than
2. tests and of closed-cup tests are not strictly compar

CORPUS 1^a METADE ANOS 90 - PROCURA 5

1. not more than 60.5 degrees C, closed-cup test, or not more than 65.6 d
2. ults of open-cup tests and of closed-cup tests are not strictly compar

CORPUS SÉCULO XXI - PROCURA 6

1. 6. From this continent, the cradle of humanity, we declare, thro
2. om the African continent, the cradle of humankind, we solemnly ple
3. in the continent that is the cradle of humanity. The fact that
4. that we have convened at this cradle of humanity emphasizes the

AGENDA 21 - PROCURA 8

1. sment, taking into account the cradle-to-grave approach to the mana
2. toring the application of the cradle to grave approach, including

CORPUS SÉCULO XXI - PROCURA 7

1. ualor will soon prove to be a dead-end road for everyone. Unsust

CORPUS 1^a METADE ANOS 90 - PROCURA 6

1. ement of a permanent national emission cap of 8,95 million tons of sulph

CORPUS 2^a METADE ANOS 80 - PROCURA 7

1. lluters, regional or national emission ceilings, or other effective and effic

CORPUS 2^a METADE ANOS 80 - PROCURA 8

1. sewage sludge, dredge spoil, fly ash, agricultural wastes, con

CORPUS 1^a METADE ANOS 90 - PROCURA 7

1. 2621 Coal fired power station fly ash, bottom ash and slag tap*. W

CORPUS SÉCULO XXI - PROCURA 9

1. nsport Other sectors Other Fugitive emissions from fuels Solid fuels Oil

CORPUS SÉCULO XXI - PROCURA 10

1. partnership initiatives and grass-roots projects, and supported

AGENDA 21 - PROCURA 12

1. Promoting or establishing grass-roots mechanisms to allow for
2. all actors concerned, from the grass-roots level (farmers and past
3. or enhancing capability at the grass-roots level to identify and/o
4. n, including participation at grass-roots levels; (c) Deve
5. mal organizations, as well as grass-roots movements, should be re
6. ations, including small-scale grass-roots organizations; (
7. d international levels to the grass-roots and individual levels.

CORPUS SÉCULO XXI - PROCURA 11

1. net of sinks and reservoirs of greenhouse gases not controlled by the
2. emissions and subsidies in all greenhouse gas emitting sectors that ru
3. limit or reduce emissions of greenhouse gases not controlled by the M
4. it and/or reduce emissions of greenhouse gases not controlled by the
5. or reduction of emissions of greenhouse gases not controlled by the M
6. e equivalent emissions of the greenhouse gases listed in Annex A do n
7. total. 3. The net changes in greenhouse gas emissions by sources and
8. arty included in Annex I. The greenhouse gas emissions by sources and
9. vities related to changes in greenhouse gas emissions by sources and
10. equivalent emissions of the greenhouse gases listed in Annex A in 19
11. constituted a net source of greenhouse gas emissions in 1990 shall i
12. equivalent emissions of the greenhouse gases listed in Annex A do no
13. and removals by sinks of all greenhouse gases not controlled by the
14. and removals by sinks of all greenhouse gases not controlled by the M
15. rces and removals by sinks of greenhouse gases listed in Annex A shal
16. arming potential of each such greenhouse gas, taking fully into accoun
17. opogenic removals by sinks of greenhouse gases in any sector of the ec
18. rces and removals by sinks of greenhouse gases not controlled by the
19. and removals by sinks of all greenhouse gases not controlled by the M
20. he abatement of increases in greenhouse gas emissions, and enhancemen
21. es indicated. -21- Annex A Greenhouse gases Carbon dioxide (CO) 2
22. ality and health and reduce greenhouse gas emissions, including thro
23. objective of stabilization of greenhouse gas concentrations in the a
24. d reduction of emissions of greenhouse gases, States that have ratif

CORPUS 1992 - PROCURA 5

1. atmospheric concentrations of greenhouse gases, that these increases e
2. increases enhance the natural greenhouse effect, and that this will re
3. d current global emissions of greenhouse gases has originated in devel
4. ms of sinks and reservoirs of greenhouse gases, Noting that there are
5. ls that take into account all greenhouse gases, with due consideration
6. ons to the enhancement of the greenhouse effect, Recognizing further t
7. e of action taken on limiting greenhouse gas emissions, Affirming that
8. fficiency and for controlling greenhouse gas emissions in general, inc
9. issions" means the release of greenhouse gases and/or their precursors
10. area and period of time. 5. "Greenhouse gases" means those gaseous co
11. of the climate system where a greenhouse gas or a precursor of a green
12. house gas or a precursor of a greenhouse gas is stored. 8. "Sink" mean
13. or mechanism which removes a greenhouse gas, an aerosol or a precurso
14. n aerosol or a precursor of a greenhouse gas from the atmosphere. 9. "
15. or activity which releases a greenhouse gas, an aerosol or a precurso
16. n aerosol or a precursor of a greenhouse gas into the atmosphere. ____
17. Convention, stabilization of greenhouse gas concentrations in the atm
18. rces, sinks and reservoirs of greenhouse gases and adaptation, and com
19. and removals by sinks of all greenhouse gases not controlled by the M
20. and removals by sinks of all greenhouse gases not controlled by the M
21. nt anthropogenic emissions of greenhouse gases not controlled by the M
22. inks and reservoirs of all 11 greenhouse gases not controlled by the M
23. ts anthropogenic emissions of greenhouse gases and protecting and enha
24. protecting and enhancing its greenhouse gas sinks and reservoirs. The
25. s of carbon dioxide and other greenhouse gases not controlled by the M
26. rces and removals by sinks of greenhouse gases not controlled by the M
27. s of carbon dioxide and other greenhouse gases not controlled by the M
28. rces and removals by sinks of greenhouse gases for the purposes of sub
29. of anthropogenic emissions of greenhouse gases not controlled by the M
30. of anthropogenic emissions of greenhouse gases not controlled by the M
31. for preparing inventories of greenhouse gas emissions by sources and
32. and removals by sinks of all greenhouse gases not controlled by the M
33. and removals by its sinks of greenhouse gases during the period refer
34. and increments of removals of greenhouse gases, as well as an estimate

AGENDA 21 - PROCURA 13

1. well as atmospheric levels of greenhouse gas concentrations, that woul
2. trol atmospheric emissions of greenhouse and other gases and substance
3. ces and land use can decrease greenhouse gas sinks and increase atmsp
4. of anthropogenic emissions of greenhouse gases; (ii) The conse
5. appropriate, of all sinks for greenhouse gases; (iii) The conse
6. e, of sinks and reservoirs of greenhouse gases, including biomass, for
7. and the sources and sinks of greenhouse gases, and ensure that the re

CORPUS 2^a METADE ANOS 90 - PROCURA 1

1. ain or restore populations of harvested stocks, and where necessary
a

CORPUS 2^a METADE ANOS 80 - PROCURA 9

1. he sustainable utilization of harvested natural resources under their
2. sustainable utilization of harvested natural resources under their
3. (b) ensure sustainable use of harvested species; (c) protect endan
4. ll pay special attention to harvested species, and, to that effect,
5. g decrease in the size of any harvested population to levels below
6. ogical relationship between harvested, dependent and related popula
7. ding and feeding grounds of harvested species. Article 11 P

CORPUS 1ª METADE ANOS 80 - PROCURA 6

salam, the State Minister for Population and the Environment of the Re
e, in order to restore viable population levels; (d) the regulation,
iv) the health of the coastal population; (v) tourist and recreation
n the size of any harvested population to levels below those which e
er to assist restoration of population levels or counterbalance any
ry measures to maintain the population of such species at the high
the Region; Unsatisfactory population levels for the largest poss

CORPUS 1^a METADE ANOS 80 - PROCURA 5

1. f decrease in the size of any harvested population to levels below t
2. abundance and productivity of harvested species and dependent or rel
3. of the quantity which may be harvested from the populations of regi

CORPUS 2^a METADE ANOS 90 - PROCURA 2

1. freedom of navigation on the high seas, the right and the modal
2. namely that the management of high seas fisheries is inadequate
3. ies whose vessels fish on the high seas. Article 2 Objective
4. tes and States fishing on the high seas shall, in giving effect
5. s to engage in fishing on the high seas in accordance with the C
6. r such stocks in the adjacent high seas area shall seek, either
7. these stocks in the adjacent high seas areas; (b) with respect
8. measures established for the high seas and those adopted for ar
9. tes and States fishing on the high seas have a duty to cooperate
10. espect of such stocks for the high seas do not undermine the eff
11. tablished and applied for the high seas in accordance with the C
12. tes and States fishing on the high seas; (c) take into account
13. and the States fishing on the high seas on the stocks concerned;
14. inform States fishing on the high seas in the subregion or regi
15. on. 8. States fishing on the high seas shall regularly inform o
16. h fish for such stocks on the high seas. PART III MECHANISMS F
17. tes and States fishing on the high seas shall, in accordance wit
18. fishing for the stocks on the high seas and relevant coastal Sta
19. tes and States fishing on the high seas for such stocks in the s
20. thereof Article 16 Areas of high seas surrounded entirely by a
21. fish stocks in an area of the high seas surrounded entirely by a
22. espect of those stocks in the high seas area. Having regard to t
23. sures taken in respect of the high seas shall take into account
24. nt measures in respect of the high seas. 2. Pursuant to article
25. ate whose vessels fish on the high seas shall take such measures
26. g its flag for fishing on the high seas only where it is able to
27. ontrol of such vessels on the high seas by means of fishing lice
28. (ii) prohibit fishing on the high seas by vessels which are not
29. ed to fish, or fishing on the high seas by vessels otherwise tha
30. equire vessels fishing on the high seas to carry the licence, au
31. els authorized to fish on the high seas and provision of access
32. ation of transshipment on the high seas to ensure that the effec
33. in fishing operations on the high seas until such time as all o
34. elieving that a vessel on the high seas has been engaged in unau
35. and inspect the vessel on the high seas This paragraph is withou
36. rangement from fishing on the high seas in the subregion or regi
37. ion in enforcement 1. In any high seas area covered by a subreg
38. tes whose vessels fish on the high seas in the subregion or regi
39. rred to in paragraph 1 in the high seas area covered by such org
40. n established in the relevant high seas area. 16. Action taken
41. that a fishing vessel on the high seas is without nationality,
42. d regulations in force in the high seas area in question pursuan
43. nd management measures on the high seas. 4. Nothing in this art
44. enable them to participate in high seas fisheries for such stock
45. eries for these stocks on the high seas and those in areas under
46. on fishing operations on the high seas, at sufficiently frequen
47. unregulated fisheries on the high seas, in some cases involving
48. res by Fishing Vessels on the High Seas was adopted at the Twent
49. res by Fishing Vessels on the High Seas, 1993, which, according
50. as well as to participate in high seas fisheries, including acc
51. hly migratory fish stocks and high seas fish stocks, where these
52. hly migratory fish stocks and high seas fish stocks throughout t
53. ith international law for the high seas or in conformity with na
54. to fly their flag fish on the high seas or in waters under the j

55. els authorized to fish on the high seas or in waters under the j
56. res by Vessels Fishing in the High Seas should be encouraged to
57. ies research conducted on the high seas. 12.16 States should, wh
58. FAO Technical Consultation on High Seas Fishing, held in Septemb
59. address the issues regarding high seas fisheries. 5. The One Hu
60. ing that priority be given to high seas issues and requested tha
61. nd management measures on the high seas. 7. The further developm
62. FAO Technical Consultation on High Seas Fishing, the Strategy en
63. res by Fishing Vessels on the High Seas and recommended that the
64. rinciples dealing mainly with high seas issues be left in abeyan

CORPUS 1^a METADE ANOS 90 - PROCURA 8

1. terrestrial ecosystems; and g) High latitude processes. A
2. by international law, and the high seas, including the bed of all
3. , exclusive economic zones or high seas shall be deemed to be il
4. nalties shall be sufficiently high to both punish and deter such
5. RES BY FISHING VESSELS ON THE HIGH SEAS PREAMBLE The Parties to
6. s to engage in fishing on the high seas, subject to the relevant
7. f the living resources of the high seas, Acknowledging the right
8. for fishing activities on the high seas, Further recalling that
9. arine living resources on the high seas, Calling upon States whi
10. ir flags and operating on the high seas, including the authoriza
11. he exchange of information on high seas fishing, Noting that thi
12. r intended for fishing on the high seas. 2. A Party may exempt f
13. to be used for fishing on the high seas unless it has been autho
14. to be used for fishing on the high seas unless the Party is sati
15. to be used for fishing on the high seas by a Party ceases to be
16. authorization to fish on the high seas shall be deemed to have
17. to be used for fishing on the high seas, unless it is satisfied
18. to be used for fishing on the high seas has expired; and (ii) n
19. to be used for fishing on the high seas has been withdrawn by an
20. to be used for fishing on the high seas, where the Party concern
21. the vessel for fishing on the high seas would not undermine the
22. authorization to fish on the high seas. ARTICLE IV Records of F
23. to be used for fishing on the high seas, and shall take such mea
24. emically stabilized, having a high iron content (above 20%) and
25. r the Trade Committee and the High Level Group on Commodities, t
26. they are found have suffered high degree of depletion to the po
27. s and regulations provide for high levels of environmental prote
28. With the aim of achieving high levels of environmental prote
29. r equipment and facilities of high value, or the protection of t
30. r equipment and facilities of high value, or the protection of t
31. ice-free areas or in areas of high ablation. 3. Wastes generat
32. r equipment and facilities of high value or the protection of th
33. tement action will start from high priority measures, which will

AGENDA 21 - PROCURA 14

1. ns for resource-poor people. High priority should be given to b
2. ementation of Agenda 21, give high priority to the review of the
3. s crucial and should be given high priority. It is particularly
4. consumption patterns are very high in certain parts of the world
5. tion patterns should be given high priority. (b) Data and in
6. e development should be given high priority. Financing and cos
7. cal importance and are a very high priority in the implementatio
8. articularly in countries with high infant mortality; (g)
9. ashion by all countries, with high priority being given to the n
10. nmental and other services of high standard (e.g. water
11. generated by inefficiencies, high demographic and industrial co
12. ransport programmes favouring high-occupancy public transport in
13. averaged 5.6 per cent, with a high of 15.1 per cent in the case
14. rvice training is known to be high. The seminars, workshops and
15. t of the dryland areas with a high population density and agricu
16. ht-related disasters are also high in terms of lost production,
17. ng agricultural production in high-potential areas through effic
18. ally sound biotechnologies of high environmental importance, esp
19. arine living resources of the high seas; (d) Sustainable
20. inating mechanisms (such as a high-level policy planning body) f
21. 05. resources of the high seas Basis for action 17.44
22. last decade, fisheries on the high seas have considerably expand
23. arine living resources of the high seas sets forth rights and ob
24. (a) However, management of high seas fisheries, including the
25. onals and vessels fish on the high seas, as well as cooperation
26. arine living resources on the high seas. To this end, it is nec
27. arine living resources in the high seas. 17.47. Nothing in par
28. tion of marine mammals on the high seas more strictly than provi
29. global levels, to ensure that high seas fisheries are managed in
30. tes and States fishing on the high seas. 17.50. States should
31. els flying their flags on the high seas take place in a manner s
32. els flying their flags on the high seas to ensure compliance wit
33. for fishing activities on the high seas. 17.53. States should
34. arine living resources of the high seas; (b) Exchange on a
35. ental agencies, should assess high seas resource potentials and
36. States with an interest in a high seas fishery regulated by an
37. g subregional and/or regional high seas fisheries organization o
38. tions of species found on the high seas, including identifying c
39. (a) Develop databases on the high seas marine living resources
40. arine environmental data with high seas marine living resources
41. knowledge necessary to manage high seas resources. (c) Human re
42. development and management of high seas resources, including tra
43. ources, including training in high seas fishing techniques and i
44. eas fishing techniques and in high seas resource assessment, str
45. res of personnel to deal with high seas resource management and
46. nd sustainable utilization of high seas marine living resources.
47. marine ecosystems exhibiting high levels of biodiversity and pr
48. g resources, such as areas of high diversity, endemism and produ
49. edict future conditions. The high degree of uncertainty in pres
50. of national jurisdiction and high seas, including interactions
51. 05. States should strengthen high-level inter-agency, subregion
52. and fauna, giving them a very high share of global biodiversity.
53. services available based upon high-density hydrometric networks.
54. r point-source discharges and high-risk non-point sources, comme

55. nability. This will entail a high degree of community participa
56. the urban and rural poor. A high proportion of large urban aggr
57. l technologies for low-income high-density urban settlements. T
58. Achieving food security is a high priority in many countries, a
59. t-effective manner and with a high degree of safety. However, a
60. of chemicals characterized by high-volume production, crucial da
61. te, should: (a) Give high priority to hazard assessment
62. g data for toxic chemicals of high environmental importance;
63. ly to identify populations at high risk and to take remedial mea
64. ation; (b) Assigning high priority to the extension of
65. , especially technologies for high-density settlements. (c) H
66. l wastes up to very large for high-level wastes. Annually about
67. -level waste and 10,000 m3 of high-level waste (as well as spent
68. radionuclides increases. The high-level waste contains about 99
69. d radiation sources, might be high, thus justifying very stringe
70. ow the storage or disposal of high-level, intermediate-level and
71. deep geological disposal, of high-level radioactive waste;
72. e they are disproportionately high in comparison to the overall
73. ustrial change, the extremely high priority they give to protect
74. s, particularly women, face a high degree of economic, legal and
75. Conduct studies of high-resource and low-resource agr
76. should focus on reducing the high illiteracy levels and redress
77. ates from vocational schools, high schools and universities, in
78. th adequate preparations at a high level. B
79. pment, making full use of its high-level and coordination segmen
80. l and international levels, a high-level Commission on Sustainab
81. of Agenda 21. E. High-level inter-agency coordinati
82. es. F. High-level advisory body 38.18.
83. nefit from the expertise of a high-level advisory board consisti
84. ly through the United Nations high-level coordination mechanism
85. nal jurisdiction, such as the high seas, the upper atmosphere an
86. egradation, biodiversity, the high seas and the upper atmosphere

CORPUS 2ª METADE ANOS 80 - PROCURA 10

1. amoa (ii) those areas of high seas which are enclosed from
2. plenipotentiary Meeting of the High Level Conference on the Pro
3. sposal facilities by means of high temperature incineration, or
4. enance of programmes of high-quality meteorological surfac
5. rotocol particularly on the high seas, including procedures fo
6. tances are those which have a high degree of persistence coupl
7. ce of retaining the naturally high productivity of areas such
8. luding territorial waters or high seas, contained in the Treaty
9. llutants. Considering that high priority should be given to r

CORPUS SÉCULO XXI - PROCURA 12

1. measures established for the high seas and those adopted for ar
2. ct of the same stocks for the high seas which form part of the C
3. tes and States fishing on the high seas in accordance with the 1
4. and the States fishing on the high seas on the stocks concerned;
5. Where there are areas of high seas in the Convention Area e
6. measures established for such high seas areas and those establis
7. es for the same stocks on the high seas are compatible; (c) ado
8. ich are separated by areas of high seas; (j) the fishing intere
9. pted by the Commission on the high seas and complementary measur
10. ; and (b) is operated on the high seas in the Convention Area i
11. migratory fish stocks on the high seas in the Convention Area t
12. migratory fish stocks on the high seas in the Convention Area.
13. tibility between national and high seas vessel monitoring system
14. that a fishing vessel on the high seas has engaged in unauthori
15. and inspect the vessel on the high seas. This paragraph is witho
16. ion of fishing vessels on the high seas in the Convention Area.
17. ion of fishing vessels on the high seas in the Convention Area s
18. e and authorized to undertake high seas boarding and inspection
19. ls fishing exclusively on the high seas in the Convention Area,
20. Area, vessels fishing on the high seas and in waters under the
21. lag State and in the adjacent high seas, an observer placed unde
22. e vessel is navigating on the high seas in the Convention Area a
23. its flag State to fish on the high seas, all fishing equipment o
24. FINAL ACT OF THE MULTILATERAL HIGH-LEVEL CONFERENCE ON THE CONSE
25. 1994, convened a multilateral high-level conference on South Pac
26. sessions of the Multilateral High-Level Conference on the Conse
27. CIFIC OCEAN The Multilateral High-Level Conference on the Conse
28. ticipated in the Multilateral High-Level Conference on the Conse
29. OF AMERICA The Multilateral High-Level Conference on the Conse
30. 109 B. General statements by high-level officials
31. s by Fishing Vessels on the High Seas;18 (c) Implement the 1
32. Migratory Fish Stocks, on the high seas and within exclusive eco
33. these observations to produce high-quality data that could be
34. achieved in the absence of a high prevalence of debilitating
35. elimination of tariff peaks, high tariffs and tariff escalati
36. ; (c) Make full use of its high-level, coordination, operatio
37. pation of major groups in its high-level segment and the work
38. ent should continue to be the high- level commission on sustain
39. ble development through the high-level segments; (c) Addres
40. level, in order to provide a high-level focus on sustainable de
41. Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights
42. Office of the United Nations High Commissioner for Refugees-Sou
43. , statements were made by the High-level Adviser for the Unite
44. and Development, the World High Technology Society and the Un
45. of the major groups, were of high quality and enhanced our di
46. o clean water, sanitation and high-quality, affordable and equ
47. nd long-term commitments at a high level . Sound policies an
48. l productivity and to produce high-value crops that can be grown
49. nd support, between low-value/high-volume products (such as ma
50. and beans) and those that are high-value/low-volume (such as f
51. global coordinated action and high national priority will help
52. eavy emphasis on centralized, high- capital-cost conventional e
53. n: . In Africa, stable and high-quality assistance and partne
54. fffice of the United Nations High Commissioner for Human Rights

55. ion of the African Union, the High Representative for the Leas
56. ffice of the United Nations High Commissioner for Refugees-Sou
57. B. General statements by high-level officials 6. At
58. that the general debate of high-level officials, under agenda
59. They noted awareness of the high standards by which business w
60. hile at the same time curbing high levels of consumption in de
61. the fishery resources on the high seas. 7. The representative
62. ch to energy supply, accorded high priority to renewable energy
63. abilities that attach to this high post, and we count on your
64. I strongly propose to use the high-level dialogue of the Gener
65. opment was characterized by a high level of participation by m
66. er event (4 September); the high-level round tables (2-4 Septe

CORPUS 1992 - PROCURA 1

1. ; (f) Countries with areas of high urban atmospheric pollution;
2. ems and habitats: containing high diversity, large numbers of e
3. of drought, Noting the high concentration of developing c

CORPUS 2ª METADE ANOS 80 - PROCURA 14

1. in question are required as a raw material for recycling or re

CORPUS 1ª METADE ANOS 90 - PROCURA 11

1. uct life cycles including: - raw material selection, extractio
2. ing that recovery of valuable raw materials from wastes has bee
3. ing limited virgin sources of raw materials, and convinced that
4. s in substituting for primary raw materials and in preserving n
5. ful substances. b) Change of raw materials. c) Change of manu

AGENDA 21 - PROCURA 20

1. The developing world need more raw material, energy, and economic
2. processes for transforming raw materials, support for sustainable
3. of food, feed and renewable raw materials; (b) Improve
4. i. feed and renewable raw materials Basis for action
5. e increases of food, feed and raw materials by improving the number
6. tion and industrial supply of raw materials; (e) Increase
7. e in food, feed and renewable raw materials production. (b)
8. energy sources, animal feed and raw materials from recycling organizations
9. ing into account, inter alia, raw material use and energy consumption
10. Count the saving in energy and raw materials; (e) Develop

CORPUS 1^a METADE ANOS 90 - PROCURA 12

1. for inclusion in the amber or red lists, when taking into account the
2. lusion on the green, amber or red lists. In accord with provisions of
3. cluded in either the amber or red lists might not be legally defined
4. signed to the green, amber or red lists shall be eligible for transfr
5. mproving the green, amber and red lists of wastes and toward uniform
6. for inclusion in the amber or red lists, when taking into account the

CORPUS 1ª METADE ANOS 90 - PROCURA 13

1. tions ex 2621 00 Neutralized red mud from alumina production ex 2

CORPUS 2^a METADE ANOS 80 - PROCURA 15

1. nto seas/oceans including sea-bed insertion D8 Biological tr
2. rmanently attached to the sea-bed, including dynamically suppo
3. anently attached to the sea-bed for the purpose of exploratio
4. on or exploitation of the sea-bed or its subsoil or a modificat
5. or a modification of the sea-bed profile; (h) the regulation
6. ticle 8 POLLUTION FROM SEA-BED ACTIVITIES The Contracting
7. n and exploitation of the sea-bed and its subsoil. Artic

CORPUS 1^a METADE ANOS 90 - PROCURA 1

1. deliberate disposal under the sea-bed made accessible from land by
2. se into seas/oceans including sea-bed insertion D8 Biological trea

CORPUS 1ª METADE ANOS 90 - PROCURA 14

1. ation and exploitation of the sea bed, its subsoil and the continen

CORPUS 1ª METADE ANOS 80 - PROCURA 10

1. Article 8 POLLUTION FROM SEA-BED ACTIVITIES The Contracting
2. ion and exploitation of the sea-bed and its subsoil. Article
3. ATION AND EXPLOITATION OF THE SEA-BED The Contracting Parties sh
4. ation and exploitation of the sea-bed and its subsoil subject to t
5. tion: (1) "Area" means the sea-bed and ocean floor and subsoil
6. he natural resources of the sea-bed and subsoil, in particular me
7. Article 208 Pollution from sea-bed activities subject to nationa
8. ng from or in connection with sea-bed activities subject to their
9. ith respect to pollution from sea-bed activities States shal
10. ng from or in connection with sea-bed activities subject to their
11. continental shelf and the sea-bed and its subsoil. Article
12. ation or exploitation of the sea-bed or its subsoil or a modificat
13. oil or a modification of the sea-bed profile; (h) the regulatio

CORPUS 1^a METADE ANOS 80 - PROCURA 9

1. are immobile on or under the seabed or are unable to move except
2. nt physical contact with the seabed or the subsoil and, in so far

CORPUS 2^a METADE ANOS 90 - PROCURA 3

1. f navigation, on or above the seabed or at the surface. Research i

AGENDA 21 - PROCURA 21

1. ubregional research on carbon sequestration, air pollution and other envi

CORPUS SÉCULO XXI - PROCURA 16

1. of energy, of carbon dioxide sequestration technologies and of advanced

BIBLIOGRAFIA SOBRE AMBIENTE

ANUÁRIO FORUM AMBIENTE 2000, “O Ambiente no novo milénio”, Porto, Caderno Verde, 2000.

ANUÁRIO FORUM AMBIENTE 2001, Porto, Caderno Verde, 2001.

ARMS, Karen, *Environmental Science*, USA, Saunders College Publishing, 1990.

ATTEWELL, Peter, *Ground Pollution – Environment, Geology, Engineering and Law*, London, E & FN Spon, 1993.

BUCHHOLZ, Rogene A., *Principles of Environmental Management - The Greening of Business*, London, Prentice-Hall International, 1998.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes (coord.), *Introdução ao Direito do Ambiente*, Lisboa, Universidade Aberta, 1998.

CANTER, Larry W., *Environmental Impact Assessment*, New York, McGraw-Hill, 1996.

CARAPETO, Cristina (coord.), *Educação Ambiental*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990.

CARVALHO, Raquel, *Leis Fundamentais do Direito do Ambiente*, Porto, Universidade Católica Portuguesa, 1999.

CRUMP, Andy, *Dictionary of Environment and Development - People, Places, Ideas and Organizations*, London, Earthscan Publications, 1991.

JARVIS, Peter J., *Ecological Principles and Environmental Issues*, England, Pearson Education / Prentice Hall, 2000.

MORGAN, Michael D.; MORAN, Joseph M.; WIERSMA, James H, *Environmental Science – managing Biological and Physical Resources*, Dubuque, C. Brown Publishers, 1993.

NOVO, Mário; LARA, Ramón (coord.), *La Interpretación de la Problemática Ambiental: Enfoques Básico. II*, Madrid, Máster en Educación Ambiental (Universidad Nacional de Educación a Distancia / Cátedra UNESCO de Educación Ambiental / Fundación Universidad-Empresa, 1999.

OLSON, Scott S., *International Environmental Standards Handbook*, USA, Lewis Publishers, 1999.

Normas ISO

ISO, *ISO 14000 – Environmental Management*, ISO Standards Compendium, Genève, International Standardization for Organization, 1998.

Recursos on-line

1) Artigos

ANTUNES, Pedro Baila, *Evolução do Direito e da política do ambiente internacional, comunitário e nacional*.

http://www.ipv.pt/millennium/ect7_pba.htm

KISS, Alexandre, *Direito Internacional do Ambiente*, França, s/d.

http://www.diramb.gov.pt/data/basedoc/TXT_D_9211_1_0001.htm

OLIVEIRA E CUNHA, Vasco, *A UNESCO o ambiente e o desenvolvimento*.

http://www.ipv.pt/millennium/ect7_voc.htm

SIMÕES, Luís Manuel Fernandes, *A importância da integração dos riscos geológicos no planeamento, no ordenamento do território e na protecção do meio ambiente: conceitos e algumas ideias*.

http://www.ipv.pt/millennium/ect7_lmfs.htm

2) Glossários e Dicionários sobre o Ambiente

CIESIN - Centre for International Earth Science Information Network

<http://sedac.ciesin.columbia.edu/entri-old/ENTRIchron.html>

EEA Multilingual Environmental Glossary

<http://glossary.eea.eu.int/EEAGlossary/searchGlossary>

Environmental Glossary

<http://soilslab.cfr.washington.edu/S-7/envglossary.html>

Environmental Glossary

<http://www.lehigh.edu/~kaf3/books/reporting/glossary.html>

Environmental Health Center – Environmental Glossary

<http://www.nsc.org/ehc/glossary.htm>

Environmental Science – Systems and solutions

http://environment.jpup.com/mckinney/interactive_glossary_showterm.cfm?term=bottom-up%20approach%20

Geography Glossary

<http://geography.about.com/msub39.htm>

Glossary of Geography

<http://www.geographic.org/glossary.html>

Hyperdictionary

<http://www.hyperdictionary.com/dictionary/brain+drain>

International Law Dictionary & Directory

<http://august1.com/pubs/dict/index.shtml>

Investing Glossary

<http://www.investorwords.com/cgi-bin/getword.cgi?4048>

Manual tag closed cup tester

<http://www.mastrad.com/manualtag.htm>

Merryam-Websters Dictionary of Law

http://www.lawyers.com/legal_topics/glossary/search/profile/listing.php?term=convention&seqno=1895&count=1

NRDC: Glossary of Environmental Terms

<http://www.nrdc.org/reference/glossary/c.asp>

US Environmental Protection Agency – Terms of Environment

<http://www.epa.gov/OCEPAterms/aterms.html>

World Health Organization

<http://www.who.int/home/hq.html>

BIBLIOGRAFIA SOBRE METÁFORAS

AMOSSY, Ruth; HERSCHBERG PIERROT, Anne, *Stéréotypes et Clichés – langue, discours, société*, Paris, Éditions Nathan, 1997.

BARCELONA, Antonio (ed.), *Metaphor and Metonymy at the Crossroads – A Cognitive Perspective*, Berlin/New York, Mouton De Gruyter, 2000.

BOLÉO, Manuel de Paiva, *A Metáfora na Língua Portuguesa Corrente*, Coimbra, Coimbra Editora, 1935.

BRITON, Bruce K.; GRAESSER, Arthur C. (ed.), *Models of Understanding Text*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 1996.

CAMERON, Lynne; LOW, Graham, *Researching and Applying Metaphor*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

CASTILLO, Raúl Biord, «Logica de la Analogia – de la metáfora a la anaphora», in *Anthropos Venezuela*, n.º 1, Caracas, Liberia Editorial Salesiana, 1997, p. 27-48.

CATACH, Nina, *Orthographe et Lexicographie – Les Mots Composés*, Paris, Nathan Université Information Formation, 1981.

CENDÓN, Beatriz Méndez; CHANG, Lesli-Ann, «Metaphorical radiodiagnostic terms – “Sign” designation in Spanish and English» in *Terminology – International Journal of Theoretical and Applied Issues in Specialized Communication*, vol. 7, number 1, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing, 2001, p. 49-61.

CHAFE, Wallace L., *Meaning and the Structure of Language*, Chicago, University of Chicago Press, 1973.

COHEN, L. Jonathan; AVISHAI, Margalit, «The role of inductive reasoning in the interpretation of metaphor», in DAVIDSON, Donald; HARMAN, Gilbert (ed.), *Semantics of Natural Language*, Holland, D. Reidel Publishing Company, 1972, p. 722-740.

CONTENÇAS, Paula, *A Eficácia da Metáfora na Produção da Ciência - O caso da Genética*, Lisboa, Instituto Piaget, 1999.

CORMAC, Earld R. Mac, *A Cognitive Theory of Metaphor*, Cambridge/Massachusetts, The MIT Press, 1985.

CURSE, Alan, *Meaning in Language: An Introduction to Semantics and Pragmatics*, New York, O.U.P., 2000.

DANLOS, Lawrence (ed.), *Langages – Les Expressions Figées*, 90, Juin 1988, Paris, Larousse.

DORMAEL, J. Van; SPOELDERS, M.; VANDAMME, F. (ed.), *Metaphor*, Ghent, Communication & Cognition, 1987.

DROMI, Esther, *Early Lexical Development*, London, Singular Publishing Group, 1996.

DUFF, Alan, *The Third Language – Recurrent Problems of Translation Into English*, Oxford, Pergamon Press, 1981.

EIKMEYER, Hans-Jurgen; RIESER, Hannes (ed.), *Words, Worlds and Contexts – New Approaches in Word Semantics*, Berlin/New York, Walker de Gruyer, 1981.

ELLIS, Henry C.; HUNT, R. Reed, *Fundamentals of Cognitive Psychology*, USA, Brown & Benchmark, 1993.

ENES, José, «Noeticidade Metafórica da Linguagem Científica», in *Arquipélago – História e Filosofia*, n.º 1 Janeiro-Junho, vol.7, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1985, p. 9-36.

FARIA, Isabel Hub, «Expressões Idiomáticas, Emoções, Sujeitos Figurados e Sujeitos Experienciados», in FARIA, Isabel Hub (org.), *Lindley Cintra: Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa, Edições Cosmos/Faculdade de Letras de Lisboa, 1999, p. 377-402.

FERNANDO, Chitra, *Idioms and Idiomaticity*, Oxford, O.U.P., 1996.

FLEISCHMAN, Suzanne, «Language and Medicine» in SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi E. (ed.), *The Handbook of Discourse Analysis*, Massachusetts, Blackwell Publishers, 2001, p. 483-489.

FONSECA, Joaquim, *Estudos de Sintaxe, Semântica e Pragmática do Português*, Porto, Porto Editora, 1993.

FOOLEN, Ad, «The Expressive Function of Language: Towards a Cognitive Semantic Approach», in NIEMEIER, Susanne; DIRVEN, René (ed.), *The Language of Emotions*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing, 1997, p. 15-31.

FROMKIN, Vitoria A. (ed.), *Linguistics – An Introduction to Linguistic Theory*, Oxford, Blackwell Publishers, 2000.

GIBBS, Raymond W.; STEEN, Gerard J. (ed.), *Metaphor in Cognitive Linguistics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing, 1999.

GOATLY, Andrew, *The Language of Metaphors*, London, Routledge, 1997.

GOLDBERG, Adele E. (ed.), *Conceptual Structure, Discourse and Language*, Stanford, CSLI, 1996.

GOMES DA TORRE, M., «Acerca da Tradução da Metáfora», in *Separata da Revista da Faculdade de Letras do Porto*, II série, vol. IX, 1992, Porto, FLUP, p. 209-226.

- GOODMAN, Nelson, *Modos de Fazer Mundos*, Porto, Edições Asa, 1995.
- GREEN, David W. *et al.*, *Cognitive Science - An Introduction*, Oxford, Blackwell Publishers, 2000.
- GROSS, Gaston, *Les Expressions Figées en Français – Noms Composés et Autres Locutions*, Paris, Ophrys, 1996.
- HAEGEMAN, Liliane; GUÉRON, Jacqueline, *English Grammar – A Generative Perspective*, Oxford, Blackwell Publishers, 1999.
- HALLIDAY, M. A. K., *An Introduction to Functional Grammar*, Great Britain, Edward Arnold, 1991.
- HAWKES, Terence, *Metaphor*, London, Methuen & Co, 1972.
- HENLE, Paul (ed.), *Language, Thought and Culture*, USA, The University of Michigan Press/Ann Arbor Paperback, 1965.
- HENRY, Albert, *Métonymie et Métaphore*, Paris, Éditions Klincksieck, 1971.
- HOLLAND, Dorothy; QUINN, Naomi (ed.), *Cultural Models in Language and Thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
- HONECK, Richard P.; HOFFMAN, Robert R. (ed.), *Cognition and Figurative Language*, USA, Lawrence Erlbaum Associates, 1980.
- HUDSON, Grover, *Essential Introductory Linguistics*, Oxford, Blackwell Publishers, 1999.
- HURFORD, James R.; STUDDERT-KENNEDY, Michael; KNIGHT, Chris (ed.), *Approaches to the evolution of language*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001.
- INNERARITY, Daniel, «El saber de las metáforas», in *Temas – Revista de Filosofía*, nº. 13, Mexico, Universidad Panamericana, 1997, p. 139-154.
- IRIARTE SANROMÁN, Álvaro, *A Unidade Lexicográfica – Palavras, Colocações, Frasesmas, Pragmáticas*, Braga, Universidade do Minho, 2001.
- JACKENDOFF, Ray, *Languages of the mind – essays on mental representation*, London, The MIT Press, 1995.
- *The Architecture of the language faculty*, Cambridge/Massachusetts, The MIT Press, 1997.
- *Semantics and Cognition*, Cambridge/Massachusetts, The MIT Press, 1999.
- JOHANSSON, Stig; KSEFJEL, Signe (ed.), *Corpora and Cross-Linguistic Research – theory, method, and case studies*, Amsterdam, Rodopi, 1998.

- KAY, Paul, *Words and the Grammar of Context*, US, CSLI Publications, 1997.
- KEARNS, Michael S., *Metaphors of Mind in Fiction and Psychology*, USA, University Press of Kentucky, 1987.
- KITTAY, Eva Feder, *Metaphor – Its Cognitive Force and Linguistic Structure*, Oxford, Clarendon Press, 1987.
- KOENIG, Jean-Pierre (ed.), *Discourse and Cognition – Bridging the Gap*, Stanford, Centre for the Study of Language and Information, 1998.
- KÖVECSES, Zoltán, *Metaphors of Anger, Pride and Love*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing, 1986.
- *Metaphor – a practical introduction*, New York, Cambridge University Press, 2002.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark, *Metaphors We Live By*, Chicago/London, University of Chicago Press, 1980.
- LAKOFF, George, *Women, Fire and Dangerous Things – What categories reveal about the mind*, Chicago, The University of Chicago Press, 1985.
- LANGACKER, Ronald W., *Foundations of Cognitive Grammar – Descriptive Application*, vol.2, Stanford, Stanford University Press, 1991.
- *Foundations of Cognitive Grammar – Theoretical Prerequisites*, vol.1, Stanford, Stanford University Press, 1991.
- LE GUERN, Michel, *Semântica da Metáfora e da Metonímia*, Porto, Telos Editora, 1974.
- LEFFEL, Katherine; BOUCHARD, Denis (ed.), *Views on Phrase Structure*, Netherlands, Kluwer Academic Publishers, 1991.
- LOOSSENS, Louis, *By Word of Mouth – Metaphor, Metonymy and Linguistic Action in a Cognitive Perspective*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing, 1995.
- LUDLOW, Peter (ed.), *Readings in the Philosophy of Language*, Cambridge/Massachusetts, The MIT Press, 1997.
- LYCAN, William G., *Philosophy of Language – A Contemporary Introduction*, London, Routledge, 2000.
- MIGUENS, Sofia, «Metáfora», in *Separata da Revista Filosofia*, II Série, vol. XIX, Porto, FLUP, 2002, p. 73-112.

MILLER, George A.; FELLBAUM, Christiane, «Semantic networks of English» in LEVIN, Beth; PINKER, Steve (ed.), *Lexical and Conceptual Semantics*, Cambridge/Oxford, Blackwell Publishers, 1995.

MOESCHLER, Jacques, *et al.*, *Langage et Pertinence*, Nancy, Universitaires de Nancy, 1994.

MORAN, Richard, «Metaphor» in HALE, Bob; WRIGHT, Crispin (ed.), *A Companion to the Philosophy of Language*, Massachusetts, Blackwell Publishers, 1998, p. 248-268.

NYE, Andrea, *Philosophy of Language: The Big Questions*, Massachusetts, Blackwell Publishers, 1999.

NUYTS, Jan, *Aspects of a Cognitive-Pragmatic Theory of Language*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing, 1992.

NUYTS, Jan; PEDERSON, Eric, *Language and Conceptualization*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

ORTONY, Andrew, *Metaphor and Thought*, USA, Cambridge University Press, 1993.

OSHERSON, Daniel N.; KOSSLYN, Stephen M.; HOLLERBACH, John (ed.), *An Invitation to Cognitive Science – Visual cognition and action*, vol. 2, Cambridge/Massachusetts, The MIT Press, 1990.

OSHERSON, Daniel N.; SMITH, Edward E. (ed.), *An Invitation to Cognitive Science - Thinking*, vol. 3, Cambridge/Massachusetts, The MIT Press, 1991.

OSHERSON, Daniel N. (ed.), *An Invitation to Cognitive Science – Methods, models and conceptual issues*, vol. 4, Cambridge/Massachusetts, The MIT Press, 1998.

PANTHER, Klaus-Uwe; RADDEN, Günter, *Metonymy in Language and Thought*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing, 1999.

PARKER, John Morris, «A Metáfora nos Títulos de Imprensa em Portugal», in *Actas VII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Colibri/FLUL, 1992, p. 317-329.

PARTEE, Barbara H., «Lexical Semantics and Compositionality», in GLEITMAN, Lila R.; LIBERMAN (ed.), *An Invitation to Cognitive Science – Language*, vol. 1, London, MIT Press, 1995, p. 311-360.

PLANAS, M. Elvira Teruel, *Retòrica, Informació i Metàfora – Anàlisi aplicada als Mitjans de Comunicació de Massa*, Bellaterra, Universitat Autònoma de Barcelona, 1997.

PONTES, Eunice (org.), *A Metáfora*, Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

REEVES, Wayne W., *Cognition and Complexity – The Cognitive Science of Managing Complexity*, USA, Scarecrow Press, 1996.

RICOEUR, Paul, *A Metáfora Viva*, Porto, Rés Editora, 1983.

RUDZKA-OSTYN, Brygida, *Topics in Language Linguistics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing, 1988.

SACKS, Sheldon (ed.), *Critical Inquiry – Special Issue on Metaphor*, vol. 5, number 1, USA, The University of Chicago Press, 1978.

SANTOS, Américo Oliveira, «Metáfora: Figurações, Fulgurações», in *Separata da Revista Línguas e Literaturas*, XV, Porto, FLUP, 1998, p. 187-195.

SILVA, Augusto Soares da (org.), «Metáfora, Metonímia e Léxico», in *Separata da Revista Diacrítica*, n.º 7, Braga, Universidade do Minho, 1992, p. 313-330.

— *Linguagem e Cognição – A Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga, Associação Portuguesa de Linguística, 2001.

SOUSA, Eudoro de (com.), *Poética de Aristóteles*, Maia, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.

STERNBERG, Robert L., *Metaphors of Mind – Conceptions of the Nature of Intelligence*, Cambridge, C. U. P., 1992.

STEELE, Ross; THREADGOLD, Terry (ed.), *Language Topics – Essays in Honour of Michael Halliday*, vol. 2, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing, 1987.

SWEETSER, Eve E., *From etymology to pragmatics metaphorical and cultural aspects of semantic structure*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs, “Conventional” and “Dead” Metaphors Revisited, in Paper no. 132, Series A, July, Stanford, Stanford University, 1984.

TAYLOR, John R., *Linguistic Categorization - Prototypes in Linguistic Theory*, New York, Oxford University Press, 1991.

TURNER, Mark, «An image-schematic constraint on metaphor» in GEIGER, Richard A.; RUDZKA-OSTYN (ed.), *Conceptualizations and Mental Processing in Language*, Berlin/New York, Mouton de Gruyter, 1993, p. 291-306.

UNGERER, Friedrich; SCHMID, Hans-Jörg, *An Introduction to Cognitive Linguistics*, London, Longman, 1997.

VILELA, Mário, *Estudos de Lexicologia do Português*, Coimbra, Almedina, 1994.

— «A Metáfora na Instauração da Linguagem: Teoria e Aplicação», in *Separata da Revista Línguas e Literaturas*, XIII, Porto, FLUP, 1996, p. 317-356.

— «A Metáfora ou a força categorizadora da língua: releitura de “Lições de Filologia Portuguesa de Carolina Michaëlis», in *Separata da Revista Línguas e Literaturas*, XVIII, Porto, FLUP, 2001, p. 171-180.

— *Metáforas do Nosso Tempo*, Coimbra, Almedina, 2002.

Recursos on-line:

1) Artigos

Elementos de Retórica – Metáfora

<http://radamesm.sites.uol.com.br/metafora.htm>

Elementos de Retórica – Metonímia

<http://radamesm.sites.uol.com.br/metonymia.htm>

Elementos de Retórica – Outros recursos

<http://radamesm.sites.uol.com.br/outros.htm>

FAVERET, Bianca, «A metáfora computacional e o reducionismo biológico: que tipo de ilusão é esta?».

<http://www.uol.com.br/cultvox/revistas/psibrasil/ametafora.htm>

HENRIQUE, Jorge Luiz; SILVA, Lisiane Vasconcellos da; COZER, Mateus, «Metáfora do Cérebro».

http://gestor.adm.ufrgs.br/adp/METAFORA_CEREBRO_2.html

LISSACK, Michael, «Knowledge Is Not Infrastructure: Applying Metaphorical Lessons From Complexity Science», London, 1997.

<http://lissack.com/writings/eve1.html>

MOSCA, Lineide Salvador, «Metáfora e Visão do Mundo: A Ruptura do Estereótipo» in *Intercâmbio*, vol. VII, 1998.

<http://lael.pucsp.br/intercambio/07mosca.ps.pdf>

SAYÃO, Luís Fernando, «Bases de dados: a metáfora da memória científica» in *Ciência da Informação*, vol. 25, n.º 3, 1996.

<http://www.ibict.br/cionline/250396/25039606.pdf>

SILVA FILHO, Waldomiro José da, «Os Domínios do Literal: Davidson, a Linguagem e a Metáfora», Universidade Federal da Bahia

<http://www.filosofia.pro.br/textos/davidson-linguagem-metafora.htm>

STRÔNGOLI, Maria Thereza, «Pluridimensionalidade da Metáfora», in *Intercâmbio*, vol. VII, 1998.

<http://lael.pucsp.br/intercambio/07strongoli.ps.pdf>

YANOV, Dvora, «Ecologies of Technological Metaphors and the Theme of Control» in *Techné: Journal of the Society for Philosophy and Technology*, vol. 1, numbers 3-4, 1996.

http://scholar.lib.vt.edu/ejournals/SPT/v1_n3n4/Yanow.html

2) Bibliografias sobre a metáfora

Annotated Bibliography of Metaphor and Cognitive science

<http://philosophy.uoregon.edu/metaphor/annbib.htm>

Bibliografia Moonstar

<http://www.moonstar.com/~acpjr/Blackboard/Metaphor/biblio.htm>

Bibliografia Metaresolution

<http://www.metaresolution.com/bibliography.htm>

Bibliography of Text-based Metaphor Resources

<http://mason.gmu.edu/~montecin/metabiblio.htm>

Center for the Cognitive Science of Metaphor Online

<http://philosophy.uoregon.edu/metaphor/metaphor.htm>

Cognitive Linguistics

<http://www.uni-saarland.de/fak4/norrick/bibcog.htm>

Grammatical metaphor: Annotated bibliography

<http://bank.rug.ac.be/mt/gm/gmbiblio.html>

Metaphor in Scientific Thinking

<http://www.csc.liv.ac.uk/~rcp/metaphor.html>

Metaphors in Various Disciplines

<http://mason.gmu.edu/~montecin/metasites.htm>

<http://members.cox.net/vmontecino/metasites.htm>

The Co-Intelligence Institute - The Metaphor Project

<http://www.co-intelligence.org/>

BIBLIOGRAFIA SOBRE TERMINOLOGIA E TRADUÇÃO

AARTS, Jan; HANN, Pieter de; OOSTDIJK, Nelleke (ed.), *English Language Corpora: Design, Analysis and Exploitation*, Amsterdam, Rodopi, 1993.

AAVV, *GTW Report – Recomendaciones para el diseño y la configuración de bancos de datos terminológicos*, Medellín, Colombia, Universidad de Antioquia, s/data.

ASSUNÇÃO, Domingos, «Terminologia versus Thesauri», in *Terminologias 5-6*, Lisboa, Associação de Terminologia Portuguesa & TERMIP, 1992, p. 48-58.

AUGER, Pierre, «La Terminotique et les industries de la langue» in *Meta*, vol. 34, n.º 3, Montréal, Presses de l'Université de Montréal, 1989, p. 450-456.

BARROS, Lídia Almeida, «Proposta de homogeneização da terminologia designativa das obras lexicográficas e terminográficas» in CORREIA, Margarita (org.), *VI Simpósio Ibero-Americano de Terminologia*, Lisboa, RiTerm/Edições Colibri/ILTEC, 2002, p. 217-229.

BELL, Roger T., *Translation and Translating – Theory and Practice*, London/New York, Longman, 1997.

BIBER, Douglas; CONRAD, Susan; REPPEN, Randit, *Corpus Linguistics – Investigating Language Structure and Use*, Cambridge, C.U.P., 1983.

BOURION, Évelyne; MALRIEU, Denise, «Concepts, Systèmes Signifiants et Organisations d'un Domaine» in *Cahiers de Lexicologie*, 64, 1994-1, Paris, Didier Erudition, 1994, p. 83-131.

CABRÉ, M. Teresa, *Terminology – Theory, Methods and Applications*, Philadelphia/Amsterdam, John Benjamins Publishing, 1999.

CARVALHO, Nelly, *A Terminologia Técnico-Científica – Aspectos Lingüísticos e Metodológicos*, Recife, Universidade Federal de Pernambuco 1991.

COMMUNAUTES EUROPEENNES, Commission des, *Terminologie et Traduction 2/3*, Luxembourg, Commission des Communautés Européennes, 1993.

CORREIA, Margarita, «Neologia e terminologia» in MATEUS, Maria Helena; CORREIA, Margarita (org.), *Terminologia: questões teóricas, métodos e projectos*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1998, p. 59-74.

DE BEAUGRANDE, Robert; DRESSLER, Wolfgang, *Introduction to text linguistics*, London, Longman, 1982.

DESMET, Isabel Maria, «Terminologia: Cognição, Comunicação e Representação de Conhecimentos Especializados», in *Terminologias 5-6*, Lisboa, Associação de Terminologia Portuguesa & TERMIP, 1992, p. 9-24.

- DUBUC, Robert, *Manuel Pratique de Terminologie*, Québec, Linguattech, 1992.
- FAWCETT, Peter, *Translation and Language – Linguistic Theories Explained*, Manchester, St. Jerome Publishing, 1997.
- FELBER, Helmut, *Terminology Management*, Paris, UNESCO & InfoTerm, 1984.
- HARTMANN, R. R. K. (ed.), *Lexicography: Principles and Practice*, London, Academic Press, 1983.
- HATIM, B.; MASON, I., *Discourse and the Translator*, London/New York, Longman, 1993.
- HERVEY, Sándor, *Thinking Translation: a Course in Translation Method*, London, Routledge, 1992;
- KENNY, Dorothy, *Lexis and Creativity in Translation – A Corpus-based Study*, Manchester, St Jerome Publishing, 2001.
- KOCOUREK, Rostislav, *La Langue Française de la Technique et de la Science*, Wiesbaden, Oscar Brandtetter, 1991.
- LEITNER, Gerhard (ed.), *New Directions in English Language Corpora – Methodology, Results, Software Developments*, New York, Mouton de Gruyter, 1992.
- NEWMARK, Peter, *Approaches to Translation*, Oxford, Pergamon Press, 1984.
- NORD, Christiane, *Translating as a Purposeful Activity – Functionalist Approaches Explained*, Manchester, St. Jerome Publishing, 1997.
- PAVEL, Silvia; NOLET, Diane, *Handbook of Terminology*, Canada, Terminology and Standardization Translation Bureau, 2001.
- PEARSON, Jennifer, *Terms in Context*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing, 1998.
- REY, Alain (org.), *Dictionnaire historique de la langue française*, 2 vols., Paris, Le Robert, 1994.
- REY, Alain, *Essays on Terminology*, Philadelphia/Amsterdam, John Benjamins Publishing, 1995.
- «Defining Definition», in SAGER, Juan C., *Essays on definition*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 2000, p. 1 – 14.
- RONDEAU, Guy, *Introduction à la Terminologie*, Québec, Gaëtan Morin Éditeur, 1984.
- SAGER, Juan C., *A Practical Course in Terminology Processing*, Philadelphia/Amsterdam, John Benjamins Publishing, 1990.

— *Language Engineering and Translation Consequences of Automation*, Philadelphia/Amsterdam, John Benjamins Publishing, 1993.

SINCLAIR, John, *Corpus, Concordance, Collocation*, Oxford, O.U.P., 1995.

SNELL-HORNBY, Mary, *Translation Studies – An Integrated Approach*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing, 1995.

SONNEVELD, Helmi B.; LOENING, Kurt L. (ed.), *Terminology – Applications in interdisciplinary communication*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing, 1993.

STUBBS, Michael, *Text and Corpus Analysis*, Oxford, Blackwell Publishing, 1998.

SUONNUTI, Heidi, *Guide to Terminology*, Helsinki, Tekniikan Sanastodeskus, 1997.

TAYLOR, Christopher, *Language to Language – a practical and theoretical guide for Italian / English Translators*, Cambridge, C.U.P., 1998.

TROSBORG, Anna (ed.), *Text Typology and Translation*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing, 1997.

WRIGHT, Sue Ellen; BUDIN, Gerhard (ed.), *Handbook of Terminology Management*, vol. 1, Philadelphia/Amsterdam, John Benjamins Publishing, 1997.

— *Handbook of Terminology Management*, vol. 2, Philadelphia/Amsterdam, John Benjamins Publishing, 2001.

Normas ISO

ISO 10241, *International Terminology Standards – Preparation and Layout*, Genève, International Organization for Standardization, 1992.

ISO/DIS 1087-1.2 (E), *Terminology. Vocabulary*, Genève, International Organization for Standardization, 1990.

ISO/TR 704: 1087 (E), *Principles and Methods of Terminology*, Genève, International Organization for Standardization, 1987.

Recursos on-line:

AHMAD, Khurshid, *Language Engineering and the Processing of Specialist Terminology*.

<http://www.computing.surrey.ac.uk/ai/pointer/paris.html>

BERNARDINI, Silvia, «A ‘trainee’ translator’s perspective on corpora» in *Proceedings from Corpus use and language to translate*, Bertinoro, 1997.

<http://www.sslmit.unibo.it/cultpaps/trainee.htm>

CABRÉ, M. Teresa, *Terminología y Fraseología*, Barcelona, Actas del V Simposio IberoAmericano de terminologia RITerm, 1996.
<http://www.unilat.org/dtil/MEXICO/cabreloe.html>

CDU – Classificação Decimal Universal
<http://www.bib.ualg.pt/bibliotecas/cdu.htm>

MAIA, Belinda, «Making corpora – a learning process», in *Proceedings from Corpus use and language to translate*, Bertinoro, 1997.
<http://www.sslmit.unibo.it/cultpaps/maia.htm>

POINTER REPORT
www.computing.surrey.ac.uk/a1/pointer/report/section1.html

VARANTOLA, Krista, «Translators, dictionaries and text corpora, », in *Proceedings from Corpus use and language to translate*, Bertinoro, 1997.
<http://www.sslmit.unibo.it/cultpaps/varanto.htm>

Teses

MILNER, M^a do Céu, *Terminologia com Base em “Corpora” – Um Ensaio na Área da Construção Metálica*, Porto, FLUP, 2000, Dissertação de Mestrado em Estudos de Tradução.

RIBEIRO, M^a da Graça, *Aspectos Teóricos e Práticos da Pesquisa Terminológica – Estudo Experimental no Domínio do Betão*, Porto, FLUP, 2000, Dissertação de Mestrado em Estudos de Tradução.